

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Vítor Emanuel Mendes de Oliveira

**No enalço da *Quadrilha do Papa Assucar*,
célebre bando de ladrões e salteadores:
um estudo de caso sobre representações de
pequena criminalidade em finais de
Oitocentos**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em História

Trabalho efetuado sob a orientação da

Professora Doutora Maria de Fátima da Cunha Moura Ferreira

DECLARAÇÃO

Nome: Vítor Emanuel Mendes de Oliveira

Endereço eletrónico: vitor.emdo@gmail.com Telefone: 964293041

Cartão do Cidadão: 10744090 3ZY2

Título da dissertação: No encalço da *Quadrilha do Papa Assucar*, célebre bando de ladrões e salteadores: um estudo de caso sobre representações de pequena criminalidade em finais de Oitocentos

Orientadora

Professora Doutora Maria de Fátima da Cunha Moura Ferreira

Ano de conclusão: 2020

Mestrado em História

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA TESE/TRABALHO.

Universidade do Minho, ____/____/____

Assinatura:

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de investigação desta natureza é necessariamente um exercício solitário, desde a pesquisa até à fase final de escrita. No entanto, durante esse processo recebi vários contributos e estímulos que me permitiram evoluir como investigador. Assim, utilizo este espaço para agradecer a algumas dessas contribuições e incentivos.

Permitam-me que inicie por agradecer à minha mãe que, fruto de um acaso, me “apresentou” à personagem central deste trabalho de investigação, tornando-se assim, responsável pelo desvio de um outro percurso que há muito estava delineado.

Em segundo lugar, um agradecimento à professora doutora Maria de Fátima Moura Ferreira que me orientou e acompanhou neste longo processo de investigação e escrita.

Uma palavra de agradecimento, também pelo auxílio de todos os profissionais dos arquivos e bibliotecas que, com o seu conhecimento dos fundos documentais, permitiram localizar algumas fontes dispersas.

Agradeço ainda o apoio de todos os amigos e colegas que assistiram ao percurso de investigação.

Finalmente, deixo aqui uma homenagem a meu pai, entretanto falecido durante a realização deste trabalho, que também contribuiu com a sua memória para o desenvolvimento da investigação e, como um grande contador de histórias, me inspirou na redação deste texto.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

RESUMO

Através de um estudo de caso sobre uma associação criminosa na região de Guimarães em finais de Oitocentos, reconstitui-se e caracteriza-se uma quadrilha de ladrões do ponto de vista da sua génese, composição, atividade e zonas de ação.

O primeiro objetivo foi contextualizar e descrever as relações sociais entre a quadrilha, as forças da ordem e a população. O segundo objetivo foi analisar as representações sociais que a quadrilha imprimia na população, a partir dos depoimentos das testemunhas dos processos judiciais, das notícias da imprensa regional e nacional e dos registos literários, confrontando, assim as imagens supostamente realistas veiculadas na imprensa com o registo ficcional da literatura, tendo presente o estatuto de lenda e mito alcançado pela quadrilha em estudo.

Palavras-Chave: Pequena criminalidade, Banditismo, Bandido-herói

ABSTRACT

Through a case study about a criminal association in the region of Guimarães in the late 19th century, a gang of thieves is reconstructed and characterized from the point of view of its genesis, composition, activity and areas of action.

The first objective was to contextualize and describe the social relations between the gang, the forces of order and the population. The second objective was to analyze the social representations that the gang imprinted on the population, based on the testimonies of the witnesses of the lawsuits, news from the regional and national press and literary records, thus confronting the supposedly realistic images conveyed in the press with the fictional record of literature, bearing in mind the status of legend and myth achieved by the group under study.

KEYWORDS: SMALL CRIME, BANDITRY, BANDIT-HERO

ÍNDICE

Agradecimentos.....	v
Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
Lista de Figuras.....	xi
Lista de Quadros.....	xiii
Lista de Abreviaturas.....	xv
Capítulo I - Introdução.....	17
1. Definição do objeto de estudo, <i>corpus</i> documental e metodologias.....	17
2. Estado da Arte: os estudos sobre criminalidade e associações criminosas.....	26
Capítulo II – No Encalço da <i>Quadrilha do Papa Assucar</i>	32
1. A composição da quadrilha: um retrato.....	32
1.1. Caracterização socioeconómica dos membros do grupo.....	38
1.2. A formação do bando em 1883.....	54
2. Universo e práticas de criminalidade da quadrilha.....	58
2.1. Natureza e tipologias das práticas criminais.....	58
2.2. Principais práticas criminais da quadrilha: os crimes de furto e roubo.....	68
2.3. O universo das vítimas: uma caracterização sumária.....	79
2.4. A (in)ação das forças da ordem.....	82
3. O processo gradual da extinção da <i>Quadrilha do Papa Assucar</i>	87
3.1. Relação cronológica das últimas capturas e julgamentos entre 1887 e 1890.....	90
3.2. A captura e julgamento de “o Lourenço”.....	94
3.3. A captura e julgamento de “o Catarino”.....	99
3.4. A captura e julgamento de “o Papa Assucar”.....	102
3.5. A captura e julgamento de “o Garracho”.....	108
Capítulo III – Entre o real e o imaginário: construções sociais sobre a quadrilha.....	111
1. Discursos e representações sociais através da imprensa periódica.....	111
1.1. Leituras dos relatos jornalísticos sobre <i>o Papa Assucar e a sua quadrilha</i>	113
2. Caracterização do universo das testemunhas de acusação a partir dos processos judiciais.....	122
2.1. Enunciados e conteúdos discursivos dos depoimentos das testemunhas de acusação.....	124

3. Outras acusações: os crimes de <i>voz pública</i>	130
4. O <i>Papa Assucar</i> e o Arquétipo do “Herói-Bandido”	136
5. A construção de uma memória coletiva em torno da figura do <i>Papa Assucar</i>	150
Conclusão	155
Fontes.....	157
1. Fontes manuscritas	157
2. Fontes impressas	163
3. Fontes orais	168
Bibliografia	169
Apêndice I	185
Apêndice II	189

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Assinatura de Bernardo José Dinis, o <i>Papa Assucar</i>	36
Figura 2 - Freguesias de residência dos elementos da quadrilha em 1890, nos concelhos de Vila Nova de Famalicão (à esquerda) e de Guimarães (à direita)	36
Figura 3 - Anúncio publicitário da alquilaria de Joaquim do Couto Vinagreiro.....	52
Figura 4 - Fortaleza de São Miguel de Luanda (depósito de degredados de Angola).....	66
Figura 5 - Localização da antiga cadeia de Guimarães em 1890.....	85
Figura 6 - Antiga cadeia de Vila Nova de Famalicão (perspetiva: norte para sul e de sul para norte)....	92
Figura 7 - Antiga cadeia de Braga.....	93
Figura 8 - Antiga cadeia de Santo Tirso restaurada	95
Figura 9 - Tribunal e Cadeia da Relação do Porto em finais do século XIX	107
Figura 10 - Ilustração do vapor <i>Orissa</i>	108
Figura 11 - Alguns exemplos de títulos de notícias sobre a <i>Quadrilha do Papa Assucar</i>	115
Figura 12 - Capa do livro <i>A Irmã Dorothea</i>	137
Figura 13 - Imagem ilustrativa do salteador oitocentista.....	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elementos que compunham a quadrilha em 1890.....	34
Quadro 2 - Registo das profissões declaradas dos membros da quadrilha entre 1855 e 1890.....	40
Quadro 3 – Processos-crime recenseados dos elementos da quadrilha entre 1871 e 1899	59
Quadro 4 - Os crimes de furto e roubo compulsados e perpetrados pelos elementos da quadrilha entre 1871 e 1898.....	69
Quadro 5 - Universo das vítimas reconstituído a partir da documentação judicial compulsada entre 1871 e 1899.....	80
Quadro 6 - Estado civil das testemunhas de acusação a partir dos processos judiciais.....	123
Quadro 7 - Distribuição das testemunhas de acusação por grupos de idade, a partir dos processos judiciais.....	123
Quadro 8 - Ocupações profissionais das testemunhas de acusação	124
Quadro 9 - Peritos e facultativos presentes nos processos judiciais recenseados sobre o <i>Papa Assucar e a sua quadrilha</i>	126
Quadro 10 - Os crimes de voz pública atribuídos à quadrilha ou aos seus elementos entre 1879 e 1890	134

LISTA DE ABREVIATURAS

ADB - Arquivo Distrital de Braga

ADP - Arquivo Distrital do Porto

AHM – Arquivo Histórico Militar

AMAP - Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães)

AMAS - Arquivo Municipal Alberto Sampaio (Vila Nova de Famalicão)

AHMST – Arquivo Histórico Municipal de Santo Tirso

ASPN - Arquivo dos Serviços Prisionais – Norte

ASPS - Arquivo dos Serviços Prisionais – Sul

BAMF - Biblioteca e Arquivo Municipal de Felgueiras

BND - Biblioteca Nacional Digital

BPB - Biblioteca Pública de Braga

BPMP - Biblioteca Publica Municipal do Porto

HDB - Hemeroteca Digital Brasileira

SMS - Sociedade Martins Sarmento (Guimarães)

TCSTS – Tribunal da Comarca de Santo Tirso

TJCG – Tribunal Judicial da Comarca de Guimarães

TRP – Tribunal da Relação do Porto

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito.

Marc Bloch¹

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO, *CORPUS* DOCUMENTAL E METODOLOGIAS

A ideia deste trabalho de investigação surgiu numa conversa com a minha mãe,² a pretexto das suas memórias de infância e adolescência em Santa Cristina de Longos, uma freguesia eminentemente rural, situada no extremo noroeste do concelho de Guimarães, nos limites com o concelho de Braga, onde nasceu e residiu até ao matrimónio. A dado momento, recordou uma história que lhe contava a sua mãe sobre um tal *Papa Assucar*, história que, por sua vez, sua avó contara a sua mãe. “Ouçamos” essa narrativa aqui reproduzida textualmente:

Antigamente as pessoas iam a pé para Braga porque não havia transportes.

Em Santa Cristina de Longos, na subida para a Falperra, uma mulher encontrou um homem no caminho. Ela levava um cordão de ouro ao pescoço e um cesto com coisas para vender na feira de Braga.

Naquele tempo ninguém atravessava o monte sozinho, iam sempre 3 ou 4 pessoas porque havia muitos assaltos.

Ela encontrou um homem e ele disse-lhe:

- Então a senhora vai atravessar o monte sozinha?

Ela disse:

- Eu bem que não quero ir sozinha; vou esperar um bocado para ver se vem mais alguém para não ir sozinha.

Ele disse-lhe então:

- Se a senhora não se importar venha comigo e eu acompanho-a porque também vou para Braga.

E lá foram a conversar pelo caminho. Atravessaram o monte e chegaram à entrada de Braga. Ele deixou-a aí e quando se despediram disse-lhe:

- Ó minha senhora quando alguém lhe perguntar com quem veio para Braga, diga-lhes que veio com o Papa Assucar.

E disse também para dizer às pessoas que ele não era ladrão, que ela passou o monte com o cordão ao pescoço e que ele não o roubou.

Ela comentou com outras pessoas e elas diziam: Ele é um grande ladrão, rouba, mata e esfolia!

¹ BLOCH, Marc - *Introdução à História*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1993, p. 61.

² Maria Ribeiro (1945-), 61 anos, natural da freguesia de Santa Cristina de Longos do Concelho de Guimarães. Testemunho recolhido em 2006.

Depois de “escutarmos” esta narrativa somos transportados para um outro tempo e um espaço em particular. A contadora desta história é a minha bisavó materna, contemporânea e testemunha desse período histórico, em finais do século XIX, e *quicá*, gostaria de pensar, protagonista desta história. O local onde tem lugar o desenrolar da ação é a serra da Falperra, parte integrante da freguesia de Longos. Como veremos, ao longo do texto, esta serra reveste uma importância e um significado particulares para a população que experienciou as peripécias do bando do *Papa Assucare*, bem assim, para o protagonista desta narrativa académica.

Passo, então, a expor um breve relato sobre o processo que me conduziu à descoberta deste “grande ladrão”.

Quando iniciei a investigação, apenas com as informações da narrativa acima registada, o primeiro objetivo prendeu-se naturalmente com a identificação do *Papa Assucar*. Para o efeito, apoiei-me na exploração da imprensa local, consultando um conjunto de periódicos de Guimarães que abarcavam o intervalo de tempo entre os finais de 1870 e os finais de 1890 - período que corresponde ao da infância e início da vida adulta da minha bisavó Rosa Maria. A pesquisa foi iniciada pela análise dos jornais que estão disponíveis na Sociedade Martins Sarmiento, em Guimarães.

O resultado desta pesquisa evidenciou-se rico e diversificado. Permitiu não apenas identificar o protagonista da quadrilha (nome, idade, naturalidade e filiação) como evidenciou uma realidade muito para além da história que “escutamos”. A imagem de um grande criminoso parecia, à partida, confirmar-se, dado o volume de notícias relatando os seus crimes e façanhas. Segundo a imprensa compulsada, atuava associado a um grupo de indivíduos, que, sob o seu comando, formavam uma quadrilha de ladrões e salteadores. Forçosamente, estes novos dados obrigaram a uma redefinição do objeto de estudo: não se tratava mais de conhecer um possível criminoso, mas sim, desvendar uma associação de ladrões que, segundo a imprensa vimaranense, também praticava roubos e assaltos em outras regiões limítrofes de Guimarães, como em Braga, Felgueiras, Santo Tirso e Póvoa de Lanhoso. A consulta posterior de periódicos dessas cidades ou vilas veio a confirmar, parcialmente, esta informação. A pesquisa seguinte às *Hemerotecas Digitais*, atualmente disponíveis, permitiu alargar o universo da imprensa periódica a explorar, uma vez que os relatos sobre as práticas criminosas desta associação despertaram o interesse na imprensa de outras cidades do país, como Lisboa e Porto, e ainda no Brasil.³

Assim, com base nesse conjunto inicial de informações, parti para a exploração de outras fontes documentais. Para o efeito, adotei princípios metodológicos de análise documental com o fim

³ O elenco de títulos da imprensa periódica consultados encontra-se na secção fontes, no final deste trabalho.

de recolher informação factual sobre a natureza da quadrilha que me permitisse demonstrar a sua existência enquanto grupo mais ou menos organizado, composto por um núcleo de elementos habituais a que, eventualmente, se agregavam parceiros ocasionais. Analogamente, preocupei-me com o registo e a descrição dos episódios que retratavam a atividade de índole criminosa com o objetivo de caracterizar a escala de perigosidade da quadrilha, as áreas de atuação em sintonia ou não com as zonas de residência dos seus membros, e, por fim, o período de duração do grupo. Uma segunda vertente da pesquisa centrou-se na desconstrução crítica dos contextos de produção documental com o fim de analisar os contextos narrativos no sentido de apreender as representações sociais produzidas em torno dos personagens e da atividade criminal, no contexto mais alargado das relações entretecidas com as comunidades e os poderes instituídos. Em breve, constatei que esta dupla abordagem metodológica, incidente sobre facetas distintas do objeto de estudo – a primeira de índole mais fatural e informativa, a segunda da natureza mais qualitativa –, permitia-me o acesso a uma visão global do objeto de estudo. Neste sentido, diria que o modo como são narradas as aventuras criminosas da quadrilha é inseparável dos valores liberais que enquadram a sociedade ocidental de finais de Oitocentos, assentes no respeito pela ordem, segurança e propriedade.

O alargamento do *corpus* documental exigido pelas questões de pesquisa cedo me obrigou a adotar outro tipo de procedimentos metodológicos e a redefinir o objeto de estudo. O mesmo é dizer, a centrar a pesquisa num estudo de caso, de recorte local, em que a unidade de análise são os indivíduos ou, com mais rigor, o conjunto de indivíduos que configuram relações de pertença e de durabilidade variável com a quadrilha. Desta forma, adotei o procedimento analítico do cruzamento nominativo, método de análise que consiste na “identificação de cada indivíduo e a consequente ligação do mesmo em todas as fontes recolhidas, nas diversas ocasiões em que tal pessoa [é] referida da documentação”.⁴ Esta é também uma das técnicas usuais nos estudos de Micro-história que têm por foco o estudo de um indivíduo ou de um grupo de pessoas e que permite descer a uma escala de análise micro de forma a recuperar e reconstituir um olhar mais próximo das vivências do quotidiano, para assim melhor compreender as relações sociais entretecidas em termos de contexto e de espaço.⁵ Neste âmbito, procedi ao levantamento das origens sociais dos indivíduos em estudo, a partir da reconstituição dos respetivos agregados familiares tendo como base da consulta de

⁴ SCOTT, Ana Sílvia Volpi – “A Historiografia do Cambridge Group: contribuições ao estudo da população, da família e do grupo doméstico”. *Revista Estudos Amazônicos*. Manaus. Vol. IX, n.º 1 (2013), p. 25.

⁵ Sobre este procedimento analítico leia-se GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo - *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

documentação diversa de natureza nominativa, a saber: registos paroquiais, escrituras notariais, registos e processos de passaportes, recenseamentos militares e eleitorais.

Todavia, para uma identificação precisa, de acordo com a mesma metodologia, estabeleci variáveis que me permitissem confirmar a informação recolhida para cada indivíduo. Assim, partindo do nome, que, e utilizando as palavras de Ginzburg, serviu de *fio condutor* e *bússola preciosa*, fui validando as informações relativas à naturalidade, à filiação, à idade, à residência, ao estado civil, à ocupação, entre outras. Por esta forma, a cada novo dado antes desconhecido, aprofundava o conhecimento sobre cada um dos pesquisados, permitindo estabelecer relações entre eles e a comunidade.

Paralelamente, o cruzamento e validação dessas informações com outras fontes consultadas, concretamente processos judiciais e documentação administrativa, resultaram num *corpus* documental diferenciado e disperso, com especificidades no seu tratamento analítico, que passarei a apresentar mais detalhadamente.

A imprensa, como referi atrás, constituiu o primeiro contacto com o objeto de estudo. Tendo iniciado a pesquisa pela exploração da imprensa vimaranense, rapidamente fui alargando o seu âmbito espacial. Porém, as coleções de periódicos em algumas bibliotecas⁶ não estavam totalmente acessíveis para consulta, devido ao estado frágil de conservação de alguns jornais ou por apresentarem lacunas relativamente ao período em estudo. No entanto, o volume de periódicos consultados permitiu reunir um significativo conjunto de notícias de forma a dar respostas a alguns dos objetivos desta investigação: reconstituição do bando e das suas práticas criminosas; aferir sobre as conceções e representações sociais veiculadas através do discurso da imprensa a respeito da quadrilha, uma vez que “a imprensa é um importante meio para a formação da opinião pública e que contribui de forma importante para a percepção que a população tem dos diferentes factos e questões sociais”.⁷

Contudo, as questões políticas, ideológicas, sociais e económicas exercem forte influência nos editoriais e nos conteúdos dos jornais. Logo, os conteúdos do discurso formatado sobre o crime e os seus atores não podiam ser analisados de forma isolada, pois subjacente a estes estavam

⁶ Assim aconteceu na Biblioteca Pública Municipal do Porto e na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco (Vila Nova de Famalicão).

⁷ VAZ, Maria João; MARINHO, Sofia – “Quando o crime é notícia. Relato do crime no *Diário de Notícias* no final do século XIX”. *Colóquio sobre a «Prisão de Não Nacionais em Portugal»*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2005, p. 4 [Consultado em 2 de fevereiro de 2016]. [Disponível em <http://home.iscte-iul.pt/~apad/prisoefct/prisao%20de%20nao%20nacionais/MJ%20VAZ/Crime%20no%20DN%20Final.doc>].

presentes os valores da ideologia liberal e burguesa, baseada na normalização e na contenção dos comportamentos, tidos como desviantes da ordem social, associados às classes populares.⁸

O procedimento adotado para o tratamento da imprensa consistiu no levantamento e registo de todas as notícias relativas ao *Papa Assucar e à sua quadrilha*, ordenando-as e distribuindo-as, cronologicamente, por temas, relacionadas com o universo biográfico e com o universo das ações delituosas, com o fim de reconstituir itinerários, a cadeia de eventos e de práticas criminosas. Ao mesmo tempo, durante esse processo, constantemente tropeçava em informações paralelas que forneciam informações importantes sobre outras questões, direta ou indiretamente relevantes para este estudo, nomeadamente as matérias relacionadas com a segurança pública, temática central ao período em estudo, e que se traduziam em medidas adotadas pelas autoridades com o fim de combater e controlar práticas e comportamentos sociais tidos como desviantes.

Por seu turno, a exploração dos processos judiciais requereu, analogamente, um tratamento fino e rigoroso, atendendo à complexidade da fonte (alguns processos são volumosos, constituídos por diversos tipos de documentos - autos de queixa, autos de investigação, interrogatórios de testemunhas, avaliações de peritos, mandados de captura, entre muitas outras peças) como à exigência de dominar o discurso e a interpretação jurídicos da época.⁹

No entanto, o primeiro obstáculo com que me confrontei relacionou-se com a localização e a identificação da documentação judicial que pretendia compulsar, atendendo à natureza precária em termos organizativos dos arquivos que guardam esta documentação. A situação nada tinha de especial, como o descrevem os historiadores do ofício, como é exemplo a experiência que a investigadora Isabel Martins relata a este propósito, mostrando como a sua investigação se saldou no reforço de preservação da documentação no Arquivo Histórico do Tribunal de Braga.¹⁰ Os exemplos poderiam ser multiplicados, socorrendo-nos, para o efeito, das palavras de Maria João Vaz, as “dificuldades com que se debatem os historiadores na realização de estudos no âmbito da criminalidade e da repressão: o desaparecimento ou a dificuldade na localização de fontes, em particular as fontes policiais e judiciais que contêm informação essencial para o tratamento e análise destas questões”.¹¹ Um cenário idêntico sucede em Espanha, em que “la utilización escasa de la

⁸ Sobre os processos metodológicos de análise da imprensa periódica veja-se LAPUENTE, Rafael Saraiva – “A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica”. *Bilros*. Fortaleza. Vol. 4, n.º6 (2016), pp. 11-29.

⁹ Sobre as potencialidades dos processos judiciais leia-se VAQUINHAS, Irene - “Os processos judiciais e a História”. In FERREIRA, Fátima Moura; MENDES, Francisco Azevedo; CAPELA, José Viriato (coord.) - *Justiça na Res Publica (Sécs. XIX-XX) Ordem, Direitos Individuais e Defesa da Sociedade*. Vol. 2, Braga: CITCEM, 2011, pp. 109-123.

¹⁰ MARTINS, Isabel Cristina Mendes – *À barra do tribunal: crime e criminalidade em Braga, de 1940 a 1959*. Braga: Universidade do Minho, 2012, pp. 18-19. Dissertação de Mestrado.

¹¹ VAZ, Maria João - “Apresentação”. *Ler História*. Lisboa. N.º 53 (2007), pp. 6-7.

fuelle judicial [...] se debe, o bien a la desaparición de esta masa documental [...], a la no catalogación de la misma o simplemente al hecho de que estos fondos están en paradero desconocidos”.¹²

No presente estudo, a pesquisa dos arquivos judiciais foi mediada pelas informações colhidas na imprensa que evidenciaram a incidência maioritária das práticas da quadrilha na região de Guimarães, não obstante a sua dispersão espacial.

Relato, em seguida, o périplo das pesquisas realizadas nos arquivos e os problemas principais com que me debati.

O Arquivo Municipal Alfredo Pimenta dispõe de um importante fundo documental sobre o Tribunal Judicial de Guimarães, constituído por processos crimes de diferente natureza, de acordo com as classificações criminais da época, como são exemplo: processos de querela e processos de polícia correcional; livros da Porta referentes à distribuição dos processos pelos diversos escrivães; livros de corpos de delito e registo crime, entre outros.¹³ A limitação maior com que me debati respeitou a lacunas temporais significativas referentes ao período em estudo.

Cenário mais difícil observou-se no que concerne à comarca de Braga, onde a investigação realizada através da imprensa apontou a existência de processos julgados naquela área. No Arquivo Distrital de Braga verificou-se a inexistência de processos judiciais do crime para o período em estudo, apenas existindo um pequeno fundo, constituído por alguns livros dos escrivães, onde se encontrava registada a distribuição dos processos e os livros de registo dos sumários dos processos-crime, tal como verificamos em Guimarães.

O Arquivo Distrital do Porto dispõe de um fundo judicial, com documentação pertencente a tribunais judiciais de diferentes comarcas da área geográfica do distrito do Porto. Assim, neste fundo, foi possível localizar e consultar alguns dos processos judiciais que envolveram membros da quadrilha, nomeadamente relativos à comarca de Santo Tirso, em que tinha informação sobre a realização de alguns julgamentos. No mesmo arquivo, a consulta dos processos de recurso pelo Tribunal da Relação do Porto permitiu colmatar algumas das lacunas, entretanto constatadas. Ainda através destes processos, tive acesso a alguns resumos de audiências que tiveram lugar nas respetivas comarcas de origem, por exemplo comarcas de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão,

¹² LOZANO, Jesús Carlos Urda - *El Bandoeirismo en los Montes de Toledo Durante el Siglo XIX*. Ciudad Real: Universidad Castilla la Mancha, 2011, p. 10. Dissertação de Mestrado.

¹³ A documentação judicial consultada neste arquivo, e em outros que em seguida se referem, encontra-se listada no final deste trabalho.

esta última sem documentação judicial, que foi destruída no âmbito de um incêndio ocorrido em 26 de maio de 1952.¹⁴

Para colmatar as diferentes lacunas, servi-me dos mencionados livros dos escrivães das comarcas de Braga e de Guimarães, existentes nos respetivos arquivos. Nestes foi possível compulsar alguns autos de corpo de delito, bem como registos de querelas, registo de crimes e participações diversas das autoridades policiais e administrativas, pesem embora algumas lacunas temporais.¹⁵ Complementarmente, foram consultados os *Livros de Registo dos Presos* das diferentes cadeias, de acordo com as informações dos processos judiciais e/ou das informações da imprensa que mencionavam que haviam sido presos e o local onde cumpriam pena. No cômputo da investigação, recenseei as seguintes cadeias, por onde terão passado membros da quadrilha: cadeias de Guimarães e Braga, Cadeia da Relação do Porto; cadeias do Limoeiro (Lisboa) e Penitenciária de Lisboa, e cadeias de Santo Tirso e de Vila Nova de Famalicão (estas duas últimas sem possibilidade de confirmar a informação pela inexistência - ou impossibilidade de localizar - os respetivos livros de registo dos presos).

O processo de pesquisa e exploração dos diferentes tipos de documentação judicial decorreu durante um longo período de tempo. Compreende-se. Tratava-se não apenas de localizar os processos referentes aos indivíduos em estudo, mas também de compulsar a larga e diversa documentação disponível (ou não) a partir de livros ou outro tipo de registo que continham longas listas de nomes de arguidos e listas de registo de acusações, que era necessário selecionar, identificar e confrontar com as informações já recolhidas em outras fontes. A morosidade da pesquisa deveu-se ainda ao estado de conservação de alguma documentação compulsada, à dificuldade de decifrar diferentes caligrafias e, como referido atrás, ao volume de alguns processos, constituídos por centenas de folhas.

Neste processo de longas horas passadas nos arquivos a manusear, a ler e a transcrever, revi-me na descrição que Arlette Farge faz sobre a sua experiência com os processos judiciais... “copiando-os, sem mudar nenhuma palavra [...] e pensando o tempo todo”.¹⁶ Acrescente-se ainda, como referem algumas historiadoras que se debruçaram sobre a documentação judicial,¹⁷ a emoção

¹⁴ AMAS, Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Famalicão, Registo de Incêndio n.º 1210, 26-05-1952.

¹⁵ A elaboração destes livros teve por base o Decreto de 21-03-1842. Neles se registavam os autos de corpo de delito e os autos de querela, bem como a identificação das testemunhas (nomes, moradas, profissões), redigindo-se ainda o despacho de pronúncia, a conclusão final e a sentença – *Collecção Official da Legislação Portuguesa Legislação de 1842 em Diante*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842, p. 162.

¹⁶ FARGE, Arlette – *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 22-23.

¹⁷ Irene Maria Vaquinhas, Aurízia Anica e Maria José Moutinho dos Santos, algumas das autoras de referência nestas temáticas, às quais se vai recorrer frequentemente, para melhor se compreender este estudo de caso.

que se sente durante a leitura de um processo, pois trata-se de lançar um olhar sobre “instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pelos historiadores”.¹⁸

Inseparável das questões da criminalidade, estão as questões da segurança ou da sua prevenção e repressão. Neste contexto, as fontes administrativas permitem obter uma visão mais clara sobre essas problemáticas, pois a gestão das forças da ordem e do combate e prevenção da criminalidade estavam principalmente a cargo dos poderes locais, como o Governo Civil e o seu representante concelhio, o administrador do concelho. Porém, as dificuldades com que me deparei no acesso a alguma documentação, nomeadamente relativa ao Governo Civil de Braga,¹⁹ por esta estar ainda em processo de tratamento arquivístico, obrigou-me a alguns ajustes e redireccionamentos da investigação, levando-me a recorrer a outras fontes de natureza administrativa, nomeadamente os copiadore de correspondência de diferentes órgãos administrativos locais, como câmaras municipais e administrações dos concelhos de Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Felgueiras; apresentando-se estas também com alguns períodos lacunares dentro das balizas temporais deste estudo.²⁰

Complementarmente, o recurso à legislação da época em diversos domínios, contribuiu para melhor compreender alguns comportamentos e atuações, quer por parte dos indivíduos em estudo, quer por parte da justiça criminal e de outras autoridades.

Outras fontes que estiveram no horizonte da investigação foram a literatura ficcional e a literatura de viagem. Esta última, analisada no sentido da apreensão da realidade e ilustração da paisagem, através do olhar do viajante letrado. Estes textos, amplamente difundidos pela imprensa em forma de folhetim e escritos ao gosto romântico, eram apelativos ao leitor, pois nas suas descrições imprimiam vários aspetos da vivência da sua experiência, incutindo nos seus relatos, para além dos detalhes geográficos, as impressões e emoções sentidas, e, simultaneamente, referiam elementos culturais e tradicionais dos espaços observados. Estes estavam frequentemente associados a acontecimentos locais e por vezes mitificados pelo imaginário coletivo, particularmente zonas inóspitas e perigosas, tipificadas como locais de abrigo e atuação de quadrilhas de salteadores.²¹

Relativamente à literatura ficcional, centrei a análise no romance “A Irmã Dorothea” de António José do Couto Sá de Albergaria (publicado em 1902, em 3 volumes), onde o autor se serve

¹⁸ FARGE, Arlette – *O Sabor do Arquivo...*, p. 12.

¹⁹ Também recorri à documentação do Governo Civil do Porto (Arquivo Distrital do Porto), mas esta mostrou-se pouco frutífera para este estudo de caso.

²⁰ Esta documentação foi consultada nos arquivos municipais de Guimarães, de Vila Nova de Famalicão, de Santo Tirso e de Felgueiras.

²¹ CABETE, Susana Margarida Carvalheiro – *A narrativa de viagem em Portugal no século XIX: alteridade e identidade nacional*. Paris: Université de la Sorbonne – Paris III, 2010. Tese de doutoramento.

do *Papa Assucar* como personagem, para desmistificar a aura de temido criminoso de que gozava e para ilustrar o contexto da perigosidade de um dos locais onde se desenvolve a ação, a serra do Carvalho, situada entre a regiões de Braga e da Póvoa de Lanhoso. Trata-se de uma obra escrita dentro dos cânones do romantismo, onde a figura-tipo do bandido/salteador que age por vingança e justiça constituía um tema recorrente. Com o objetivo de fazer a ponte entre essa descrição romântica com a realidade histórica do período em análise, selecionei outros exemplos da literatura romântica portuguesa.²²

Os resultados lentos da pesquisa permitiram, porém, validar o projeto de investigação centrado num estudo de caso, que agora se apresenta. Este estrutura-se em três capítulos.

O primeiro capítulo, em que nos encontramos, engloba as questões relativas à definição do objeto de estudo, às metodologias adotadas e à delimitação do *corpus* documental, acopladas ao estado da arte.

O segundo tem por foco a reconstituição e caracterização da quadrilha do ponto de vista da sua génese e composição, da natureza das práticas criminosas e das áreas de atuação. O segmento temporal do estudo tem por balizas cronológicas as décadas de 80 e 90 de Oitocentos e incide sobre uma área geográfica mais ou menos delimitada, que encontra na região de Guimarães o seu epicentro e que se estende sobre os concelhos limítrofes de Braga, Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso. Analisa-se, ainda, a ação das forças da ordem e da justiça criminal, através da descrição das capturas, dos julgamentos, das condenações e das vítimas, com o fim de contextualizar e descrever as relações sociais entre a quadrilha, os poderes e a população.

O terceiro capítulo apresenta um exercício de análise sobre as representações sociais atinentes à quadrilha e sobre as perceções que esta produzia junto das populações, a partir de um leque diversificado de testemunhos e intervenientes, nomeadamente testemunhas dos processos judiciais, jornalistas da imprensa regional e nacional e discurso literário. Foram dois os objetivos que presidiram à análise. Por um lado, apreender as representações dominantes sobre criminalidade, quadrilhas, ordem e segurança pública. Por outro lado, confrontar as imagens que são veiculadas tanto em registo supostamente realista (imprensa, documentação judicial) como em registo ficcional (literatura), de forma a apreender as fronteiras e os limites representacionais que se colocam à investigação histórica, tendo por referente o estatuto de lenda e de mito alcançado pela quadrilha em estudo.

²² GAMA, Arnaldo - *Paulo, o Salteador (verdades e ficções – 2.º vol.)*. Porto: A. Figueiredo L.da, 1936; BRANCO; Camilo Castelo - *Memórias do Cárcere*. Porto: Porto Editora, 2005, p. 312.

2. ESTADO DA ARTE: OS ESTUDOS SOBRE CRIMINALIDADE E ASSOCIAÇÕES CRIMINOSAS

Os estudos em torno da temática da criminalidade ganham grande fôlego nos anos 50 do século passado com os desenvolvimentos da Nova História, que fez “abrir um amplo espaço de reflexão, investigação e debate” interdisciplinar, suscitando um enorme interesse por trabalhos sobre a pobreza, a marginalidade, a delinquência, o crime e a prisão.²³ A partir de então, e nos anos 80, a produção bibliográfica cresceu substancialmente numa perspetiva internacional.²⁴ Os trabalhos multiplicaram-se, incidindo sobre diferentes vertentes das questões em torno da criminalidade, como a violência, a justiça e a penalidade, as forças da ordem e a instituição prisional, diversificando-se as metodologias de análise.²⁵

Em Portugal, só a partir dos anos 90 do século XX, é que são apresentados os primeiros resultados das investigações nascidas sobre a temática da criminalidade no período contemporâneo, especialmente no âmbito de projetos académicos. Alguns desses trabalhos pioneiros e de referência devem ser apontados como são os de Irene Maria Vaquinhas,²⁶ cujo estudo pioneiro incidiu sobre a violência na região de Coimbra, tendo por base a exploração dos processos judiciais criminais. Por sua vez, Maria João Vaz²⁷ trabalhou, entre outros fundos, as estatísticas criminais da segunda metade do século XIX em Portugal. Em 2014, a mesma autora publica um estudo sobre criminalidade na cidade de Lisboa, a partir da análise das estatísticas policiais da capital.²⁸ Utilizando as fontes prisionais (visitas às cadeias), Maria José Moutinho dos Santos²⁹ lança um olhar sobre o crime e a realidade das cadeias em Portugal no século XIX, tendo por centro a cidade do Porto.

²³SANTOS, Maria José Moutinho - “Pensar a História das Prisões em Portugal. Entre Resultados e Desafios”. *Revista Direito e Justiça*. Lisboa. Vol. Especial (2004), p. 36.

²⁴ESTEPA, Raquel Iglesias - “El Crimen Como Objeto de Investigación Histórica”. *Obradoiro de Historia Moderna*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, n.º 14 (2005), pp. 301-302.

²⁵Sobre o desenvolvimento e principais estudos no espaço francês veja-se ROUSSEAU, Xavier - “Historiographie du crime et de la justice criminelle dans l'espace français (1990-2005)”. *Crime, Histoire & Sociétés/Crime, History & Societies*. Vol. 10, n.º2 (2014). [Consultado em 19 de Agosto de 2014]. [Disponível em <http://chs.revues.org/224>]. O autor traça o caminho percorrido pela historiografia francesa, destacando os trabalhos de alguns investigadores que contribuíram para o desenvolvimento das temáticas em torno da criminalidade como Jean-Claude Farcy, Frédéric Chauvaud, Jacques-Guy Petit e Michelle Perrot.

Sobre o espaço britânico veja-se EMSLEY, Clive - “Crime and Punishment: 10 years of research (1)”. *Crime, Histoire & Sociétés/Crime, History & Societies*. Vol. 9, n.º1 (2005). [Consultado em 19 de Agosto de 2014]. [Disponível em <http://chs.revues.org/387>]. Da mesma forma, este autor refere os principais protagonistas nos estudos sobre a história da criminalidade e da justiça penal como Clive Emsley, Peter King, James A. Sharpe, David Taylor e Philip Rawling.

²⁶ VAQUINHAS, Irene Maria - *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os Campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*. Porto: Afrontamento, 1995.

²⁷ VAZ, Maria João - *Crime e Sociedade, Portugal na Segunda Metade do Século XIX*. Oeiras: Celta Editora, 1998.

²⁸ VAZ, Maria João - *O Crime em Lisboa 1850-1910*. Lisboa: Tinta da China, 2014.

²⁹ SANTOS, Maria José Moutinho - *A Sombra e a Luz: as Prisões do Liberalismo*. Porto: Afrontamento, 1999.

Desde então, tem crescido o interesse e o número de trabalhos de investigação sobre diferentes regiões do país, que têm permitindo traçar uma visão mais detalhada e precisa sobre o tema. Neste âmbito, destacamos os trabalhos da Aurízia Anica,³⁰ que explora também os processos-crime, publicando dois trabalhos sobre criminalidade na região do Algarve, num dos quais aprofunda a criminalidade feminina, ambos numa perspetiva histórico-antropológica. Já Alexandra Esteves³¹ faz uma análise da criminalidade tendo por foco o distrito de Viana do Castelo e num período temporal mais longo, entrando ainda na caracterização das cadeias da mesma região. Por sua vez, Susana Serpa Silva³² privilegia os autos de querela no intuito de estudar a criminalidade mais violenta numa ilha açoriana.

No que concerne à temática relativa a associações criminosas, constatou-se a relativa escassez de estudos dedicados a este tipo de criminalidade, no território nacional, no período em análise. Em contraponto, a produção historiográfica internacional evidencia-se mais abundante, particularmente no que toca ao fenómeno do banditismo associado a movimentos de guerrilha e de resistência ou de protesto social,³³ em sociedades onde a difusão do capitalismo industrial e financeiro foi mais tardio, como é o caso da América Latina, que se prolongou até ao século XX.³⁴

Nos finais da década de 50, Eric Hobsbawm³⁵ impulsiona a abordagem dessa temática ao criar a expressão *Bandido Social*. Trata-se de um conceito, que cerca de uma década depois volta a revistar e a aprofundar. Segundo este historiador, o banditismo social era uma forma popular de protesto contra as injustiças sociais nas sociedades rurais pré-industriais. Os bandidos sociais eram considerados, aos olhos da população, como heróis, e vistos como criminosos pelas elites, ao desafiarem, simultaneamente, os pilares da ordem económica, social e política.³⁶ Contudo, como sublinha o historiador Juan José Iglesias Rodríguez, a temática sobre o banditismo tem longa tradição na historiografia espanhola,³⁷ e já em 1933 o advogado Bernaldo de Quirós y Pérez³⁸ havia estabelecido a ligação entre banditismo e subversão.³⁹

³⁰ ANICA, Aurízia - *A Transformação da Violência no Século XIX: o caso da comarca de Tavira*. Lisboa: Edições Colibri, 2001; ANICA, Aurízia - *As Mulheres, A Violência e a Justiça no Algarve de Oitocentos*. Lisboa: Edições Colibri, 2005.

³¹ ESTEVES, Alexandra Patrícia Lopes - *Entre o Crime e a Cadeia: Violência e Marginalidade no Alto Minho (1732-1870)*. Braga: Universidade do Minho, 2010. Tese de Doutoramento.

³² SILVA, Susana Serpa - *Violência, Desvio e Exclusão na Sociedade Micaelense Oitocentista (1842-1910)*. Ponta Delgada: CHAM/Universidade dos Açores, 2012.

³³ Em Portugal destacamos o estudo de FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo - *Rebeldes e Insubmissos. Resistências Populares ao Liberalismo (1834-1844)*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

³⁴ FERRERAS, Norberto O. - "Bandoleiros, cangaceiros e matreiros. Social Banditism historiography in Latin America reviewed". *História*. São Paulo. Vol. 22, n.º 2 (2003), pp. 211-226.

³⁵ HOBBSBWM, Eric J. - *Primitive Rebels*. Manchester: The University Press, 1959.

³⁶ HOBBSBWM, Eric - *Bandidos*. Barcelona: Editorial Crítica, 2003.

³⁷ Veja-se uma síntese dos principais trabalhos de investigação sobre o banditismo no território espanhol que revisitam a obra de Eric Hobsbawm – Cf. AÑOVER, Óscar Bascuñán; LOZANO, Jesús Carlos Urda – "El lugar del bandolero en el conflicto rural. Una aproximación historiográfica desde la obra de Eric Hobsbawm". *Vinculos de Historia*. Ciudad Real. N.º 5 (2016), pp. 15-26.

O conceito criado pelo historiador britânico suscitou inúmeras vozes críticas. Por um lado, porque este conceito decorria sobretudo da análise da literatura ficcional e da cultura popular. Por outro lado, porque não tinha correspondência em outras geografias, como por exemplo no Mediterrâneo, na América Latina e no mundo Islâmico.⁴⁰ O primeiro desses críticos foi o antropólogo Anton Blok, que contrapôs à noção de bandido social preconizada por Hobsbawm, o alargamento do respetivo conceito, ao argumentar que o bandido social também atuava ao serviço das elites rurais e das elites de poder contra os próprios camponeses, e, por conseguinte, podia dar lugar a um banditismo anti-social.⁴¹

Neste debate, alguns investigadores chamam a atenção para a questão das fontes e da metodologia de análise adotada para o estudo do fenómeno. Joseph Gilbert aponta, nomeadamente, a seleção e a natureza do *corpus* documental que serviu de base a alguns desses estudos, baseados sobretudo, em fontes emanadas dos poderes repressivos e que produziam (e reproduziam) a visão oficial deste tipo de criminalidade. Ainda segundo este historiador, era necessário estudar essas associações criminosas de um ponto de vista mais próximo, ou seja, tendo em conta a sua génese e composição, o respetivo contexto social, económico e geográfico, bem como as relações entretecidas entre a população e a área de influência destes grupos, para melhor perceber o fenómeno e as suas especificidades.⁴²

Não obstante as críticas enunciadas, é unânime o reconhecimento da historiografia internacional sobre a importância capital dos estudos de Eric Hobsbawm sobre o banditismo pelo grande impulso e impacto que geraram um pouco por todo o mundo.⁴³ De facto, o conceito proposto por aquele investigador continua a ser a base de trabalho para estudiosos que se dedicam a esta temática, procurando confirmá-lo ou rejeitá-lo, a partir dos seus estudos de caso.⁴⁴ Este foi também um dos objetivos perseguido por este trabalho. Se é certo que não validei globalmente o conceito

⁴⁰ PÉREZ, Constanancio Bernaldo de Quirós y - *Bandolerismo y delincuencia subversiva en la Baja Andalucía*. Madrid: Establecimiento Tipográfico de Fortanet, 1912.

⁴¹ RODRÍGUEZ, Juan José Iglesias – “¿Rebeldes primitivos? Los orígenes del bandoleirismo andaluz”. *Andalucía en la Historia*. Sevilla. N.º 56 (2017), p. 7.

⁴² Cf. BLOK, Anton – *Honour and Violence*. Cambridge: Polity Press, 2001; CASSIA, Paul Saint – “Banditry, Myth and Terror in Cyprus and Other Mediterranean Societies”. *Comparative Studies in Society and History*. Cambridge. Vol. 35, n.º 4 (1993), pp. 773-795. [Consultado em 19 de março de 2018]. [Disponível em <https://www.cambridge.org/>]; SLATTA, Richard W. (ed.) – *Bandidos: The Varieties of Latin American Banditry*. New York: Greenwood Press, 1987; HART, David Montgomery – *Bandidismo en el Islam. Estudios de caso en Marruecos, Argelia y la frontera noroeste de Pakistán*. Barcelona: Editorial Anthropos, 2006.

⁴³ BLOK, Anton - *Honour and Violence...*, pp. 14-28.

⁴⁴ GILBERT, Joseph – “On the Trail of Latin American Bandits: A Reexamination of Peasant Resistance”. *Latin American Research Review*. Pittsburgh. Vol. 25, n.º 3 (1990). [Consultado em 25 de novembro de 2019]. [Disponível em www.jstor.org].

⁴⁵ SLATTA, Robert W. – “Eric J. Hobsbawm Social Bandit: a Critique and Revision”. *A Contracorriente*. Raleigh. Vol. 1, n.º 2 (2004), pp. 22-30. [Consultado em 25 de novembro de 2018]. [Disponível em www.researchgate.net/publication].

⁴⁶ POMIECKO, Aleksandra – “Villains, Profiteers, and ‘Robin Hood’s’: Banditry in the North-Eastern Region of the Second Polish Republic in the 1920’s”. *The Journal of Belarusian Studies*. London. Vol. 8, n.º 1 (2016), pp. 5-31. [Consultado em 5 de julho de 2019]. [Disponível em Brill.com].

proposto por Hobsbawm, identifiquei porém, alguns dos seus traços, nomeadamente no que toca à caracterização da figura principal da quadrilha, em particular ao processo de mitificação.

Do ponto de vista da classificação jurídica, o banditismo encontrava-se regulado e tipificado na codificação penal portuguesa do século XIX no quadro da expressão: “associação de malfeitores”. Na sua definição legal, dela faziam parte todos *aqueles que fizeram parte de qualquer associação formada para cometer crimes*. Eram ainda considerados como associados os seus cúmplices e encobridores das suas ações delituosas e dos elementos do bando (Código Penal de 1886).⁴⁵ Outra era a formulação mais simplificada e generalista que dispunha o artigo 263.º do Código Penal de 1852, ao enunciar-se que dela fazem parte todos *aqueles que fizeram parte de qualquer associação formada para atacar as pessoas ou as propriedades*.⁴⁶

Era no entanto comum, utilizarem-se outras expressões ou vocábulos na linguagem quotidiana como se constata na imprensa e na literatura da época. Aqui encontram-se termos como banditismo, quadrilhas e salteadores como sinónimos de associação de malfeitores, facto que pode contribuir para originar conceções imprecisas sobre o fenómeno. Nesta ordem de ideias, e tendo presente as palavras do antropólogo Paul Saint Cassia, quando se analisa o banditismo numa perspetiva comparada, há que ter atenção à natureza e à abordagem, pois poderemos estar perante estudos que partem de diferentes tipos e conceções de banditismo, enquadrados pelas noções de bandido social, bandido anti-social ou bandido oportunista (criminoso comum), sem excluir, no entanto, a possibilidade de estas noções ou categorias poderem coexistir em determinados contextos históricos. Assim, seguindo o autor, desde o século XIX, existem diferentes discursos sobre o banditismo que podem ser sintetizados em duas grandes modalidades. A primeira respeita ao banditismo ligado ao processo de construção do Estado-Nação, suscetível de revestir diferentes motivações e configurações, e que designa por banditismo de cariz clássico. A segunda modalidade reporta-se ao discurso jurídico-legal, e que acompanha o processo de consolidação do Estado-Nação, e que entende o banditismo como as práticas desenvolvidas pelos criminosos comuns, modalidade que Paul Saint Cassia rotula de banditismo contemporâneo.⁴⁷ Estas duas modalidades coexistem por vezes no tempo, e daí este investigador sublinhar a importância de atender às diferentes formas que

⁴⁵ Artigo n.º 263 do *Código Penal Português. Nova Publicação Oficial Ordenada por Decreto de 16 de Setembro de 1886*. 7ª Edição. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919.

⁴⁶ Artigo n.º 263 do *Código Penal Aprovado por Decreto de 10 de Dezembro de 1852*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.

⁴⁷ CASSIA, Paul Saint – “«Better Occasional Murders than Frequent Adulteries». Banditry, Violence and Sacrifice in the Mediterranean”. *History and Anthropology*. London. Vol. 12, n.º 1 (2000), pp. 65-99. [Consultado em 19 de março de 2018]. [Disponível em www.tandfonline.com/toc/ghan20/current].

o fenómeno é suscetível de revestir, as suas características e condições-contextos particulares. Neste mesmo sentido, a historiadora Valérie Sottocasa reforça a perspetiva de que o banditismo não pode ser objeto de uma análise simplista e redutora, dada a diversidade de situações que mapeiam o fenómeno e a pluralidade de imagens e de ambiguidades que se formaram ao longo dos tempos, em torno destes criminosos.⁴⁸

Daí a importância que deve ser conferida à dimensão mítica no estudo do banditismo, dimensão que atravessa o fenómeno, independentemente da sua maior ou menor incidência, consoante os casos e os respetivos contextos socio-históricos. Uma das vias privilegiadas de acesso a esta dimensão passa pelo estudo de lendas veiculadas ou não pela tradição oral, por artefactos artísticos diversos e pela literatura.⁴⁹ Uma ilustração desta realidade é observada em estudos realizados no Mediterrâneo e na América Latina, onde o banditismo político atingiu uma dimensão significativa, assistindo-se à mitificação de algumas das figuras de bandidos que foram incorporadas na cultura popular, revestindo uma imagem ambígua, fruto dos retratamentos românticos oferecidos pela literatura e imprensa.⁵⁰

Tendo presente estas orientações e advertências, segui no encalço da *Quadrilha do Papa Assucar*, mergulhando na sua *história* e nos seus protagonistas, história que necessita ser clarificada, adjetivada e compreendida no seu contexto histórico e historiográfico. Procurei, assim, ir mais longe em relação à visão que o etnógrafo vimaranense Alberto Vieira Braga traçou, em artigo datado de 1929, na *Revista de Guimarães*, sobre as guerrilhas e as quadrilhas existentes na região de Guimarães em meados do século XIX, em que nos diz que o *Papa Assucar atingiu mais nomeada em virtude de ser um imitador do Zé do Telhado, imitador menos habilidoso e de insignificante esperteza [...] o seu nome é ainda hoje falado [...]*.⁵¹

Certamente que o retrato grosseiramente esboçado por Vieira Braga, em razão, como o próprio refere de não possuir “elementos para reconstituir o seu monte de salteador”,⁵² acabou por potenciar a pesquisa, ao deixar a questão em aberto, *assucarada* com as poucas mas ricas informações (às quais voltarei), mas que representaram um forte convite para desvendar a narrativa de tão *temeroso papão*!

⁴⁸ SOTTOCASA, Valérie – “Introduction”. In SOTTOCASA, Valérie (dir.) – *Les Brigands. Criminalité et protestation politique 1750-1850*. Rennes: Press Universitaire de Rennes, 2013, pp. 11-15.

⁴⁹ GARCÍA, Huáscar Rodríguez – “Crimen y Mito: La (incipiente y desconocida) Historia del Bandolerismo en Bolivia”. *Decursos Revista de Ciencias Sociales*. Cochabamba. N.º 31 (2015), pp. 63-102. [Consultado em 25 de novembro de 2019]. [Disponível em www.academia.edu].

⁵⁰ Cassia, Paul Saint – “«Better occasional Murders...”, pp. 70-89.

⁵¹ BRAGA, Alberto Vieira – “Curiosidades de Guimarães II: Maltas de Salteadores – Uma quadrilha de nomeada”. *Revista de Guimarães*. Guimarães. N.º 39 (1929), p. 82.

⁵² BRAGA, Alberto Vieira – “Curiosidades de Guimarães...”, p. 82.

Desta forma, espero, com este estudo de caso, contribuir para enriquecer o conhecimento histórico, ainda enigmático, sobre as associações criminosas num contexto de paz política e social, tal como era a existente no caso português de então, mas marcada por uma presença fragmentária do Estado no Portugal da província.

CAPÍTULO II – NO ENCALÇO DA *QUADRILHA DO PAPA ASSUCAR*

Ce bandit de grand chemin, ce seigneur-pillard, ou ce gredin de foires rançonnant l'honnête paysan, il est peut-être né dans votre village Il a peut-être vécu dans votre ville, dans une mansarde sombre. Il a sans doute festoyé dans cette taverne dont ne subsistent plus que des murs ventrus, mais où tant de crimes ont été préparés [...]

Jean Peyrard⁵³

1. A COMPOSIÇÃO DA QUADRILHA: UM RETRATO

A avaliação sobre as associações criminosas produzida por especialistas e comentadores nacionais em finais do século XIX apresenta-se desigual. O pedagogo Ferreira-Deusdado mostrava-se céptico do decréscimo destas associações em Portugal, tendo por base a análise das estatísticas criminais que mostravam essa tendência. Na sua opinião, o fenómeno estaria sub-representado, merecendo o seguinte comentário: ainda que reconhecesse os progressos do Estado no fortalecimento das medidas de segurança que justificariam esse resultado - como são exemplo a melhor organização da polícia e o melhoramento e rapidez das comunicações⁵⁴ - na sua opinião, o número de associações criminosas não havia diminuído. Justificava a afirmação, tendo por base o traçado genérico que apresentava sobre este tipo de associações. Descrevia o fenómeno do banditismo, enquadrando-o nas adaptações às condições sociais, marcadas por um maior controle e repressão por parte do Estado e da intolerância crescente da sociedade face a este fenómeno. Sendo assim, caracterizava as associações criminosas como sendo efémeras e alicerçadas em laços de companheirismo desenvolvidos nas prisões. Uma vez no exterior, os bandidos levavam a cabo algumas ações criminosas, fruto dessa convivência, mas rapidamente se dissipavam.⁵⁵ Ferreira-Deusdado concluía, assim, que o país registava um novo tipo de associações criminosas, comparativamente ao banditismo de guerrilha típico da primeira metade do século. Contudo, estas

⁵³ PEYRARD, Jean - *Avec les Brigands et Bandits de Grand Chemin*. Saint-Étienne: Le hénaff éditeur, 1981, p. 8.

⁵⁴ Estas formas de fortalecimento do Estado foram a justificação para a diminuição do banditismo em algumas zonas do Mediterrâneo no século XIX - Cf. CASSIA, Paul Saint - "Banditry, Myth and Terror in Cyprus and Other Mediterranean Societies...", p. 774.

⁵⁵ Cf. FERREIRA-DEUSDADO - *Estudos Sobre Criminalidade e Educação*. Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista Torres, 1889, p. 54-55.

novas formas de associações criminosas continuavam a surgir, e o seu “espírito de associação” estava ainda presente, nomeando *a Quadrilha do Papa Assucar* como exemplo.⁵⁶

Outras opiniões, como a do médico Roberto Frias, refere que o desenvolvimento das associações criminosas era um fenómeno mais expressivo nos meios urbanos, dada a maior aproximação entre os chamados “criminosos habituais”, que faziam do crime um modo de vida, e por afinidade de interesses e confraternização, se associavam na prática de crimes. Esses bandos organizavam-se em torno de uma chefia e obedeciam a um conjunto de normas.⁵⁷ Enquanto que na perspetiva do professor de direito Caeiro da Mata, este argumentava que nas sociedades mais civilizadas, as associações de malfeitores eram muito reduzidas, assumindo a categoria de *parasitas*, cujo objetivo era apenas o furto.⁵⁸

De facto, o retrato de finais da década de 90 do século XIX que se apresenta neste texto sobre esta quadrilha, evidencia as novas características apresentadas por Ferreira-Deusdado. Assim, durante essa década, tinha sido construída uma imagem sobre *a Quadrilha do Papa Assucar*, em larga medida por projeção da imprensa, que os reputava de criminosos perigosos e temíveis, responsáveis por diferentes tipos de crimes e que aterrorizavam os povos de várias freguesias dos concelhos de Guimarães, Braga e Vila Nova de Famalicão, constituindo uma “associação de malfeitores”.

Mas começemos por identificar e caracterizar os membros desta associação. A reconstituição toma por ponto de partida o seu *comandante*, o *Papa Assucar*.

O Quadro 1 coloca-nos no ano de 1890, ano em que a quadrilha foi dada como extinta. Esses indivíduos foram identificados e registados a partir da análise da documentação judicial que os mencionava como grupo de indivíduos que figuravam na qualidade de réus, corréus ou cúmplices em diversas atividades criminosas cometidas ou de responsabilidade atribuída ao *Papa Assucar*. Para cada membro do bando registei os indicadores relativos ao nome e alcunha, residência, filiação, ocupação, idade, estado civil e instrução. Esclareça-se, desde já, que não se regista no quadro as presenças esporádicas de outros indivíduos nas atuações do bando. Apenas estão registados aqueles que evidenciam um maior envolvimento ao grupo, tendo por base as acusações da justiça criminal, os depoimentos das testemunhas e o discurso da imprensa. Assinale-se também que, como referi na

⁵⁶ Cf. FERREIRA-DEUSDADO, Manuel António – *A Antropologia Criminal e o Congresso de Bruxelas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, pp. 79-111.

⁵⁷ Cf. FRIAS, Roberto B. do R. - *O Crime (Apostamentos para a systematisação da criminalidade)*. Porto: Typ. de Alexandre da Fonseca Vasconcellos, 1880, pp. 13-15.

⁵⁸ Cf. MATA, Caeiro – *Direito Criminal Português*. Vol. I. Coimbra: F. França Amado Editor, 1911, pp. 148-149.

introdução, as fontes judiciais disponíveis não são sistemáticas, o que faz com que os indícios apurados, sobre estes indivíduos podem estar sub-representados.

O quadro apresenta em primeiro lugar, o chefe da quadrilha, e em seguida os membros que mantiveram uma relação de maior proximidade com o grupo. Lançando-se na mesma célula os elementos pertencentes a um mesmo agregado familiar que mantinham envolvimento com a quadrilha.

Quadro 1 - Elementos que compunham a quadrilha em 1890

Nome e alcunha	Residência	Ocupação	Idade	Estado Civil	Filiação	Instrução
Bernardo José Dinis, <i>o Papa-Assucar</i>	Caldelas, Guimarães	Cocheiro	28	Solteiro	Legítimo	Sabe ler e escrever
Maria Joaquina Ferreira, <i>a Bicha Brava</i>	São Martinho de Sande, Guimarães	Vendeira	49	Viúva	Legítima	Analfabeta
Francisco de Oliveira, <i>o Garracho</i>	Balazar, Guimarães	Chapeleiro	46	Casado	Legítimo	Analfabeto
Carolina Augusta	Balazar, Guimarães	Jornaleira	43	Casada	Legítima	Analfabeta
Antônio Marcelino Gonçalves, <i>o Catarino</i>	São Lourenço de Sande, Guimarães	Tamanqueiro	28	Casado	Legítimo	Analfabeto
Catarina Rosa da Silva	São Lourenço de Sande, Guimarães	Lavradeira	40	Casada	Legítimo	Analfabeta
João Rebelo de Sousa, <i>o Carolino</i>	Joane, Vila Nova de Famalicão	Tecelão	29	Casado	Legítimo	Sabe ler, escrever e contar
Joana Maria Simões, <i>a Carapuça</i>	Joane, Vila Nova de Famalicão	Tecedeira	24	Casada	Illegítima	Analfabeta
Francisco Pereira Duarte, <i>o Conca</i>	Ruivães, Vila Nova de Famalicão	Tecelão	38	Casado	Legítimo	Sabe ler e escrever
Domingos Pereira Duarte, <i>o Conca</i>	Santa Maria de Oliveira, Vila Nova de Famalicão	Tecelão	33	Casado	Legítimo	Analfabeto
Antônio José de Abreu	Oliveira do Castelo, Guimarães	Vendeiro	41	Casado	Legítimo	Sabe ler e escrever
Francisco da Costa Sacramento, <i>o Pissarro</i>	Balazar, Guimarães	Cabreiro	56	Casado	Legítimo	Analfabeto
Antônio da Cunha Lourenço, <i>o Lourenço</i>	Delães, Vila Nova de Famalicão	Pedreiro	41	Solteiro	Illegítimo	Sabe ler e escrever
João Dias, <i>o Santa Marinha</i>	Mogege, Vila Nova de Famalicão	Fabricante de Cotins	26	Solteiro	Legítimo	Analfabeto

Fonte: AMAP, TJCG, Crime, 3º Ofício, Registo dos processos crimes, 1890; AMAP, Paroquial, Paróquia de São Martinho de Sande, Livro de Casamentos, 1859, 1863 e 1864; AMAP, Paroquial, Paróquia de Gandarela, Livro de Casamentos, 1876; AMAP, Paroquial, Paróquia de São Martinho de Sande, Livro de Nascimentos, 1841 e 1847; AMAP, Paroquial, Paróquia de São Lourenço de Sande, Livro de Nascimentos, 1841; AMAP, Paroquial, Paróquia de Balazar, Livro de Nascimentos, 1844; AMAP, Paroquial, Paróquia de São Tiago de Candoso, Livro de Nascimentos, 1849; AMAP, Paroquial, Paróquia de Balazar, Livro de Casamentos, 1869; ADP, TRP, Apelação Cível de Bernardo José Dinis, 1890-1895; ADP, TRP, Apelação Crime de Antônio Marcelino Gonçalves, 1891; ADP, TCSTS, Carta Precatória de João Dias, *o Santa Marinha*, 1888; AMAS, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Recenseamento Eleitoral, 1882-1883; AMAS, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Recenseamento Militar, 1885; ADB, Paroquial, Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Ruivães, Livro de Casamentos, 1874; ADB, Paroquial, Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Joane, Livro de Casamentos, 1885; ADB, Paroquial, Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Oliveira (Santa Maria), Livro de Casamentos, 1880; ADB, Paroquial Concelho de Braga, Paróquia de Esporões, Livro de Casamentos, 1863; ADB, Paroquial Concelho de Braga, Paróquia de Esporões, Livro de Nascimentos, 1834; ADB, Paroquial, Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Oliveira (Santa Maria), Livro de Nascimentos, 1852 e 1857; ADB, Paroquial, Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Ruivães, Livro de Nascimentos, 1861; ADB, Paroquial, Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Delães, Livro de Nascimentos, 1849; ADB, Paroquial, Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Mogege, Livro de Nascimentos, 1862 e 1864; Arquivo Distrital de Bragança, Paroquial Concelho de Mogadouro, Paróquia de Saldanha, Livro de Nascimentos, 1862.

A estatísticas do crime de finais do século XIX analisadas por Maria João Vaz⁵⁹ e os cometários produzidos a seu respeito, traçavam uma imagem do delinquente de acordo com as seguintes características: eram maioritariamente representados por homens solteiros (jovens adultos), analfabetos e que atestavam ligações precárias ao mundo do trabalho. Considerava-se que os jovens adultos solteiros eram mais permeáveis ao caminho do crime, por gozarem de uma maior liberdade e não possuírem responsabilidades de ordem familiar.⁶⁰ Em contraponto, preconizava-se que os homens casados estavam um pouco mais protegidos pelas pressões sociais e familiares, que os impelia a cumprirem as obrigações para com outros. A literatura sobre o crime da época assinalava ainda a existência de uma relação positiva entre o grau de instrução e a tipologia dos crimes. Sublinhava ainda que no caso dos réus analfabetos, o crime de furto e vadiagem era dominante. Retrato análogo era tecido a respeito da ilegitimidade, considerando-se que entre este grupo criminal, a condição de filho ilegítimo potenciava maior propensão para a delinquência.⁶¹

Vejamos os ecos destas representações no universo em análise, tendo presente que se trata de um estudo de caso de pequena dimensão.

Dos 14 indivíduos que compunham a *Quadrilha do Papa Assucar*, 10 eram do sexo masculino e 4 eram do sexo feminino. A distribuição etária apresenta-se diversificada, situando-se entre os 24 e os 56 anos (idade mínima e máxima da distribuição em estudo), verificando-se uma maior expressão dos grupos etários entre os 20 -29 anos e os 40-49 anos. O nível de instrução era, na sua maioria, rudimentar: os homens não possuíam instrução ou sabiam ler e escrever; as mulheres na sua totalidade eram analfabetas. Das quatro mulheres recenseadas, 3 eram casadas com membros do bando e uma vivia amancebada com o chefe da quadrilha. Elas desempenhavam um papel secundário em termos de participação nos negócios ilícitos do bando, de acordo com a materialidade de prova indiciada através dos procedimentos judiciais.

⁵⁹ VAZ, Maria João - *Crime e Sociedade Portugal na Segunda Metade do Século XIX*. Oeiras: Celta Editora, 1998, pp. 201-224.

⁶⁰ Eric Hobsbawm classificou os homens jovens solteiros como grupo de "mobilizáveis para o banditismo", juntamente com os soldados, os ex-militares, os migrantes e os errantes -Cf. HOBBSAWM, Eric - *Bandidos...*, p. 24.

⁶¹ Os estudos que se têm vindo a produzir em Portugal também traçam um perfil semelhante - Cf. VAQUINHAS, Irene Maria - *Violência, Justiça e Sociedade Rural...*, pp. 303-387; SANTOS, Maria José Moutinho dos - *A Sombra e a Luz...*, pp. 114-161; ANICA, Aurizia - *A Transformação da Violência...*, pp. 95-102, ESTEVES, Alexandra Patrícia Lopes - *Entre o Crime e a Cadeia...*, pp. 107-155, SILVA, Susana Serpa - *Violência, Desvio e Exclusão...*, pp. 303-332; VAZ, Maria João - *O Crime em Lisboa...*, pp. 169-217.

Fonte: ADP, TRP, Apelação Civil de Bernardo José Dinis, 1890, fl. 182v.

Figura 1 - Assinatura de Bernardo José Dinis, o *Papa Assucar*

Contrariamente ao retrato estatístico dominante, atrás traçado, os homens do grupo em estudo são descritos, na sua maioria, como casados.

Quanto aos locais de residência dos membros da quadrilha, assinalados na figura 2, estes espelham uma forte coincidência ou proximidade com os locais de naturalidade, distribuindo-se por um conjunto de quatro freguesias do concelho de Guimarães (Balazar, São Martinho de Sande, Caldelas e Oliveira do Castelo) e quatro freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão (Ruivães, Joane, Mogege e Delães).



Fonte: www.portugal.veraki.pt

Figura 2 - Freguesias de residência dos elementos da quadrilha em 1890, nos concelhos de Vila Nova de Famalicão (à esquerda) e de Guimarães (à direita)

Retenha-se, por último, a presença de alguns núcleos familiares, como referi, constituídos por casais – António Macelino Gonçalves e Catarina Rosa da Silva; Francisco de Oliveira⁶² e Carolina Augusta; João Rebelo de Sousa e Joana Maria Simões; e o *Papa Assucar* que vivia *amancebado* com a *Bicha Brava* – ou por irmãos – Francisco Pereira Duarte e Domingos Pereira Duarte. Refira-se ainda a situação amorosa de Francisco da Costa Sacramento, o *Pissarro*, que em 1878 constava ser *amásio* de Antónia Joaquina de Oliveira, a *Garracha*, casada, irmã de Francisco de Oliveira, o *Garracho*,⁶³ tendo mais tarde casado com outra mulher, na condição de viúvo. Do conjunto, apenas 4 indivíduos figuram isolados, sem relação amorosa conhecida. Seja como for, os membros do grupo atestam entre si relações de amizade e companheirismo particulares, alargadas, em mais de metade dos casos a relações de conjugalidade (maioritariamente legítimas) e familiares (irmãos).

Da análise do Quadro 1, salienta-se um primeiro grupo que constituía o núcleo forte da quadrilha, de acordo com a imprensa e comprovado, em alguns casos, através da documentação judicial compulsada. Entre eles encontram-se o *Garracho*, tido pelo *braço direito do celebre gatuno*;⁶⁴ o *Catarino*, descrito como *refinado ladrão*⁶⁵ da dita quadrilha; António José de Abreu, caracterizado como *um grande da companhia*;⁶⁶ o *Pissarro* considerado, analogamente, *membro distinto da companhia*⁶⁷ e *um dos heroes da quadrilha*.⁶⁸

Do segundo grupo constam os *acolytos do assucarado ladrão minhoto*, os quais espelhavam relações mais laterais com a quadrilha. Com efeito, são menores as referências sobre estes indivíduos encontradas quer nos processos judiciais como na imprensa, traços indiciadores de um envolvimento menor ao bando. São eles: Francisco Pereira Duarte e Domingos Pereira Duarte, os *Concas*; João Dias, o *Santa Marinha*; António da Cunha Lourenço, o *Lourenço*; e o casal João Rebelo de Sousa, o *Carolino*, e Joana Maria Simões, a *Carapuceira*. Note-se, porém, que o suposto menor envolvimento com o universo das atividades ilícitas, não exclui a existência de relações de proximidade afetiva e de amizade, com membros protagonistas da quadrilha.

Assim parece ter acontecido com o casal João Rebelo de Sousa, o *Carolino*, e Joana Maria Simões, a *Carapuceira*, que habitavam numa casa cujo proprietário era o pai do *Papa Assucar*.⁶⁹ Este

⁶² Um filho de Francisco de Oliveira, José António de Oliveira, o *Garracho*, também seguiu os passos dos pais no mundo do crime. Foram-lhe imputados dois crimes de furto - Cf. ADP, TCSTS, Policia Correccional, Maço 2, n.º 29, 1902-1905.

⁶³ A *Garracha* era casada com Gaspar Ferreira e o *Pissarro* era casado com Maria da Luz (esta faleceu na freguesia de Esporões, do concelho de Braga). Francisco da Costa Sacramento casou segunda vez com Maria Josefa a 14 de dezembro de 1885 em Balazar – Cf. AMAP, Paroquial, Paróquia de Balazar, Livro de Casamentos (1862-1887), fl. 43v.

⁶⁴ SMS, *Religião e Patria*, n.º 37, 25 de outubro de 1890, não paginado.

⁶⁵ SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 533, 10 de fevereiro de 1890, não paginado.

⁶⁶ SMS, *Religião e Patria*, n.º 37, 25 de outubro de 1890, não paginado.

⁶⁷ BPB, *Comercio do Minho*, n.º 2565, 20 de maio de 1890, não paginado.

⁶⁸ BND, *A Republica*, n.º 43, 31 de maio de 1890, não paginado.

⁶⁹ ADP, TRP, Apelação Cível de Bernardo José Dinis, 1890-1895, fl. 87.

casal e Francisco Pereira Duarte, *o Conca*, por vezes davam guarida ao “chefe” do bando, pernoitando algumas vezes em suas casas.⁷⁰

No ponto seguinte, traçam-se os retratos de vida de alguns dos elementos que compunham a quadrilha, de acordo com a informação reunida, tendo como hipótese orientadora que a entrada na delinquência poder-se-ia dever a um contexto socioeconómico instável e precário que os conduziria ao furto e ao crime como estratégia de sobrevivência.

1.1. Caracterização socioeconómica dos membros do grupo

A população carcerária era constituída sobretudo por gente pobre ou de baixa condição económica. Esta realidade, observada por alguns estudiosos da época, quer em Portugal⁷¹ quer em outros países,⁷² é reveladora de que o crime estava associado às classes populares.⁷³

No mesmo sentido, os estudos que se têm produziram sobre esta temática, traçam um perfil idêntico e exploram quer as causas da entrada no universo da pequena criminalidade como as potenciais consequências de ter sido presidiário. Pois, o ser ou estar preso tanto correspondia a cair na pobreza como ao agravamento da difícil condição económica de indivíduos e famílias, de partida.⁷⁴

É certo que a pobreza por si só, não era condição para se cair no mundo do crime. Como assinala a bibliografia da especialidade, há outros fatores ou circunstâncias, como sejam o desemprego, as crises económicas, os maus anos agrícolas,⁷⁵ e ainda os vícios do álcool e do jogo e bem assim a ociosidade, que proporcionavam a entrada no mundo da criminalidade e da justiça criminal.

⁷⁰ ADP, TRP, Apelação Cível de Bernardo José Dinis, 1890-1895, fls. 110-114.

⁷¹ CORREIA, António Mendes - *Os Criminosos Portugueses. Estudos de Antropologia Criminal*. Coimbra: F. França Amado Editor, 1914, p. 318.

⁷² ASCHAFFENBURG, G. – *Crime e Repressão*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1904, p. 164; MARRO, Antonio – *Os Encarcerados*. Lisboa: Henrique Azevedo Editor, 1889, pp. 12-13.

⁷³ VAZ, Maria João - “O povo como «classe criminosa»”. In NEVES, José (coord.) - *Como se Faz um Povo*. Lisboa: Tinta da China, 2010, pp. 277 – 292.

⁷⁴ ESTEVES, Alexandra Patrícia Lopes – *Entre o Crime e a Cadeia...*, p. 683.

⁷⁵ Vejam-se alguns estudos europeus onde a associação entre pobreza, crises económicas e agrícolas e o crime é analisada: BIGNON, Vincent; CAROLI, Eve; GALBIATI, Roberto – “Stealing to Survive? Crime and Income Shocks in the 19th Century France”. *IZA Discussion Paper*. Bonn. N.º 8531 (2014), pp. 19-49. [Consultado em 16 de julho de 2019]. [Disponível em <https://www.iza.org/publications/dp/>]; PULLICINO, Evelyn – “Theft in Nineteenth Century Malta”. *Journal of Maltese History*. Msida. Vol. 5, n.º 1 (2016), pp. 28-47 [Consultado em 26 de março de 2019]. [Disponível em <https://www.um.edu.mt/library/oar/handle/123456789/26877>]; MEHLUM, Halvor, MIGUEL, Edward, TORVIK, Ragnar – “Poverty and Crime in 19th Century Germany”. *Journal of Urban Economics*. Amsterdam. N.º 59 (2006), pp. 370-388. [Consultado em 20 de outubro de 2017]. [Disponível em <https://www.journals.elsevier.com/journal-of-urban-economics>].

O Quadro 2 apresenta o “Registo das profissões declaradas dos membros da quadrilha entre 1855 e 1890” e permite-nos entrar na caracterização das condições socioeconómicas dos membros da quadrilha. O ponto de partida para o registo das profissões foram as menções assinaladas nos registos paroquiais, tanto de nascimento como de casamento, e no recenseamento militar. O registo último da entrada relativa à profissão é relativo a 1890, ano em que a quadrilha é dada por extinta, de acordo com a documentação judicial e político-administrativa.

Uma primeira análise do quadro permite concluir pela relação de precaridade com o trabalho que caracteriza a maioria dos membros do bando. Esta é sugerida pelo leque diversificado de atividades que os indivíduos declaram exercer ou ter exercido, num intervalo de tempo variável, em função dos casos, que oscila entre um segmento menor de 2 anos e um segmento temporal mais largo, de 35 anos. Registe-se, porém, como bem nota Maria João Vaz, que *o ter [ou declarar] uma profissão não implicaria o seu exercício efectivo*.⁷⁶ Com efeito, a menção à profissão é suscetível de várias leituras. Tanto pode significar o exercício de uma atividade profissional, ocasional ou não, como corresponder ao preenchimento de um requisito oficial de forma a evitar uma acusação suplementar: a de vadiagem, suscetível de pena de prisão correccional até 6 meses, de acordo com a moldura legal vigente.⁷⁷

⁷⁶ VAZ, Maria João - *Crime e Sociedade...*, p. 215.

⁷⁷ SANTOS, Maria José Moutinho - *A Sombra e a Luz...*, p. 117.

Quadro 2 - Registo das profissões declaradas dos membros da quadrilha entre 1855 e 1890

Nome	Profissão/Ano
Bernardo José Dinis, <i>o papa assucar</i>	Carreção/1880 Curador de Carros/1881 Cocheiro/1883-1890
Maria Joaquina Ferreira, <i>a bicha brava</i>	Vendeira de pão de trigo/1865 Proprietária/1878 Vendeira/1881-1890
Francisco de Oliveira, <i>o garracho</i>	Sombreireiro/1865 Lavrador Caseiro/1870 Sombreireiro/1873 Chapeleiro/1886-1890
Carolina Augusta	Lavradeira Caseira/1870 Jornaleira/1873-1890
António Marcelino Gonçalves, <i>o catarino</i>	Jornaleiro/1883 Soldado/1883-1888 Tendeiro Ambulante/1890 Caiador/1890 Trabalhador em Quebrar Pedra/1890 Tamanqueiro/1890
Catarina Rosa da Silva	Lavradeira/1890
João Rebelo de Sousa, <i>o carolino</i>	Fabricante/1885 Soldado/1885-1889 Vendeiro/1889 Tecerão/1890
Joana Maria Simões, <i>a carapuqueira</i>	Vendeira/1889 Tecedeira/1890
Francisco Pereira Duarte, <i>o conca</i>	Fiteiro/1874 Tecerão/1874-1882 Cabo de Polícia/1879 Fabricante/1884 Jornaleiro/1885 Tecerão/1887-1890
Domingos Pereira Duarte, <i>o conca</i>	Tecerão/1880 Cabo de Polícia/1880 Fabricante de Cotins/1888 Tecerão/1889-1890
António José de Abreu	Tecerão/1876-1880 Fabricante de Cotins/1880-1882 Vendeiro/1888-1889 Fabricante/1889
Francisco da Costa Sacramento, <i>o pissarro</i>	Criado de Servir/1855 Jornaleiro/1863 Cabreiro/1886-1890
António da Cunha Lourenço, <i>o Lourenço</i>	Tecerão/1870 Jornaleiro/1882 Pedreiro/1883-1890
João Dias, <i>o santa marinha</i>	Pedreiro/1883 Criado de Servir/1885 Fabricante de Cotins/1888

Fontes: ADB, Paroquial, Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Ruivães, Livro de Casamentos, 1874; ADB, Paroquial, Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Joane, Livro de Casamentos, 1885; ADB, Paroquial, Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Oliveira (Santa Maria), Livro de Casamentos, 1880; ADB, Paroquial, Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Joane, Livro de Nascimentos, 1885 e 1888; AMAP, Paroquial, Paróquia de Balazar, Livro de Casamentos, 1869; AMAP, Paroquial, Paróquia de São Clemente de Sande, Livro de Casamentos, 1865; AMAP, Paroquial, Paróquia de Gandarela, Livro de Casamentos, 1876; AMAP, Câmara Municipal de Guimarães, Registo de Licenças (1888-1916); AMAP, Câmara Municipal de Guimarães, Recenseamento Militar, 1885; AMAP, TJCG, Crime, 3.º Ofício, Registo dos Processos Crimes, 1890; AMAP, TJCG, Crime, 4.º Ofício,

Polícia Correccional, maço 3, n.º 24, 1881; AMAP, Notarial, Julgado de Caldelas, Livro de Notas n.º 3, 1878-1879; ADP, TRP, Apelação Crime de Bernardo José Dinis, 1890-1895; ADP, TCSTS, Carta Precatória de João Dias, o Santa Marinha, 1888; AMB, Arquivo Municipal de Braga, Recenseamento Militar, 1855; AMAS, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Recenseamento Militar, 1870; AMAS, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Recenseamento Eleitoral, 1889-1890; AMAS, Administração do Concelho de Vila Nova de Famalicão, Livro dos Autos de Posse e Juramento, 1873-1888.

As profissões recenseadas relacionam-se sobretudo com o exercício de atividades agrícolas e de profissões artesanais, no quadro da economia dominante no norte rural do país. Retenha-se, porém, que enquanto alguns indivíduos se mantêm no mesmo ramo de atividade, ou alteram apenas a função ou cargo, durante o período de tempo recenseado, outros registam a mudança do setor da atividade que alegam, que passa da agricultura ou artesanato para o comércio.⁷⁸ Frise-se ainda que não é estranho o exercício simultâneo de atividades, a agricultura com outra ocupação, plausivelmente pela natureza segmentada da atividade. O universo das profissões recenseadas sugere, no entanto, que a mudança da atividade não indicia, necessariamente, uma melhoria do estatuto económico. Veja-se o caso do *Catarino*, que em 1890 foi recenseado com 4 ocupações, o que leva a admitir que o limiar da pobreza (ou da miséria) constituía um horizonte expectável para as camadas assalariadas rurais.

A documentação compulsada espelha e descreve, com efeito, situações de manifesta precaridade da relação com o trabalho. Evidencia ainda relações de dependência socioeconómica, ditadas por razões familiares e que se traduzem em situações de empobrecimento do agregado familiar. Vejamos algumas ilustrações colhidas a partir dos relatos de vida produzidos por membros da quadrilha.

A primeira ilustração reporta-se à história de vida de António Marcelino Gonçalves, o *Catarino*. Segundo o seu próprio testemunho *era um desgraçado que tinha vindo como reservista para estes sítios*,⁷⁹ acompanhado por sua mulher, Catarina Rosa da Silva, que era natural de São Martinho de Sande (concelho de Guimarães).⁸⁰ É justamente a partir do seu historial militar que se desenvolve a sua errância e desenraizamento da terra natal, tendo servido em diferentes zonas do país. Este facto, poderá explicar a deambulação profissional que experiencia e que também passa pela mobilidade residencial, atendendo às várias freguesias do concelho de Guimarães em que declarou ter habitado.

⁷⁸ Roberto Frias refere algumas profissões que tinham mais propensão para a criminalidade e a reincidência: cocheiros, pedreiros, ferreiros, militares, serviçais, pastores, entre outras – Cf. FRIAS, Roberto – *O Crime...*, p. 57.

⁷⁹ Alusão às freguesias onde residiu no concelho de Guimarães: Balazar, São Lourenço de Sande e São Martinho de Sande - ADP, TRP, Apelação Crime de António Marcelino Gonçalves, 1891, fl. 36.

⁸⁰ António Marcelino Gonçalves e Catarina Rosa da Silva casaram a 23 de junho de 1883 (desconheço o local), ano em que iniciou o serviço militar, tendo ela o acompanhado durante a sua vida militar até *resolverem ir viver para São Lourenço de Sande* – ADP, TRP, Apelação Crime de António Marcelino Gonçalves, 1891, fl. 33.

Com efeito, no intervalo de três anos, entre 1887 e 1890, foi registado com cinco ocupações diferentes. Atentemos, com mais detalhe à sua experiência no serviço militar.

António Marcelino Gonçalves assentou praça em 23 de novembro de 1883, no Regimento de Cavalaria n.º 7, do concelho de Mogadouro, de onde era natural (freguesia de Saldanha). Entre essa data e 24 de outubro de 1888, altura em que passou à reserva, foi transferido, diversas vezes, para diferentes regimentos do exército,⁸¹ fruto do seu comportamento indisciplinar. Entre as infrações que cometeu, contam-se um furto, uma agressão que resultou em ferimentos,⁸² bem como ofensas verbais e ameaças contra um 2.º sargento instrutor,⁸³ de que resultaram punições várias – o encarceramento de alguns dias a vários meses, cumprido em Companhias de Correção.⁸⁴

Como é sabido, na época era corrente a presença de soldados ou de antigos soldados entre as listas dos encarcerados, como observaram, reputados especialistas, como os casos do antropólogo Mendes Correia e do médico Roberto Frias.⁸⁵ Com efeito, o cumprimento do serviço militar não significava apenas o afastamento do contexto familiar (muitas vezes acompanhado de mudança da área geográfica da residência). Correspondia também ao abandono das ocupações correntes, facto suscetível de se repercutir na diminuição dos rendimentos do agregado familiar, tanto mais gravoso por se estender por um longo período de tempo. Acrescem ainda as consequências decorrentes do serviço militar. Na observação de alguns estudiosos da época, quando os soldados passavam à reserva, acontecia frequentemente ficarem desmoralizados, entregando-se a práticas de ociosidade e de vício, passando a ser frequentadores assíduos das tabernas, circunstâncias propícias a entrarem no mundo da ladroagem.⁸⁶

⁸¹ Regimento de Caçadores n.º 3, Caçadores n.º 6, Infantaria n.º 17, Infantaria n.º 8 e Infantaria n.º 21 – Cf. AHM, Regimento de Infantaria n.º 21, 2.º Batalhão, Registo das Praças de Pret de 1884, Livro n.º 16, n.º 605.

⁸² Consta ainda na sua folha de registo militar 180 dias de *licença por motivo de molestia, de tratamento nos hospitais* - AHM, Regimento de Infantaria n.º 21, 2.º Batalhão, Registo das Praças de Pret de 1884, Livro n.º 16, n.º 605.

⁸³ O seu comportamento violava os deveres militares expressos no art.º 1.º, n.º 2 e n.º 21 do *Regulamento Disciplinar do Exército*: art.º 1.º “Todo o militar deve regular em geral o seu procedimento pelos dictames da religião, da virtude e da honra, amar a pátria, ser fiel ao rei, guardar e fazer guardar a constituição política da monarchia, respeitar e cumprir as leis do reino e os seguintes deveres especiaes: [...] n.º 2 Respeita-los [ordens superiores] sempre, tanto no serviço como fora dele [...] n.º 21 Ser moderado na linguagem, não murmurar das ordens de serviço, não as discutir, nem referir-se ao superior, de viva voz ou por escripto, ou por qualquer meio de publicação, com expressões faltas de respeito.” - *Collecção Official da Legislação Portuguesa Anno de 1875*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876, p. 297-298.

⁸⁴ Nos termos do art.º 73.º do *Regulamento Disciplinar do Exército*, é estipulado que “os cabos e os soldados a quem durante noventa dias forem impostas algumas penas de fachinas, exercicios, guardas de castigo ou detenção no quartel de companhia, poderão conforme a importância das faltas e o número dos castigos, ser mandados servir nas companhias de correção, para que assim se evitem os efeitos do mau exemplo” – Cf. *Collecção Official da Legislação Portuguesa Anno de 1875*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876, p. 306.

⁸⁵ Cf. CORREIA, António Mendes – *Os Criminosos Portugêses...*, p. 281; FRIAS, Roberto – *O Crime...*, pp. 57-58. Esta realidade também foi observada por Alexandra Esteves no seu estudo sobre criminalidade no Alto Minho no século XIX – Cf. ESTEVES, Alexandra Patrícia Lopes – *Entre o Crime e a Cadeia...*, p. 717.

⁸⁶ FERREIRA-DEUSDADO – *Criminalidade e Educação...*, p. 182; GOMES, António Luís Gomes – *Ociosidade, Vagabundagem e Mendicidade*, 1892, citado por MALDONADO, Mário Artur da Silva – “Alguns aspectos da história da criminologia em Portugal”. Coimbra: Instituto de Criminologia de Coimbra, 1960, pp. 109-111. [Consultado em 14 de março de 2018]. [Disponível em <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/2102.pdf>]. As tabernas eram também locais onde se formavam associações de malfeteiros, fruto da convivência e influência entre delinquentes, ociosos e vadios – Cf. MATA, Caeiro – *Direito Criminal Português...*, p. 148.

Confrontados com este cenário corrente, muitos procuravam evitar o recrutamento militar, muitas vezes sem sucesso, pois uma das soluções passava pelo pagamento de taxas.⁸⁷ No nosso pequeno universo de indivíduos, quatro contestaram o seu apuramento. António da Cunha Lourenço assim o fez, alegando como fundamento o n.º 2 do art.º 8.º da lei do recrutamento militar, datada de 1855, que estabelecia as condições necessárias para a isenção do serviço militar, de acordo com o seu contexto familiar, a saber: “[a]quelle que provar que elle só, pelo seu trabalho, sustenta qualquer dos seus ascendentes ou irmãos, que não possam alimentar-se por absoluta carencia de meios, e estado de não poder obte-los [...]”.⁸⁸ Com efeito, era o único filho de Ana Lourenço, com quem vivia, e a base do seu requerimento parecia ajustar-se à sua realidade familiar. Porém, o seu pedido, foi desatendido. Igual desfecho teve o recurso dirigido ao *Conselho de Estado*. O seu objetivo foi alcançado, no âmbito da decisão proferida pela *Junta de Revisão*, datada de 27 de janeiro de 1876.⁸⁹

Outro foi o fundamento apresentado por Francisco Pereira Duarte com o fim de contestar o seu apuramento militar. Alegou como motivo a sua baixa estatura, tendo a sua reclamação sido atendida.⁹⁰ Desfecho semelhante tiveram Francisco de Oliveira e Francisco da Costa Sacramento. Após terem sido desatendidos no pedido de isenção do serviço militar, acabaram por serem declarados *escusos*, o primeiro por decisão do *Conselho de Estado*, datada de 23 de novembro de 1866,⁹¹ e o segundo por instrução análoga da *Junta de Revisão*, datada de 20 de fevereiro de 1862.⁹²

A precaridade material que afetava os contextos familiares dos membros da quadrilha é igualmente evidenciada no contexto das declarações que prestam, no âmbito dos processos judiciais em curso. Assim o evidencia o testemunho de Carolina Augusta, esposa do *Garracho*,⁹³ aquando do seu julgamento, ao declarar, quando interrogada sobre a sua ocupação e a de seu marido, que ambos exerciam atividades e trabalhos sazonais: ela costumava *ir ao sacho*⁹⁴ e também se ocupava a fiar, enquanto que o seu marido *roçava no monte quando tinha serviço*. Declarou, ainda, que mendigavam quando não tinham que fazer.⁹⁵ O marido, a par da atividade agrícola, exercia também a

⁸⁷ Sobre o processo de recrutamento militar na segunda metade do século XIX veja-se COELHO, Sérgio Veludo – “As Forças Armadas”. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. Volume X. Lisboa: Editorial Presença, 2004, pp. 251-268.

⁸⁸ Cf. *Collecção Official da Legislação Portuguesa Anno de 1855-1856*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856, p. 256 - Lei do Recrutamento Militar de 27 de julho de 1855.

⁸⁹ AMAS, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Recenseamento Militar de 1870, fls. 15v e 16.

⁹⁰ Cf. *Collecção Official da Legislação Portuguesa Anno de 1855-1856...*, art.º 7.º n.º 3 – “Os que não tiverem um metro e 56 centímetros de altura”.

⁹¹ AMAP, Câmara Municipal de Guimarães, Recenseamento Militar, 1865.

⁹² AMB, Câmara Municipal de Braga, Recenseamento Militar, 1855.

⁹³ Ver Apêndice I, onde estão coligidos alguns dados biográficos sobre os elementos da quadrilha e seus agregados familiares.

⁹⁴ *Designa a época em que o milho recebe a primeira cava* – Cf. BRAGA, Teófilo – *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*. Vol. I. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, p. 110.

⁹⁵ ADP, TRP, Apelação Crime de António Marcelino Gonçalves, 1891, fl.32.

profissão de chapeleiro ou sombreireiro, informação que vai de encontro à existência de algumas unidades de fabrico de “chapéus grossos” na freguesia onde residiam.⁹⁶

A condição de vida da taberneira Maria Joaquina Ferreira, a *Bicha Brava*, é também reveladora das dificuldades com que se deparava no exercício da sua ocupação.⁹⁷ De acordo com o seu relato, em 1886 enviuvou de Manuel Fernandes,⁹⁸ ficando sozinha na gerência da sua taberna,⁹⁹ onde vivia, e que havia comprado com seu marido, em novembro de 1878,¹⁰⁰ situada no lugar do Alvite, junto à estrada real que vai para Braga, na freguesia de São Martinho de Sande, do concelho de Guimarães.¹⁰¹ O exercício da atividade profissional implicava uma perigosidade efetiva, em face aos conflitos tidos como correntes e que nasciam da associação entre o vinho¹⁰² e o jogo. Neste contexto, as relações entre os taberneiros e respetivos clientes podiam ser atravessadas por comportamentos violentos, algumas das vezes resultando em processos de vingança.¹⁰³ Apresento duas ilustrações que espelham as dificuldades com que se debatiam os taberneiros no exercício do seu trabalho, que têm por cenário a taberna da *Bicha Brava*.

No dia 2 de fevereiro de 1886, pelas 7 e meia da noite, José de Sousa (solteiro, garfeiro), Custódio de Sousa (garfeiro) e sua mulher Maria Piaira, todos moradores no lugar do Alvite em Caldelas (concelho de Guimarães), entraram na taberna de Manuel Fernandes pedindo para que este lhes vendesse cigarros fiados, e como o taberneiro recusou, aqueles ao saírem insultaram a sua mulher, Maria Joaquina Ferreira, a *Bicha Brava*, atirando ainda pedras ao telhado, quebrando-lhe 7 telhas. Manuel Fernandes apresentou queixa à autoridade policial, mas o depoimento das testemunhas foi dado por inconclusivo, uma vez que não viram o apedrejamento ao telhado nem ouviram os insultos, tendo a queixa sido arquivada.¹⁰⁴

⁹⁶ PINTO, Elisabete - *Curtidores e Surradores de S. Sebastião – Guimarães (1865-1923)*. Guimarães: Edição de Autor, 2012, p. 64.

⁹⁷ Para o exercício desta atividade era necessária licença camarária – Cf. AMAP, Administração do Concelho, Registo de Licenças (1888-1916), sem numeração.

⁹⁸ Manuel Fernandes faleceu no hospital da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães a 29-07-1886 – Cf. AMAP, Paroquial, Livro de Óbitos São Pedro de Azurém (Hospital), 1882-1889, fl. 132v.

⁹⁹ O marido no seu testamento nomeou-a sua universal herdeira por não terem tido filhos – Cf. AMAP, Administração do Concelho, Registo de Testamentos, Livro n.º 81, 1886, fls. 29v a 31.

¹⁰⁰ AMAP, Notarial, Julgado de Caldelas, Livro de Notas n.º 3, 1878-1879, fl. 32 e 32v.

¹⁰¹ Para esta compra, o casal contraiu um empréstimo no valor de 160 mil reis a Domingos Pinto Maia, um negociante da povoação vizinha das Taipas – Cf. AMAP, Notarial, Julgado de Caldelas, Livro de Notas n.º 3, 1878-1879, fl. 37v e 38.

¹⁰² Sobre a associação entre o alcoolismo e o crime leia-se - SILVA, Susana Serpa - “Alcoolismo e Criminalidade no século XIX. O caso da ilha de S. Miguel (Açores)”. *Ler História*. Lisboa. N.º 53 (2007), pp. 93-111.

¹⁰³ Sobre a vivência, os conflitos e as tensões despoletadas nas tabernas leia-se VAQUINHAS, Irene Maria – *Violência, Justiça e Sociedade Rural...*, pp. 413-418; ANICA, Aurizia – *A Transformação da Violência...*, pp. 29-35; ESTEVES, Alexandra Patrícia Lopes – *Entre o Crime e a Cadeia...*, pp. 256-269.

¹⁰⁴ AMAP, TJCG, Crime, 4.º Ofício, Participação Crime, Maço 4, n.º 93, 1886. Já em outubro de 1882 o casal apresentara uma queixa às autoridades contra Manuel Ribeiro, pedreiro, residente na mesma freguesia de São Martinho de Sande, procedendo-se a um auto crime. Contudo desconhece-se o conteúdo da queixa e o seu desfecho. – Cf. AMAP, TJCG, Crime, Borrão dos processos do Delegado do Procurador Régio e conclusos ao Juiz de Direito da comarca, 1880-1883, não numerado.

Outra das dificuldades com que se deparavam os pequenos comerciantes, relacionava-se com o pagamento de impostos,¹⁰⁵ questão que agravava o difícil equilíbrio financeiro do negócio. Uma das estratégias habituais, ainda que ilícita, consistia no recurso ao contrabando ou ao *descaminho de géneros* com o fim evitar o pagamento da respetiva taxa e desta forma contribuir para o equilíbrio das contas.¹⁰⁶ Esta terá sido a via adotada por Manuel Fernandes, taberneiro, de acordo com o conteúdo da audiência datada de 17 de julho de 1884,¹⁰⁷ em resposta à ação ordinária promovida pela Fazenda Nacional motivada pelo desvio de géneros ao pagamento de direitos fiscais. A ação teve por fundamento a apreensão de 255 litros de vinho verde, no valor de 80 reis por litro, pelo fiscal do *real de água*, Luís de Barros Peixoto, ocorrida no dia 17 de abril de 1884, pelas 9 horas da manhã, na taberna de Manuel Fernandes.¹⁰⁸ O vinho exposto para venda carecia da declaração respetiva do pagamento do imposto.¹⁰⁹ O desfecho da ação resultou na aplicação da sanção estipulada no art.º 98.º do referido regulamento, de acordo com o qual “os descaminhos serão punidos com a multa de 50 por cento do valor dos géneros descaminhados, calculando-se o valor pelo preço que os mesmos géneros tiverem na revenda nos logares em que forem encontrados”.

As dificuldades com que se debatiam os estabelecimentos desta natureza, são patenteadas na situação de Maria Joaquina Ferreira, que a partir de 1886, na dupla condição de viúva e taberneira, experiencia uma situação de marginalidade social.¹¹⁰ Atenda-se, a este respeito, à descrição traçada a respeito da taberna da *Bicha Brava*, retrato que caminha a par com a imagem depreciativa com que a imprensa caracterizava as tabernas, assim como os seus proprietários e/ou empregados:

[Aí teriam lugar] *indecentíssimos escândalos que quotidianamente se praticam no alcoice de que é proprietária [...] Entre as muitíssimas cenas que por ali se dão à mais viva luz do dia, que não descrevemos por a decência as mandar calar, citaremos as que nos parecem ser bastantes para que o sr. Administrador faça vigiar e muito de perto aquele antro de desordens, rapinagem e prostituição. Os espancamentos ali dados contam-se por os dias de semana, e isto quando se não repetem no mesmo dia, o que não raras vezes acontece.*¹¹¹

¹⁰⁵ O aumento de impostos era também responsável por uma das contravenções mais comuns entre os vendeiros, a adulteração do vinho e venda de géneros deteriorados, que para além de prejudicarem a receita fiscal, acarretavam riscos para a saúde pública. Estas situações eram denunciadas na imprensa e felicitadas quando as autoridades as corrigiam – Cf. SMS, *Imparcial*, n.º 523, 23 de julho de 1878, não paginado; SMS, *Imparcial*, n.º 618, 18 de julho de 1879, não paginado; SMS, *O Formigueiro*, n.º 5, 11 de janeiro de 1880, não paginado; SMS, *O Formigueiro*, n.º 8, 01 de fevereiro de 1880, não paginado.

¹⁰⁶ ESTEVES, Alexandra Patrícia Lopes – *Entre o Crime e a Cadeia...*, pp. 474-490.

¹⁰⁷ SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 15, 24 de julho de 1884, não paginado.

¹⁰⁸ AMAP, TJCG, Cível, 2.º Ofício, Livro dos articulados e sentenças, 1882-1884, fl. 48.

¹⁰⁹ Regulamento publicado em Decreto de 29-12-1879 – Cf. *Collecção Official de Legislação Portuguesa Anno de 1879*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1879, p. 288. De acordo com o art.º 1.º do *Regulamento do Novo Imposto do Real de Água*, toda a qualidade de vinhos estava sujeito ao pagamento deste imposto. O art.º 2.º estipulava-se o valor de uma taxa de 7 reis por litro, Cf. *Collecção Official de Legislação Portuguesa Anno de 1879...*, p. 298.

¹¹⁰ Irene Vaquinhas verificou a influência da condição de viúvas refletida na maior *precariedade e vulnerabilidade* sociais a que eram sujeitas, atendendo à presença superior de mulheres viúvas entre os delinquentes, no contexto do seu estudo, Cf. VAQUINHAS, Irene Maria – *Violência, Justiça e Sociedade Rural...*, p. 310.

¹¹¹ SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 411, 05 de Novembro de 1888, não paginado.

Terá sido neste ambiente que terá nascido a sua relação com Bernardo José Dinis, *o Papa Assucar*, documentada na imprensa a partir de 1888. Como veremos, a cumplicidade que os unia não era apenas de cariz amoroso. A parceria com a atividade criminosa da *Quadrilha do Papa Assucar* ter-lhe-á trazido alguns benefícios económicos, permitindo-lhe, nomeadamente, concluir, em janeiro de 1890, o pagamento do empréstimo contraído juntamente com o seu falecido marido, datado de 1878, relativo à compra da taberna.¹¹² Entretanto, a extinção da quadrilha e a prisão do seu amante em 1890, lançam Maria Joaquina, uma vez mais, numa situação desprotegida, em razão da ausência da proteção masculina. Esta, porém, não tardou a encontrar um substituto. De acordo com o testemunho de Gaspar Fernandes, homem solteiro de 40 anos de idade e residente na freguesia de Santa Eufémia de Prazins, do concelho de Guimarães, datado de 1894, este terá convivido maritalmente com Maria Joaquina, durante três ou quatro anos.¹¹³ Dando crédito ao seu testemunho, o início da relação amorosa terá tido lugar, nas proximidades da captura de Bernardo José Dinis, em 1890. O seu testemunho é corroborado, aliás, por diversas testemunhas, que conferem a Gaspar Fernandes o estatuto de amante da *Bicha Brava*.¹¹⁴ O continuado envolvimento da *Bicha Brava* em atividades ilícitas terá dado lugar a várias condenações expressas quer em penas de prisão, como no pagamento de fianças e custas judiciais, nos anos de 1893 e 1894. Talvez por isso, terá decidido vender a sua taberna, a 25 de fevereiro de 1894, e estabelecer-se no centro da cidade de Guimarães,¹¹⁵ na Praça de São Tiago, onde passou a *viver da sua agência*. Contudo, tenho notícia relativa ao agravamento da sua condição económica, no âmbito do processo de execução por custas, no montante de 47:360 reis, promovido pela Fazenda Nacional.¹¹⁶

A precaridade do contexto socioeconómico familiar como motivo da entrada no mundo das práticas ilícitas, ajusta-se ainda à situação do vendeiro António José de Abreu.¹¹⁷ Quando este foi preso,¹¹⁸ e remetido para a Cadeia da Relação do Porto, deixou a sua esposa, Maria da Conceição Areias, com quatro filhos menores,¹¹⁹ numa situação de evidente fragilidade socioeconómica. Para assegurar a subsistência da família, o casal engendrou a seguinte estratégia de sobrevivência: a

¹¹² AMAP, Notarial, Julgado de Caldelas, Livro de Notas n.º 18, 1889-1890, fls. 31v.

¹¹³ AMAP, TJCG, Crime, 4.º Ofício, Queixa Pública, Maço 117, n.º 3, 1894, fl. 89.

¹¹⁴ AMAP, TJCG, Crime, 4.º Ofício, Queixa Pública, Maço 117, n.º 3, 1894, fls. 23v.

¹¹⁵ AMAP, Notarial, Julgado de Caldelas, Livro de Notas n.º 25, 1894, fls. 7 a 9.

¹¹⁶ AMAP, TJCG, Crime, 4.º Ofício, Queixa Pública, Maço 117, n.º 3, 1894, documento em apenso.

¹¹⁷ AMAP, Administração do Concelho, Registo de Licenças (1888-1916), sem numeração.

¹¹⁸ Não foi possível apurar o motivo nem a data exata da detenção. A referência foi obtida através da consulta da imprensa que mencionava estar preso na Cadeia da Relação do Porto em 1890 - Cf. SMS, *Religião e Patria*, n.º 25, 13 de Setembro de 1890, não paginado.

¹¹⁹ Ver Apêndice I.

mulher passou a dedicar-se à venda de cordões de ouro falso, fabricados pelo marido na cadeia.¹²⁰ O destino desta mulher, em breve, estava traçado: em setembro de 1890, a requerimento do administrador do concelho de Guimarães, Maria da Conceição Areias foi detida em Vila Nova de Gaia e no mês seguinte, a 21 de outubro de 1890, foi acusada de crime de burla e enviada para a Cadeia da Relação do Porto.¹²¹ No ato da sua prisão possuía um cordão de *bom ouro* no valor de 7 libras e outros de ouro falso. De acordo com o relato de testemunhas da acusação, o estratagema utilizado consistia na abordagem de potenciais interessados, mostrando, num primeiro momento, o colar de ouro genuíno, e uma vez finalizada a compra, este era substituído pela entrega discreta do exemplar falso. A descrição exposta teve por base o testemunho de uma das vítimas desta *industriosa ladra*, Maria de Jesus, esposa de António José da Silva Ferreira, solicitador da cidade de Guimarães. Ainda de acordo com o seu testemunho, a burla terá ocorrido a pretexto da venda de um cordão, que havia sido furtado a um indivíduo de Guimarães, um tal Sr. Moutinho, como terá tido conhecimento, mais tarde. Contou ainda que o cordão genuíno foi avaliado (e pesado) por um ourives local, com o fim de aferir sobre a sua autenticidade. O ourives avaliou-o em 7 libras. Só então celebrou o negócio com Maria da Conceição Areias que entretanto, sub-repticiamente, o trocou por um falso.¹²²

A precaridade das condições de vida, terá afetado, analogamente, a entrada do casal João Rebelo de Sousa e Joana Maria Simões, no mundo dos negócios ilícitos. Referenciados como tecelões, segundo a documentação compulsada, exerciam, muito provavelmente, a atividade no quadro de pequenas oficinas domésticas, de acordo com a tradição artesanal da região.¹²³ A degradação do estatuto económico da família ter-se-á manifestado logo após o casamento, celebrado a 8 de janeiro de 1885,¹²⁴ quando João Rebelo de Sousa foi obrigado a ausentar-se por razões de cumprimento do serviço militar, para servir por 12 anos. Durante esse período deixou a cargo da mulher, o sustento da família, composta por 3 filhos menores,¹²⁵ adivinhando-se as dificuldades da tarefa.

Atentemos, nalguns detalhes que marcaram o serviço militar de João Rebelo de Sousa. A 18 de fevereiro de 1885 assentou praça no Regimento de Infantaria n.º 8, em Braga. Decorridos cerca de 3 meses, o comandante do referido regimento oficia ao administrador do concelho de Vila Nova de

¹²⁰ Esta e outras atividades ilícitas eram frequentes na Cadeia da Relação do Porto, ver desenvolvimento, nomeadamente, em SANTOS, Maria José Moutinho dos - *A Sombra e a Luz...*, pp. 331-337.

¹²¹ ASPN, Cadeia da Relação do Porto, Registo dos Presos da Cadeia da Relação do Porto, 1890-1899, fl. 199v.

¹²² SMS, *Religião e Patria*, n.º 25, 13 de Setembro de 1890, não paginado.

¹²³ Sobre o desenvolvimento da indústria têxtil nesta região ver ALVES, Jorge Fernandes - "A Indústria Têxtil do Vale do Ave". In MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel (coord.) - *Património e Indústria no Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002, pp. 372-389.

¹²⁴ ADB, Paroquial, Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Joane, Livros de Casamentos n.º 3, fls. 80v.-81.

¹²⁵ Ver Apêndice I.

Famalicão, a captura do soldado,¹²⁶ pois este tinha-se ausentado sem licença¹²⁷ entre o dia 30 de maio e 4 de junho desse ano. Desta infração, resultou a punição de 10 dias de detenção. No mês seguinte, a 20 de julho, passou a aprendiz de música, no 1.º batalhão do mesmo regimento. Desconheço as circunstâncias que o permitiram ingressar na banda do regimento. De acordo com o enquadramento legal, os critérios definidos para o ingresso na banda regimental, passavam pelo cumprimento dos seguintes requisitos: demonstrar possuir alguns conhecimentos de música ou vocação musical; e ter sido *aprovado*, por um júri, *em leitura e escrita correntes e nas quatro operações aritméticas com números inteiros*, sob a proposta do mestre da banda (art.º 5.º §1.º e §2.º do *Regulamento para a classificação, acesso, direitos, e deveres dos músicos militares do exercito, e para a organização das bandas de musica dos corpos de caçadores e infantaria*).¹²⁸ Terão sido satisfeitos estes requisitos pelo soldado ou terá sido a intervenção do comandante do regimento motivada pelo fim de procurar afastar o jovem soldado de um caminho que se adivinhava desviante? A hipótese carece de algum fundamento, pois, como se sabe, na época, a formação musical era tida como via terapêutica suscetível de promover o aperfeiçoamento moral, contribuindo para afastar muitos indivíduos das tabernas e dos vícios a elas conotados.¹²⁹ O seu percurso militar contempla ainda a passagem pelo Regimento de Infantaria n.º 16 e pelo Regimento de Infantaria n.º 18, completando o seu tempo de serviço em 27 de fevereiro de 1897 (no termo de 12 anos).¹³⁰

As informações reunidas sobre as condições de vida dos irmãos Francisco e Domingos Pereira Duarte são mais fluídas no que concerne às motivações que os levaram a integrar a quadrilha, dentro do quadro que registam de menor envolvimento em relação ao grupo. É certo que ambos tinham descendência numerosa, 7 e 8 filhos, respetivamente, fator que poderá ter influído, em determinada fase do ciclo de vida, à necessidade de recorrer a outra fonte de recursos com vista a satisfazer o sustento das respetivas famílias. Do ponto de vista socio-ocupacional, ambos trabalhavam em ofícios ligados ao têxtil (tecelagem, fabricantes, fiteiro), numa região com forte implantação desta indústria. Curioso é constatar que ambos exerceram o cargo de cabos de polícia nas freguesias das suas residências: Francisco foi nomeado a 29 de novembro de 1879, em Ruivães;¹³¹ e Domingos, a 13 de setembro de 1880, na freguesia de Santa Maria da Oliveira,¹³² ambas

¹²⁶ AMAS, Administração do Concelho de Vila Nova de Famalicão, Copiador de Correspondência, 1885, fl. 38v.

¹²⁷ Entre os 36 artigos do *Regulamento Disciplinar do Exército* que estipulavam os deveres dos militares, o art.º 30.º proibia as ausências sem licença – Cf. *Collecção Official da Legislação Portuguesa Anno de 1875*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876, p. 298.

¹²⁸ *Collecção Official de Legislação Portuguesa Anno de 1872*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873, p. 88.

¹²⁹ CORREIA, Luís Miguel Tomé – *Bandas e Músicos Militares em Portugal Do século XIX ao XXI*. Universidade Nova de Lisboa, 2006, pp. 33-35. Dissertação de Mestrado.

¹³⁰ AHM, Regimento de Infantaria n.º 18, Registo das Praças de Pret de 1884, Livro n.º 59, n.º 796.

¹³¹ AMAS, Administração do Concelho de Vila Nova de Famalicão, Livro dos Autos de Posse e Juramento, 1873-1888, fls. 68.

¹³² AMAS, Administração do Concelho de Vila Nova de Famalicão, Livro dos Autos de Posse e Juramento, 1873-1888, fls. 76 e 76v.

pertencentes ao concelho de Vila Nova de Famalicão. Como é sabido, estas nomeações eram frequentemente mal recebidas, pelas obrigações que implicavam, não sendo, no entanto, remuneradas. O exercício do cargo estendia-se pelo menos durante 1 ano e era suscetível de interferir com as atividades diárias. Aquando da nomeação de Francisco este tinha já 3 filhos enquanto Domingos era casado recentemente. Outros dos inconvenientes que acarretava o exercício de cargo de cabo de polícia era a possibilidade de serem criadas inimizades dentro da comunidade, pois dentro das funções atribuídas, tinham de atuar em conflitos entre vizinhos, sendo frequentemente alvo de ofensas verbais e corporais.¹³³

As inúmeras descrições sobre as condições de vida das camadas populares rurais no Minho são bem reveladoras da pobreza e do espectro de miséria que marcava o quotidiano destas populações. Veja-se o retrato traçado, em 1907, por João de Meira, médico e estudioso da história vimaranense:

*No concelho de Guimarães, como por todo o Minho, não se come carne. Consomem-na nas cidades e villas os mimosos da ventura. Na aldeia come-se caldo, o tradicional cozimento de couve gallega com raros feijões boiando, e um parco fio d'azeite por adubo. Peixe, ha velhos de oitenta annos que o provaram uma vez na Povia, se exceptuarmos a sardinha repartida pelo conhecido processo: uma para o pae, outra para'a mãe e para todos os filhos. O bacalhau, esse está hoje um prato de luxo, que o lavrador só saboreia pelas vindimadas, por liberalidade do visinho a quem auxilia. [...] No Minho, os homens não morrem de velhice, como chamma que pouco a pouco se extingue, depois de muito ter ardido. No Minho morre-se de fome, morre-se de trabalho, morre-se de pouco resguardo contra as intempéries do clima.*¹³⁴

A escassez de trabalho e a sazonalidade do trabalho agrícola, a par dos baixos salários eram fatores potenciadores de contextos de pobreza e de genericamente más condições de vida, em termos de habitação, de hábitos e práticas alimentares. Estas repercutiam-se em ambientes familiares desprovidos de solidez em termos de valores e de comportamento, na perspetiva da norma dominante.¹³⁵ Frequentemente, a imprensa moralista dava conta dos vícios das camadas populares (o álcool e o jogo) como propulsores de práticas de vadiagem e de experiências no mundo de crime.¹³⁶

Sintomaticamente, estas imagens representacionais revestem expressão na documentação compulsada. O registo de João Dias, *o Santa Marinha*, na Cadeia Penitenciária de Lisboa, alude expressamente à influência do seu ambiente familiar degradado na reprodução do comportamento

¹³³ Sobre este assunto leia-se CEREZALES, Diego Palacios – *Portugal à Coronhada Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta da China, 2011, pp. 211-215 e ainda SANTOS, Maria José Moutinho – “Bonfim séc. XIX. A Regedoria na Segurança Urbana”. *Cadernos do Bonfim*. Porto. N.º 1 (2001), pp. 9-11.

¹³⁴ MEIRA, João de - *O Concelho de Guimarães*. Porto: Typographia a Vapor da Empreza Guedes, 1907, pp. 126-129.

¹³⁵ VAQUINHAS, Irene - “A família, essa «prática em miniatura»”. In MATTOSO, José (dir.) - *História da Vida Privada em Portugal – A Época Contemporânea*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, pp. 118-151.

¹³⁶ VAZ, Maria João - *Crime e Sociedade...*, pp. 79-81.

criminoso. Assim dava-se nota que o seu pai e o próprio *eram dados a bebidas alcoólicas*,¹³⁷ além do seu único irmão, mais velho, António Dias, *o Santa Marinha*, ser também um *habitué* no crime, acusado e condenado diversas vezes pelos crimes de roubo e furto.¹³⁸ Em contraponto, veja-se o testemunho de António da Cunha Lourenço, *o Lourenço*, sobre o seu envolvimento no mundo crime justificando-o como um vício e uma inevitabilidade, pois *embora tivesse uma fortuna enorme, não [conseguiu] desabituar-se (...) [de] furtar (...), industria* a que se dedicava desde os vinte anos.¹³⁹

Traçada uma caracterização global sobre alguns dos elementos da quadrilha, atenta-se numa análise mais fina da trajetória criminal do seu chefe, sobre o qual foi possível reunir informação biográfica mais abundante e diversificada.

O líder da quadrilha: Bernardo José Dinis, o Papa Assucar

Bernardo José Dinis era o primogénito de uma família de lavradores proprietários que gozavam de algum conforto económico. A casa onde a família residia no lugar de Louzela, da freguesia de Mogege, do concelho de Vila Nova de Famalicão, havia sido comprada pelo pai, António José Dinis, ainda solteiro. A este património vieram juntar-se outras propriedades, localizadas na freguesia de Joane do mesmo concelho, por dote de casamento¹⁴⁰ com Joana Machado, em 4 de julho de 1859,¹⁴¹ contribuindo para consolidar o estatuto material da família.

No entanto, o estatuto económico de António José Dinis, anterior ao seu casamento, evidenciava sinais de alguma capacidade financeira. A 31 de janeiro de 1856, com o estatuto de emancipado,¹⁴² efetuava a compra de uma propriedade no lugar de Louzela, constituída por *hum terreno lavradio com arbores de vinho*.¹⁴³ Cerca de um mês depois (a 20 de fevereiro do mesmo ano), realiza uma escritura de empréstimo de dinheiro a juro, no valor de 300 mil reis.¹⁴⁴ Ainda nesse ano, no recenseamento eleitoral, o valor do seu rendimento anual é de 270 mil reis¹⁴⁵. Entre 1860 e 1882, já casado, os rendimentos anuais registados nos recenseamentos eleitorais são substancialmente

¹³⁷ ASPS, Cadeia Penitenciária de Lisboa, Registo dos Presos da Cadeia Penitenciária de Lisboa, 1889, registo n.º 650.

¹³⁸ ADP, TRP, Apelação Crime de António Lourenço da Cunha, 1887-1893, fls. 65-66v.

¹³⁹ AHMST, *Jornal de Santo Thyrsó*, 17 de novembro de 1887, n.º 289, não paginado.

¹⁴⁰ ADB, Notarial, Notariais de Vila Nova de Famalicão, Livro 731, 1859, fls. 83v. a 85v.

¹⁴¹ ADB, Paroquial, Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Joane, Livro de Casamentos n.º 1, fl. 117v.

¹⁴² O Código Civil estabelecia duas condições para esse estatuto: emancipação pelo casamento (quando ainda menor de idade), ou por concessão paterna ou materna, e na falta destes, por um conselho de família. Foi nos termos desta segunda condição que António José Dinis se emancipou, com a herança monetária que recebeu por morte dos seus pais – Cf. Artigos 304.º a 310.º do *Código Civil Portuguez Aprovado por carta de lei de 1 de Julho de 1867*. 2.ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p. 56 e 57.

¹⁴³ ADB, Notarial, Notariais de Vila Nova de Famalicão, Livro 730, 1859, fls. 31v. e 32.

¹⁴⁴ ADB, Notarial, Notariais de Vila Nova de Famalicão, Livro 730, 1859, fls. 33 e 33v.

¹⁴⁵ AMAS, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Recenseamento Eleitoral, 1856, fl. 52.

superiores, atingindo o valor de 960:700 reis.¹⁴⁶ Estas situações espelham o desafogo económico em que viveria a família.

O agregado familiar era composto pelo casal António José Dinis e Joana Machado e por 11 filhos, 3 dos quais faleceram em criança.¹⁴⁷ Sobre a infância e a juventude de Bernardo José Dinis, ou seja, entre o seu nascimento, datado de 11 de janeiro de 1862,¹⁴⁸ e as imediações da sua entrada no universo do crime pouco consegui apurar.

A primeira menção registada sobre o *Papa Assucar* data de 1880, já então era conhecido por essa alcunha. Tinha então 18 anos e trabalhava como carrejão, na alquilaria de Joaquim do Couto Vinagreiro (ver figura 3),¹⁴⁹ situada na rua D. João I em Guimarães, local onde também residia.¹⁵⁰ Porém, há muito que se encontrava na cidade de Guimarães,¹⁵¹ como o próprio mencionou em interrogatório, no âmbito de um processo de Polícia Correccional, datado de 1881,¹⁵² para onde fora provavelmente trabalhar, como era prática usual entre crianças e jovens de zonas rurais.¹⁵³

¹⁴⁶ AMAS, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Recenseamento Eleitoral, 1860-1883.

¹⁴⁷ Ver Apêndice I.

¹⁴⁸ ADB, Paroquial, Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Mogege, Livro de Nascimentos n.º 3, fl. 155v.

¹⁴⁹ Este e um seu irmão, António do Couto Vinagreiro, eram naturais de Mogege e ambos estabeleceram-se em Guimarães no serviço de transportes – Cf. AMAP, Câmara Municipal de Guimarães, Licenças para Carros, 1882, sem numeração.

¹⁵⁰ Dez anos mais tarde, em 1890, Bernardo José Dinis encontrava-se a residir na freguesia de Caldelas, do concelho de Guimarães, e segundo o seu testemunho, trabalhava como cocheiro na alquilaria de Manoel da Silva Cosme, na rua Gil Vicente da mesma cidade e efetuava a carreira entre Vila Pouca de Aguar e Vila Real - Este alquilador era natural de Parada de Cunhos (Vila Real) e a sua Alquilaria tinha 5 carros – Cf. AMAP, Câmara Municipal de Guimarães, Licenças para Carros, 1882, sem numeração.

¹⁵¹ Possivelmente desde 1877, ano em que o seu patrão, Joaquim do Couto Vinagreiro, se estabeleceu como alquilador, abandonando a sua anterior atividade de almocreve – AMAP, Câmara Municipal de Guimarães, Registo das licenças passadas a donos de trens, 1877, fl. 38v. e 39.

¹⁵² AMAP, TJCG, Crime, 3º Ofício, Polícia Correccional, Maço 61, n.º 27, 1881, fl. 5.

¹⁵³ VAQUINHAS, Maria Irene - *Violência, Justiça e Sociedade Rural...* p. 346-347.

Na região do Minho, as cidades de Braga e de Guimarães eram as primeiras opções na procura de ocupações no comércio, indústria ou trabalho doméstico. Estas cidades serviam também como ponto de passagem para a emigração, seguindo posteriormente para a cidade do Porto e depois para o Brasil – SAMPAIO, Alberto - “Estudos d'Economia Rural do Minho. A terra, o clima, os homens e a administração publica”. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Vol. II, N.º 4 (Out. – Dez. 1885), p. 225-226.

Nova carreira de Guimarães á Pova de Lanhoso e vice-versa
BOM SERVIÇO

JOAQUIM do Couto Vinagreiro, d'esta cidade, faz publico que no dia 25 do corrente mez estabelece uma corrida diaria de diligencias entre Guimarães, Pova de Lanhoso e vice-versa.

Preço de cada logar dentro ou fóra para a Pova ou vice-versa 300 reis.

São concedidos a cada passageiro 10 killos de bagagem gratuitos, pagando o excedente a 15 reis por killo.

HORARIO:

Sae de Guimarães ás 2 horas e um quarto da tarde, chega á Pova ás 4 e meia.

Sae da Pova ás 6 da m.

Os bilhetes vendem-se em Guimarães em casa do sr. Mello, no Campo do Toural, e na Pova em casa do sr. João Antonio de Carvalho Bastos.

Guimarães 18 de novembro de 1877.

Joaquim do Couto Vinagreiro.

Fonte: SMS, *Imparcial*, n.º 461, 23 de novembro de 1877, sem numeração

Figura 3 - Anúncio publicitário da alquilaria de Joaquim do Couto Vinagreiro

É justamente em 1880, que é registada a sua primeira incursão no mundo do crime, de acordo com a narrativa que se segue: na noite de 1 de fevereiro, entre as 6 e as 7 horas da manhã, dirigia-se para o largo do Quartel um carro com um carregamento de pão para o destacamento de Infantaria 18, em Guimarães.¹⁵⁴ O cocheiro José Maria Fernandes deu pela falta de um dos sacos com cerca de 50 rações, quando chegou à rua Nova de Santo António. Resolveu então fazer o percurso inverso na tentativa de recuperar o dito saco, quando encontrou José de Freitas, que lhe disse terem sido o *Papa Assucar* e João Arantes que o roubaram. Indo à procura deles, encontraram

¹⁵⁴ O transporte de pão para o destacamento militar estacionado em Guimarães era efetuado desde a estação de caminho de ferro de Vila Nova de Famalicão. A partir de 1884, ano em que o comboio chega a Guimarães, este transporte passa a efetuar-se desde a estação de Guimarães e o quartel militar. O transporte era feito por arrematação pública anual e publicitada em anúncios na imprensa. Vejam-se alguns exemplos - Cf. SMS, *Imparcial*, n.º 679, 16 de abril de 1880, não paginado.

o primeiro na praça de São Tiago, que assim que os viu fugiu; o segundo, localizaram-no em casa e quando interrogado apontou o *Papa Assucar* como o autor do crime.¹⁵⁵

Foram neste contexto acusados como autores do furto Bernardo José Dinis, tendo ainda *convidado* João Arantes para se associar ao ato, jovem menor, de 12 anos, filho de Cecília Rosa, residente na rua D. João I, da cidade de Guimarães. Seguiu-se a instauração de um processo correcional,¹⁵⁶ a 3 de fevereiro, foram acusados de crime de subtração fraudulenta. No entanto, foram apreendidas 34 rações de pão, devolvidas ao referido destacamento militar, assim como apreendidos 110 reis resultantes da venda do pão restante,¹⁵⁷ no âmbito da venda que o *Papa Assucar* realizou a dois vendeiros da rua da Alegria, Maria Joaquina de Freitas e a José Joaquim de Oliveira, da mesma cidade.

Ao julgamento, em audiência geral de 8 de março, compareceu apenas João Arantes. O oficial de diligências afirmou que não conseguira encontrar o Bernardo porque o réu tinha-se ausentado para casa do pai, que àquele tempo era o regedor de Mogege.¹⁵⁸ O juiz marcou então nova audiência para o dia 18 do mesmo mês, e determinou que se enviasse carta precatória às autoridades judiciais da comarca de Vila Nova de Famalicão, a fim de intimidar o réu a comparecer na dita audiência. É curioso verificar que seu pai era um agente da autoridade local, cujas funções passavam, entre outras, por zelar pela segurança e proteção da população, como veremos mais adiante.¹⁵⁹

Contudo, na segunda audiência, Bernardo... voltou a faltar. A sua ausência foi justificada pelo oficial de diligências pela impossibilidade de proceder à intimidação, em virtude de ter sido informado *pelos proprios pais e por varias pessoas que o dicto Reo andava a muito tempo por fora de casa e que apenas vinha as vezes a casa mas que çahia sem dizer nada a familia por eça razão que não podião dar Relações dele.*

O juiz decidiu então proceder ao julgamento do outro réu, João Arantes. Determinou ainda que *em tempo se deesignaria dia para julgamento daquele.* João Arantes foi condenado ao pagamento de 215 reis em substituição de 2 dias de prisão, na razão de 100 reis por dia e de cinco por cento adicionais.¹⁶⁰

¹⁵⁵ Esta, e todas as restantes descrições dos acontecimentos, ao longo do texto, são reconstituições elaboradas a partir dos depoimentos e descrições nos processos judiciais e dos relatos na imprensa.

¹⁵⁶ AMAP, TJCG, Crime, 3º Ofício, Polícia Correcional, Maço 62, n.º 5, 1880.

¹⁵⁷ AMAP, Administração do Concelho de Guimarães, Copiador de Correspondência para o Juiz e Delegado, 1880, fl. 48.

¹⁵⁸ AMAS, Administração do Concelho de Vila Nova de Famalicão, Livro dos Autos de Posse e Juramento, 1879, fl. 65v.

¹⁵⁹ Outro elemento da sua família pertenceu a uma força de segurança. Um dos seus irmãos, José Dinis, durante o cumprimento do serviço militar, integrou o corpo de Polícia de Macau entre 1902 e 1905. Quando terminou, regressou à freguesia de Joane (Vila Nova de Famalicão) onde residia antes do recrutamento militar. – Cf. AHM, Regimento de Infantaria n.º 20, 3º Batalhão, Registo das Praças de Pret de 1897, Livro n.º 33, n.º 983.

¹⁶⁰ AMAP, TJCG, Crime, 3º Ofício, Polícia Correcional, Maço 62, n.º 5, 1880, fl. 42.

Sobre a relação amorosa do *Papa Assucar* com a *Bicha Brava* desconhece-se quando esta se terá iniciado. O que foi possível apurar foi que Maria Joaquina Ferreira, em 1886, era já viúva, como referido atrás, e tida como *amasia* dele. Era na sua taberna que ele passava *no mais dulce fare niente os seus deleitosos dias no meio da sua amável companhia*.¹⁶¹

No ponto seguinte, descreverei o episódio que viria a constituir o ponto de viragem desta narrativa e da vida do *Papa Assucar* e que se encontra na génese da formação da quadrilha, na sequência dos contactos que firmou com os demais membros.

1.2. A formação do bando em 1883

Três anos após o primeiro incidente atrás descrito, a 16 de junho de 1883, Bernardo José Dinis conquista um lugar na história vimaranense. O facto a que me refiro respeita à sua fuga da cadeia de Guimarães onde se encontrava a cumprir uma pena de 2 anos, por condenação por furto cometido em Guimarães em 1882, juntamente com António José de Abreu. Como veremos, este acontecimento, a fuga, foi determinante para a construção da fama que passou a usufruir. Com efeito, é a partir da projeção da sua fuga pela imprensa que ele conquista visibilidade, uma vez que os jornais começam a dar-lhe destaque e a acompanhar as suas façanhas.¹⁶²

Atentemos no modo como o jornal vimaranense *Imparcial* constrói a narrativa sobre a fuga, tendo em atenção, em particular, os detalhes da investigação criminal-jornalística. Note-se ainda como a construção do discurso narrativo se aproxima da escrita folhetinesca. O jornalista aproxima-se do estilo e da linguagem literárias, assumindo o papel de narrador onisciente que sabe tudo sobre a história. Atente-se ainda às frases que sublinhei, onde são descritos os sentimentos e os pensamentos do *Papa Assucar*. A construção da narrativa evidencia o intuito de influenciar o leitor, ao apresentar uma polarização entre as personagens, que encarnam o bom e o mau, respetivamente o carcereiro e o criminoso, sendo enfatizadas as qualidades daquele e censuradas ações deste.

¹⁶¹ SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 411, 05 de novembro de 1888, n.º não paginado.

¹⁶² O destaque dado pela imprensa na descrição de fugas de criminosos contribuíam para a fama e a construção de uma imagem perigosa sobre os bandidos, veja-se o caso de um conhecido bandido Chileno do século XIX, Pancho Falcato – Cf. SALINAS, Maximiliano A. – “El Bandido Chileno del Siglo XIX. Su imagen en la Sabiduría Popular”. *Araucaria de Chile*. Madrid. N.º 36 (1986), p. 62. [Consultado em 25 de novembro de 2018]. [Disponível em www.memoriachilena.gob.cl].

Na noite de ante ontem evadiu-se das cadeias desta cidade o preso Bernardo José Dinis, o célebre Papa Assucar, que estava a cumprir a pena de 2 anos de prisão correcional, em que fora condenado por diferentes crimes de furto e resistência no acto de prisão [...] porque há pouco tempo se achasse incomodado de saúde, foi removido das enxovias por conselhos do clínico assistente, para um quarto de malta, não muito longe daquele em que dorme o carcereiro, homem de bons costumes, com mais de 60 anos de idade e um tanto surdo.[...]

Ao anoitecer o carcereiro, segundo o seu habitual costume, fechava as portas e janelas das prisões onde se acham os encarcerados, e para isso tinha de atravessar o corredor fronteiro ao quarto de malta habitado pelo fugitivo, e este, revestido de maior audácia acompanhada de toda a serenidade de espírito, saiu furtivamente do seu quarto e, introduzindo-se no do carcereiro, meteu-se debaixo da cama deste.

Altas horas da noite, conhecendo o sono profundo que se havia apoderado do carcereiro, saiu cautelosamente debaixo da cama, e lançando vistas ávidas em redor do quarto, notou que aí além dum relógio e corrente de prata, se achavam também dentro de uma bolsa algumas libras reunidas e outras moedas de prata, o que tudo perfazia a quantia de cinquenta e dois mil e tantos reis.

Bem! Disse de si para si o decantado Papa Assucar, corre tudo às mil maravilhas: tenho relógio para regular a jornada e dinheiro para satisfazer as despesas. Foi então obra de um momento. Lançou mão das chaves de que necessitava para realizar a fuga, abriu seguidamente as portas que o impediam de aspirar a brisa amena que então cá fora deslizava e... minutos depois ei-lo no meio da rua.

O itinerário da sua jornada não o declarou ele a ninguém, e por isso nada podemos dizer aos nossos leitores a semelhante respeito.¹⁶³

O *Imparcial* foi o primeiro jornal a noticiar a fuga, que fez eco, rapidamente, em outros periódicos, para além dos existentes na cidade de Guimarães. A notícia é difundida em jornais de Braga,¹⁶⁴ Santo Tirso¹⁶⁵ e também em jornais no Brasil.¹⁶⁶ A apetência dos leitores a este tipo de histórias, assunto que desenvolverei no capítulo terceiro, explica a rápida propagação da notícia, que, em breve, chega ao Brasil, cerca de um mês mais tarde.

Após a fuga da cadeia, foram efetuadas várias diligências para o recapturar. Assim ocorreu em São Torcato (concelho de Guimarães). Os esforços foram desencadeados pela própria população, quando um trabalhador que estava numa pedreira o identificou. Perseguido, ameaçou-os com um revólver, intimidando-os.¹⁶⁷ Outra investida semelhante teve lugar em Ruivães (concelho de Vila Nova de Famalicão), desta vez, conduzida pela polícia e por guardas pertencentes à fiscalização aduaneira.¹⁶⁸

Uma vez que andava armado, as investidas para o recapturarem falhavam, pois segundo consta, declarava não hesitar disparar a quem o quisesse prender.¹⁶⁹ Contudo, a recaptura acabou por acontecer, cerca de um ano após a fuga, como se descreve mais adiante. Durante o período em que andou foragido, a imprensa foi ávida em notícias e em especulações sobre o seu paradeiro,

¹⁶³ SMS, *Imparcial*, n.º 977, 19 de junho de 1883, não paginado.

¹⁶⁴ SMS, *Comercio do Minho*, n.º 1541, 23 de junho de 1883, não paginado.

¹⁶⁵ AHMST, *Jornal de Santo Thyrsó*, n.º 60, 28 de junho de 1883, não paginado.

¹⁶⁶ HDB, *Diário do Brasil*, n.º 124, 31 de julho de 1883, p. 3.

¹⁶⁷ SMS, *Religião e Patria*, n.º 13, 04 de agosto de 1883, não paginado.

¹⁶⁸ SMS, *O Imparcial*, n.º 994, 21 de agosto de 1883, não paginado.

¹⁶⁹ SMS, *Religião e Patria*, n.º 16, 20 de fevereiro de 1884, não paginado.

relatando tudo que conseguia (ou não) averiguar, incluindo alguns boatos. Disso é exemplo a notícia que circulava sobre o ter-se refugiado em Espanha ou fugido para o Brasil, embarcando em Vigo¹⁷⁰ e levantando a suspeita de o fazer sob a proteção de *padrinhos*.¹⁷¹

Uma das consequências da sua evasão foi a demissão do carcereiro José Francisco Mexias,¹⁷² *homem velho*, de mais de 60 anos que sofria de surdez. Tratando-se de uma fuga sem recurso à violência, foi investigada a atuação do carcereiro, pois era comum as fugas terem a colaboração dos guardas prisionais.¹⁷³ Consequentemente, foi instaurado um processo correcional, tendo sido responsabilizando o carcereiro pelo sucedido, de que resultou a condenação a 15 dias de prisão. A questão da sua demissão foi debatida em sessão de Câmara, uma vez que a gestão da cadeia se encontrava sob a alçada do município. A discussão prolongou-se durante várias sessões, entre 1 de agosto e 7 de novembro do mesmo ano, e sem ser aprovada uma decisão unânime. Alguns vereadores mostravam-se contrários à demissão do carcereiro, alegando que sempre fora um bom funcionário. No entanto, a maioria decidia-se pela sua demissão. O presidente da Câmara Municipal resolveu, no entanto, não demitir o carcereiro, atendendo a que não tinha outros meios de subsistência e ser um funcionário antigo, fiel e dedicado. Acabou assim por ser reintegrado na Câmara e ser nomeado *revisor dos bilhetes de vendagem na praça do mercado*,¹⁷⁴ ofício que pela sua natureza não levantava problemas tendo em conta a sua surdez.¹⁷⁵

Durante o período em que Bernardo José Dinis andou foragido, a sua atividade criminosa não cessou. Aliás, é a partir deste momento que a imprensa dá conta que ter-se-á juntado a uma quadrilha da zona de Santo Tirso, chefiada por António da Cunha Lourenço, célebre naquela região e conhecido como o *Lourenço* (que virá, mais tarde, a integrar a *Quadrilha do Papa Assucar*, como veremos). Esse bando contava com *bastantes associados, sendo alguns ousados que assaltam á luz do dia quem lhes parecer que leva dinheiro ou cousa que o valha [...] sobressaltando os povos*,¹⁷⁶ e seria composto por *20 gatunos, que exerciam especialmente as suas façanhas nas feiras e arraiais*.¹⁷⁷ O raio de ação do bando estendia-se pela área de Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso.

¹⁷⁰ SMS, *O Espectador*, n.º 10, 3 de janeiro de 1884, não paginado.

¹⁷¹ SMS, *O Espectador*, n.º 5, 29 de novembro de 1883, não paginado.

¹⁷² Tinha sido nomeado carcereiro da cadeia em 17 de outubro de 1866 – Cf. AMAP, Câmara Municipal de Guimarães, Atas das Sessões da Câmara Municipal de Guimarães, 1865-1867, fl. 142.

¹⁷³ Sobre as fugas das cadeias veja-se ESTEVES, Alexandra Patrícia Lopes - *Entre o Crime e a Cadeia...* pp. 785-803; e SANTOS, Maria José Moutinho - *A Sombra e a Luz...*, pp. 337-346; ANICA, Aurizia – *A Transformação da Violência...*, pp. 268-275.

¹⁷⁴ AMAP, Câmara Municipal de Guimarães, Livro das Atas das Sessões da Câmara Municipal de Guimarães, 1882-1885, fl. 127.

¹⁷⁵ O recrutamento do novo carcereiro efetuou-se no ano seguinte a 2 de julho de 1884, passando a exercer essa função o chefe de esquadra da polícia civil António Moreira, com um ordenado anual de 25 mil reis. Este carcereiro faleceu na cadeia em 19 de dezembro de 1894 – Cf. AMAP, Paróquia, Paróquia de Oliveira do Castelo (Santa Maria), Livro de Óbitos de 1894, fl. 9.

¹⁷⁶ AHMST, *Jornal de Santo Thyrsó*, 17 de agosto de 1883, n.º 67, não paginado.

¹⁷⁷ SMS, *Imparcial*, 5 de outubro de 1883, n.º 1007, não paginado.

O primeiro crime que registei desta parceria foi um assalto efetuado à casa de habitação de Francisco Machado da Silva, na freguesia de Oliveira, da comarca de Vila Nova de Famalicão. Participaram nesta *empresa* o *Papa Assucar*, o *Lourenço* e os irmãos *Conca*. O roubo teve lugar na noite de 3 para 4 de agosto de 1883. O uso de chaves falsas permitiu a invasão da propriedade, e o furto constou de vários objetos e dinheiro no valor de 33 mil e 500 reis, respetivamente.

Após esta passagem pelo bando do *Lourenço*, o *Papa Assucar* terá conseguido conquistar algum protagonismo, formando a sua própria quadrilha. Os demais elementos da *quadrilha do Lourenço* transferiram-se para o novo grupo, concretamente o *Carolino*, a *Carapuceira*, o *Santa Marinha*, os *Concas* e o próprio *Lourenço*. A este núcleo de indivíduos oriundos da região de Vila Nova de Famalicão juntou-se outro grupo, proveniente da região de Guimarães, composto pelos seguintes elementos: o *Garracho*, o *Catarino*, e as respetivas mulheres, Carolina Augusta e Catarina Rosa da Silva, o *Pissarro* e a *Bicha Brava*. Assinale-se, contudo, que só encontrei referência sobre estes últimos associados à *Quadrilha do Papa Assucar*, a partir de 1888, altura em que a imprensa atribuiu um crescente destaque às atividades da “Quadrilha do Papa Assucar”.¹⁷⁸ Não obstante, era referido que o bando atuava na região de Braga e de Guimarães seguramente há 3 anos.¹⁷⁹

Em 1889, de acordo com o jornal bracarense *Comercio do Minho*, a quadrilha seria composta por 22 indivíduos e estaria dividida em 3 grupos. O primeiro atuava nas imediações da estrada de Guimarães para Fafe; o segundo ocupava-se da estrada entre Guimarães e as Taipas; e por último, o terceiro encarregava-se da zona entre a Morreira e a Falperra.¹⁸⁰ Por sua vez, o *Comercio de Guimarães* acrescentava que o *Papa Assucar* era frequentemente visto na estrada entre Guimarães e Taipas e que *seguramente vague[ava] pelo extremo deste concelho com o de Braga*.¹⁸¹

A serra da Falperra e as freguesias limítrofes seriam o palco privilegiado das ações da quadrilha, onde eram frequentemente avistados, incutindo *terror* nas povoações. Esta serra era tida como albergue de criminosos¹⁸² e identificada como palco de várias narrativas povoadas de superstições e de lendas, matéria que será retomada mais detalhadamente no terceiro capítulo.

¹⁷⁸ BND, *Jornal do Porto*, 9 de setembro de 1888, n.º 214, não paginado.

¹⁷⁹ SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 492, 12 de setembro de 1889, não paginado.

¹⁸⁰ BPB, *Comercio do Minho*, n.º 2459, 7 de setembro de 1889, não paginado.

¹⁸¹ SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 492, 12 de setembro de 1889, não paginado.

¹⁸² De acordo com testemunho do meu pai, natural da freguesia de Santa Cristina de Longos, do Concelho de Guimarães, contava-se que existia um local no alto da serra onde vítimas de homicídio por parte de ladrões e salteadores teriam sido enterradas. Esta ideia teve provavelmente origem numa curiosa notícia que terá perdurado na memória dos tempos, relativa a escavações realizadas na Falperra durante a construção da estrada que liga a serra ao Sameiro, como informa a seguinte notícia: “tem aparecido varias ossadas humanas [no alto da serra]. Outr’ora eram assassinadas e enterradas ali as pessoas que se encaminhavam de Guimarães a Braga e Vice Versa” – Cf. SMS, *Religião e Patria*, n.º 48, 11 de dezembro de 1889, não paginado.

2. UNIVERSO E PRÁTICAS DE CRIMINALIDADE DA QUADRILHA

2.1. Natureza e tipologias das práticas criminais

Apresentados os elementos do bando, passo a examinar mais de perto as suas atividades criminosas, a partir da análise dos processos-crime e das penas aplicadas pela justiça criminal.

O Quadro 3 sumaria os processos-crime recenseados dos elementos da quadrilha, entre 1871 e 1899. Incluí não só os crimes que realizaram enquanto associados e membros do grupo, mas também os antecedentes criminais e as ocorrências posteriores de alguns dos seus elementos, após o desfecho da quadrilha. A informação foi organizada cronologicamente, adotando a classificação dos crimes de acordo com o código de direito criminal e assinalando a comarca onde os mesmos foram julgados. Atente-se na complexidade da pesquisa que está subjacente à elaboração deste quadro, como referi na introdução: a documentação judicial compulsada é dispersa, lacunar e de natureza distinta. Pelo que, contempla apenas as acusações que foram possíveis recolher nas fontes judiciais existentes.

Refira-se também que o ano registado se reporta ao ano da acusação por parte da justiça criminal, podendo não corresponder ao ano em que efetivamente o crime foi cometido. Em alguns casos, os oficiais de diligências não conseguiam localizar os arguidos com o fim de lhes entregar as respetivas intimações. Em outras situações, os réus, depois de presos e libertados sob fiança, não compareciam ao julgamento, obrigando ao adiamento das audiências ou a serem julgados em outro processo por crimes anteriores. Estas situações ilustram as dificuldades sentidas pelo sistema judicial criminal e seus agentes com o fim de administrarem a justiça.¹⁸³ Como se verá mais adiante, as principais críticas apontadas pelos contemporâneos relativamente a esta situação, prendiam-se, por um lado, à carência de agentes de polícia para efetuar as capturas¹⁸⁴ e, por outro lado, à aplicação de penas leves por parte dos magistrados judiciais.

¹⁸³ Para o cumprimento dos mandados de captura, os oficiais de diligências podiam requerer uma força militar que os auxiliasse, por forma a evitar fugas dos indiciados – Cf. NAZARETH, Francisco J. Duarte – *Elementos do Processo Criminal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1886, p. 151.

¹⁸⁴ Por exemplo, num mapa estatístico da comarca de Guimarães sobre o movimento criminal referente ao mês de dezembro de 1871, dos 71 réus indiciados sem fiança, apenas 3 haviam sido capturados – Cf. AMAP, Administração do Concelho de Guimarães, Mapas Estatísticos, 1871, sem numeração.

Quadro 3 – Processos-crime recenseados dos elementos da quadrilha entre 1871 e 1899

Ano do Processo	Tipo de Processo	Comarca	Crime(s)	Autor(es)	Sentença
1871	Querela Pública	Vila Nova de Famalicão	Roubo	António da Cunha Lourenço	3 anos de prisão
1877	s/i	Vila Nova de Famalicão	Roubo	António da Cunha Lourenço	Absolvido
1878	Polícia Correccional	Guimarães	Injúrias	Maria Joaquina Ferreira	Conciliação
1879	s/i	Guimarães	Furtos	Francisco da Costa Sacramento	1 ano de prisão e custas
1879	Querela Pública	Braga	5 Furtos	Francisco da Costa Sacramento	
1880	Polícia Correccional	Guimarães	Furto	Bernardo José Dinis	11 dias de prisão, custas e selos
1881	Polícia Correccional	Guimarães	Furto	Bernardo José Dinis	
1881	Polícia Correccional	Guimarães	Roubo	Bernardo José Dinis	30 dias de prisão
1881	Corpo de delito	Guimarães	Roubo	Bernardo José Dinis	s/i
1881	s/i	Santo Tirso	Furto	António da Cunha Lourenço	Absolvido
1881	Polícia Correccional	Guimarães	Ofensas à moral pública	Maria Joaquina Ferreira	20 dias de prisão
1881	Querela Pública	Vila Nova de Famalicão	Roubo	João Rebelo de Sousa	2 anos de prisão
1881	Querela Pública	Vila Nova de Famalicão	Furto	João Rebelo de Sousa	1 ano de prisão
1881	Polícia Correccional	Braga	s/i	Francisco de Oliveira	s/i
				Carolina Augusta	s/i
1882	Querela Pública	Guimarães	Furto	António José de Abreu	1ano de prisão
			Roubos	Bernardo José Dinis	2 anos de prisão
			Ofensas por ameaças com arma	Bernardo José Dinis	
1884	Polícia Correccional	Guimarães	Porte de arma sem licença Vadiagem	Bernardo José Dinis	6 meses de prisão e multa, selos e custas
1885	Querela Pública	Vila Nova de Famalicão	Roubo	Bernardo José Dinis	2 anos de prisão
				Domingos Pereira Duarte	s/i
				Francisco Pereira Duarte	Absolvido
				António da Cunha Lourenço	2 anos de prisão
1886	Polícia Correccional	Braga	Furto	Francisco da Costa Sacramento	5 meses de prisão, multa, custas e selos
			Roubo	Francisco de Oliveira	
1887	Querela Pública	Santo Tirso	Tentativa de furto	António da Cunha Lourenço	6 anos de prisão maior celular ou 9 anos de degredo e multa
			Roubos	João Dias	4 anos de prisão celular ou 6 anos para degredo
1888	Querela Pública	Guimarães	Furto	João Dias	
			4 Roubos		
1887	s/i	Porto (2.º distrito criminal)	Fabrico de moeda falsa	António Marcelino Gonçalves	Absolvido
s/i	Polícia Correccional	Porto(?)	Contrabando	António Marcelino Gonçalves	60 dias de prisão
1888	Querela Pública	Braga	Associação de malfeteiros	Francisco de Oliveira	2 anos de prisão
			Roubos		
1890	Querela Pública	Braga	Furto	Francisco da Costa Sacramento	2 anos e 6 meses de multa
1890(?)	Pronunciado	Braga	Fogo posto	Francisco de Oliveira	s/i
1890	Querela Pública	Vila Nova de Famalicão	Roubo	Bernardo José Dinis	Julgado em 1891
				Francisco Pereira Duarte	2 anos de prisão e multa, selos e custas
				Joana Simões	Absolvida(?)
				João Rebelo de Sousa	2 anos de prisão e multa, selos e custas
1890	Querela Pública	Guimarães	Furtos	António Marcelino Gonçalves	4 anos de prisão ou 8 anos de degredo e multa
			Associação de malfeteiros		
			Porte de arma sem licença		
			Ameaça com arma		
			Vadiagem		
			Ofensas corporais		
			Associação de malfeteiros	Carolina Augusta	17 meses de prisão e 3 meses de multa
			Tentativa de furto		
			Associação de malfeteiros	Catarina Rosa da Silva	Absolvida
1890	s/i	Guimarães	Encobrir malfeteiros	Maria Joaquina Ferreira	Absolvida(?)
1891	Querela Pública	Guimarães	Furtos	Bernardo José Dinis	4 anos de prisão ou 8 anos de degredo
			Exercer comando de uma associação de malfeteiros		
			Associação de malfeteiros		
			Porte de arma sem licença		
1891	Querela Pública	Guimarães	Furtos	Francisco de Oliveira	4 anos de prisão ou 8 anos de degredo
			Associação de malfeteiros		
1893	Polícia Correccional	Guimarães	Receptação	Maria Joaquina Ferreira	72 dias de prisão e custas
1894	Preparatório Crime	Guimarães	Injúrias	Maria Joaquina Ferreira	Arquivado
1895	Polícia Correccional	Vila Nova de Famalicão	Furto	João Rebelo de Sousa	Absolvido
1899	Querela Pública	Santo Tirso	Roubo	Francisco Pereira Duarte	8 anos de prisão celular ou 12 anos para degredo
1899	Querela Pública	Guimarães	Roubos	António da Cunha Lourenço	8 anos de prisão celular ou 12 anos para degredo

Nota: s/i – sem informação.

Fonte: AMAP, TJCG, Crime, 3º Ofício, Polícia Correccional, Maço 62, n.º 5, 1880; AMAP, TJCG, Crime, 3º Ofício, Polícia Correccional, Maço 61, n.º 27, 1880; AMAP, TJCG, Crime, 3º Ofício, Registo dos processos crimes, 1882-1890; AMAP, TJCG, Crime, 4.º Ofício, Livro do Registo Crime, 1882-1884; AMAP, TJCG, Crime, Registo dos corpos de delito do Ministério Público, 1876-1881; AMAP, TJCG, Crime, 1.º Ofício, Livro dos processos preparatórios crimes e outros, 1893-1898; AMAP, TJCG, Crime, Registos de corpos de delito, audiências gerais, querelas e polícia correccional, 1890-1898; AMAP, Administração do Concelho, Copiador da Correspondência para o Juiz e Delegado, 1878-1881; ADB, Tribunal da Comarca de Braga, 3º Ofício, Registo Crime, 1871-1880; ADB, Tribunal da Comarca de Braga, 3º Ofício, Registo Crime, 1885-1888; ADP, TRP, Apelação Crime de António Lourenço da Cunha, 1887-1893; ADP, TRP, Apelação Cível de Bernardo José Dinis, 1890-1895; ADP, TRP, Apelação Crime de António Marcelino Gonçalves, 1891; ADP, TCSTS, Carta Precatória de João Dias, *o Santa Marinha*, 1888; ADP, TCSTS, Certidão de Apelação de João da Costa, *o Valença*, 1900; AMAP, TJCG, Crime, 4.º Ofício, Polícia Correccional, Maço 3, n.º24, 1881.

O quadro acima contempla três subperíodos temporais a saber: o referente aos antecedentes criminais de alguns dos futuros membros da quadrilha (1871-1882). O ciclo relativo às práticas criminosas da quadrilha, compreendendo a formação, consolidação e extinção (1883-1890). E por último, a série entre 1894 e 1899 inclui retornos esporádicos de alguns elementos ao crime.

Os indivíduos mais ativos na perspectiva da atividade criminal que desenvolveram, de acordo com os processos instaurados e que consegui localizar no curso da pesquisa, são o Bernardo José Dinis, António da Cunha Loureço, António Marcelino Gonçalves, Francisco de Oliveira e Francisco da Costa Sacramento.

As áreas que registam uma atuação mais intensa coincidem com as respetivas zonas de residência, concretamente comarcas de Guimarães e Vila Nova de Famalicão, e que registam prolongamentos nas comarcas vizinhas de Braga e Santo Tirso.

De acordo com a informação judicial e criminal reunida, apurei um total de 69 acusações: 45 são referentes a roubos (21) e a furtos (22, valor que inclui 2 tentativas de furto). Esta categoria representa 65,3 % do universo das acusações e constitui o principal tipo da atividade criminosa de que são acusados estes indivíduos (questão que examinarei mais detalhadamente no ponto seguinte).¹⁸⁵

Os crimes de furto e de roubo são definidos nos Códigos Penais de 1852 e 1886 como subtração fraudulenta, distinguindo-se, o roubo, pela violência com que é exercido.¹⁸⁶ Estes delitos enquadravam-se nos designados “crimes contra a propriedade”, de acordo com a classificação legal, prevista nos referidos códigos penais, onde se incluía também o fogo posto (1 caso registado, 1,4%). Os demais crimes distribuem-se pelas seguintes categorias e registam uma intensidade desigual. Assim as ofensas corporais e ofensas à moral pública e injúrias, rotuladas de “crimes contra as pessoas” abarcam 6 casos (8,7%).¹⁸⁷ Os restantes crimes recenseados fazem parte da categoria “crimes contra a ordem e a tranquilidade pública”, que compreende, concretamente, a pertença ou o exercício de comando de uma associação de malfeitores, o uso de porte de armas sem licença, o contrabando, o fabrico de moeda falsa, a vadiagem e o acolhimento de malfeitores, que contempla 16 ocorrências (23,2%).¹⁸⁸ Existe ainda 1 acusação que não foi possível classificar, facto que pela sua

¹⁸⁵ Nos casos apontados no quadro com acusação por “Roubos” e “Furtos”, uma vez que não é quantificada na documentação consultada (como referido, a documentação judicial é dispersa e de diferente tipologia), nestes casos optei pela contabilização de duas acusações, ou seja, fiz corresponder a duas acusações por furto ou roubo (exemplo: “Furtos” – 2 acusações por furto).

¹⁸⁶ *Código Penal Aprovado por Decreto de 10 de Dezembro de 1852...* art.º. 421 e 432; *Código Penal Aprovado por Decreto de 16 de Setembro de 1886...* art.º. 421 e 432.

¹⁸⁷ *Código Penal Aprovado por Decreto de 10 de Dezembro de 1852...* art.º. 359 a art.º 367 e art.º 407 a art.º 420; *Código Penal Aprovado por Decreto de 16 de Setembro de 1886...* art.º. 359 a 367 e art.º 407 a 420.

¹⁸⁸ *Código Penal Aprovado por Decreto de 10 de Dezembro de 1852...* art.º. 253, 256, 421 e 432; *Código Penal Aprovado por Decreto de 16 de Setembro de 1886...* art.º. 197, 206, 243, 256, 263, 279, 359, 421, 432 e 463.

irrelevância quantitativa (1,4%), no universo restrito em estudo (69 ocorrências, como assinalado atrás) não prejudica a análise que apresento.

A gravidade da infração de acordo com os códigos penais, classificava “os crimes contra pessoas” como os de maior gravidade. Seguiam-se os crimes contra o Estado (contra a ordem e a tranquilidade pública) e finalmente aos crimes contra a propriedade. Esta classificação por grau de gravidade de infração estava relacionada com a ideologia social e sua retradução jurídica e judicial, e não com a intensidade das ocorrências.¹⁸⁹ Assim, as ações que prejudicavam as finanças do Estado, como o contrabando e a falsificação de moeda, sobrepunham-se à defesa da propriedade. No entanto, no final do século, os crimes contra a propriedade, foram ganhando relevância na atenção das autoridades judiciais, fruto da industrialização e do crescente número de bens materiais sujeitos a investidas.¹⁹⁰ Como evidenciam os estudos historiográficos da especialidade,¹⁹¹ a maior incidência dos crimes contra pessoas observa-se entre sociedades de baixo grau de desenvolvimento, ao contrário do que se observa em países como a França e a Inglaterra, que registavam um maior índice de industrialização e de modernização das suas estruturas económicas e sociais, entre os quais os crimes contra a propriedade predominavam.¹⁹²

Quanto à penalidade, a forma de punição existente na época era essencialmente a pena de prisão. Esta, ao longo do século XIX, sofre mudanças no que respeita à conceção da pena e das suas finalidades. Assim, em finais do século, os objetivos das penas revestiam finalidades várias, como sejam disciplinar, prevenir, intimidar e reintegrar.¹⁹³

No período em estudo (1880-1890), o sistema judicial conheceu uma *Nova Reforma Penal* (1884) acompanhada da promulgação de um novo *Código Penal* (1886), o qual não era muito distinto do anterior. No entanto, desde o *Código Penal de 1852*, o Estado foi reforçando o aparelho judicial com o objetivo de acompanhar as mudanças socioeconómicas e disciplinares, procurando assim normalizar (isto é, homogeneizar) comportamentos e valores, dentro do horizonte de o crime era reputado como um problema que ameaçava a paz social e a modernização do país.¹⁹⁴ Para isso, foram criados novos dispositivos, nomeadamente o registo criminal, em 1872,¹⁹⁵ para o objetivo de conhecer (e contabilizar) melhor o fenómeno da reincidência. Entre as diversas alterações jurídicas

¹⁸⁹ As estatísticas da época mostram que os crimes mais praticados eram os crimes contra as pessoas, seguiam-se os crimes contra a propriedade e finalmente os crimes contra o Estado – Cf. VAZ, Maria João – *Crime e Sociedade...*, p. 139.

¹⁹⁰ VAZ, Maria João – *Crime e Sociedade...*, p. 147-149.

¹⁹¹ SILVA, Susana Serpa - *Violência, Desvio e Exclusão...*, p. 255-270; ESTEVES, Alexandra Patrícia Lopes – *Entre o Crime e a Cadeia...*, pp. 434-453.

¹⁹² VAZ, Maria João – *Crime e Sociedade...*, p. 227.

¹⁹³ MARQUES, Tiago Pires - *Crime e Castigo no Liberalismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p. 123.

¹⁹⁴ VAZ, Maria João - “O povo como «classe criminoso»...”, pp. 277-291.

¹⁹⁵ Criado por Portaria de 07-11-1872 - *Collecção Official da Legislação Portuguesa Anno de 1872*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873, p. 306.

¹⁹⁶ MARQUES, Tiago Pires - *Crime e Castigo...*, p. 112.

ocorridas nesse período, a simplificação dos processos, levou a que mais queixas chegassem aos tribunais, fazendo com que se verificasse um aumento da pequena criminalidade.¹⁹⁶ É assim, neste contexto, que se enquadra a moldura penal que foi aplicada ao pequeno universo de indivíduos em análise.

As penas menores recenseadas atinentes aos elementos masculinos eram sobretudo relativas a pequenos furtos e a acusações de vadiagem e contemplavam desde alguns dias ou meses de prisão, e bem assim multas, resultantes de processos de Polícia Correccional, cuja moldura penal não excedia os 6 meses de prisão. Contudo, entre os dois códigos penais (1852 e 1886) sofreu algumas alterações, no que diz respeito aos limites das penas de prisão e das multas.¹⁹⁷

A vadiagem funcionava também como agravante da pena e constituía uma das grandes preocupações das autoridades, uma vez que era potenciadora no ingresso na vida do crime e frequentemente a ele associado. Dos inúmeros retratos veiculados na imprensa sobre o vadio, este era descrito como analfabeto, jogador, *homem sem crenças*, vivendo da ociosidade e da fuga ao trabalho propenso, por isso, ao crime.¹⁹⁸

Nestas circunstâncias, não admira os esforços desenvolvidos pelo Governo Civil de Braga, na década de 90 do século XIX, no sentido de melhor controlar e reprimir a vadiagem assim como o exercício abusivo da mendicidade, reputados como fatores que punham em risco a segurança pública. Daí terem sido promulgadas, no âmbito do “Regulamento da Mendicidade” para o distrito de Braga, datado de 1895, medidas mais apertadas para combater esses fenómenos, como é exemplo a medida prevista no art.º 5.º, ao determinar que os mendigos trouxessem ao peito uma chapa de metal com o número da respetiva matrícula. Contudo, a aplicação desta norma acarretava problemas vários, nomeadamente de ordem financeira e de disponibilidade de recursos humanos. Disso dá-nos nota o administrador do concelho de Guimarães, ao queixar-se à Comissão Municipal da falta de verbas para a aquisição das referidas chapas (solicitando, concretamente, 200 chapas) e para a existência de um maior número de efetivos policiais de forma a concretizar-se o objetivo previsto pela respetiva norma.¹⁹⁹

Paralelamente, o Código Penal criminalizava este tipo de comportamento marginal contrário aos princípios e normas sociais, definindo o vadio como alguém sem domicílio certo, sem uma profissão ou justificação de força maior, a ser punido com prisão correccional até 6 meses e *entregue*

¹⁹⁶ MARQUES, Tiago Pires - *Crime e Castigo...*, p. 112.

¹⁹⁷ Sobre a evolução do processo de Polícia Correccional veja-se ANICA, Aurizia - *As Mulheres, A Violência e a Justiça...*, pp. 83-87.

¹⁹⁸ SMS, *O Imparcial*, 17 de junho de 1887, n.º 1304.

¹⁹⁹ AMAP, Administração do Concelho de Guimarães, Copiador de Correspondência, 1ª Repartição, 1894-1895, fl. 220. Em abril de 1870 foram registados 699 mendigos no concelho de Guimarães – Cf. AMAP, Administração do Concelho de Guimarães, Mapas Estatísticos, 1870, sem numeração.

*à disposição do governo para lhe fornecer trabalho.*²⁰⁰ Nos termos desse artigo, teve lugar a aplicação de pena de 6 meses de prisão por vadiagem (o que corresponde, note-se ao limite superior da penalidade prevista) a Bernardo José Dinis, em 1884. No ano seguinte, em 1885, foi julgado e condenado a 2 anos de prisão correccional, em Vila Nova de Famalicão, pelo crime de furto praticado após a sua fuga da cadeia de Guimarães em 1883. Terminada a pena, em 1887, foi enviado para o Governo Civil de Braga para lhe dar trabalho.²⁰¹

A introdução do novo Sistema Penitenciário em Portugal, no âmbito da *Reforma Penal e das Prisões* em 1867, pretendia contribuir para a reabilitação e a reintegração social do condenado através da valorização do trabalho e da educação. Vejamos um reflexo dessa nova ideologia penal no nosso grupo de indivíduos: António da Cunha Lourenço, condenado em 1887 a 6 anos de prisão maior celular, cumpriu a pena na cadeia Penitenciária de Lisboa. Lá aprendeu a ler e a escrever e aprendeu o ofício de sapateiro.²⁰²

A imprensa, por sua vez, veiculava e preconizava a adoção de medidas mais enérgicas contra a vadiagem ao mesmo tempo que alertava e denunciava o crescente número de vadios *por essas ruas e tantos braços uteis roubados á industria e á agricultura.*²⁰³ Na mesma ordem de ideias, criticava o exercício da justiça criminal em razão da leveza das penas aplicadas que, na sua perspetiva, se mostravam insuficientes para atingir o objetivo de corrigir o criminoso. Prova desse incumprimento era revelada pelo elevado valor das reincidências, apelando-se por isso a uma penalidade mais severa, como decorre do comentário do artigo do *Jornal de Santo Thyrsó*, a respeito da pena aplicada a António da Cunha Lourenço e a outros corréus no julgamento referente à tentativa de assalto à igreja daquela vila: *se logo de principio lhes applicassem uma pena severa, talvez o segundo crime não chegaria a ser praticado; e o exemplo teria afastado do caminho do vicio.*²⁰⁴

²⁰⁰ *Código Penal Aprovado por Decreto de 16 de Setembro de 1886...*, art.º 256.º.

²⁰¹ AMAP, TJCG, Correspondência para a Presidência da Relação e para diversas autoridades, 1884-1889, fl. 96.

Geralmente a estes condenados era-lhes atribuído trabalho nas obras públicas – Cf. FATELA, João - “Para se lhe dar destino”. In RELVAS, Eunice (ed.) - *Exclusão na História Actas do Colóquio Internacional Sobre Exclusão Social*. Oeiras: Celta Editora, 2000, p. 155.

²⁰² ASPS, Cadeia Penitenciária de Lisboa, Registo dos Presos da Cadeia Penitenciária de Lisboa, 1887, registo n.º 698.

Sobre o ensino nas prisões veja-se SANTOS, Maria José Moutinho - “O ensino nas prisões: o exemplo da Cadeia da Relação do Porto no séc. XIX”. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto. Série II, Vol. 10 (1993), p.289-300.

Em Guimarães, a direção da Sociedade Martins Sarmento encarregou uma comissão, composta por José da Cunha Sampaio, Rodrigo de Araújo Portugal e António Vieira de Andrade, que avaliasse e desse um parecer sobre a criação de uma escola na cadeia de Guimarães – Cf. SMS, *Religião e Patria*, 16 de julho de 1884, n.º 6. Contudo, em reunião da direção, esta informava que a referida comissão *não pôde ainda reunir-se para dar o parecer solicitado*. Não encontrei evidências se tal terá acontecido – Cf. SALAZAR, Adolpho – “Boletim”. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Vol. I, n.º 4 (Out. – Dez. 1884), p. 207.

²⁰³ SMS, *Religião e Patria*, 20 de fevereiro de 1884, n.º 16.

²⁰⁴ BMST, *Jornal de Santo Thyrsó*, 16 de junho de 1887, n.º 267.

Mas, se o objetivo do sistema prisional era a regeneração do criminoso, esse chocava com as condições verificadas na prisão. Essa era vista como uma “escola do crime”.²⁰⁵ Os estudiosos e os comentadores da época alertavam para esta situação, afirmando que a convivência entre toda a espécie de delinquentes, de todas as idades, desenvolvia a promiscuidade entre a população encarcerada, sendo assim um fator que potenciava o reingresso no mundo do crime.²⁰⁶ Encontram-se evidências desta realidade no universo de indivíduos em análise, como é exemplo o testemunho de Bernardo José Dinis, no âmbito do interrogatório levado a efeito num julgamento em Vila Nova de Famalicão, ao afirmar que conheceu Francisco Pereira Duarte, o *Conca*, por ter estado com ele preso nas cadeias da Relação do Porto pelo crime de furto.²⁰⁷ Outra situação reveladora das relações promíscuas que se entreteciam nas prisões é evidenciada por João Rebelo de Sousa, que se encontrava preso, na cadeia de Vila Nova de Famalicão: em outubro de 1881, furtou a um companheiro de cárcere, Manuel Francisco dos Santos, cerca de 20 mil reis.²⁰⁸

As sentenças maiores eram aplicadas em contextos marcados pela reincidência de atos criminosos e pela presença de circunstâncias agravantes previstas na lei, como são exemplo: o facto de o crime ser feito em associação, por mais de duas pessoas; ter lugar à noite; serem usados instrumentos como chaves falsas ou outros e do recurso a atos de violência. Nestas situações, era instaurado um processo de Querela Pública, cuja moldura penal ultrapassava os 6 meses de prisão²⁰⁹. A título de exemplo, vejamos as seguintes sentenças. No Tribunal de Vila Nova de Famalicão em 1885, Bernardo José Dinis, foi condenado a 2 anos de prisão correcional, provando-se ser *useiro e vezeiro em crimes de furto, e de se reconhecer por isso a sua reincidência*.²¹⁰ No julgamento do mesmo réu, no Tribunal de Guimarães, em 1891, foram provadas as seguintes agravantes: o roubo

²⁰⁵ VAZ, Maria João – “Ideais Penais e Prisões no Portugal Oitocentista”. *Actas do IV Congresso Português de Sociologia – Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*. Coimbra. 2000, (não paginado). [Disponível em: <https://aps.pt/pt/atas-iv-congresso>]. [Consultado em 9 de junho de 2016].

²⁰⁶ Sobre a promiscuidade desenvolvida dentro das prisões em Portugal veja-se os estudos já citados de Alexandra Esteves e Maria José Moutinho dos Santos. Esta realidade também foi verificada, por exemplo, em estudos no Brasil e no México – Cf. GONÇALVES, Flávia Maira de Araújo – *Cadeia e Correção: Sistema Prisional e População Carcerária na Cidade de São Paulo (1830-1890)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado; MÁRQUEZ, Yvonne Pineda – *Castigo y Castigados en Michoacán, 1824-1881*. Mexico, D. F. : Universidad Iberoamericana, 2005, pp. 219-266. Dissertação de Mestrado.

Veja-se ainda trabalhos da época em Portugal e na Alemanha - Cf. SANTOS, Fernando da Veiga Cabral Belleza dos – *Breve Estudo Sobre a Criminalidade Precoce*. Porto: Imprensa Nacional, 1911, pp. 68-69; BRANCO, António de Azevedo Castelo - *Estudos Penitenciários e Criminais*. Lisboa: Typographia Casa Portuguesa, 1888, p. 126; ASCHAFFENBURG, G. – *Crime e Repressão...*, pp. 256-257.

²⁰⁷ ADP, TRP, Apelação Cível de Bernardo José Dinis, 1890-1895, fl. 93.

²⁰⁸ ADB, Governo Civil de Braga, Processo de passaporte de João Rebelo de Sousa, 1899.

²⁰⁹ Também esta tipologia de processos sofreu algumas modificações durante o período em análise. Veja-se a sua evolução em ANICA, Aurizia - *As Mulheres, A Violência e a Justiça...*, pp.73-82.

²¹⁰ ADP, TRP, Agravo Crime de António da Cunha Lourenço, 1886, fl. 86.

foi efetuado à noite, por mais de duas pessoas, com o recurso a chaves falsas e praticado com violência.²¹¹

No caso da pena de degredo aplicada a Bernardo José Dinis, Francisco de Oliveira e António Marcelino Gonçalves esta foi justificada pelo conjunto de reincidências que atestavam e por fazerem parte de uma associação de malfeitores.

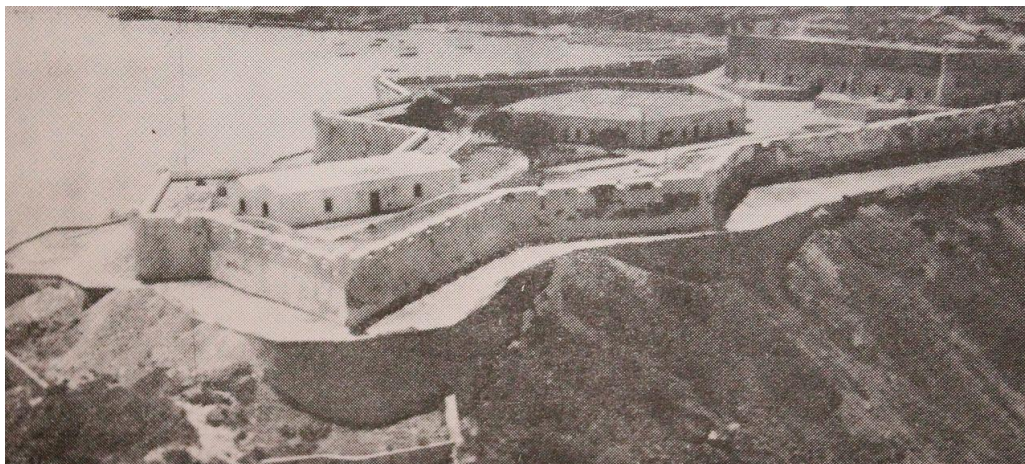
Com efeito, o *Código Penal de 1886* restabeleceu o degredo como pena alternativa à prisão. Esta modalidade penal terá assim contribuído não só para excluir os marginais das comunidades locais como igualmente intervindo como instrumento colonizador dos territórios portugueses em África. O *Depósito dos Degredados em Luanda* (ilustrado na figura 4), criado em 1883, passou a receber todos os condenados a degredo.²¹² Contudo, os princípios de disciplina e de trabalho mantinham-se como critérios de correção social dos condenados. Estes, de acordo com o seu comportamento e cumprida metade da pena, podiam gozar de uma certa liberdade, obtendo licenças de trabalho.²¹³ Todavia, esta forma de regeneração social e de reintegração laboral dificilmente atingia o seu objetivo. A condição de degredado era uma situação marcada por roturas sociais e familiares, mesmo após o regresso do condenado regenerado, pois o estigma acompanhava-o e podia atirá-lo novamente para a marginalidade.²¹⁴ Quanto ao nosso *herói*, o *Papa Assucar*, não sei se se regenerou. O que sei, é que não localizei, no desenrolar da longa e minuciosa investigação, fontes que documentassem o seu eventual regresso ao crime.

²¹¹ ADP, TRP, Apelação Cível de Bernardo José Dinis, 1890-1895, fls. 154 a 156.

²¹² CUNHA, Anabela - "Degredo para Angola: sentença de morte lenta". *Locus: revista de história*. Juiz de Fora. VI. 18, N.º 2 (2013), pp. 92-96.

²¹³ CUNHA, Anabela - "O quotidiano dos degredados enviados para Angola (1880-1932)". *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*. Salvador, 7 a 10 de agosto de 2011. [Consultado em 24 de setembro de 2017]. [Disponível em <https://www.yumpu.com/pt/document/read/48806561/anabela-francisca-do-nascimento-cunha-xi-congresso-luso-afro>].

²¹⁴ CUNHA, Anabela - "Degredo para Angola...", p. 99.



Fonte: <https://pt.wikipedia.org>

Figura 4 - Fortaleza de São Miguel de Luanda (depósito de degredados de Angola)

Das penas conhecidas e aplicadas a mulheres da quadrilha, constata-se que estas foram significativamente mais baixas, tendo presente que o número de acusações foi também menor. Das nove penas recenseadas a elementos femininos, três correspondem a penas de prisão, por ser provada o motivo da acusação. Assim aconteceu com a pena de prisão por 20 dias, cometida a Maria Joaquina Ferreira, em 1881 pelo crime de ofensas à moral pública; com a pena de 17 meses de prisão, aplicada a Carolina Augusta, em 1890, pelos crimes de associação de malfeitores e de furto; e a pena de 72 dias de prisão, aplicada a Maria Joaquina Ferreira, motivada pela acusação de furto, em 1893. Das restantes penas conhecidas (três), uma reporta-se a uma conciliação entre a ré Maria Joaquina Ferreira e a queixosa; outra ao arquivamento do processo em que a mesma arguida foi acusada de crime de furto, em razão da desistência da queixa pela vítima;²¹⁵ e a última, a uma absolvição por não ser provado o crime de pertença à associação de malfeitores liderado por Catarina Rosa da Silva, em 1890.

Registe-se ainda que das três penas que se desconhece - referentes a Carolina Augusta, Joana Maria Simões e Maria Joaquina Ferreira - é lícito admitir-se a hipótese de terem sido absolvidas ou de os seus processos terem-se sido arquivados, uma vez que a pesquisa acompanhou a narração dos acontecimentos pela imprensa, entre a acusação e a presença em tribunal, ficando em silêncio o seu desfecho, ao contrário do que verificado entre os elementos masculinos julgados e condenados.

²¹⁵ Observe-se, no entanto, que as desistências dos processos de queixa pelas vítimas era corrente, como verificado, no processo, datado de 1894, em que a vítima Maria Antónia, moradora no largo dos Duques de Bragança da cidade de Guimarães, desistiu da queixa após reconhecimento e arrependimento de Maria Joaquina Ferreira, AMAP, TJCG, Crime, 2.º Ofício, Preparatório Crime, maço 170, n.º 173, 1894.

Atentemos, agora, em algumas das estratégias de defesa adotadas por elementos femininos, no âmbito dos seus julgamentos. Antes, porém, assinale-se que a justiça criminal atribuía um estatuto de menor responsabilidade à mulher face ao crime e a condição feminina ser usada como atenuante.²¹⁶ Assim aconteceu com a defesa de Carolina Augusta, no âmbito da apelação dirigida ao Tribunal da Relação do Porto, com o fim de obter a redução de pena, alegando-se o facto de esta ser mulher e, provavelmente, ter sido induzida e instigada pelo marido para cometer os crimes de que era acusada.²¹⁷ Analogamente, a estratégia de defesa de Maria Joaquina Ferreira incidiu sobre a diminuição da sua responsabilidade no quadro do julgamento ditado por ofensas à moral pública, em 1881. Note-se que a ré não negou os factos contidos na acusação, antes argumentou que não tinha por costume ofender a moral, tanto por palavras como por gestos.²¹⁸ No entanto, verificou-se que a declaração não era verdadeira. Em 3 de dezembro de 1877, Maria Joaquina Ferreira havia sido acusada do mesmo crime de injúrias por palavras ofensivas à moral pública,²¹⁹ proferidas contra Domingas Maria da Silva, no mercado da feira semanal de Caldelas. No processo de Polícia Correccional de 21 de janeiro de 1878 foi condenada ao pagamento das custas judiciais e a um pedido de perdão formal à vítima.²²⁰ Situações como a que a relatada eram correntes, os arguidos ocultavam frequentemente os seus antecedentes criminais, em razão das falhas que o registo criminal apresentava, ao não ser sistemático e, por conseguinte, lacunar.²²¹

Ao longo do século XIX, foram vários os estudiosos que apresentaram soluções para combater o crime e promover a regeneração e a integração dos criminosos na sociedade. Tais propostas passavam pela alteração ou reformulação das leis, em face das avaliações produzidas sobre a eficácia das medidas existentes, modeladas por preocupações e princípios mais humanistas e pela maior aposta na prevenção do crime.²²² As ideias preconizadas encontram eco nas páginas dos jornais, dando lugar à reflexão sobre o problema. Disso é exemplo o artigo publicado no periódico *Religião e Pátria*, em que o jornalista, citando a obra de Eduardo José da Silva Carvalho,²²³ partilha do

²¹⁶ VAQUINHAS, Irene Maria, *Violência, Justiça e Sociedade Rural...*, pp. 306-307

²¹⁷ ADP, TRP, Apelação Crime de António Marcelino Gonçalves, 1891, fl.85.

²¹⁸ AMAP, TJCG, Crime, 4.º Ofício, Polícia Correccional, 1881, maço 3, n.º 24, fl. 19v.

²¹⁹ Sobre a violência verbal veja-se ESTEVES, Alexandra - "A duas palavras, três porradas: A violência verbal como expressão da conflituosidade social no Alto Minho de Oitocentos". In FERREIRA, Fátima Moura; MENDES, Francisco Azevedo; CAPELA, José Viriato (coord.) - *Justiça. Na res publica (sécs. XIX-XX)*. Vol. 2, Braga: CTICEM, 2011, pp. 125-155.

²²⁰ AMAP, TJCG, Crime, 4.º Ofício, Polícia Correccional, 1878, maço 49, n.º 81.

²²¹ VAZ, Maria João – *O Crime em Lisboa...*, pp. 237-238.

²²² VAZ, Maria João – *Ideais Penais e Prisões...*, não paginado.

²²³ Nomeado representante do Ministério Público na comarca de Guimarães em dezembro de 1886, vindo transferido de Cuba (Alentejo) – SMS, *Imparcial*, n.º 1273, 03 de dezembro de 1886, não paginado. Em 1891 assumiu o cargo de juiz do Tribunal Administrativo de Angra do Heroísmo – SMS, *Vimaranense*, n.º 61, 18 de agosto de 1891, p. 2. Autor da obra de jurisprudência criminal – *Notas sobre a penalidade, instituição e regimen prisional*. Santo Tirso: Typographia do jornal de Santo Tirso, 1889.

pensamento do autor que advoga que "as penas, as prisões e os problemas penitenciários são factos tão intimamente ligados, que o estudo d'um deve importar a resolução de todos".²²⁴

2.2. Principais práticas criminais da quadrilha: os crimes de furto e roubo

Os crimes de furto e de roubo sintetizam o perfil criminal dominante da quadrilha (incluindo os antecedentes criminais de alguns dos seus membros).

O Quadro 4 sumaria os crimes de furto e roubo compulsados e perpetrados pelos elementos da quadrilha, entre 1871 e 1898, no que concerne ao tempo e ao lugar onde ocorreram e bem assim ao leque de produtos e/ou valores monetários envolvidos e ao *modus operandi* utilizado. Contempla ainda as tentativas frustradas das infrações dinamizadas pela quadrilha, segundo a informação contida nos processos-crime consultados e em relatos na imprensa, nomeadamente sobre crimes que carecem de suporte de documentação judicial.

²²⁴ SMS, *Religião e Patria*, n.º 37, 08 de maio de 1889, não paginação.

Quadro 4 - Os crimes de furto e roubo compulsados e perpetrados pelos elementos da quadrilha entre 1871 e 1898

Data	Hora	Produtos	Valor	Modus Operandi	Espaço
1871	s/i	s/i	s/i	s/i	Habitação
17-11-1878	Noite	1 cabra, 14 galinhas, 1 galo, 1 machado de ferro	30 000 reis	Sem arrombamento nem chaves falsas	Cortes e galinheiro
10-12-1878	Noite	8 decilitros de milho branco, 1 tolde de estopa, 1 lençol de linho, 1 saco, 1 cesto, 1 faca, 1 lenço branco	s/i	s/i	Habitação
07-02-1879	Noite	1 cabra	13 500 reis	Sem arrombamento nem chaves faldas	Corte
07-02-1879	Noite	2 sacos de estopa, 2 pares de meias, 2 saias, 2 aventais	9 000 reis	Varanda da habitação	Habitação
07-02-1879	Noite	1 enxada, 2 saias de chita, 2 galinhas, 1 saco, 2 guarda-sóis,	Entre 8 000 e 9 000 mil reis	Varanda da habitação	Habitação
07-02-1879	Noite	1 guarda sol	3 000 reis	Coberto da habitação	Habitação
18-02-1879	s/i	7 cabras	s/i	s/i	Habitação
01-02-1880	18h-19h	50 rações de pão	2960 reis	s/i	Coche
11-01-1881	Noite	2 perdizes	1000 reis	Arrombamento	Habitação
10-03-1881	Noite	48 meadas de linho e estopa; 7,70 metros de pano de linho; 1 colchão de pano de estopa e 1 avental de linho	22 790 reis	A porta da habitação estava aberta	Habitação
Maiο de 1881	s/i	Dinheiro e vários objetos	s/i	Chaves falsas	Habitação
Outubro de 1881	s/i	Dinheiro	20 000 reis	s/i	Cadeia
02-02-1882	Madrugada	2 odres de azeite	22 500 reis	Chaves falsas e Arrombamento	Armazém
05-04-1882	4:30h	60kg de carne	9120 reis	Chaves falsas e arrombamento	Habitação
01-08-1882	12h-13h	Roupa	5000 reis	Intermédio de uma criança	Coche
04-08-1883	Noite	Vários objetos e dinheiro	38 500 reis	Chaves falsas	Habitação
11-09-1883	Noite	61 maços de algodão, 2 peças de guardanapos, 1 peça de toalhas, 15 kg de carne de porco	17 2500 reis	s/i	Habitação
07-11-1883	12h da Noite	Tentativa de Furto	s/i	Arrombamento	Habitação/Comércio
29-03-1885	Madrugada	Vários objetos	5000 reis	Escalamento e Arrombamento	Habitação
12-06-1886	Madrugada	60 aves e 4 carneiros	23 723 reis	s/i	Habitação
Abril de 1886	Noite	60 aves, 3 enxadas, 1 alvião, 2 sacholas e 1 manta	s/i	Escalamento	Habitação
03-01-1887	Noite	1 coroa, 1 colar de prata, 4 fios de contas de ouro e uma caixa de esmolas	60 000 reis	Arrombamento	Instituição/Igreja
05-04-1887	Noite	Toalhas de linho e cera	s/i	Chaves falsas	Instituição/Igreja
03-05-1887	23:00H	1 porção de espigas de milho, 10 galinhas, 1 calças, 2 sacos de linho	20 400 reis	Arrombamento e Escalamento	Espigueiro e Capoeira
31-05-1887	23:30h	Tentativa de roubo a uma igreja	s/i	Escalamento e Arrombamento	Instituição/Igreja
18-05-1887	Noite	7 toalhas de altar de linho, 2 tochas, 1 fio de contas de ouro, 3 caixas de esmolas	50 000 reis	Arrombamento	Instituição/Igreja
02-04-1890	1h	Tentativa de furto a um armazém	1 conto e 500 mil reis	Chaves falsas	Armazém
12-08-1890	Noite	Vários objetos de prata, lençóis, toalhas de mesa e rosto, 6 cobertores, cobertas de linho, carne de porco, salpicões, marmeladas	200 mil reis	Arrombamento	Habitação
Novembro de 1892	s/i	Lenções e outros objetos	26 550 reis	Pelo telhado	Habitação
21-09-1893	Madrugada	Vários objetos de casa e roupa	1 420 reis	Pelo telhado com rombo das ripas	Habitação
23-09-1893	Madrugada	Vários objetos de roupa	30 mil reis	s/i	Estabelecimento Comercial
01-06-1898	Noite	Vários objetos, roupa e cereais	150 mil reis	s/i	Habitação
14-12-1898	Noite	Várias medalhas e moedas de ouro e prata	500 mil reis	Arrombamento	Instituição/Museu

Nota: s/i – Sem informação
Fonte: AMAP, TJCG, Crime, 3º Ofício, Polícia Correccional , Maço 62, n.º 5, 1880; AMAP, TJCG, Crime, 3º Ofício, Registo dos processos crimes, 1882-1890; AMAP, TJCG, Crime, 4.º Ofício, Livro do Registo Crime, 1882-1884; AMAP, TJCG, Crime, Registo dos corpos de delito do Ministério Público, 1876-1881; AMAP, TJCG, Crime, 1.º Ofício, Livro dos processos preparatórios crimes e outros, 1893-1898; AMAP, Administração do Concelho, Copiador da Correspondência para o Juiz e Delegado, 1878-1881; ADB, Tribunal da Comarca de Braga, 3º Ofício, Registo Crime, 1885-1888; ADB, Tribunal da Comarca de Braga, 6.º Ofício, Processos Crime, 1887; ADP, TCST, Procedimento Crime de António Lourenço, 1881; ADP, TRP, Apelação Crime de António Lourenço da Cunha, 1887-1893; ADP, TRP, Apelação Cível de Bernardo José Dinis, 1890-1895; ADP, TRP, Apelação Crime de António Marcelino Gonçalves, 1891; ADP, TCSTS, Carta Precatória de João Dias, *o Santa Marinha*, 1888; ADP, TCSTS, Certidão de Apelação de João da Costa, *o Valença*, 1900.

O Quadro 4 permite levantar um conjunto de observações e de hipóteses de análise. Consta-se, por um lado, não se verificar uma tendência específica sobre o período temporal em que são levadas a efeito as ações criminosas, concretamente em termos de época do ano uma vez que não se denota uma correlação notória entre o que subtraíam e as estações do ano.

Apesar da estreiteza do universo em análise, que não permite apreender relações significativas em termos de representatividade, importa salientar que a informação mencionada é contrariada pela imprensa. De acordo com esta fonte, o inverno era apontado como o período do ano mais favorável à atividade dos ladrões. Este facto poderá estar relacionado com a sazonalidade das atividades agrícolas, uma vez que durante o inverno os recursos alimentares e a menor intensidade do trabalho eram mais escassos. Deste modo, era corrente a imprensa alertar para os assaltos a capoeiras e a quintais durante a estação fria, como o demonstra o seguinte aviso: *é bom acautelar*.²²⁵ Se observarmos a paisagem do Minho em finais de Oitocentos, em termos de espectro pictórico figurativo, constata-se o predomínio das culturas do vinho e dos cereais (especialmente o milho), cujas épocas de sementeira e de colheita correspondiam às estações de estio.²²⁶ A atividade agrícola estava focalizada sobretudo no autoconsumo e nos poucos excedentes vendidos nos mercados locais.

Os períodos noturnos eram os mais escolhidos para as investidas da quadrilha e dos seus membros. A noite e/ou a madrugada abrigavam os movimentos dos infratores protegendo os seus gestos, contribuindo para que beneficiassem do fator surpresa, dificultando as hipóteses de captura. Com efeito, eram frequentes as advertências da imprensa da região sobre o perigo do *silêncio da noite*,²²⁷ aconselhando a população a *fecharem as portas ao pôr do sol [...] para que não [fossem] despojados dos seus haveres*,²²⁸ pois os *ratoneiros se escondem pelos recantos escuros [...] apalpam as portas e estudam arrombamentos e escaladas*.²²⁹ Se a escuridão da noite imperava nas zonas rurais, na cidade de Guimarães, por exemplo, o cenário não era muito diferente. A imprensa vimaranense lembrava à Câmara Municipal a necessidade de resolver a questão da iluminação da cidade, pois durava até à 1 hora da noite, apagando-se quando era mais precisa.²³⁰ Também o administrador do concelho solicitava frequentemente à respetiva Câmara Municipal a colocação de

²²⁵ SMS, *Religião e Patria*, n.º 33, 17 de outubro de 1883, não paginado.

²²⁶ Hobsbawm apresenta uma correlação entre os ritmos da agricultura com a prática do aumento de roubos, bem como uma maior disponibilidade para o banditismo nos períodos mais baixos das atividades agrícolas – Cf. HOBBSAWM, Eric – *Bandidos...*, pp. 102-117.

²²⁷ SMS, *Religião e Patria*, n.º 17, 04 de fevereiro de 1882, não paginado.

²²⁸ AHMST, *Jornal de Santo Thyrsó*, n.º 55, 24 de maio de 1883, não paginado.

²²⁹ AHMST, *Jornal de Santo Thyrsó*, n.º 266, 09 de junho de 1887, não paginado.

²³⁰ SMS, *Religião e Patria*, n.º 30, 31 de agosto de 1878, não paginado.

lâmpioes de iluminação pública em diferentes zonas da cidade e nas zonas mais populosas, como a povoação de Vizela.²³¹

Alguns destes indivíduos, antes do seu envolvimento na quadrilha, realizavam sobretudo pequenos furtos, como é exemplo o que se segue. No dia 11 de janeiro de 1881, Francisco António da Silveira, da Quinta dos Pombais, em Creixomil (concelho de Guimarães), participou às autoridades um furto de duas perdizes do seu jardim que *tinha fechadas dentro de uma gaiola de arame* e que disse valerem 1000 reis. Averiguada a ocorrência, foi determinado que o seu autor foi Bernardo José Dinis, e que ele as tinha tentado vender a Gregório Bernardo, do lugar de Miradouro, da mesma freguesia. Este confirmou que o *Papa Assucar* lhe quis vender as perdizes e que *lhas dava baratas, pois que não queria mais de 200 reis*. Suspeitando que as aves teriam sido furtadas, pois ouvira falar do furto ao queixoso, ficou com elas, pedindo para que ele fosse a sua casa mais tarde saber a resposta. No entanto, dirigiu-se à Quinta dos Pombais e confirmou que as aves haviam sido lá furtadas. No auto de perguntas, Bernardo José Dinis negou a acusação dizendo que *nem furtara perdizes nem fora encontrado a vendelas, que era falço a imputação e protestava pela sua inocência*.²³²

Por vezes, o acaso e a oportunidade surgiam como determinantes para a ocorrência da infração. Assim o espelha o episódio que se segue. Na noite de 9 para 10 de março de 1881, foram roubados do interior da cozinha da casa de José da Silva Campos, caseiro de terras da freguesia de São Tomé de Negrelos (concelho de Santo Tirso), 48 meadas de linho e estopa, 7.70 metros de pano de linho, um colchão de pano de estopa e um avental de linho, totalizando o montante estimado em 22 790 reis. Não se registara qualquer arrombamento, pois naquela noite a porta da cozinha havia ficado apenas encostada. O caseiro da casa decidiu guardar silêncio sobre o sucedido no intuito de descobrir os autores, *esperando que eles menos prevenidos dariam logar a serem descobertos mais facilmente*. No entanto, conseguiu reunir quatro testemunhas esperando que *se colher[ia] alguma coisa ou talvez o necessário para descobrir os criminosos*.

Na inquirição das testemunhas são relatados os factos que antecederam este assalto, que passo a descrever: no dia 8 de março, terça-feira da Quaresma, estava à porta de sua casa a testemunha Maria Pereira, jornaleira, do lugar da Devesa, casada com Manuel Pereira, também ele testemunha, e viu uma mulher, que não conhecia, bater à porta de João Pedroso, e como este não se encontrava em casa, ali ficou a aguardar outro indivíduo, António da Cunha Lourenço. Nessa noite, o

²³¹ Cf. AMAP, Câmara Municipal de Guimarães, Livro do extrato de officios entrados na secretaria da câmara, 1882-1888, fls. 135v e 136 e fls. 141v e 142.

²³² AMAP, TJCG, Crime, 3º Officio, Policia Correcional, Maço 61, n.º 27, 1881, fls. 5-12.

Pedroso tinha projetado roubar a carne de porco *que estava ao fumo* da casa de Vicente Francisco Fontes, da freguesia de Roriz. Para tal, chamou o *Lourenço* e convidou o dito Manuel Pereira para ir a sua casa beber aguardente com a intenção de o desafiar a participar também no assalto. Porém, como este recusou e o Lourenço não *vinha munido de ferros próprios para fazer o arrombamento*, o assalto não se efetuou, projetando então um novo assalto à casa do referido José da Silva Campos, quando o filho deste fosse ao Porto, como veio a suceder.²³³

Segue-se outro exemplo de uma ação individual. Na noite de 7 de fevereiro de 1879, Francisco da Costa Sacramento, aproveitando-se do facto dos queixosos não terem as cortes do gado nem os galinheiros protegidos com fechaduras, furtou diversas cabras e galinhas. Do mesmo modo agiu nas varandas e cobertos das habitações, furtando diversos objetos que aí se encontravam desprotegidos.²³⁴

Enquanto grupo, os assaltos eram na sua maioria planeados e os valores furtados eram de maior monta. Primeiro, era realizado o reconhecimento do local e estudado o quotidiano das potenciais vítimas. O plano era delineado por um ou mais indivíduos e caso fosse necessário *convidavam* outros para os auxiliarem. Assim o ilustra o caso seguinte, que envolve a participação de um conjunto expressivo de indivíduos. Um negociante do lugar da Ribeira de Baixo da freguesia de São Jorge de Selho, no concelho de Guimarães, Alexandre José Rodrigues, queixou-se às autoridades do roubo de 61 maços de algodão, duas peças de guardanapos, uma peça de toalhas e 15 kg de carne de porco, tudo no valor de 172 mil e 500 reis, ocorrido na noite de 11 de setembro de 1883. O queixoso indicou como autores do furto João Dias, o *Santa Marinha* e António Simões, o *Carapuceiro*²³⁵ e como cúmplices, Bernardo José Dinis, o *Papa Assucar*, Francisco Pereira Duarte e Domingos Pereira Duarte, os *Concas*, além de outros colaboradores.²³⁶ Uma das testemunhas do processo acrescentou que fora também *convidado* para o assalto o *Lourenço*. Este confirmou que fora convidado, mas que não participara. O produto do roubo foi *oferecido* a José Rodrigues de Freitas, proprietário e fabricante da freguesia de Mogege, que afirmou que, nessa noite por volta da meia-noite, estando ele em casa, lhe apareceram 10 ou 11 indivíduos, reconhecendo alguns dos que

²³³ ADP, TCST, Procedimento Crime de António Lourenço, 1881, fls. 7-11.

²³⁴ ADB, Tribunal da Comarca de Braga, 3º Ofício, Registo Crime, 1871-1880, fls. 119-119v.

²³⁵ Este era irmão de Joana Maria Simões, a *Carapuceira*, e um dos membros da quadrilha do Lourenço. Temos também indícios de ter participado em assaltos com o *Papa Assucar*, como este que descrevemos. Após este assalto evadiu-se e terá fixado residência na vila de Alfaiates, do concelho de Sabugal, para onde foram emitidos mandados de captura em 1896. Contudo, segundo algumas testemunhas, ele tinha-se ausentado daquela freguesia há mais de 2 anos, sem se saber o seu destino – Cf. AMAP, TJCG, Crime, 4.º Ofício, Querela Publica, maço 13, n.º 17, 1883, fls. 76 a 80v.

²³⁶ Participaram também no assalto António Pereira Fernandes, Torcato Pereira Luzio, Joaquim do Regalo, da freguesia de Serzedelo; Álvaro Músico, da freguesia de Guardizela; e Francisco Tintureiro, da freguesia de Lordelo, todos do concelho de Guimarães.

são acusados, e lhe perguntaram se queria comprar *uma porção d'algodão, que lho davão muito barato*, mas ele, o depoente, não aceitou.²³⁷

A análise do universo de crimes de furto ou roubo recenseados permitiu constatar que os principais alvos eram sobretudo casas de habitação e suas dependências, em particular, espaços de armazenamento de bens de consumo e de guarda de animais. Algumas das habitações eram segundas habitações ou quintas de ricos proprietários. Vejamos um desses casos: na noite de 12 para 13 de maio de 1890, foi assaltada a Casa do Outeiro, na freguesia de Ruivães (concelho de Vila Nova de Famalicão), pertencente ao Dr. Bernardo José da Fonseca e Castro,²³⁸ que residia em Castelões, do mesmo concelho. Os autos mostram que os autores foram Francisco Pereira Duarte, o *Conca*, João Rebelo de Sousa, o *Carolino*, Bernardo José Dinis, o *Papa Assucar*, entre outros.²³⁹ A casa foi assaltada por meio de arrombamento de diversas portas e de um rombo numa parede. Os objetos furtados foram avaliados pelo proprietário em mais de 200 mil reis, englobando lençóis, toalhas de mesa e de rosto, diversos objetos de prata, seis cobertores, cobertas de linho, carne de porco, salpicões, marmeladas, entre outros bens. Segundo a testemunha Joana da Costa, no dia 14 de maio encontrara a *Carapuceira*, que lhe deu uma trouxa de roupa pedindo que lhe guardasse, pois que havia empenhado a uma mulher de Mogege e que não queria que seu marido soubesse. Juntando-se outra testemunha naquele encontro, Ana de Azevedo, a *Carapuceira* perguntou-lhe se lhe queria comprar um lençol e uma toalha de linho por 1200 reis, ao qual respondeu que teria de falar com seu marido. No dia seguinte, a *Carapuceira* levou os objetos a casa de Ana de Azevedo que os obteve por 1000 reis. Esta, ao mostrar os objetos à sua mãe verificou que o lençol apresentava vestígios das iniciais “B.F.”, as quais tinham sido desfeitas. Como tinham conhecimento do roubo ocorrido dias antes, chamaram o Dr. Bernardo da Fonseca que reconheceu os objetos como sendo seus e parte do roubo de que tinha sido vítima.²⁴⁰

As igrejas eram igualmente um alvo apetecível das investidas dos larápios.²⁴¹ João Dias, o *Santa Marinha* desenvolveu essa *especialidade*, sendo acusado e condenado por quatro crimes de roubo de igrejas. Também o *Lourenço* se revelou um *especialista* nessa matéria, manifestando um profundo sentimento anticlerical. Num dos seus julgamentos, em que foi acusado por tentativa de

²³⁷ AMAP, TJCG, Crime, 4.º Ofício, Registo Processos Crimes, 1880-1899, fls. 54v.-60.

²³⁸ Foi presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão entre 1893 e 1895, e Administrado do Concelho entre 1900 e 1902 – Cf. CAPELA, José Viriato (coord.) - *História de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi, 2005, p. 286.

²³⁹ João Luís da Silva o *Severino*, José de Sousa o *Casa Nova* ou o *Sousa*, ambos da freguesia de Ruivães; e António da Silva o *Alho*, da freguesia de Novais, todos do concelho de Vila Nova de Famalicão.

²⁴⁰ ADP, TRP, Apelação Cível de Bernardo José Dinis, 1890-1895, fls. 92v. a 94.

²⁴¹ Durante a revolução liberal na primeira metade do século XIX, este tipo de crime atingiu números impressionantes na Beira e no Minho, especialmente na comarca de Guimarães – Cf. CARDOSO, António Manuel Monteiro - *A Revolução Liberal em Trás-os-Montes (1820-1834) O Povo e as Elites*. Lisboa: ISCTE, 2004, pp. 301-304. Tese de doutoramento.

assalto à igreja de Santo Tirso, afirmou em tribunal que *tudo quanto se roubava às igrejas era logo ressarcido pela devoção dos fiéis, o que não acontecia nas casas particulares*²⁴² - declaração que poderá ser interpretada como sinalizando, na sua perspetiva, uma infração menos gravosa. As igrejas eram especialmente atingidas em épocas festivas. Nessas ocasiões, nos interiores das igrejas eram expostos alguns objetos de culto mais valiosos e simbólicos e recebiam-se as ofertas dos fiéis de objetos de metal, ouro e prata, e valores monetários. A crescente frequência deste tipo de crime levou a que as autoridades administrativas intervissem e recomendassem medidas preventivas, enviando uma circular a todos os párocos para que fossem retirados das igrejas *e pôr em lugar seguro fóra d'ellas os paramentos, alfaías, vasos sagrados, e objectos de valor que n'ellas haja e que sirvam ao culto*; recomendando também maior vigilância por parte dos regedores nas suas freguesias.²⁴³

Vejamos um exemplo elucidativo desta prática, o assalto ocorrido na noite de 17 para 18 de maio de 1887, à igreja de Monte Córdova, no concelho de Santo Tirso. O abade da igreja, Manuel Marques Henriques, declarou que os ladrões entraram pela porta forçando-a com um pé-de-cabra, como se averiguou no auto de exame efetuado à igreja pelos peritos Anastácio da Silva Carneiro e Joaquim Pereira Baltar, ambos carpinteiros da vila de Santo Tirso. Estes afirmaram ainda que para o arrombamento seria necessário mais de uma pessoa, *visto que a fechadura era consistente* e a porta era de madeira de castanho e *fornada a folha de ferro do meio para baixo*. Foram também forçadas a porta da sacristia e as caixas das esmolas. O abade apresentou ainda a lista de objetos furtados: sete toalhas de altar de linho, algumas com renda e entremeio, duas velas ou tochas de cera que deviam pesar cerca de 5.500kg, um fio de contas de ouro que pendia da Imagem de Nossa Senhora dos Remédios, três caixas de madeira onde se lançavam as esmolas, avaliando tudo em mais de 50 mil reis. Algumas das testemunhas afirmaram ainda que no dia anterior tinham visto os arguidos em alguns locais próximos da igreja, inclusive perguntando a uma delas, António Ferreira, *se a igreja era rica*, e uma outra os viram no adro da igreja a *tomar alturas*. Por sua vez, na manhã do dia do assalto, dia 18, António Joaquim de Castro da freguesia de Burgães, afirmou ter encontrado o *Lourenço* e outros dois indivíduos que não conhecia, no monte de São João, e que transportavam uns sacos às costas. Testemunho semelhante dera Francisco da Silva Carneiro da mesma freguesia, que os vira no mesmo monte, carregando dois sacos e um deles com um pau na mão. Nos autos de perguntas o *Lourenço* confirmou ter passado por aquele monte, mas que ia a caminho de casa vindo da *comarca de Lousada para onde tinha ido no dia anterior*. Todos os arguidos negaram a autoria do

²⁴² PIMENTEL, Alberto - *Santo Thyrsos de Riba d'Ave*. Santo Tirso: Club Thyrsense, 1902, p.55.

²⁴³ SMS, *Religião e Patria*, n.º 128, 29 de dezembro de 1894, não paginado.

assalto, embora verificando-se uma incongruência entre os depoimentos do *Lourenço* e um dos outros arguidos (Paulino) em relação às contas de ouro que lhe foram apreendidas no ato da prisão e que foram reconhecidas por uma testemunha como sendo oferta sua à Nossa Senhora dos Remédios. António da Cunha Lourenço afirmou que as tinha comprado a um indivíduo em Guimarães por 400 reis; e o Paulino afirmou que as mesmas pertenciam a ambos, *em partes iguais*, pois as haviam comprado em Guimarães.²⁴⁴

Como vimos atrás, mesmo enquanto presos, o encarceramento não era impeditivo da prática de furtos. Na base deste comportamento não estaria apenas a oportunidade, que por vezes era proporcionada, mas era também ditada pela necessidade,²⁴⁵ uma vez que o apoio prestado aos presos por parte do Estado mostrava-se insuficiente (no que toca a alimentação, vestuário e assistência médica).²⁴⁶

Uma dessas situações aconteceu em 1882. Enquanto aguardavam julgamento nas cadeias de Guimarães, Bernardo José Dinis e António José de Abreu, foram protagonistas de uma dessas ações cometida através das grades da cadeia. Eis o que se terá passado: entre o meio-dia e a 1 da tarde do dia 1 de agosto, chegando-se às grades, pediram a um rapaz, Alfredo José, filho de um espingardeiro residente próximo da cadeia, que lhes chegassem uns objetos que estavam num carro que se encontrava parado em frente à cadeia. Chegando o cocheiro ao carro, e dando por falta dos objetos, que aí tinha deixado - uma colcha branca de linho, dois lenços de linho, um xaile de senhora e dois chapéus de homem, no valor de 5000 reis - deu parte do furto ao sentinela da cadeia, a quem tinha pedido para vigiar o carro enquanto se ausentara. Este desconfiou dos presos que se encontravam às grades da cadeia a falar com uma criança. Esta ao ser interrogada disse que foi o *Papa Assucar* e o seu companheiro que lhe pediram para lhe levar aqueles objetos e que lhe dariam 10 reis ou 1 vintém. O facto foi denunciado ao carcereiro José Francisco Mexias, que interrogou os ditos presos. Esses *a princípio repugnaram e negaram a pé firme*, mas acabaram por entregar os objetos.²⁴⁷

²⁴⁴ ADP, TRP, Apelação Crime de António Lourenço da Cunha, 1887-1893, fls. 117-125.

²⁴⁵ Uma das formas de mitigar essas necessidades, era através da beneficência de instituições de assistência e de donativos por parte de particulares e por vezes também presenteavam os presos com jantares melhorados, especialmente em épocas festivas como a Páscoa e o Natal. João Dias, o *Santa Marinha*, quando esteve preso na cadeia de Guimarães, beneficiou de uma dessas ações por parte de um particular, recebendo uma esmola de 440 reis – SMS, *Religião e Patria*, n.º 34, 26 de outubro de 1887, não paginado.

Sobre esta questão leia-se ESTEVES, Alexandra – “Da caridade à filantropia: o auxílio aos presos pobres da cadeia de Ponte de Lima no século XIX”. *Estudios Humanísticos. Historia*. Léon. N.º 7 (2008), pp. 221-236.

²⁴⁶ O Código Administrativo de 1878 determinava a responsabilidade pelo sustento dos presos pobres e pela manutenção e melhoramento das cadeias à Junta Geral do Distrito (art.º 60.º §1 n.º 9), ao Governador Civil (art.º 184.º n.º 5) e ao Administrador do Concelho (art.º 204 n.º 3 e n.º 24) - Cf. *Código Administrativo Aprovado por Carta de Lei de 6 de Maio de 1878*. Porto: Em Casa de A. R. da Cruz Coutinho, 1878. Sobre o mesmo assunto veja-se também SANTOS, Maria Moutinho – *A Sombra e a Luz...*, pp. 229-266; ESTEVES, Alexandra Patrícia Lopes – *Entre o Crime e a Cadeia...*, pp. 725-755.

²⁴⁷ AMAP, TJCG, Crime, 4.º Ofício, Registro Crimes, 1882-1884, não numerado.

Relativamente ao *modus operandi* e às armas utilizadas, os mais frequentes são o arrombamento, o escalamento e o uso de chaves falsas ou gazuas.²⁴⁸ São inúmeras as referências a utensílios, nomeadamente, ferros, gazuas, velas, sacos, navalhas, etc., com os quais eram apreendidos nos momentos das suas detenções. Estes tipos de utensílios eram tipicamente utilizados nestes tipos de crimes e também referidos pelos peritos como sendo o método mais utilizado para invadirem os locais. Por exemplo, numa tentativa frustrada a um assalto à igreja de Nossa Senhora do Alívio, da comarca de Vila Verde, que ocorreu em março de 1888, foram presos Francisco de Oliveira, o *Garracho*, e Manuel Ribeiro, após uma denúncia efetuada na polícia de Braga. Na sua posse, tinham alguns instrumentos que os peritos Domingos António Gonçalves e José Barbosa Reis, classificaram como *um instrumento próprio para remover pedras* (ferro de assento), *quatro pedaços de arames vergados que abrem fechaduras* (gazuas) e outros objetos para auxílio e transporte do produto (três pedaços de velas de cera, dois sacos de linho, uma saca de chita velha e um lenço de linho).²⁴⁹

Entre os produtos dos furtos e dos roubos encontram-se objetos de vestuário e roupa de casa, peças de ouro e prata, alimentos e dinheiro. Este último, o roubo de dinheiro, assumia importância, não só pela satisfação de necessidades básicas e de sobrevivência mais imediata, como também para a satisfação pessoal e a ostentação material, como é demonstrativo o seguinte comentário na imprensa sobre o “chefe” *que vai vivendo à larga*.²⁵⁰ Alguns desses assaltos rendiam somas consideráveis, embora os valores constantes no Quadro 4 se refiram aos fornecidos pelas vítimas. Durante o processo de investigação geralmente os valores apurados pela justiça criminal eram inferiores aos apontados e cabia aos peritos averiguar o valor do prejuízo causado. Os produtos furtados destinavam-se a fins diversos. Alguns tinham por fim imediato o uso ou consumo, outros destinavam-se a ser vendidos. Recorriam a recetores e a colaboradores que os transacionavam, esse era o papel reservado aos elementos femininos do bando.²⁵¹ Assim, uma das figuras determinantes nessas transações era a *Bicha Brava* que os fazia passar na sua venda. Como verificamos acima (Cf. Quadro 3) esta foi acusada de encobrir elementos da quadrilha.

Mas a prática de transformação dos produtos em dinheiro estendia-se a outros elementos femininos da quadrilha. Na madrugada do dia 12 de junho de 1886, o *Garracho* e o *Pissarro*

²⁴⁸ Estes métodos mais violentos podiam estar associados a questões pessoais ou a métodos intimidatórios, referem-se por exemplo a buracos nas paredes, nas portas e vidros partidos – Cf. SILVA, Susana Serpa – *Violência, Desvio e Exclusão...*, p. 348.

²⁴⁹ ADB, TJCG, Crime, 3º Ofício, Registo Crime, 1885-1888, fls. 173-174.

²⁵⁰ SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 411, 05 de novembro de 1888, não paginado.

²⁵¹ Sobre o papel dos recetores e encobridores veja-se CHAMIZO, Andrés Toner - “Los Receptores y los Colaboradores de los Bandoleros”. In MERINO, R. (ed.) - *El bandolerismo en Andalucía*. Lucena: Ayuntamiento de Lucena, 2000, pp. 181-217.

participaram com outros indivíduos, num furto de 60 aves e 4 carneiros a um proprietário da freguesia de Santo Estêvão de Penso, José Joaquim Gomes Ribeiro e Melo, da comarca de Braga. O furto foi planeado por João Baptista, de Trandeiras, da mesma comarca, convidando para esse efeito, o seu cunhado Germano de Jesus, da freguesia de Esporões, Francisco de Oliveira, *o Garracho*, Francisco da Costa Sacramento, *o Pissarro*, e António da Luz Meira, de São Pedro de Escudeiros. Segundo os depoimentos das testemunhas, a venda dos animais foi realizada pela mulher do *Garracho*, Carolina Augusta e Maria Josefa, mulher do *Pissarro*.²⁵²

Como verificamos em algumas das descrições reproduzidas, acontecia também, por vezes, que o produto era “oferecido” a alguém com o propósito de o comprar, ou seja, a um recetor. Registo aqui mais um desses exemplos: no dia 5 de abril de 1882 deu-se um roubo por meio de chaves falsas e de arrombamento de uma salgadeira na casa de habitação de Manuel Ferreira e Luís Ferreira, residentes no Campo D. Afonso Henriques, em Guimarães. Estes queixaram-se que lhes haviam roubado 60kg de carne de porco no valor de 9:120 reis. Segundo os depoimentos das testemunhas José Lopes, lavrador caseiro, e Guilherme Fernandes, seu criado, pelas 4:30 da manhã daquele dia, junto à Capela de Nossa Senhora da Guia, viram um homem com um lenço tapando a cara e o chapéu desabado, trajando um casado grande e uma faixa cor de vinho, com um cesto. Estes pediram àqueles se lhe guardavam o cesto até à noite, oferecendo-lhes uma retribuição em troca. O lavrador recusou e seguiu o seu caminho, enquanto os outros seguiam para os lados das Hortas. Seriam 8 horas da noite e este mesmo lavrador indo regar um campo, viu um indivíduo com um cesto às costas e desconfiando que fosse o tal que vira naquela manhã, mandou o seu criado segui-lo. Este intercetou o indivíduo e ajudou-o a carregar o cesto, notando que continha carne, e dirigiram-se para a Viela do Rampeiro. Ai, no fim da viela, residia um entalhador, Manuel Carvalho Baptista, que lhes abriu a porta. O sujeito do lenço perguntou se ele estava interessado no cesto de carne, respondendo aquele que não. Em seguida, o criado foi dar parte do sucedido ao seu patrão, que se dirigiu a dar parte às autoridades. Chegando lá, encontrou as vítimas a apresentar queixa.

Foram então enviados dois polícias para vigiar a casa do dito entalhador. No dia seguinte, pelas 9 horas da manhã, estes viram uma mulher sair da casa com um cesto coberto com uma toalha e seguiram-na, vendo que ela foi entregar o cesto à estação policial. Entretanto o entalhador, que era seu marido, também veio dar explicações à polícia. Disseram que compraram aquela carne

²⁵² ADB, Tribunal da Comarca de Braga, 3º Ofício, Registo Crime, 1885-1888, fls. 38 a 44.

Temos ainda referência que este mesmo grupo de indivíduos foram réus em um outro processo anterior, em abril do mesmo ano, pelo crime de roubo de 60 aves, três enxadas, um alvião, duas sacholas e uma manta, por meio de escalamento. - ADB, Tribunal da Comarca de Braga, 1.º Ofício, Registo dos Processos Crimes, 1883-1886, fl. 15.

pelo preço de 126 reis. No dia 10 foi novamente chamado para reconhecer o homem que lhe vendeu a carne. Dos dois indivíduos presos, reconheceu sendo o *Papa Assucar*.²⁵³

Das linhas expostas é lícito concluir que a atividade da *Quadrilha do Papa Assucar* partilha das características das associações criminosas da época, inscrevendo-se na pequena criminalidade, que representava, no último quartel do século XIX, um autêntico problema social, pois punha em causa a paz e a tranquilidade públicas. As autoridades estavam conscientes de que os delitos se deviam às condições de vida precárias em que viviam os segmentos mais carenciados da sociedade. Os infratores distinguiram-se por fazerem ou não do crime um modo de vida. Apesar de as detenções serem frequentes, assim como, regra geral, as condenações, sabe-se que nem todos os pequenos furtos eram efetivamente denunciados às autoridades.²⁵⁴

Comparativamente com outros estudos da especialidade, o retrato traçado sobre a *Quadrilha do Papa Assucar* - nomeadamente no que toca ao tipo de práticas criminosas relacionadas com o *modus operandi*, o perfil social e económico dos seus elementos, a natureza das relações familiares e de amizade entretecidas entre eles e as zonas privilegiadas de atuação -, encontra semelhanças com outros estudos sobre o banditismo no território nacional²⁵⁵ e em outras geografias,²⁵⁶ durante o século XIX, mesmo que em contextos sociopolíticos e económicos diferentes. Nesses estudos, são apontadas como principais causas do banditismo as condições socioeconómicas, ou seja, as questões ligadas à subsistência, constituindo práticas correntes da criminalidade nessas sociedades, embora com diferentes graus de violência. Outra característica registada comum a essas realidades, era a contribuição do banditismo para o reforço do sentimento de insegurança e de impunidade, uma questão que aprofundarei mais adiante.

²⁵³ AMAP, TJCG, Crime, 3º Ofício, Registo dos processos crimes, 1882-1890, fls. 12-16.

²⁵⁴ VAZ, Maria João - "O povo como «classe criminosa»...", p. 278.

²⁵⁵ Cf. SUBTIL, José - "Criminalidade e Estado Nação". *Ler História*. Lisboa. N.º 16 (1989), pp. 63-81; CARDOSO, António Manuel Monteiro - *A Revolução Liberal em Trás-os-Montes...*, p. 455; NUNES, António - "Banditismo e Criminalidade em meados do século XIX na Região de Penafiel". *Cadernos do Noroeste*. Braga. Vol 11, n.º 1 (1998), pp. 5-47.

²⁵⁶ CONCEIÇÃO, Silvano da; MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo - "Solidariedade Ética, Poder Local e Banditismo: uma quadrilha calabresa no Oeste Paulista, 1895-1898". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo. Vol. 18, n.º 53 (2003), pp. 71-96; LOZANO, Jesús Carlos Urda - *El Bandolerismo en los Montes de Toledo durante el siglo XIX*. Ciudad Real: Universidad Castilla-León, 2011. Dissertação de Mestrado; MARQUÉZ, Jaime Valenzuela - *Bandaje Rural en Chile Central Curicó, 1850-1900*. Santiago de Chile: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 1991; DUFFAU, Nicolás - *Armar al Bandido Prensa, folletines y delinquentes en el Uruguay de la modernización: el caso de El Cínido (1882-1886)*. Montevideo: Universidad de la República, 2014; RAFART, Gabriel - "Violência rural e Bandoleirismo na Patagônia". *Topoi*. Rio de Janeiro. Vol. 12, n.º 22 (2011), pp. 118-136 [Consultado em 27 de março de 2019] [Disponível em <http://revistatopoi.org/site/a-topoi/>]; LANGER, Erik D. - "Bandolerismo Andino y Organización Comunal Campesina, 1882-1930". In AGUIRRE, Carlos; WALKER, Charles (eds.) - *Bandoleros, abigeos y montoneros. Criminalidade e Violencia en el Peru, siglos XVIII-XX*. Lima: Instituto de Apoyo Agrario, 1990, pp. 249-276; GUTIÉRREZ, Carlos Naranjo - "Bandoleros Costarricenses del siglo XIX". *Revista de la Facultad de Ciencias Sociales Universidad de Costa Rica*. San Pedro. Vol. 14, n.º 19-20 (1993), pp. 37-64. [Consultado em 25 de novembro de 2018]. [Disponível em www.revistas.una.ac.cr/].

2.3. O universo das vítimas: uma caracterização sumária

Apresentados e examinados os autores e os crimes protagonizados pelos membros da quadrilha em estudo, passarei a apresentar e caracterizar as suas vítimas.

Importa lembrar mais uma vez que não foi possível aceder a alguns processos judiciais. Por conseguinte, verifiquei que a documentação judicial consultada fornece poucos elementos identificativos das vítimas, como se pode constatar no Quadro 5, relativo ao universo das vítimas reconstituído a partir da documentação judicial compulsada, entre 1871 e 1899. Assim, para além dos dados obrigatórios por lei, nome e local de residência,²⁵⁷ verifica-se que apenas a profissão era frequentemente registada. Os demais elementos identificativos, como a idade e o estado civil são mencionados mais raramente. Tal situação pode ser explicada pelo facto de a vítima, ou utilizando o termo da época, *o queixoso*, ter um papel secundário no direito penal no século XIX, ocupando o protagonismo o Estado e o criminoso. A vítima era apresentada apenas como uma mera testemunha. Quanto à questão das reparações das perdas e dos danos, as ações eram remetidas para o ramo do Direito Civil.²⁵⁸

²⁵⁷ NAZARETH, Francisco J. Duarte – *Elementos do Processo Criminal...*, p. 65.

²⁵⁸ GARNEL, Maria Rita Lino - *Vítimas e Violências na Lisboa da I República*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, pp. 77-92.

Quadro 5 - Universo das vítimas reconstituído a partir da documentação judicial compulsada entre 1871 e 1899

Vítimas	Idade	Estado civil	Ocupação	Crime sofrido	Residência
Álvaro da Costa Guimarães	s/i	Solteiro	Negociante	Ofensas Corporais	Rua de Santo António (Guimarães)
Alexandre José Rodrigues	36	Casado	Negociante	Furto	São Jorge de Selho (Guimarães)
António Martins Vilela	50	Casado	Lavrador	Furto	Priscos (Braga)
António Pinheiro	50	Viúvo	Lavrador Caseiro	Furto	São Pedro da Oliveira
Bernardo José da Fonseca e Castro	s/i	s/i	Médico-cirurgião	Furto	Castelões (Vila Nova de Famalicão)
Custódia Maria	s/i	s/i	Lavradeira	Furto	Fermentões (Guimarães)
Custódia Vieira	s/i	s/i	s/i	Furto	Espinho (Braga)
Domingas Maria da Silva	s/i	Casada	s/i	Injúrias	Caldelas (Guimarães)
Domingos José Martins	s/i	s/i	Negociante	Tentativa de Furto	Guimarães
Estêvão da Costa Ribeiro da Cruz	59	Casado	Proprietário	Furto	Vimieiro (Braga)
Fortunato da Silva Ribeiro	53	Casado	Proprietário	Roubo	Oliveira (Guimarães)
Francisco António da Silveira	67	Casado	Proprietário	Roubo	Creixomil (Guimarães)
Francisco Machado da Silva	s/i	s/i	s/i	Roubo	Oliveira (Vila Nova de Famalicão)
Francisco Ventura Martins	80	Casado	Tintureiro	Furto	Rua Gil Vicente (Guimarães)
Igreja de Lama	-	-	Instituição	Roubo	Lama (Santo Tirso)
Igreja de Monte Córdova	-	-	Instituição	Roubo	Monte Córdova (Santo Tirso)
Igreja de Santo Tirso	-	-	Instituição	Roubo	Santo Tirso
Jerónimo de Castro	19	Solteiro	Lavrador	Ofensa, ameaça com arma	Azurém (Guimarães)
Jerónimo de Sousa	40	Casado	Lavrador proprietário	Furto	Priscos (Braga)
Joaquim Duarte Vieira Guimarães		Casado	Cocheiro	Furto	São Miguel das Caldas (Vizela)
João da Costa Rodrigues	s/i	Casado	s/i	Roubo	Delães (Vila Nova de Famalicão)
João José da Cunha Monteiro	47	Casado	Negociante	Tentativa de Furto	Rua de São Dâmaso (Guimarães)
José Joaquim Esteves	s/i	s/i	Lavrador	Furto	Espinho (Braga)
José da Silva Campos	s/i	Viúvo	Caseiro	Roubo	São Tomé de Negrelos (Santo Tirso)
José Dias	39	Casado	Jornaleiro	Furto	Longos (Guimarães)
José Joaquim Gomes Ribeiro e Melo	s/i	s/i	Proprietário	Furto	Santo Estêvão de Penso (Braga)
José Lopes	s/i	Solteiro	Cocheiro	Ofensa, ameaça com arma	Caldelas (Guimarães)
José Maria Fernandes	24	Solteiro	Alquilador	Furto	Vila Nova de Famalicão
José Teixeira Faria de Andrade	39	Casado	Negociante	Furto	São Sebastião (Guimarães)
Luís Ferreira	40	Solteiro	Lavrador Caseiro	Roubo	Campo D. Afonso Henriques (Guimarães)
Manuel Barbosa dos Santos	24	Solteiro	2.º Sargento de Infantaria	Ofensa, ameaça com arma	Guimarães (cidade)
Manuel Ferreira	s/i	s/i	Lavrador Caseiro	Roubo	Campo D. Afonso Henriques (Guimarães)
Manuel Ferreira das Neves	24	Casado	Vendeiro	Roubo	Guimarães
Manuel Francisco dos Santos	s/i	s/i	s/i	Furto	Vila Nova de Famalicão
Maria Antónia	s/i	Solteira	s/i	Insultos	Largo Duques de Bragança (Guimarães)
Maria da Conceição Ferreira da Cunha	40	s/i	Proprietária	Roubo	São Miguel das Aves (Santo Tirso)
Maria Ferreira	s/i	Casada	s/i	Insultos	Caldelas (Guimarães)
Narciso Leite	48	Casado	Carpinteiro	Furto	Tebosa (Braga)
Sociedade Martins Sarmento	-	-	Instituição/Museu	Roubo	Guimarães (cidade)

Nota: s/i – sem informação

Fonte: AMAP, TJCG, Crime, 3º Ofício, Polícia Correccional, Maço 62, n.º 5, 1880; AMAP, TJCG, Crime, 3º Ofício, Registo dos processos crimes, 1882-1890; AMAP, TJCG, Crime, 4.º Ofício, Livro do Registo Crime, 1882-1884; AMAP, TJCG, Registo dos corpos de delicto do Ministério Público, 1876-1881; AMAP, TJCG, Crime, 1.º Ofício, Livro dos processos preparatórios crimes e outros, 1893-1898; AMAP, Administração do Concelho, Copiador da Correspondência para o Juiz e Delegado, 1878-1881; ADB, Tribunal da Comarca de Braga, 3º Ofício, Registo Crime, 1871-1880; ADB, Tribunal da Comarca de Braga, 3º Ofício, Registo Crime, 1885-1888; ADP, TRP, Apelação Crime de António Lourenço da Cunha, 1887-1893; ADP, TRP, Apelação Cível de Bernardo José Dinis, 1890-1895; ADP, TRP, Apelação Crime de António Marcelino Gonçalves, 1891; ADP, TCSTS, Carta Precatória de João Dias, *o Santa Marinha*, 1888; ADP, TCSTS, Certidão de Apelação de João da Costa, *o Valença*, 1900.

Do total de 39 vítimas identificadas, incluindo as instituições (igrejas e museu), o predomínio de indivíduos do sexo masculino é notória. Esta incidência não se afigura estranha, pois eram os homens a peça central dos negócios, da casa e do espaço público. A mulher casada encontrava-se social e legalmente subordinada ao marido, sendo menor a sua relação com o espaço público.²⁵⁹ Era assim a eles que cabia a apresentação da queixa perante as autoridades competentes.

Atentemos no estatuto da vítima no pequeno universo em análise. Os negociantes e os proprietários com atividade comercial eram alvo de roubos e furtos de alimentos, uma vez que dispunham frequentemente de armazéns de produtos alimentares (tais como vinho, bacalhau, carne porco, entre outros). Os proprietários rurais, por sua vez, eram alvo da subtração de tudo o que fosse possível do interior das residências e/ou outras dependências, ou sejam, objetos de diversa ordem, como peças de ouro e de prata, peças de vestuário e roupas de cama, dinheiro, etc.; aos lavradores e caseiros, os animais (aves, carneiros e outros) e alguns produtos e alfaías agrícolas; as igrejas tinham como principal alvo de interesse as caixas de esmolas e vários tipos de objetos como paramentos e peças de ouro e de prata que adornavam as imagens. A ocorrência relativa à Sociedade Martins Sarmiento reporta-se a de um episódio já posterior à atividade da quadrilha, na fase final da longa carreira criminosa do *Lourenço*, ao qual voltarei mais à frente, em termos mais detalhados.

As semelhanças assinaladas atrás entre a *Quadrilha do Papa Assucar* e outras associações criminosas sobre a natureza das práticas delituosas, também se verificam quanto à natureza das vítimas aqui descritas.²⁶⁰ Estas faziam parte do tecido social característico das áreas de atuação e que denota, numa perspetiva de conjunto, tratar-se de uma criminalidade vicinal em que a seleção das vítimas parece não ter uma relação direta ou determinante com a pertença a determinado estrato socioeconómico. O objetivo do criminoso era obter um bem para satisfazer uma necessidade ou cobiça, independentemente da condição socioeconómica da vítima.

²⁵⁹ VAQUINHAS, Irene Maria - *Violência, Justiça e Sociedade Rural...*, p. 346.

²⁶⁰ Vejam-se os mesmos estudos.

2.4. A (in)ação das forças da ordem

Em Guimarães de finais de Oitocentos, o policiamento, a fiscalização e a vigilância estava a cargo sobretudo dos regedores, cabos de polícia, zeladores municipais, bem como dos agentes das forças de infantaria estacionado na cidade e ainda por um pequeno destacamento da polícia civil de Braga.²⁶¹

As questões de segurança e da ordem pública estavam intrinsecamente ligadas com a nova realidade social, política e económica, surgida a partir da segunda metade do século XIX, com o triunfo definitivo do Liberalismo. A chamada Regeneração trouxe consigo o triunfo da burguesia sobre os valores da antiga nobreza e do clero tradicional, arrastando consigo a criação e imposição de uma nova visão da sociedade baseada na ordem, na segurança, na liberdade e no respeito pela propriedade – valores símbolos da nova ordem social.

Outra transformação associada ao ciclo de implantação definitiva do liberalismo consistiu na regulamentação crescente de diversos aspetos da vida quotidiana e administrativa dos concelhos, originando novas realidades socioeconómicas que era necessário regular.²⁶² Conjuntamente com a codificação penal, os *Códigos das Posturas Municipais* eram também guias orientadores de organização e do controlo do espaço público no âmbito dos comportamentos e um auxiliar para os agentes da autoridade identificarem e reprimirem quem subvertesse as normas estabelecidas nesses códigos.²⁶³ Desta forma, muitas situações ilegais não chegavam à justiça, sendo primeiro identificadas e avaliadas pela primeira figura do controlo social local, o administrador do concelho. Este, era o representante concelhio do governador civil e entre as suas competências estava encarregue de superintender a vigilância e a segurança pública do concelho, promovendo medidas de prevenção e de repressão.²⁶⁴ A ele chegavam diariamente queixas provenientes dos seus agentes (zeladores, regedores e cabos de polícia), como também diretamente pela população. Verificada a ilegalidade, e

²⁶¹ Sobre as funções e atuação destas autoridades veja-se o *Código Administrativo Aprovado por Carta de Lei de 6 de Maio de 1878...*, pp. 53-55; SANTOS, Maria José Moutinho – “Bonfim séc. XIX. A Regedoria na Segurança Urbana”. *Cadernos do Bonfim*. Porto. N.º 1 (2001); CATROGA, Fernando - “O poder paroquial como “polícia” no século XIX português”. In ALMEIDA, Pedro Tavares de, MARQUES, Tiago Pires (org.) - *Lei e Ordem. Justiça Penal, Criminalidade e Polícia – Séculos XIX-XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006, pp. 105-130; CEREZALES, Diego Palacios - *Estado, Regimen y orden público en el Portugal Contemporáneo (1834-2000)*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2008 (Tese de doutoramento).

²⁶² A regulamentação e o fortalecimento dos mecanismos de vigilância eram instrumentos de poder que permitiam classificar os comportamentos desviantes para os melhor reprimir e disciplinar – Cf. FOUCAULT, Michel – *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*. 20ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, pp. 149-153.

²⁶³ No mapa estatístico do Comissariado de Polícia Civil de Braga referente ao período entre novembro de 1878 e outubro de 1880, as transgressões de posturas e outros regulamentos representavam 72% das ocorrências. A estas seguiam-se os crimes de roubo (9.8%), Ferimentos (8.4%), abandono de crianças (6.9%), desobediência e resistência às autoridades (2.3%) e homicídio ou tentativa de homicídio (0,6%) – ADB, Governo Civil de Braga, Mapa Estatístico Comparativo nos anos de 1878 a 1880, 1880, folha avulsa, sem numeração.

²⁶⁴ Sobre as competências do administrador do concelho veja-se - *Código Administrativo Aprovado por Carta de Lei de 6 de Maio de 1878...*, pp. 47-51 (art.º 196.º a art.º 212.º).

consoante a sua gravidade, o administrador aplicava uma simples admoestação ou multa, ou enviava o suspeito para a cadeia²⁶⁵ e remetendo a queixa para a justiça.²⁶⁶

Neste contexto, as queixas manifestadas quase diariamente na imprensa sobre a falta de policiamento e de insegurança sentida em todo o concelho, são frequentemente enfatizadas, nomeadamente através das ações da *Quadrilha do Papa Assucar*.

Os jornais vimaranenses noticiavam os locais por onde o bando circulava, apoiando-se nas denúncias de testemunhas que os avistavam. Um desses locais era as Caldas das Taipas e as freguesias envolventes de São João de Ponte, São Lourenço de Sande, São Martinho de Sande, Longos e Balazar, do concelho de Guimarães, sendo alguns desses locais, como vimos, simultaneamente as áreas de residência de alguns elementos da quadrilha. Também a imprensa bracarense relatava esses avistamentos nas freguesias de Gualtar, São Pedro d'Este, São Mamede d'Este e Celeirós, do concelho de Braga.²⁶⁷ Estes relatos tinham como finalidade, agitar e eventualmente potenciar o grau de perigosidade do bando e criar um alarme na população e nas forças da ordem. Outra das formas verificadas no discurso jornalístico, era o uso da ironia para descrever a liberdade de movimentos que o célebre ladrão gozava no intuito de atingir as autoridades, particularmente as forças de segurança, pois parecia que *toda a gente o via menos a polícia! Seria invisível ou a polícia tinha medo dele?* Chegando o *commandante em chefe* [o *papa assucar*] a aparecer descaradamente em todas as festas, romarias e arraiais *cercado pelo seu estado-maior!*²⁶⁸

Eram também constantes as críticas na imprensa da falta de polícia na cidade e a ineficácia do controlo da segurança e da prevenção da violência e da criminalidade, como se constata pelo excerto seguinte:

É deficientíssimo o número de polícias que têm a seu cargo o serviço policial, por isso é muitas vezes pouco regular, e nada aproveitável.

As rondas são uma ficção: dois até quatro polícias em passeio percorrendo todas as ruas da cidade! Se procuram conter algumas vezes um magote de desordeiros, correm risco de apanharem; se impõem silêncio aos descantes bravios e obscenos, que a deshoras se soltam, são insultados.

*E porquê? Porque não têm a força precisa para a repressão; porque falta o número, que faz a força.*²⁶⁹

²⁶⁵ Por exemplo, António Marcelino Gonçalves, o *Catarino*, quando foi preso em 1890 pelo regedor de São Martinho de Sande e pelos seus cabos de polícia, sendo primeiro levado ao administrador do concelho de Guimarães, que o enviou posteriormente para a cadeia da cidade – ASPN, Cadeia de Guimarães, Registo dos Presos da Cadeia de Guimarães, 1886-1890, fl. 69v.; SMS, *A Penha*, 02 de fevereiro de 1890, n.º 9.

²⁶⁶ A criação de forças policiais mais profissionalizadas e a ação dos políticos locais também tiveram em Espanha um papel fundamental no combate à criminalidade e ao controlo da ordem pública – Cf. BRAVO, Gutmaro Gómez – *Crimen y Castigo: Cárceles, Delito y Violencia en la España del Siglo XIX*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2004, p. 268. Tese de doutoramento.

²⁶⁷ BPB, *Comercio do Minho*, 22 de janeiro de 1889, n.º 2365, não paginado.

²⁶⁸ HDB, *Gazeta de Notícias*, n.º 275, 02 de outubro de 1889, p. 2.

²⁶⁹ SMS, *Imparcial*, n.º 1186, 23 de outubro de 1885, não paginado.

Um dos locais mais problemáticos na cidade de Guimarães era a rua D. João I. Tratava-se de uma zona densamente habitada e que constituía, ao mesmo tempo, um espaço de propenso a uma ampla sociabilidade e, em simultâneo, de conflito dada a existência de inúmeras tabernas e vendas. Tratava-se ainda de um local de passagem e de circulação das pessoas que entravam ou saíam por esta artéria da cidade. Vários são os testemunhos que atestam a ocorrência de conflitos de diversa natureza como são exemplos as informações veiculadas nos processos-crime compulsados ao longo da investigação, referentes, quer a habitantes desta rua, quer a delitos cometidos neste espaço e as notícias divulgadas pela imprensa vimaranense.

A praça de São Tiago e a rua Donães eram dois outros locais da cidade mencionados mais frequentemente. Os jornais denunciavam as constantes desordens noturnas de indivíduos que *anda[nam] de taberna em taberna, com tocatas e descantes de duvidosa moralidade*.²⁷⁰ A Administração do Concelho de Guimarães decidiu restringir o horário de abertura *dos armazens, tabernas e casas de bebidas até às 8 horas da noite desde 1 d'outubro a 30 d'abril, e depois das 9 nos restantes mezes*.²⁷¹ No entanto, o problema persistia e a imprensa continuava a reivindicar medidas policiais, alertando a Administração do Concelho para que fizesse cumprir o respetivo regulamento policial. Entre as medidas aí inscritas, era solicitado o afastamento para fora da cidade *das meretrizes que habitavam na praça de S. Thiago e a Viella de S. Crispim*.²⁷² Na rua Donães eram frequentes as desordens nas tabernas provocadas pelo álcool e pelo jogo,²⁷³ resultando em agressões.²⁷⁴

O alarmismo promovido pela imprensa terá levado os moradores da rua da Rainha, uma das zonas centrais da cidade, a organizar uma vigilância noturna para se evitarem o crescente número de assaltos da *gatunagem desaforada*. Uma das ações dinamizada consistia na proibição de os *carros* (carruagens, diligências, coches, etc.) estacionassem junto das habitações, a partir das dez horas da noite.²⁷⁵

O espaço em torno da cadeia era outro dos locais que suscitava forte censura por parte da imprensa. Situada no interior da cidade (observe-se a figura 5), a cadeia proporcionava relações de proximidade entre os presos, a população e o crime.²⁷⁶ Frequentemente, era solicitado às autoridades administrativa e policial, que pusessem fim a certos tipos de comportamentos censuráveis levados a

²⁷⁰ SMS, *Religião e Pátria*, n.º 41, 19 de novembro de 1884, não paginado.

²⁷¹ SMS, *Religião e Pátria*, n.º 45, 3 de dezembro de 1884, não paginado.

²⁷² SMS, *Religião e Pátria*, n.º 40, 19 de maio de 1888, não paginado.

²⁷³ SMS, *Jornal de Guimarães*, n.º 20, 28 de agosto de 1876, não paginado.

²⁷⁴ SMS, *Religião e Pátria*, n.º 10, 28 de janeiro de 1885, não paginado.

²⁷⁵ SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 141, 15 de novembro de 1888, não paginado.

²⁷⁶ GOUVÊA, A. Ayres – *A Reforma das Cadeias em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1860, p. 103.

cabo por parte de presos ou de pessoas que aí gravitavam, como era o caso das prostitutas. Registo, um desses apelos veiculados entre os jornais vimeanenses, em que se sublinhava a necessidade de proibir que os presos pronunciem palavras *obscenas [...] e conversas em voz alta, muito indecentes*.²⁷⁷ Outro exemplo encontra-se na imprensa bracarense, através da censura ao *espectaculo vergonhoso que todos os dias exibem umas desgraçadas mulheres em volta da cadeia, proferindo palavras offensivas da moral, a obrigar as pessoas que habitam alli, a não poderem chegar-se às janelas*.²⁷⁸ Cenário idêntico era apontado sobre a rua Direita em Vila Nova de Famalicão, onde se situava a cadeia.²⁷⁹

Os episódios descritos constituem expressões significativas do mau estado das prisões, que se encontram documentados em trabalhos da especialidade.²⁸⁰



1890 – Largo da Misericórdia

Fonte: FERNANDES, Joaquim (org.) - *Guimarães do Passado e do Presente*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1985, p. 165

Figura 5 - Localização da antiga cadeia de Guimarães em 1890

²⁷⁷ SMS, *Religião e Patria*, n.º 39, 14 de maio de 1884, não paginado.

²⁷⁸ BND, *A Gazeta de Braga*, n.º 6, 20 de novembro de 1896, não paginado.

²⁷⁹ VASCONCELOS, Álvaro Rocha - *A Rua Direita – Achegas para a História de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Editorial Novembro, 2009, p. 68-69.

²⁸⁰ Veja-se por exemplo os trabalhos de ANICA, Aurizia - *A Transformação da Violência...*, pp. 268-275; ESTEVES, Alexandra Patrícia Lopes - *Entre o Crime e a Cadeia...*, p. 597-817; SANTOS, Maria José Moutinho - *A Sombra e a Luz...*, pp. 264-289.

As censuras frequentes na imprensa relacionam-se também com matéria de política local. Um dos temas frequentes de crítica respeitava à deficiente cobertura policial do espaço urbano e território vizinho. Na mesma linha se insere a tradicional disputa entre Guimarães e Braga. Embora seja uma rivalidade antiga, com carácter mais religioso, a partir da reforma administrativa de 1835, torna-se num conflito também político. Com a criação dos distritos, Guimarães ficou dependente administrativamente de Braga. Esta situação não agradou a Guimarães, sobretudo ao assistir ao avolumar das contribuições da cidade para o orçamento distrital, sem que se notasse qualquer benefício para a cidade.²⁸¹

A imprensa, quer a de Braga quer a de Guimarães, entre o período mais aceso do conflito da rivalidade das suas cidades, 1885 e 1886, expunham a situação, quase diariamente, assumindo um papel de defesa e de ataque em relação à natureza dos argumentos alegados. O jornal vimaranense *Imparcial* esgrimia assim a sua indignação:

Para as despesas distritais pagamos uma importante verba, é justo, mas justo é também que delas auframos benefícios [...] e estejam na capital do distrito numerosas esquadras quase que em amável recreio. Não é preciso que em Braga estejam encabeçados todos os progressos; necessário é também que eles se repartam por todas as demais terras que os pagam. [...]
Exigir-se um bom serviço policial em toda a cidade feito por mais homens, não se pode. Quantas vezes se ouve chamar por socorro, e não acode um só polícia? Quantas se proferem palavras, as mais obscenas, e não aparece um só agente da autoridade a impor silêncio?
E isto é serviço policial? Não; é uma simples ficção, e nada mais.
E se procurarmos a verba que pagamos para este serviço, como um dos melhores argumentos para a nossa reclamação, de sobejo ela nos garante a nossa justiça e o nosso direito.
*Temos direito e temos justiça, façamo-la.*²⁸²

Um dos fatores que concorria para a denúncia do número insuficiente de forças de segurança na cidade consistia no desvio dos agentes para outras funções, como é exemplo o envio de militares para apoiar o cordão sanitário implantado para circunscrever o avanço da cólera.²⁸³ A situação apontada colocava, nestas circunstâncias, em risco não só a segurança da cidade, como também a própria cadeia que ficava sem guardas.²⁸⁴

Com efeito, as preocupações pela segurança evidenciadas pela imprensa, constituíam um tema quase diário. A partir de 1884, essa inquietação tem um novo foco de atenção, com a chegada da linha de caminho de ferro a Guimarães. Desta forma, progressivamente a circulação de pessoas e

²⁸¹ Sobre este assunto leia-se OLIVEIRA, Manuel Alves de - "Um motim de há 100 anos – Entre Braga e Guimarães". *Boletim de Trabalhos Históricos*. Guimarães. Vol. XXXVI (1985), pp. 317-348.

²⁸² SMS, *Imparcial*, n.º 1186, 23 de outubro de 1885, não paginado.

²⁸³ Sobre este assunto leia-se ARAÚJO, Maria Marta; ESTEVES, Alexandra - "Cholera in the Portuguese region of Alto Minho in the second half of the nineteenth century: epidemic outbreaks, treatment and behaviours". *Hygiea Internationalis: An Interdisciplinary Journal for the History of Public Health*. Linköping University. Vol. 9 (2010), pp. 183-198.

²⁸⁴ SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 246, 21 de fevereiro de 1887, não paginado.

de bens²⁸⁵ foi incrementada na cidade, tendo a Câmara Municipal de Guimarães manifestado a necessidade de proceder à regulação do serviço dos veículos no trânsito da estação do caminho de ferro para a cidade e vice versa, *de modo a evitar-se as desagradáveis ocorrências que no mesmo trânsito se davam.*²⁸⁶ A preocupação pela segurança dos passageiros também não era indiferente ao chefe da estação do caminho de ferro da cidade, que, em 1886, oficia à Câmara Municipal, solicitando a presença de um zelador no exterior da estação para vigiar *o serviço de carros e as chegadas dos comboios.*²⁸⁷ Desta forma, eram também crescentes os avisos na imprensa, para os transeuntes se acautelarem dos ladrões *que aparecem aos viandantes nas estradas*, chamando especial atenção para a *Quadrilha do Papa Assucar* que *pára amiudadas vezes [...] á beira da estrada de Braga e percorrem as imediações das estradas* entre a cidade de Guimarães e outras localidades, como Fafe e Caldelas.²⁸⁸

Esta aparente impunidade da quadrilha veiculada pela imprensa, reforçava o sentimento de insegurança geral na população. Mas como verificamos, os meios ao dispor das autoridades político-administrativas eram escassos e, recorde-se, pouco ou nada profissionalizados.

3. O PROCESSO GRADUAL DA EXTINÇÃO DA *QUADRILHA DO PAPA ASSUCAR*

Ao contrário do que era esperado pela imprensa, justiça e autoridades policiais, Bernardo José Dinis não se corrigiu após a recaptura em 1884 e o cumprimento da pena.

A captura deste *criminoso e respetivos confrades* passou a dominar as notícias na imprensa local sobre a criminalidade, alertando-se²⁸⁹ e dando-se conselhos às autoridades sobre a melhor maneira adequada para esse efeito. Argumentava-se que a época dos milheirais servia de refúgio e proteção dos criminosos, por impedir a captura dos mesmos. Mas acrescenta-se ironicamente que,

²⁸⁵ Um jornalista do *Religião e Patria* regista esse aumento de *visitantes estranhos* na cidade, fruto do desenvolvimento das vias de comunicação – Cf. *Religião e Patria*, n.º 21, 6 de setembro de 1884, não paginado.

²⁸⁶ Cf. AMAP, Câmara Municipal de Guimarães, Postura acerca do transito de carros pela rua de Vila Flor para a estação do caminho de ferro, 1884, não numerado.

²⁸⁷ AMAP, Câmara Municipal de Guimarães, Livro do extrato de ofícios entrados na secretaria da câmara, 1882-1888, fls. 134v. e 135.

²⁸⁸ BND, *Jornal do Porto*, n.º 214, 9 de Setembro de 1888, não paginado; BPB, *Comercio do Minho*, n.º 2333, 6 de novembro de 1888, não paginado; BPB, *Comercio do Minho*, n.º 2459, 7 de setembro de 1889, não paginado.

²⁸⁹ BPB, *Comercio do Minho*, n.º 2365, 22 de janeiro de 1889, não paginado; SMS, *Religião e Patria*, n.º 37, 2 de novembro de 1889, não paginado.

*nem tanto tempo se demorarão os milhos nos campos.*²⁹⁰ Exemplo disso são relatos em que o *Papa Assucar* era visto em diversas freguesias e desaparecia num campo de milho.²⁹¹

É após a tentativa de furto a um armazém de mercearia em Guimarães, em 1890, que se vão intensificar as diligências para *eliminar* a quadrilha... Na noite do dia 2 de abril desse ano, Antônio Vinagre desloca-se a casa do *Garracho* para lhe dar um recado do *Papa Assucar*. Este pedira para aquele se encontrar com ele numa taberna no alto da Morreira. Voltando a casa, o *Garracho* informa a esposa, que já se encontrava deitada, para os acompanhar a Guimarães, chegando lá por volta da meia-noite. O *Garracho* pediu então à mulher que esperasse por eles, estregando-lhe o marido o *casacão de fazenda* que trazia, e o *Papa Assucar* os seus sapatos. Estes, reunindo-se com outros indivíduos, planejaram o assalto ao armazém de mercearia do negociante João José da Cunha Monteiro, sito nos baixos do edifício da Irmandade do Cordão, na rua de São Dâmaso, em Guimarães.

Pela uma hora da madrugada, aproveitando o ruído de uma carruagem, abriram a porta do armazém por meio de chaves falsas ou gazuas. Contudo, como o proprietário já desconfiasse desta situação, pois uns dias antes sofrera uma tentativa semelhante, colocou dois indivíduos de guarda ao armazém. Estes, ouvindo *o estalo da desandadella da lingoa da fechadura da porta*, viram um braço a abrir e levantar *o taburno que auxiliava a fechadura*. Um dos guardas espreitou por uma frincha e viu cerca de seis indivíduos na rua reconhecendo um, que tinha um boné de pelo, como sendo um antigo caixeiro do armazém, Domingos José da Silva Lopes. Entretanto, viram que entraram dois ou três indivíduos. Um deles estava descalço e trazia um *bacamarte curto* e acendeu um fósforo. Logo em seguida, os dois guardas lançaram-se a eles e deram-lhes umas pancadas na cabeça. Os intrusos fugiram, indo os ditos guardas atrás deles gritando *aqui d'El-Rei*. Um dos guardas, o caixeiro Bento Neto Ribeiro Guimarães, correu atrás de um deles, um *homemzarrão de pez descalços que seguindo a todo o correr pela rua dos Terceiros e depois para a rua de Couros* mas não o conseguiu alcançar.

No trajeto de volta ao armazém, encontraram uma mulher nas escadas da igreja de São Dâmaso, que parecia estar de vigia. Um deles tentou prendê-la mas, *mordendo-lhe ella n'um braço e dizendo-lhe que elle não era homem para a prender, procurando agarrar-lhe nas partes pudendas e encontrar-lhe o joelho*, para a subjugar, um dos guardas deu-lhe um murro e o outro guarda agarrou-lhe um braço.

²⁹⁰ SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 492, 12 de setembro de 1889, não paginado.

²⁹¹ SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 2312, 18 de setembro de 1888, não paginado.

No ato de prisão, Carolina Augusta, encontrava-se na posse de um saco cheio de sacas vazias, para além do casacão do marido e dos sapatos do *Papa Assucar*, tendo informado que estas se destinavam a guardar os objetos que pudessem roubar. Declarou ainda que, atrás da referida igreja, estava um carro de mão que seria usado para transportar os objetos roubados. O referido carro pertencia a um ferreiro que o costumava ter a guardar numa loja de Sebastião Brandão, cuja chave estava em poder de Custódio Fernandes Lopes. Finalmente revelou que *fazia parte da malta do Papa Assucar*. No entanto, no posterior interrogatório negou todos estes factos e disse desconhecer os planos do assalto e que apenas o seu marido e o *Papa Assucar* lhe pediram que os esperasse naquele local.²⁹²

Após este episódio, multiplicavam-se os apelos na imprensa local para que se desse fim à quadrilha.

Em finais de 1890, todos os indivíduos da quadrilha estavam presos ou a cumprir pena. Todavia, o jornal *Comercio do Minho* não dava a quadrilha por extinta, referindo que Joaquim da Silva, o *Quelhas*,²⁹³ também um famoso criminoso da região de Felgueiras, era *agora comandante da quadrilha do Papa Assucar*.²⁹⁴ Acrescentando o correspondente vimaranense de um jornal da capital, que o *Quelhas* seria provavelmente o *logar-tenente do bandido chefe*.²⁹⁵ De facto, já anteriormente, em 1889, duas testemunhas num processo de polícia correcional promovido contra Joaquim da Silva, afirmaram que ele, o *Quelhas*, andava *na comarca de Guimarães na companhia de um tal papa assucar a roubarem*.²⁹⁶ Igualmente o jornal *O Felgueirense* associava este indivíduo à *Quadrilha do Papa Assucar*, alegando que alguns membros do bando se acoutavam nas freguesias de Jagueiros e Sendim daquele concelho. Noticiava ainda diferentes crimes que praticaram naquela região. Contudo, verificou-se pela pesquisa que as acusações produzidas pelo jornal nunca terem resultado na pronúncia dos seus supostos autores pelos respetivos crimes.

No entanto, após a última captura do *Papa Assucar* em 1890, o mesmo jornal continua a dar destaque às ações do *Quelhas*. Agora associado a outro notável ladrão da região de Felgueiras, José

²⁹² AMAP, TJCG, Crime, 3º Ofício, Registo dos processos crimes, 1882-1890, fls. 123v.-132.

²⁹³ Joaquim da Silva, o *Quelhas*, nasceu na freguesia de Jagueiros, do concelho de Felgueiras, aos 19-01-1864. Era filho de António da Silva e de Joaquina Maria, residentes no lugar de Travassós – ADP, Paróquia de Jagueiros, Registos de Baptismos, 1837-1866, fl. 264. Em Julho de 1890, com 26 anos, era solteiro, jornalista e residia no mesmo lugar. Foi condenado na comarca de Guimarães a 4 meses de prisão correcional e 2 meses de multa por dois crimes de roubo – AMAP, TJCG, Crime, 3º Ofício, Polícia Correcional, Maço 38, n.º 1, 1890, fl. 25v. Em abril de 1891, foi novamente preso na sequência de um assalto praticado na noite de 21 para 22 desse mês, na loja de Aniceto Pinto Ferreira, na vila de Felgueiras – Cf. AMF, Administração do Concelho de Felgueiras, Livro Copiador de Ofícios Para Diversas Autoridades, 1891, ofício n.º 83, não paginado.

Dois meses depois (junho de 1891), voltou a ser detido por um furto cometido em Santa Comba de Regilde – BMF, *O Felgueirense*, n.º 300, 9 de junho de 1891, não paginado.

²⁹⁴ BPB, *Comercio do Minho*, n.º 2618, 7 de outubro de 1890, não paginado.

²⁹⁵ HDB, *O Economista*, n.º 2727, 07 de outubro de 1890, não paginado.

²⁹⁶ AMAP, TJCG, Crime, 3º Ofício, Polícia Correcional, Maço 38, n.º 1, 1890, fl. 20.

Teixeira, da freguesia de Jogueiros, atribuindo-lhes vários crimes, entre eles: um furto na igreja de Santa Quitéria, a que se seguiu julgamento e condenação, sendo a pena cumprida na cadeia de Lousada; e um espancamento e roubo de 50 libras a um negociante de Borba de Montanha no trajeto da feira de São Miguel em Cabeceiras de Basto.²⁹⁷

3.1. Relação cronológica das últimas capturas e julgamentos entre 1887 e 1890

A queixa ou denúncia figurava como o primeiro elemento do processo criminal para se dar início a um processo-crime. Este, segundo a gravidade do crime, resultava em querela pública ou processo correcional.

Reduzida a escrito, a queixa dava início à abertura do corpo de delito, por forma a aferir da existência do crime e das suas circunstâncias. Esse procedimento realizava-se de duas formas, uma direta, por inspeção ocular e avaliação de peritos; e, outra indireta, a partir dos depoimentos das testemunhas. Verificados ou não os fundamentos para dar continuidade ao processo, o delegado do Ministério Público promovia a acusação. A esta, seguia-se o despacho de pronúncia pelo juiz de direito, que culminava no julgamento. Até esse momento, eram executados outros procedimentos como os mandados de captura, as fianças, o registo criminal, entre outros.²⁹⁸

Na análise dos processos-crime compulsados, as queixas foram apresentadas primeiramente ao regedor de paróquia, que em seguida as remeteu ao administrador do concelho respetivo. Depois das investigações e da recolha dos depoimentos das testemunhas, este magistrado remetia o processo para a justiça criminal.

Em seguida, descrevo cronologicamente as últimas capturas e os julgamentos de alguns dos indivíduos mais proeminentes da quadrilha, para os quais consegui reunir informação suplementar. Começo por apresentar os elementos mais esparsos que reuni sobre os elementos mais laterais do bando.

²⁹⁷ Cf. BAMF, *O Felgueirense*, n.º 261, 9 de setembro de 1890, não paginado; BAMF, *O Felgueirense*, n.º 262, 16 de setembro de 1890, não paginado; BAMF, *O Felgueirense*, n.º 264, 30 de setembro de 1890, não paginado.

²⁹⁸ NAZARETH, Francisco J. Duarte – *Elementos do Processo Criminal...*

João Dias, o *Santa Marinha*, foi capturado em Guimarães a 11 de outubro de 1887²⁹⁹. O julgamento decorreu no tribunal judicial daquela cidade a 23 de março de 1888. Na acusação contavam diversos roubos, incluindo quatro a igrejas, cuja condenação resultou em 4 anos de prisão celular ou 6 anos de degredo.³⁰⁰ Dois meses após o julgamento, a 14 de dezembro, foi transferido para a Penitenciária de Lisboa,³⁰¹ onde veio a falecer a 8 de maio de 1890, com 26 anos, de uma hemorragia e cancro venéreo.³⁰²

João Rebelo de Sousa, Joana Maria Simões e Francisco Pereira Duarte foram capturados em Vila Nova de Famalicão, em agosto de 1890, e enviados para a Cadeia da Relação do Porto, por causa da *pouca segurança que ofereciam as cadeias daquela vila*³⁰³ (ver figura 6, e veja-se também a figura 7, onde essa realidade é também observável na cadeia de Braga). Nas palavras do investigador famalicense Álvaro Rocha Vasconcelos, *estas transferências constituíam um espetáculo para os habitantes que acorriam para assistir às movimentações dos guardas, enquanto os presos que, entre a postura cabisbaixa e a altivamente desafiadora, coloriam a cena com trocas de palavras insultuosas ou de lamentação*.³⁰⁴

Estes indivíduos foram julgados cerca de um ano após a captura, a 2 de junho de 1891, sendo condenados a 2 anos de prisão correccional.³⁰⁵ Em consequência da aplicação do indulto de 23 de março de 1894, foram soltos a 4 de abril.³⁰⁶ Relativamente a Joana Maria Simões, esta terá sido posta em liberdade, pois não consta que fosse condenada, como referido anteriormente.

Entretanto, o destino destes elementos foi distinto. No caso de João Rebelo de Sousa a 12 de maio de 1899, já viúvo,³⁰⁷ solicitou passaporte com destino ao Pará, no Brasil.³⁰⁸ Por seu turno, Francisco regressou ao mundo do crime com o seu companheiro *Lourenço*, como veremos mais adiante.

²⁹⁹ ASPN, Cadeia de Guimarães, Registo dos Presos da Cadeia de Guimarães, 1886-1890, fl. 17v.-18.

³⁰⁰ SMS, *Religião e Patria*, n.º 24, 24 de março de 1888, não paginado.

³⁰¹ BND, *Jornal do Porto*, n.º 296, 14 de dezembro de 1888, não paginado.

³⁰² ASPS, Cadeia Penitenciária de Lisboa, Registo dos Presos da Cadeia Penitenciária de Lisboa, 1888, registo n.º 650; e ASPS, Cadeia Penitenciária de Lisboa, Registo dos Presos da Cadeia Penitenciária de Lisboa, 1889, registo n.º 640.

³⁰³ BND, *Jornal do Porto*, n.º 184, 06 de agosto de 1890, não paginado.

O Decreto de 12-12-1872 sobre o “Regulamento provisório das cadeias civis do continente do reino e ilhas adjacentes”, no Capítulo II, estabelece a transferência de presos em casos de falta de condições sanitárias ou de segurança – Cf. *Collecção Official de Legislação Portuguesa Anno de 1872*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873, p. 346.

³⁰⁴ VASCONCELOS, Álvaro Rocha - *A Rua Direita...*, p. 68.

³⁰⁵ BND, *Jornal do Porto*, n.º 131, 04 de junho de 1891, não paginado.

³⁰⁶ ASPN, Cadeia da Relação do Porto, Registo dos Presos da Cadeia da Relação do Porto, 1890-1899, fls. 18, 18v. e 43v.

Pelo decreto real de 23 de março de 1894, sob proposta apresentada pelo Conselho de Estado, a propósito do 5.º centenário do nascimento do infante D. Henrique, foi concedido indulto (art.º 1.º) “aos réus civis, condenados por sentença passada em julgado à data do presente decreto, em penas maiores, fixas ou temporárias, de qualquer natureza, e em penas correccionais de prisão ou desterro, fica perdoada a quarta parte da condenação.” – *Collecção Official de Legislação Portuguesa Anno de 1894*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, p. 130.

³⁰⁷ Não foi possível localizar o óbito da sua mulher Joana Maria Simões, *a Carapuça*.

³⁰⁸ ADB, Governo Civil de Braga, Processo do passaporte de João Rebelo de Sousa, 1899.



Fonte: CARVALHO, Vasco César – *Aspectos de Vila Nova II. A justiça*. Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva, 1947, folha sem paginação (entre as páginas 104 e 105).

Figura 6 - Antiga cadeia de Vila Nova de Famalicão (perspetiva: norte para sul e de sul para norte)

Quanto a Francisco da Costa Sacramento, *o Pissarro*, este foi preso em Guimarães a 28 de maio de 1890 e remetido para a cadeia de Braga. Alguns meses depois, foi condenado em audiência geral de 29 de novembro, acusado por dois crimes de furto e condenado a 2 anos de prisão e 6 meses de multa.³⁰⁹ A pena foi cumprida na cadeia de Braga,³¹⁰ de onde saiu a 13 de maio de 1892, com o pagamento da multa em que foi também condenado, no valor de 21 559 reis.³¹¹ Até ao seu falecimento, a 18 de março de 1898, com 63 anos, ocorrido na freguesia de Balazar onde residia,³¹² não há registo de ter sido capturado por novo crime.

³⁰⁹ Acusado pelo crime descrito no ponto 2.2. e ainda pelo crime de furto de uma porção de espigas de milho e algumas galinhas aos queixosos José Joaquim Esteves e Custódia Vieira, ocorrido em maio de 1887, na freguesia de Espinho, da comarca de Braga – Cf. ABD, Tribunal da Comarca de Braga, 6.º Ofício, Processos Crime, 1887, fl. 78-80v. Na mesma audiência foi também julgada a sua amásia Antónia Joaquina de Oliveira, a *Garracha*, que foi presa na cadeia de Braga em 22 de abril de 1890 e condenada a um ano de prisão e um mês de multa. Esta terminou o cumprimento da pena em 22 de maio de 1891 (Cf. ASPN, Cadeia Civil de Braga, Livro de presos soltos e removidos, 1882-1892, fl. 162), e faleceu cerca de 8 anos depois, com 65 anos de idade, a 28 de Setembro de 1899, na freguesia de Balazar, onde residia (Cf. AMAP, Paroquial, Paróquia de Balazar, Livro de Óbitos, 1861-1899, fl. 55v.-56).

³¹⁰ ASPN, Cadeia Civil de Braga, Livro de Registo de Presos, 1888-1891, fls. 162-172.

³¹¹ ADB, Tribunal da Comarca de Braga, Crime, 6.º Ofício, Multas impostas por lei ou preceito a favor da Fazenda Nacional, 1892-1918, fl. 2v.

³¹² AMAP, Paroquial, Paróquia de Balazar, Livro de Óbitos, 1861-1899, fl. 53.



Fonte: *Ilustração Portuguesa*. Lisboa. II Série, n.º 13 (13/21 de Maio de 1906), p. 404.

Figura 7 - Antiga cadeia de Braga

Por fim, António José de Abreu, como referi anteriormente, encontrava-se preso, segundo a imprensa,³¹³ na Cadeia da Relação do Porto, em 1890. No entanto, essa informação não foi confirmada pela consulta das fontes prisionais realizada. Desta forma, a última captura e julgamento conhecidos tiveram lugar, em 1882, em Guimarães. No entanto, voltei a encontrá-lo em setembro de 1888, desta vez não como autor, mas como vítima de um processo-crime por injúrias, ocorrido nas imediações do quartel militar, no largo dos Duques de Bragança, onde se localizava o seu estabelecimento (venda). Aí, António José de Abreu foi injuriado por palavras obscenas proferidas por Rosa Veloso Pereira, a *Bota*,³¹⁴ meretriz, Maria Tomásia e Maria Rosa da Silva, todas solteiras, residentes no mesmo largo. Desconheço, no entanto, o desfecho deste processo.³¹⁵

As pesquisas realizadas em torno de Domingos Pereira Duarte resultaram infrutíferas em termos de informações sobre eventuais capturas ou julgamentos.

³¹³ SMS, *Religião e Patria*, n.º 25, 13 de setembro de 1890, não paginado.

³¹⁴ Em 1886 havia respondido em outro processo pelo crime de ultraje à moral pública, onde foi condenada a 3 dias de prisão correccional, nos selos e custas - AMAP, TJCG, Crime, 1.º Ofício, Polícia Correccional, Maço 87, n.º 3, 1886.

³¹⁵ AMAP, TJCG, Crime, Livro da Porta, 1887-1888, fl. 10v.

3.2. A captura e julgamento de “o Lourenço”

A 31 de maio de 1887 António da Cunha Lourenço, o *Lourenço*, atingiu maior notoriedade quando perpetrou uma tentativa de assalto à igreja de Santo Tirso. Conjuntamente com ele foram presos em flagrante delito João Dias, o *Santa Marinha*, António Dias, o *Santa Marinha*, irmão daquele, e Paulino Ferreira.

A imprensa deu grande destaque ao caso, apelidando-o de *roubo sacrílego*, descrevendo os pormenores da tentativa de assalto desta forma:

Ante-hontem, cerca das 11 horas e meia da noite, foi perturbado o silencio habitual da villa com gritos de aqui d'El-Rei ladrões na egreja, o que tanto bastou para tudo se alvoroçar.[...] Effectivamente haviam sido forçadas e abertas com gazuas as portas que dão para os claustros: a que dá entrada para a egreja achava-se já meia arrombada, pois tinha a fechadura quasi arrancada e dentro em pouco seria aberta, visto que uma grossa tranca foi intromettida nos batentes com o auxilio d'um ferro d'assento que se achava por terra [...] á muita pericia do digno abbade [...] e a coragem de Anastacio da Silva e Silencio da Costa Cancelli [...] prenderam um dos ladrões, que vinha em fuga.

Depois de busca minuciosa foram achados mais dois, que tinham procurado esconder-se na alta laranjeira do adro, os quaes sob ordem do delegado da comarca desceram e foram capturados pelo official de diligencias Leandro Moreira Pinto, auxiliado por Antonio Ferreira Burgães, João Martins, o dignissimo recebedor d'esta comarca e seu filho, e outros cujos nomes temos pena de não podermos enumerar.

Foram em seguida os presos condusidos á cadeia, não tendo sido possível capturar o quarto que estava de sentinela, que tinha dado signal errado segundo depois confessou um dos ladrões.³¹⁶

O *Jornal de Santo Thyrsó* fez a cobertura do julgamento, descrevendo o ambiente do que lá se passava, as reações de curiosidade popular e o desempenho dos agentes da justiça e o estado de espirito dos réus. O jornalista do referido jornal descreveu assim os réus: *o Lourenço é alto, rosto não antipathico, falla com desembaraço, sabe ler e escrever correntemente e parece não receiar muito do que lhe possa acontecer, o Santa Marinha é astuto, sorumbatico, falla pouco, o Paulino é baixo, grosso, olhar turvo, manhoso, desfigurou-se ao entrar para a cadeia, cortando as barbas.³¹⁷*

³¹⁶ AHMST, *Jornal de Santo Thyrsó*, n.º 265, 2 de junho de 1887, não paginado.

³¹⁷ AHMST, *Jornal de Santo Thyrsó*, n.º 289, 17 de novembro de 1887, não paginado.



Fonte: www.cm-stirso.pt

Figura 8 - Antiga cadeia de Santo Tirso restaurada

Os réus foram julgados na comarca de Santo Tirso, exceto o João Dias. Este, como vimos anteriormente, foi julgado na comarca de Guimarães onde pendiam sobre ele várias acusações.

O mesmo jornal citado descreveu o julgamento da seguinte forma:

Na quinta feira passada, constituído o tribunal por 11 horas da manhã, deu-se começo a este julgamento, um dos mais importantes que se tem offerecido á curiosidade publica. Com effeito a vasta sala de audiencias e a galeria adjacente encheu-se d'uma multidão enorme, difficil de conter e que permaneceu durante todo o tempo que durou a audiencia: mais de 12 horas de apertões! D'um calor suffocante! A ponto de, apesar das janellas abertas, as paredes resoar humidade, cahindo em gotas das padieiras [...] Foi tão brilhante a accusação feita por este integerrimo magistrado que algumas pessoas chegaram-no a dizer que nunca ouviram uma accusação como a que se fez n'esta noite. Durante mais de 1 hora esteve suspenso o numeroso auditorio, escutando a voz forte e vibrante de sua ex.^a, que em rasgos d'uma eloquencia admiravel, n'uma linguagem vernacula e primorosa, ora descrevia magistralmente a justiça e a verdade, ora pintava com as cores mais carregadas as circumstancias que revestiam os crimes, ora convencia evidentemente de que os réos eram grandes criminosos e merecedores de ser castigados com todo o rigor [...] Seguiu-se a defeza que estava representada pelo snr. dr. Eduardo da Costa Macedo.

Por mais habil e distincto que seja o advogado de defeza, quando ella se acha n'um campo como a d'este réos, é sempre espinhosa e difficil a missão do defensor.³¹⁸

Tal como observamos atrás, na descrição da fuga do *Papa Assucar* da cadeia de Guimarães, em 1883, também aqui o repórter utiliza um estilo e linguagem próxima do registo literário. Neste caso, o jornalista testemunha os acontecimentos e relata as suas impressões com objetivos definidos.

³¹⁸ AHMST, *Jornal de Santo Thyrsso*, n.º 290, 24 de novembro de 1887, não paginado.

Elogia a atuação da acusação, que exige a condenação severa do criminoso ao mesmo tempo que deixa a defesa sem argumentos.³¹⁹

Sobre o arguido mais mediático em julgamento, o *Lourenço*, contava-se que Manuel José Ribeiro, conde de São Bento, ter-se-á aproveitado do julgamento para se vingar duma tentativa de roubo realizada por *Lourenço*. O conde terá encarregado um *sujeito patifão*, por alcunha o *Jafo*, para contratar testemunhas falsas para garantir a sua condenação. O tal *Jafo* viria depois a aparecer morto *cosido à facada numa valeta perta da casa do conde*.³²⁰ Os réus foram ainda responsabilizados pelos roubos efetuados a outras igrejas do concelho, como a de Sequeiró, a de Monte Córdova e a de Lama.³²¹ Sobre eles recaiu ainda a suspeita de fazerem outros roubos nas igrejas de São Mamede de Coronado, São Tomé de Negrelos, São Martinho do Campo, São Miguel das Aves³²² e na capela de Nossa Senhora das Dores, na freguesia de Bougado, todas pertencentes ao concelho de Santo Tirso.³²³

António da Cunha Lourenço foi condenado a 8 anos de prisão maior celular ou em alternativa a 12 anos de degredo em África. Foi posteriormente enviado para a Cadeia da Relação do Porto, a 23 de novembro, e seguiu para a Penitenciária de Lisboa, a 14 de dezembro de 1888, juntamente com uma leva de condenados, e escoltados por 60 praças de infantaria 10.

A 2 de abril de 1893,³²⁴ regressa à terra natal. Cerca de 5 anos mais tarde, António da Cunha Lourenço é registado como reincidente no crime, juntamente com um dos seus companheiros do passado, Francisco Pereira Duarte, o *Conca*, entretanto também já em liberdade, desde 1894, como vimos anteriormente.

No dia 1 de junho de 1898, fazem um assalto à casa de D. Maria da Conceição Ferreira da Cunha, na freguesia de São Miguel das Aves, da comarca de Santo Tirso. Aí roubaram vários objetos, roupa e cereais, tudo no valor de 150 mil reis. Enquanto que o *Conca* foi capturado em novembro

³¹⁹ Para Caeiro da Mata, a descrição feita pela imprensa do julgamento como um espetáculo, era interpretada como sugestiva, exercendo uma influência negativa sobre alguns indivíduos – Cf. MATA, Caeiro – *Direito Criminal Português...*, pp. 152-153.

O acompanhamento dos julgamentos pela imprensa suscitava, por parte da população, grande curiosidade e contribuía para a fama dos criminosos, veja-se o caso de um famoso bandido espanhol *Calzapreta* – Cf. CASTÁN, José António Adell; RODRIGUEZ, Celedonio Garcia – “El bandolerismo romántico en el Campo de Belchite”. In GONZÁLEZ, José Luis Ona; YAGO, Jaime Cinca (coord.) - *Comarca de Campo de Belchite*. Zaragoza: Gobierno de Aragón. 2010, p. 309.

³²⁰ RIBEIRO, António Jorge - *A vida em Santo Tirso nos anos que antecederam a República*. Santo Tirso, 2010, p. 67. [Consultado em 07 de maio de 2013]. [Disponível em www.orgalribeiro.net/ebooks.php].

³²¹ SMS, *17 de julho*, n.º 44, 10 de janeiro de 1887, não paginado; AHMST, *Jornal de Santo Thyrsó*, n.º 267, 16 de junho de 1887.

³²² AHMST, Administração do Concelho de Santo Tirso, Copiador da Correspondência, 1885-1892, ofício n.º 41 de 11 de abril de 1887, (folhas não numeradas); AHMST, *Jornal de Santo Thyrsó*, n.º 289, 17 de novembro de 1887.

³²³ A Administração do Concelho de Vila Nova de Famalicão é informada pelo Comissariado da 2.ª Divisão Policial do Porto, que em casa de António Lourenço da Cunha, residente na freguesia de Delães, daquele concelho, existia uma parte do roubo feito na capela de Nossa Senhora das Dores, da freguesia de Bougado, do concelho de Santo Tirso – Cf. AMAS, Administração do Concelho de Vila Nova de Famalicão, Registo da Correspondência Recebida, 1887-1889, ofício n.º 7.

³²⁴ BND, *A Vanguarda*, n.º 649, 02 de abril de 1893, p.2.

desse ano, juntamente com outros cúmplices do assalto,³²⁵ António da Cunha Lourenço conseguiu evitar a prisão. No entanto, foi acusado de ter participado neste assalto. Entretanto, o administrador do concelho de Santo Tirso tem conhecimento da morte da mulher de Francisco Pereira Duarte, Teresa de Sousa, a 15 de abril de 1899, na freguesia de Ruivães,³²⁶ oficiando ao seu homólogo de Vila Nova de Famalicão para que os objetos do roubo existentes em sua casa ficassem *em segurança*.³²⁷

Decorridos uns meses, a 14 de dezembro desse mesmo ano, com o título “Roubo importante”, o jornal *Vimaranense* relatava assim um assalto efetuado ao museu³²⁸ da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães, nessa madrugada:

Quando por volta das 9 horas da manhã o empregado snr. Avellino d'Abreu Lima, procedeu á abertura da referida Sociedade, encontrou os vidros de diversas vitrines partidos, chamando por soccorro, compareceram diversos visinhos, os quaes conjuntamente com o snr. Lima, procederam a diversas buscas, para vêr se conseguiam investigar por onde tinham penetrado os auctores de tal façanha.

Os larapios depois de ter escalado o muro da vedação dos antigos claustros, e munidos d'um instrumento perfurante, fizeram n'uma das portas do atrio, que dá ingresso para a referida Sociedade, proximo á fechadura, uns trez furos em forma circular, de maneira a formar um orificio de 10 centimetros de largura, por 8 d'altura, para ser introduzida a mão para desandar a chave que estava por dentro e assim conseguirem entrar no edificio que dá para a galleria [...]

*aonde deram principio ao incomparavel vandalismo quebrando e arrombando as vitrines aonde estavam as collecções de numismatica, que a Sociedade possui, levando do seu museu 500 moedas d'ouro e prata, antiqúissimas[...]*³²⁹

A noticia rapidamente foi reproduzida em diversos jornais da região e em jornais de Lisboa e do Porto, chegado também ao Brasil.³³⁰

Na reunião trimestral da direção da Sociedade Martins Sarmento, datada de 15 de dezembro, esta deu conhecimento aos seus sócios sobre o sucedido e resolveu-se pedir ao administrador do concelho a sua intervenção, através da solicitação do envio de agentes da Polícia Judiciária de Braga e do Porto com o fim de auxiliar na investigação.³³¹ Neste contexto, o administrador do concelho de Guimarães, António de Freitas Ribeiro, mandou distribuir um panfleto pela polícia de Lisboa onde

³²⁵ Joaquim Ribeiro, o *Formigo* e Joaquim da Silva Pinheiro, o *Pêgo*, estes de Delães, da comarca de Famalicão; João da Costa, o *Valença* e Manoel Ferreira, ambos de Lordelo, da comarca de Guimarães; e Teresa de Sousa, a *Conça*, mulher de Francisco Pereira Duarte, o *Conça* – Cf. AHMST, *Jornal de Santo Thyrsó*, n.º 5, 9 de junho de 1898; AHMST, n.º 26, 02 de novembro de 1898.

³²⁶ ADB, Paroquial, Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Ruivães, Livro de Óbitos n.º 3, 1896-1901, fl. 17v.

³²⁷ AMAS, Administração do Concelho de Vila Nova de Famalicão, Registo da Correspondência Recebida, 1898-1899, ofício n.º 126.

³²⁸ O museu foi inaugurado em 9 de março de 1885, e na opinião de um jornalista, a secção de numismática ficou instalado numa *sala acanhada e com pouca luz*, embora com a promessa da direção da Sociedade Martins Sarmento de a mesma coleção ser instalada num espaço mais conveniente – Cf. SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 76, 16 de março de 1885, não paginado.

³²⁹ SMS, *Vimaranense*, n.º 738, 14 de dezembro de 1898, não paginado.

³³⁰ Periódicos da região: *Vimaranense*, *O Commercio de Guimarães*, *O Progresso*, *Jornal de Santo Thyrsó*; Periódicos de Lisboa: *A Vanguarda*, *O Seculo*, *Diario Illustrado*, *A Lanterna*; Periódico do Porto: *A Voz Publica*; Periódico do Brasil: *Jornal do Brasil*.

Na noite de 25 de setembro do mesmo ano, 1899, houve uma nova tentativa de roubo a Sociedade Martins Sarmento – Cf. SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 1423, 29 de setembro de 1899, não paginado.

Em 1891, do mesmo museu, tinham sido roubadas 8 moedas de ouro por 3 individuos, que as venderam a um ourives da cidade de Guimarães. – SMS, *Vimaranense*, n.º 95, 22 de dezembro de 1891, p. 2.

³³¹ PINHEIRO, José – “Boletim”. *Revista de Guimarães*. Guimarães. N.º16 (1899), pp. 52-53.

fosse registada a lista com os objetos roubados, com a finalidade de serem mais facilmente reconhecidos e recuperados.³³² E com esse mesmo propósito, era avançada a promessa de uma gratificação para quem os descobrisse ou localizasse uma vez o conjunto de objetos era avaliado em mais de um conto e quinhentos mil reis.³³³

No início do ano seguinte, 1899, a imprensa louvou as autoridades judiciais pela descoberta dos autores do crime, elogiando António Leal Sampaio, delegado do procurador régio em Guimarães, pelo seu trabalho, na qualidade de principal responsável pelo sucesso da investigação.³³⁴

No contexto das investigações, foram detidas várias pessoas. Mas o que viria a ser pronunciado como autor deste crime foi o nosso já conhecido *Lourenço*, tendo sido preso, em janeiro de 1899, em Guimarães. O seu envolvimento neste assalto foi confirmado pelo testemunho de João da Costa, o *Valença*, e sua mulher, dizendo que *fôra convidado para este roubo e que reconheceu o canivete e as gazuas de metal amarello que, como se disse, foram encontradas proximo da porta do claustro arrombada, no edificio do Museu, e dentro da sala da bibliotheca, onde estavam as vitrines de numismatica e das medalhas*.³³⁵

Em audiência geral de 25 de julho de 1899, no Tribunal Judicial de Santo Tirso, António da Cunha Lourenço foi julgado e condenado na pena de 4 anos e 1 mês de prisão celular ou 6 anos e meio de degredo, por este crime e pelo seu envolvimento no assalto realizado em Vila das Aves. No entanto, o Tribunal da Relação do Porto agravou-lhe a pena para 8 anos de prisão celular ou 12 de degredo. Pena idêntica sofreu o seu companheiro, o *Conca*, e os restantes cúmplices. O *Lourenço* e o *Conca* cumpriram a pena de prisão na Cadeia Penitenciária de Lisboa, onde deram entrada a 19 de fevereiro de 1900 e foram libertados a 25 de novembro de 1907,³³⁶ regressando ambos à sua terra natal. Apesar da vida criminosa e perigosa levada a cabo por António da Cunha Lourenço acabou por terminar os seus dias, não na cadeia ou assassinado, mas antes falecendo na indigência, uns anos mais tarde.³³⁷ Quanto a Francisco Pereira Duarte conheço que faleceu com 85 anos, a 13 de abril de 1937, na freguesia de Carreira, no concelho de Vila Nova de Famalicão.³³⁸

³³² BPMP, *O Seculo*, n.º 6097, 31 de dezembro de 1898. Da lista desses objetos constavam mais de quatrocentas moedas antigas e medalhas raríssimas e preciosas, de coleções romanas, visigóticas e luso-visigóticas, consideradas únicas - Cf. BND, *A Lanterna*, n.º 150, 20 de dezembro de 1898, p. 2.

³³³ BND, *A Lanterna*, n.º 160, 31 de dezembro de 1898, p. 2; e BND, *A Lanterna*, n.º 145, 15 de dezembro de 1898, p. 2.

³³⁴ Arquivo Municipal de Póvoa de Lanhoso, *Maria da Fonte*, n.º 187, 15 de janeiro de 1899, não paginado.

³³⁵ BND, *A Voz Publica*, n.º 2703, 14 de janeiro de 1899, não paginado.

³³⁶ ASPS, Cadeia Penitenciária de Lisboa, Registo dos Presos da Cadeia Penitenciária de Lisboa, 1888-1907, registos n.º 2292 e 2299.

³³⁷ RIBEIRO, António Jorge - *A vida em Santo Tirso...*, p. 67.

³³⁸ ADB, Paroquial, Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Carreira, Livro de Nascimentos, 1811-1874, fl. 68v.

3.3. A captura e julgamento de “o Catarino”

A captura de António Marcelino Gonçalves, *o Catarino*, ocorreu na sequência do seguinte episódio. A 29 de janeiro de 1890, pelas 3 horas da tarde, seguiam num carro de Guimarães para as Taipas, José Lopes, *o Cartola*, e o cocheiro José Valentim Ferreira. Ao passarem na venda do *Barroca*, no lugar do Alvite, estes viram sair da dita venda António Marcelino Gonçalves com uma espingarda na mão, e *sem mais nem menos* aquele *apontou a dita espingarda para o Cartola*, dizendo *que o mataria e que parasse o carro*. Este saiu do carro e protegeu-se atrás dos cavalos. Segundo o relato da imprensa, *o Catarino* alimentava deste há muito um ódio de morte contra esse tal *Cartola*, por este lhe haver dado, em tempos passados, uma bofetada.³³⁹ Aquela cena gerou um largo alvoroço, juntando-se muita gente, impedindo assim que ele disparasse. Entretanto, Francisco de Oliveira, *o Garracho*, saiu também da taberna e juntou-se ao seu companheiro incitando-o que disparasse e matasse José Lopes. Perante a hesitação, o agressor correu para o queixoso dizendo *que lhe bateria com a espingarda* e fugiu. Mas o povo que se tinha juntado à cena perseguiu-o e conseguiram alcançá-lo, prendendo-o.³⁴⁰

No ato da sua prisão, *o Catarino*, *trazia um bacamarte com uma enorme carga*³⁴¹ e confessou ainda ter cometido outros crimes, negando-os depois no interrogatório, na sessão de julgamento. Eis a lista: roubo de duas peças de carne de porco e 3 mil reis em prata; outro também de carne de porco, feito na Praça Nova, em Guimarães; outro de 15 mantas de lã na rua de Paio Galvão, na mesma cidade; outro roubo no barbeiro Mala; outro de diferentes peças de pano de linho, feito a D. Rosa de Jesus Alves Pinto, e de um metro que foi encontrado em sua casa e reconhecido pela queixosa; outro de dois quintais de bacalhau, que foi vendido à *Bicha Brava*; outro de um porco morto, feito ao pároco de Sande; outro feito ao proprietário de um botequim das Taipas, etc. Disse ainda que Francisco de Oliveira, *o Garracho*, tinha diferentes ferros para arrombar a igreja de São Paio em Guimarães.³⁴²

³³⁹ SMS, *A Penha*, n.º 9, 02 de fevereiro de 1890.

³⁴⁰ Em casos de flagrante delito, para além das autoridades administrativas e policiais, o povo também podia prender os delinquentes e apresenta-los às autoridades judiciais competentes – Cf. NAZARETH, Francisco J. Duarte – *Elementos do Processo Criminal...*, p. 157.

Situação semelhante ocorreu com Francisco da Costa Sacramento, *o Pissarro*, em 1887. Este, foi preso por populares e entregue ao regedor da freguesia de Espinho (Braga) – ADB, Tribunal Judicial de Braga, 6.º Ofício, Processos Crime, 1887, fl. 78v.

³⁴¹ BPB, *Comercio do Minho*, n.º 2523, 12 de fevereiro de 1890, não paginado.

Descrição da arma feita pelos peritos Custódio José Pinto Guimarães e Manuel Vieira de Sousa: uma espingarda era de fulminante, e estava carregada com uma grande carga de pólvora e chumbo. O cano tinha de comprimento 64 centímetros e de calibre 11 milímetros. Tinha bastante uso e era de fabrico desconhecido, mas de tipo francês. E valeria 2 mil reis – Cf. AMAP, TJCG, Crime, 1.º Ofício, Registo dos processos crimes, 1882-1890, fl. 119.

³⁴² SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 533, 10 de fevereiro de 1890, não paginado.

Enquanto aguardava julgamento na cadeia de Guimarães, *o Catarino*, foi alegadamente o autor de um apedrejamento efetuado através das grades da cadeia, no dia 27 de agosto. As três testemunhas inquiridas afirmaram que naquela manhã, entre as 10 e as 11 horas, ao passarem próximo à cadeia foram apedrejados por um preso de barbas, que se achava no piso térreo da cadeia, e vieram a saber que era António Marcelino Gonçalves.

Em audiência geral de 18 de novembro de 1890, no Tribunal Judicial de Guimarães, presidida pelo juiz de direito António Duarte Marques Barreiros,³⁴³ foram julgados no mesmo processo os réus António Marcelino Gonçalves e sua mulher Catarina Rosa da Silva e Carolina Augusta. O *Catarino* foi acusado pelos crimes de associação de malfeitores, um crime de furto, um crime de porte de arma sem licença e ameaça, um crime de emprego de arma de arremesso e um crime de ofensas à moral pública. Catarina Rosa da Silva foi acusada pelo crime de associação de malfeitores. E Carolina Augusta, também foi acusada pelo crime de associação de malfeitores e do crime de tentativa de um furto. Apurou-se ainda a suspeita de que Bernardo José Dinis, o *Papa Assucar*, era o *capitão dessa companhia de ladrões*. Para esta suspeita terá contribuído o próprio depoimento do *Catarino*.

Os relatos das testemunhas indicavam que viram por diversas vezes os querelados em tabernas com o *Papa Assucar*. Perante estes depoimentos, o *Catarino* tentou distanciar-se dele e das suas alegadas práticas criminosas, afirmando que *Papa Assucar* lhe confidenciava os roubos que cometia com outros indivíduos, com o intuito de o aliciar para se juntar a eles e para lhe apanhar um empréstimo de 3 mil e 500 reis que nunca os restituiu.³⁴⁴ Por sua vez, Bernardo José Dinis quando foi interrogado sobre estes crimes e estes querelados, afirmou que eram falsas todas as referências feitas a ele, e que apenas conhecia António Marcelino Gonçalves *por simples encontro*, e que não conhecia Carolina Augusta.³⁴⁵ Porém, a amizade entre o *Catarino* e o *Papa Assucar* poderá ter iniciado quando aquele residiu temporariamente em Braga cerca de 1 ano, entre setembro de 1886 e outubro de 1887, quando esteve no regimento de infantaria n.º 8, durante o cumprimento do serviço militar.³⁴⁶

No interrogatório, António Marcelino Gonçalves negou que a agressão a José Lopes fora com *intensão hostil*, pois que *levava a arma a compor para casa do serralheiro Mendes do Alvite*. Declarou também que fora o queixoso quem começou a *altercar com elle* e lhe deu uma pancada na cabeça

³⁴³ Em 13-09-1889 tomou posse como juiz de direito do Tribunal Judicial da Comarca de Guimarães, vindo transferido da comarca de Valpaços, substituindo o juiz António José da Costa Santos, este transferido para a comarca de Vouzela. – SMS, *Imparcial*, n.º 1424, 13 de setembro de 1887, p. 3 e SMS, *Imparcial*, n.º 1435, 17 de setembro de 1887, p. 2.

³⁴⁴ ADP, TRP, Apelação Crime de António Marcelino Gonçalves, 1891, fls. 36 e 36v.

³⁴⁵ ADP, TRP, Apelação Crime de António Marcelino Gonçalves, 1891, fls. 42v.

³⁴⁶ AHM, Regimento de Infantaria n.º 21, 2.º Batalhão, Registo das Praças de Pret de 1884, Livro n.º 16, n.º 605.

que resultou em ferimentos; acrescentou ainda que ouviu o disparo de *diferentes tiros, mas ignora[va] quem os disparou*, sendo atingido com uma bala na sua jaqueta, furando-a no braço esquerdo. No auto de exame efetuado ao réu, os peritos, doutores Geraldo e Meira, atestaram a existência de agressão, apresentando o réu *uma escuriação do couro cabeludo, correspondente à parte anterior da sutura interporietaria*, que parecia ter sido feita com um instrumento contundente. Concluíram ainda que a lesão estaria *resolvida em cinco dias* e não o impossibilitava para o trabalho. Outros peritos, Daniel Lino do Sacramento e Manuel Dias de Oliveira, foram intimados para examinarem a jaqueta, concluindo que esta apresentava um pequeno rasgão produzido pelo atrito do uso *e não por acção de bala*.³⁴⁷ Sobre a acusação do apedrejamento através das grades da cadeia e as ofensas à moral pública, o *Catarino* confessou ser o autor dos factos. Justificou o seu comportamento por estar embriagado e *não nas suas normais faculdades mentais*.³⁴⁸ Os crimes de associação de malfeitores e de porte de arma sem licença e ameaça foram provados. Quanto aos restantes crimes contéudos na acusação não foram provados. Foi condenado a 4 anos de prisão celular ou em alternativa a 8 anos de degredo em África.

Quanto a Catarina Rosa da Silva, foi presa uns dias depois do marido, a 6 de fevereiro e libertada a 18 de Novembro de 1890,³⁴⁹ dia do julgamento. Foi absolvida da acusação por não se provar fazer parte de uma associação de malfeitores. Já sobre Carolina Augusta, esse facto foi dado como provado, bem como a acusação de tentativa de furto. Foi condenada a 500 dias de prisão correcional e 3 meses de multa e libertada em 21 de junho de 1892.³⁵⁰

Os condenados pediram recurso para o Tribunal da Relação do Porto. A apelação decorreu na sessão de 9 de dezembro de 1891³⁵¹ e a defesa dos réus foi feita pelo advogado Adolfo da Cunha Pimenta. Este alegou que a pena aplicada aos acusados foi excessiva. Argumentou que os crimes dados como provados, de associação de malfeitores e furto, foram baseados em testemunhas que *disseram que constava que havia uma associação, de que fazia parte o reo, e que há dous mezes commettiam furtos, não podendo precisar factos*. Acrescentou ainda que o júri não deu como provada nenhuma circunstância agravante, de os crimes terem sido cometidos de noite. Quanto aos demais crimes, alegou que os factos não eram *nitidamente claros*, havendo depoimentos contraditórios.³⁵² Finalmente, atendendo à atenuante de bom comportamento, a pena não deveria exceder o previsto

³⁴⁷ AMAP, TJCG, Crime, 3º Ofício, Livro do Registo dos processos crimes, 1882-1890, fl. 120.

³⁴⁸ ADP, TRP, Apelação Crime de António Marcelino Gonçalves, 1891, fls. 80 a 93.

³⁴⁹ ASPN, Cadeia de Guimarães, Registo dos Presos da Cadeia de Guimarães, 1886-1890, fl. 70v.

³⁵⁰ ASPN, Cadeia de Guimarães, Mandados de Soltura, 1892, (folhas avulsas, sem numeração).

³⁵¹ BND, *Jornal do Porto*, n.º 285, 2 de dezembro de 1891, não paginado.

³⁵² ADP, TRP, Apelação Crime de António Marcelino Gonçalves, 1891, fls. 107-108.

no artº 421 n.º 3 do Código Penal, ou seja, prisão correccional até 2 anos e multa até 6 meses. Porém, o tribunal não atendeu a estes argumentos, mantendo a pena inalterada. O *Catarino* partiu a 2 de março de 1892³⁵³ para a Cadeia do Limoeiro em Lisboa, e cerca de 2 meses depois segue para degredo, em 6 de maio de 1892, para cumprir a pena.³⁵⁴

3.4. A captura e julgamento de “o Papa Assucar”

Das várias capturas de Bernardo José Dinis algumas terão contribuído para potenciar a percepção relativa ao grau de perigosidade que (supostamente) representava. Uma das situações ocorreu na tarde de 8 de abril de 1882. O administrador do concelho de Guimarães encarregou o seu oficial de diligência, José Alves Correia, de prender o *Papa Assucar*, que se encontrava no monte de Azurém, a cerca de 2km da cidade. Auxiliado por dois polícias civis, dirigiram-se para o local e avistando-o deram-lhe voz de prisão, mas este *deitou a fugir, levando na mão um revolver*. Na perseguição que se seguiu, uma das testemunhas ouviu dizer *ahi vai ladrão* e foi também no seu encalço. O *Papa Assucar* sentindo-o próximo disparou um tiro. Pouco depois mais um lavrador e um sargento de infantaria juntaram-se à perseguição, voltando o *Papa Assucar* a disparar mais dois tiros e a refugiar-se num moinho. Daí disparou ainda mais três tiros no intuito de evitar a sua captura. No entanto, quando tentara novamente escapar, acabou por ser preso e a arma, um modelo *La Focher*, apreendida.³⁵⁵

Outra captura de relevo ocorreu na tarde do dia 17 de junho de 1884, após a fuga da cadeia em junho de 1883. A detenção foi efetuada pelo soldado António Fernandes, do destacamento de infantaria 8, que estava de guarda na ponte de Brito (concelho de Guimarães), dentro de uma taberna onde o *Papa Assucar* se *dessedentava da segura dos calores tropicaes*. No momento da captura foi revistado e encontraram-no na posse de três gazuas, uma navalha de ponta e mola, um revolver, um rolo de cera e uma caixa de fósforos. No dia seguinte, 18 de outubro, foi escoltado por seis soldados para a comarca de Vila Nova de Famalicão. Neste contexto, quando intimado a sair da cadeia de Guimarães, *exasperou-se muito, gritando que lhe pousessem um carro envidraçado*. O seu pedido foi

³⁵³ ASPN, Cadeia da Relação do Porto, Registo dos Presos da Cadeia da Relação do Porto, 1890-1899, fls. 27v. e 28.

³⁵⁴ ASPS, Cadeia do Limoeiro, Registo dos Presos da Cadeia do Limoeiro, 1879-1893, fl. 168v.

³⁵⁵ AMAP, TJCG, Crime, 4.º Ofício, Registo Crime, 1882-1883, não numerado.

atendido e quando saiu com destino a Vila Nova de Famalicão, o cocheiro assim que o viu *deu a fugir com o carro*.³⁵⁶

Porém, em 1888, fez o seu “acerto de contas”, agredindo o cantoneiro José Maria, por este ser o responsável pela sua recaptura, uma vez que tinha sido ele a reconhecê-lo por ocasião da sua prisão em Brito.

No auge da sua popularidade, os administradores dos concelhos de Guimarães e Vila Nova de Famalicão emitiram uma requisição para a sua captura, justificada pelas inúmeras denúncias recebidas e que apresentavam o *Papa Assucar* como comandante de uma *quadrilha de malfeitores* responsável por inúmeros roubos praticados na região e nos concelhos vizinhos de Braga e Fafe.³⁵⁷ Sob pressão da imprensa, a primeira tentativa efetiva para a sua captura ocorreu ainda durante o mês de abril de 1890. As autoridades enviaram uma força de infantaria 20 à taberna da *Bicha Brava*, considerado o local onde o bando se reunia *a toda a hora da noite [e] que já de há muito tempo infesta a povoação das Taipas e freguesias circunvizinhas, o que muito aterroriza os seus pacatos habitantes*, desrespeitando o que dispunha a lei que proibia *que as tabernas se conservem abertas após certas horas*.³⁵⁸

A imprensa atribuiu o fracasso da intentona a fugas de informação, pois *horas antes já se sabia da sua partida!* Acresce ainda a organização da quadrilha que ao menor sinal de movimento de *forças para o capturar tudo desaparece*,³⁵⁹ escondendo-se *ora nos cobertos dos lavradores ora nas covas dos montes*,³⁶⁰ contando ainda com a ajuda de amigos que os ocultavam das *vistas da autoridade*.

A taberna da *Bicha Brava* era assim o alvo principal das autoridades. Numa dessas emboscadas, esta foi presa, a 25 de maio de 1890, e acusada de *acoitar malfeitores*. Segundo a imprensa, terá sido pouco depois enviada para a cadeia de Felgueiras, mas esta informação não foi possível confirmar junto a fontes prisionais. Seja como for, sei que ela foi posta em liberdade a 3 de junho, encontrando-se na cadeia de Guimarães. Fica, porém, a dúvida relativa à veracidade dessa informação e aos eventuais motivos da sua transferência para Felgueiras. A dúvida persiste quando é

³⁵⁶ SMS, *Religião e Patria*, n.º 48, 18 de junho de 1884, não paginado; SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 8, 22 de junho de 1884, não paginado; AHMST, *Jornal de Santo Thyrsó*, n.º 112, 26 de junho de 1884; HDB, *Jornal de Recife*, n.º 162, 16 de julho de 1884, p. 1; SMS, *Religião e Patria*, n.º 33, 18 de outubro de 1884, não paginado.

³⁵⁷ ADP, TRP, *Apelação Cível de Bernardo José Dinis*, 1890-1895, fl. 94.

³⁵⁸ SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 411, 05 de novembro de 1888, não paginado.

³⁵⁹ SMS, *Religião e Patria*, n.º 37, 3 de maio de 1890, não paginado.

³⁶⁰ BPB, *Comercio do Minho*, n.º 2598, 19 de agosto de 1890, não paginado.

noticiada mais uma vez a captura do *Papa Assucar*, em Felgueiras, justificada pelo facto de a *Bicha Brava* se encontrar lá presa, *indo portanto fazer-lhe companhia*.³⁶¹

No entanto... pelas 10 horas da noite, do dia 17 de agosto de 1890, uma força da polícia civil de Braga, dirigiu-se à taberna da *amásia* onde o *Papa Assucar* acabou por ser finalmente preso. O *herói de navalha de ponta e mola* revelou um *extraordinário horror às espingardas*, armas com que nunca conseguira familiarizar-se, *entregando-se sem a mínima resistência*, apesar da sua *força e agilidade*. Porém, encontrava-se na posse de uma arma de fogo e de uma arma branca.³⁶² Justificou a posse da navalha como sendo um presente de António Gonçalves, um negociante de cavalos de Vila Nova de Famalicão, que a trouxe de Espanha, e que a *trazia consigo para o que lhe fosse preciso como muita gente costumava fazer*.³⁶³ A notícia rapidamente ecoou na imprensa regional e nacional, e atravessando também mais uma vez o oceano.

Quando deu entrada no comissariado de Braga, *não houve bracarense que deixasse de ir visitar tão illustre personagem*. Era descrito como tendo boa aparência, de bigode e trajando razoavelmente. Mostrou-se incomodado com tanta atenção, *conservando o largo chapéu braquez cahindo sobre os olhos*, pois constava que não gostava de se exhibir.³⁶⁴

No dia seguinte deu entrada na cadeia de Guimarães, vindo da de Braga, acompanhado por sete polícias, sob o comando do chefe de esquadra de Braga. À sua chegada, reuniu-se em frente à cadeia *bastante povo* para o ver, que ficou *satisfeitíssimo com a captura do célebre criminoso*. A presença na cadeia do *audacioso* ladrão e de outros *importantes* criminosos, como o *Catarino*, levou o administrador do concelho a enviar quatro cabos de polícia da freguesia da Oliveira para guardar a cadeia, *convenientemente armados*,³⁶⁵ em razão da carência de soldados na cidade, que se encontravam a proteger o cordão sanitário.

O feito da polícia, o da captura de um *grande criminoso perigoso* e o grande apoio que receberam da população, levaram o administrador do concelho de Guimarães a propor à Comissão Municipal da cidade a concessão de uma gratificação ao chefe de esquadra e aos guardas responsáveis pela capturara do *Papa Assucar*. A proposta foi atendida e o valor das gratificações atribuídas consistiu respetivamente em 5 mil reis e 3 mil reis a cada agente. Também o governador

³⁶¹ SMS, *Religião e Patria*, n.º 49, 14 de junho de 1890, não paginado.

³⁶² Os peritos António José Moreira e Silva Guimarães e António de Oliveira Martins descreveram-na da seguinte forma “uma navalha de ponta e mola com argola, formato á sevilhana, marca “Lopes” e de fabrico vimaranense. Tem o cabo de chifre escuro com as extremidades de latão e acha-se em bom estado de conservação. O seu comprimento depois de aberta é de 31 cm, sendo 17 do cabo e 24 de folha. É de 2 cm a largura maxima do cabo e de 2 cm e meio a largura maxima da folha. Que o valor da navalha é de 360 reis”. – Cf. ADP, TRP, *Apelação Crime de Bernardo José Dinis*, 1890-1895, fl. 10v.

³⁶³ ADP, TRP, *Apelação Crime de Bernardo José Dinis*, 1890-1895, fl. 42v.

³⁶⁴ BPMP, *O Seculo*, n.º 3067, 21 de agosto de 1890.

³⁶⁵ SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 584, 21 de agosto de 1890, não paginado.

civil de Braga substituto, Dr. Nicolau Barata de Melo Marinho Falcão,³⁶⁶ enviou um ofício ao administrador do concelho de Braga, com um voto de louvor aos agentes envolvidos na captura, a saber: o chefe de esquadra daquela cidade, Sr. Manuel José de Amorim Mendonça, os guardas-civis que realizaram a captura, José Marques, guarda civil e amanuense da secretaria, António Marques Ribeiro, cabo graduado, António José de Araújo, Antódio da Costa Júnior, António Xavier Guedes e Domingos Teixeira, guardas-civis.³⁶⁷

No dia 28, o *Papa Assucar*, foi remetido para a cadeia de Vila Nova de Famalicão para responder a um processo do furto praticado à casa do Dr. Bernardo da Fonseca e Castro, em Ruivães, seguindo posteriormente para a Cadeia da Relação do Porto, em razão da falta de segurança que oferecia a cadeia de Guimarães.³⁶⁸

Na manhã do dia 3 de março de 1891, o *Papa Assucar*, regressou a Guimarães, onde ia ter lugar o julgamento. Para este efeito, o governador civil do Porto oficiou junto das autoridades militares sobre a necessidade de o réu ser acompanhado *com a devida segurança*.³⁶⁹ Chegou assim ao destino no comboio das 11:30 *devidamente algemado e escoltado* por três soldados de infantaria 18 e um oficial de diligências.³⁷⁰

No dia seguinte, a autoridade policial receando que o preso oferecesse resistência no ato de *sair da enxovia*, pois no dia anterior, juntamente com outros presos, causara distúrbios arremessando pedras a quem passasse pelas imediações da cadeia, agressão a que não escaparam os cabos de polícia que faziam a ronda à cadeia, solicitou ao administrador do concelho que tomasse as devidas providências.

Tal como sucedera no *julgamento dos sacrílegos*, em 1887, o julgamento do *Papa Assucar* foi também bastante concorrido e acompanhado pela imprensa. Nas palavras de um jornalista do *Diário de Notícias*, o réu foi assim descrito, no dia da audiência:

*É um rapaz alto, de 26 annos de idade, bem parecido, de olhos pretos, muito vivos, cabelo escuro, cuidadosamente penteado, pele fina, branca de neve, similhando um pouco o guilhotinado Pranzini³⁷¹. Não é um malvado, nunca matou. Tem a celebridade de um criminoso lendário [...] A lenda do crime incommoda-o, mostra-se nervoso quando lhe fallam n'isto, e diz que os jornaes, occupando-se d'elle, lhe tem feito mal.*³⁷²

³⁶⁶ Advogado. Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Braga entre 1883 e 1885 – Cf. <https://www.scmbraga.pt/irmandade/provedores>.

³⁶⁷ BPB, *Comercio do Minho*, n.º 2601, 26 de agosto de 1890, não paginado.

³⁶⁸ AMAS, Administração do Concelho de Vila Nova de Famalicão, Registo da Correspondência Recebida, 1889-1891, não numerado.

³⁶⁹ ADP, Governo Civil do Porto, Correspondência do Governo Civil do Porto para Militares, 1891, não numerado.

³⁷⁰ SMS, *Religião e Pátria*, n.º 22, 04 de março de 1891, não paginado.

³⁷¹ Henri Pranzini foi um criminoso francês que cometeu um triplo homicídio em Paris em 17 de março de 1887 e condenado à morte pela guilhotina.

³⁷² AHMST, *Jornal de Santo Thyrsso*, n.º 465, 2 de abril de 1891, não paginado.

O julgamento teve lugar no Tribunal Judicial de Guimarães, a 20 de março de 1891, presidido pelo juiz de direito António Duarte Marques Barreiros e representando o Ministério Público o Dr. Eduardo José da Silva Carvalho. Na acusação constavam os crimes da tentativa de assalto ao armazém na rua de São Dâmaso, o exercício do comando de uma quadrilha de malfeitores e o porte de arma sem licença. A defesa ficou a cargo do advogado António Coelho da Mota Prego.³⁷³

Nos interrogatórios, segundo a observação do jornalista que fazia a cobertura do julgamento, o réu respondia *prompta e concisamente* mostrando uma *lucidez e inteligência admirável*, defendendo-se *como um leão*.³⁷⁴ A sessão no tribunal encontrava-se *replet[a] de espectadores*, com *algumas senhoras* e uma *grande multidão* de pessoas da cidade e das Taipas, tendo sido necessário colocar sentinelas no tribunal. Nenhum familiar acompanhou o seu julgamento, *facto raro nos tribunais*, de acordo com o comentário do jornalista do *Diário de Notícias*. A observação registada sobre o pai do réu, *um homem de bem*, que tudo fez para tentar reaver o *filho pródigo* aos *carinhos da família* sem sucesso, uma vez que as *aventuras da vida airada* foram superiores. A audiência estendeu-se até perto das 8 horas da noite e a decisão do júri era aguardada *com a maior ansiedade*.

O júri, presidido pelo conde de Margaride, Luís Cardoso Martins da Costa Macedo,³⁷⁵ terá sido *muito benevolento para com elle[réu]*, na perspetiva do citado jornalista. Com efeito, considerou apenas como provados os crimes de tentativa de furto e de uso de porte de arma proibida sem licença, não dando como provado o crime de ser o comandante da quadrilha. Opinião semelhante foi manifestada pelo jornalista do jornal lisboeta *O Economista* ao considerar que a sentença equivalia a uma *condenação vulgar* atribuída a *qualquer reles gatuno*.³⁷⁶

Pelos crimes provados, foi condenado a 4 anos de prisão maior celular ou 8 anos de degredo e 3 meses de multa a 100 reis por dia. O arguido recebeu a sentença tranquilamente, cercado de *bayonetas*, e pela enorme multidão e jornalistas que se *apinhavam no tribunal para ver o heroe do dia em Guimarães*. O referido jornalista do *Diário de Notícias* conclui tratar-se de *uma condenação moral de um homem que tinha merecimentos para ser útil a si, e aos seus, e à sociedade, e que tão fatalmente os applicou ao mal*. Não obstante, o delegado do Ministério Público apresentou termo de apelação da sentença dirigida ao Tribunal da Relação do Porto, a 6 de abril.

³⁷³ Exerceu o cargo de presidente da Câmara Municipal de Guimarães (1878-1885 e 1893-1898). Foi um dos fundadores e corpos dirigentes da Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães (Secretário do Conselho Fiscal - 1890) - Cf. BRITO, Francisco - "Guimarães entre 1853 e 1901: um apontamento político e social". *Boletim de Trabalhos Históricos*. Guimarães. Vol. III (2014), pp. 51-97. Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães - SMS, *Religião e Patria*, n.º 21, 07 de setembro de 1889, sem paginação. Exerceu também o cargo de administrador do concelho de Guimarães em 1902 - SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 1690, 08 de julho de 1902, sem paginação.

³⁷⁴ AHMST, *Jornal de Santo Thyrsó*, n.º 465, 2 de abril de 1891, não paginado.

³⁷⁵ Faziam também parte do júri algumas figuras proeminentes da cidade de Guimarães: o Dr. Armindo de Freitas Ribeiro de Faria, médico de Vizela, João Fernandes Moutinho Júnior, Joaquim Alves de Lemos, Francisco José Fontão, José Francisco Guimarães, José de Freitas e João José Rodrigues de Freitas.

³⁷⁶ HDB, *O Economista*, n.º 2863, 24 de março de 1891, não paginado.



Fonte: portojofotos.blogspot.pt

Figura 9 - Tribunal e Cadeia da Relação do Porto em finais do século XIX

O condenado seguiu para a Cadeia da Relação do Porto, no comboio da manhã, a 17 de abril, com o seu camarada *Garracho*, sendo ambos acompanhados por dois oficiais do juízo, Francisco Inácio Moreira e Joaquim dos Santos de Oliveira, e escoltados por uma força militar. No dia anterior à sua partida, recebeu mal a notícia de ordem de marcha, exaltando-se e ameaçando de morte o carcereiro, tendo sido necessária a intervenção do delegado do procurador régio para acalmar *o ânimo ao criminoso*. Este convenceu o preso a sair da enxovia onde se encontrava para o salão de malta, onde passou a noite *com uma força militar à vista*.³⁷⁷ Do Porto, o *Papa Assucar* seguiu para Lisboa, no dia 24 de março de 1893, 2 anos após o julgamento, no comboio da noite juntamente com uma leva de 97 presos, escoltados por uma força de infantaria 18, sob o comando do capitão José Augusto da Costa Cabral. Em Lisboa, saiu na estação de Santa Apolónia,³⁷⁸ para dar entrada na Cadeia do Limoeiro, de onde deveria partir para o degredo em Angola. Facto que veio a acontecer a 6 de abril desse ano. Acabou, porém, por ser bafejado pelo indulto de 23 de março de

³⁷⁷ SMS, *Vimaranense*, n.º 27, 17 de abril de 1891, p. 2; SMS, *Religião e Patria*, n.º 34, 18 de abril de 1891, não paginado.

³⁷⁸ BND, *A Vanguarda*, n.º 643, 25 de março de 1893, p. 3.

1894, tendo a 4.^a parte da sua pena reduzida a 3 anos de prisão maior celular ou 4 anos e meio de degredo.³⁷⁹

Desconheço a data exata do seu regresso. Contudo, sei que regressou à casa paterna, decorridos cerca de 5 anos, pois a 23 de março de 1898 é-lhe concedido o passaporte com o destino ao Rio de Janeiro.³⁸⁰ Embarca no porto de Leixões, no vapor britânico *Orissa* (figura 10), com procedência de Liverpool, e chega ao seu destino no dia 13 de abril desse ano.³⁸¹



Fonte: <http://www.wrecksite.eu/wreck.aspx?133133>

Figura 10 - Ilustração do vapor *Orissa*

3.5. A captura e julgamento de “o Garracho”

Francisco de Oliveira, o *Garracho*, alcançou grande fama na qualidade de companheiro inseparável do *Papa Assucar*, sendo descrito como *atrevido e refinado* e até considerado *muito mais temido*.³⁸²

³⁷⁹ ADP, TRP, Apelação Cível de Bernardo José Dinis, 1890-1895, fl. 98.

³⁸⁰ ADB, Governo Civil de Braga, Livro de Registo de Passaportes n.º 9, 1896-1899, fl. 271. O mesmo destino tomou o seu irmão António José Dinis em 1906 – Cf. ADB, Governo Civil de Braga, Processo do passaporte de António José Dinis, 1906.

³⁸¹ Arquivo Nacional do Brasil, Relação de Passageiros em Vapores, Porto do Rio de Janeiro, Vapor Orissa, 1898, fl. 5.

Este vapor pertencia à *Pacific Steam Navigation Company*, construído em 1894 com capacidade de 230 passageiros e 70 elementos de tripulação. Naufragou a 2 de fevereiro de 1916 – Cf. <http://www.wrecksite.eu/wreck.aspx?133133>.

³⁸² SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 600, 20 de outubro de 1890, não paginado.

Atentemos na sua captura: pelas 7 horas na noite de 18 de outubro de 1890, o carcereiro António Moreira, quando fechava as grades da cadeia, viu um indivíduo a falar com os presos, reconhecendo-o. Tratava-se de Francisco de Oliveira, o *Garracho*, um criminoso importante que andava a monte desde fevereiro desse ano. Prendeu-o, e revistando-o, encontrou uma gazua e bocados de vela.³⁸³ Levou-o à presença de sua mulher, que já se encontrava presa, para os acarear, mas *ambos se fizeram desconhecidos*. Após ter sido conduzido à sua enxovia, Carolina Augusta confessou ao carcereiro que Francisco de Oliveira era seu marido.

Enquanto aguardava julgamento na cadeia, certo dia, o *Garracho* pediu licença ao carcereiro para falar com sua mulher, sendo-lhe concedida autorização. O encontro do casal foi conflituoso, tendo que intervir o carcereiro, remetendo o marido à sua sala, que ficava no piso inferior. Pouco depois, Francisco de Oliveira chamou a mulher por uma fenda do soalho e pediu-lhe que espreitasse por ela, pois queria dizer-lhe uma coisa. Quanto ela assim o fez, ele piscando-lhe o olho, espetou-lhe um pau pelo orifício, ficando ela com *o olho em um mísero estado*. O jornalista que publicou este episódio rematou a notícia com a seguinte observação, *o requinte de malvadez*.³⁸⁴

No dia 23 de outubro, a pedido do Comissário de Polícia de Braga, Francisco de Oliveira foi transferido para a cadeia daquela cidade, algemado e guardado por uma força da Infantaria 20, com o fim de responder a dois processos, o primeiro relativo à acusação de fogo posto naquela comarca e segundo processo por motivo desconhecido. Regressou no dia seguinte (24 de outubro) à cadeia de Guimarães,³⁸⁵ onde ficou a aguardar julgamento com base nas seguintes acusações: fazer parte de uma associação de malfeitores e ter realizado diversos furtos.

Sobre a primeira acusação, é provável que o crime tenha ocorrido em 1887. Baseei esta hipótese no depoimento da testemunha António José da Cunha (casado, lavrador proprietário, de 29 anos de idade) proferido no julgamento de Francisco da Costa Sacramento, o *Pissarro*, referente a esse ano. O depoente acusou o réu e Francisco de Oliveira, o *Garracho*, de *armar[em] incêndios* em casas de proprietários, nas freguesias de Balazar, Santa Leocádia de Briteiros (concelho de Guimarães) e da Morreira (concelho de Braga), agindo por vingança contra esses indivíduos.³⁸⁶

³⁸³ Esta detenção rendeu ao carcereiro uma gratificação das autoridades de 4500 reis, pelo seu importante serviço à justiça e por se mostrar um empregado ativo e zeloso – Cf. AMAP, Comissão Municipal, Copiador da Correspondência, 2.ª Repartição, 1890, ofício n.º 157; A cuja distinção o carcereiro agradeceu – Cf. AMAP, Comissão Municipal, Livro do Extrato dos Ofícios, 1890, fl. 58v.

³⁸⁴ SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 641, 9 de abril de 1891, não paginado.

³⁸⁵ ASPN, Cadeia de Braga, Registo dos Presos da Cadeia de Braga, 1888-1891, fl. 212v.

³⁸⁶ ADB, Tribunal Judicial de Braga, 6.º Ofício, Processos Crime, 1887, fl. 78v.

O crime de fogo posto resultava frequentemente de vinganças, geradas por conflitos familiares, vicinais, laborais, entre outros – Cf. ESTEVES, Alexandra Patrícia Lopes – *Entre o Crime e a Cadeia...*, p. 454.

O julgamento em Guimarães teve lugar no dia 10 de abril de 1891, presidido pelo juiz de direito António Duarte Marques Barreiros e representando o Ministério Público, o Dr. Eduardo José da Silva Carvalho. A defesa ficou a cargo do advogado António Vieira de Andrade.³⁸⁷ Dados os crimes como provados, foi condenado a 4 anos de prisão maior celular e em alternativa a 8 anos de degredo numa das possessões da África Ocidental. A este desfecho, apresentou o Ministério Público recurso para a Relação do Porto onde viu confirmada a pena já aplicada.³⁸⁸

O *Garracho* partilhou o mesmo destino do seu companheiro *Catarino*, partindo a 2 de março de 1892 para a cadeia do Limoeiro, em Lisboa, e seguindo para o degredo a 6 de maio do mesmo ano.³⁸⁹ Apesar de desconhecer se terá regressado à sua terra, sei que faleceu antes de 13 de outubro de 1896, através do registo de matrícula do regimento de infantaria 20 do seu filho José António de Oliveira.³⁹⁰

³⁸⁷ Foi presidente da Câmara Municipal de Guimarães (1899-1901) - Cf. BRITO, Francisco – “Guimarães entre 1853 e 1901...”, p. 86.

³⁸⁸ Não localizamos o processo de apelação no Tribunal da Relação do Porto.

³⁸⁹ ASPS, Cadeia do Limoeiro, Registo dos Degredados da Cadeia do Limoeiro, 1879-1893, fl. 168v.

³⁹⁰ AHM, Regimento de Infantaria n.º 20, 2.º Batalhão, Registo das Praças de Pret de 1897, Livro n.º 34, n.º 479.

CAPÍTULO III – ENTRE O REAL E O IMAGINÁRIO: CONSTRUÇÕES SOCIAIS SOBRE A QUADRILHA

A imprensa, por vezo antigo e detestável, guinda-o à categoria de herói: retratado, entrevistado, examinado, discutido – os advogados disputam-lhe a defesa. Quanto mais feroz o instinto, quanto mais hediondo o crime – tanto melhor.

Vicente de Paula Vicente de Azevedo³⁹¹

1. DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ATRAVÉS DA IMPRENSA PERIÓDICA

É d'uso dizer-se que a imprensa é um poder do Estado. E é: quando delata uma arbitrariedade; fulmina um abuso; auxilia o desamparo; recommenda o desvalido; propugna um bom principio; desfaz um erro; e em summa sempre que se põe ao serviço da justiça e da conveniencia publica³⁹².

A citação em epigrafe sintetiza, em termos eloquentes, o papel atribuído à imprensa, revelador da consciência da importância deste meio de comunicação entendido como *poder do Estado*. O autor da citação, um jornalista da imprensa regional, que colabora com o jornal vimaranense *Religião e Patria*, não deixa de reproduzir a visão almejada pela imprensa periódica, entre as sociedades modernas finisseculares. Efetivamente, como é sabido, a imprensa representou um importante veículo de difusão dos valores da ideologia da sociedade liberal, em especial nas décadas finais de oitocentos, sob o espectro da criação do jornalismo de massas.³⁹³ Com efeito, os jornais reproduziam e disseminavam as normas e os valores tidos como emblemáticos da sociedade burguesa, na perspetiva das elites dominantes. Ao mesmo tempo, não deixavam de influir no modo de dar a ver o mundo, atuando como criadores ou disseminadores da visão do mundo a impor.³⁹⁴ Neste sentido, apesar do elevado índice de analfabetismo da população portuguesa, as autoridades

³⁹¹ AZEVEDO, Vicente de Paula Vicente de – *Crime, Dano Repressão*. São Paulo, 1934, citado por SANTOS, Ary dos – *Como nascem, como vivem e como morrem os Criminosos*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1938, p. 29.

³⁹² SMS, *Religião e Patria*, n.º 7, 21 de julho de 1886, não paginado.

³⁹³ TENGARRINHA, José - *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2.ª edição. Lisboa: Caminho, 1989.

³⁹⁴ TRINDADE, Luís - *Primeiras páginas. O século XX nos jornais portugueses*. Lisboa: Tinta da China, 2007.

mantinham vivo o combate em prol da ilustração das classes populares, promovendo, a esse título, iniciativas locais e regionais que reafirmavam esse postulado liberal.³⁹⁵

Compreende-se, neste contexto, a importância que a exploração da imprensa – local, regional e nacional – ocupou na investigação pois suscetível de evidenciar o relevo atribuído a temáticas relacionados com a segurança *versus* criminalidade e, em particular, o lugar conferido à *Quadrilha do Papa Assucar* em termos de matéria noticiosa.

A temática do crime tinha conquistado grande visibilidade nas páginas dos jornais, fruto do crescente interesse pelo assunto, onde a sua presença era diária. Os jornalistas encontravam um terreno fértil para alimentar as suas crónicas e artigos seguindo ou dando nota das investigações criminais, dos julgamentos e das sentenças proferidas.³⁹⁶ O crime era percecionado como um problema social que ameaçava o progresso e a modernização do país, pondo em causa a segurança e o valor do trabalho em termos políticos, económico-sociais e mentais.³⁹⁷

Desta forma, no curto intervalo em estudo, 1883 a 1890, as notícias sobre o *Papa Assucar e a sua quadrilha* vão ocupando um maior relevo na imprensa, muito em especial entre a imprensa local.

Atentemos nos meios de circulação e de disseminação noticiosa a respeito da quadrilha em estudo.

Era a partir da imprensa vimaranense que a cobertura jornalística irradiava para os demais periódicos analisados - Braga, Porto, Santo Tirso, Lisboa e Brasil, com ressonâncias de âmbito regional (Felgueiras e Póvoa de Lanhoso). Testemunham-no as referências aos correspondentes entre a imprensa consultada, como era então prática usual.³⁹⁸ Esta dava lugar a diferentes modalidades de registo noticioso, que passavam pela existência de uma secção própria no jornal, norma geral a secção “Correspondência”, ou então pela figuração autónoma da notícia, tendo por base a menção relativa à sua proveniência, como o exemplificam os títulos das notícias que aqui se reproduz: “Refere

³⁹⁵ Em 1882, a Câmara Municipal de Guimarães resolve criar uma Biblioteca Municipal Popular. Assim, confia a sua administração à Sociedade Martins Sarmento, que se compromete em manter aberta ao público a biblioteca “nos dias e horas que se combinarem entre as duas corporações”. O acervo bibliográfico seria composto com os livros que a câmara possuía, bem como com os que o governo fornecesse e com os que a Sociedade adquirisse. – AMAP, Câmara Municipal de Guimarães, Atas das Sessões da Câmara Municipal de Guimarães, 1880-1882, fls. 143 e 156v.

Em 1885 a biblioteca era composta por um acervo superior a 10 mil livros e recebia cerca de 90 publicações periódicas nacionais e estrangeiras, que o público podia aceder “em qualquer dia e hora” – Cf. SMS, n.º 147, *O Commercio de Guimarães*, 17 de dezembro de 1885, não paginado.

Em janeiro de 1889 o jornal *O Commercio de Guimarães* inicia a publicação do movimento mensal da biblioteca, agora com mais de 20 mil livros, registando nesse mês 221 requisições de leituras domiciliárias de 289 obras, sendo a literatura (romance) e os livros de viagens os mais solicitados. As consultas presenciais de livros e jornais não eram contabilizadas. – Cf. SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 435, 31 de janeiro de 1889, não paginado.

³⁹⁶ WOOD, John Carter – “Crime news and the pass”. In KNEPPER, Paul; JOHANSEN, Anja (eds.) - *The Oxford Handbook of the History of Crime and Criminal Justice*. Oxford: Oxford University Press, 2016, P. 304.

³⁹⁷ VAZ, Maria João, *Crime e Sociedade...*, p. 15.

³⁹⁸ TENGARRINHA, José - *História da Imprensa...*, p. 216.

o Comércio do Minho”, “O Universal de Braga conta”, “Lê-se no Imparcial de Guimarães” ou “Lê-se no *Religião e Patria* de Guimarães”.

Entre os jornais brasileiros consultados, constata-se que a matéria noticiosa correspondia a reproduções fiéis das notícias publicadas nos jornais nacionais e revestia um carácter ocasional. Norma geral, a matéria era divulgada na secção do jornal reservada às notícias de Portugal, como acontecia entre a *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro) ou *A Republica* (Belém do Pará). Desta forma, a divulgação destas notícias dava colorido à informação, muitas vezes dominada pelo marasmo ou a natureza repetitiva das temáticas. É certo, porém, que o interesse pela ladroagem e crime era extensível ao leitor brasileiro, como o prova a recetividade do mercado editorial brasileiro a traduções de romances e de folhetins policiais franceses, alimentando o gosto do leitor pelo tema,³⁹⁹ tendência veiculada analogamente pela imprensa.⁴⁰⁰

1.1. Leituras dos relatos jornalísticos sobre o *Papa Assucar e a sua quadrilha*

A análise do tratamento noticioso relativo à quadrilha permite constatar, por um lado, o rigor factual no que respeita às medidas promovidas pelas forças de segurança e da justiça, na sequência da apresentação de queixas, seguidas dos procedimentos previstos na lei (capturas e julgamentos). Por outro lado, faz denotar o modo como se realizava então o trabalho jornalístico a partir das redações dos jornais e das informações provenientes de fontes diversas, não se verificando, porém, qualquer preocupação de confirmar os relatos junto das vítimas ou daqueles que denunciavam os roubos. Daí a recorrência de expressões como “consta que”, “diz-se que”, “contam que” que davam lugar, por vezes, a notícias imprecisas e especulativas, baseadas em boatos e rumores, das quais resultavam alegadas acusações que não se verificaram na realidade, como veremos no texto, à frente.

³⁹⁹ PORTO, Ana - “Gaboriau e o romance judiciário no Brasil”. *XXVII Simpósio Nacional de História. Natal*, 22 a 26 de Julho de 2013, p. 1-8. [Consultado em 11 de agosto de 2016]. [Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371343211_ARQUIVO_anpuh-2013-textocompleto.pdf].

⁴⁰⁰ Em finais do século XIX a circulação das notícias entre continentes foi acelerada pelo telégrafo, o telefone e as agências de notícias através da utilização dos cabos submarinos – Cf. SOUSA, Jorge Pedro – *Uma História Breve do Jornalismo no Ocidente*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. 2008, pp. 110-132.

Assim acontecia quando o jornalista partia de boatos e rumores, alimentando e ampliando a reputação dos elementos do bando. Uma vez libertados esses rumores, estes eram difíceis de controlar fazendo com que a notícia diluísse a fronteira entre a ficção e a realidade.⁴⁰¹

O rumor, como ensina Jean Delumeau, “nasce [...] sobre um fundo prévio de inquietações acumuladas e resulta de uma preparação mental tratada pela convergência de várias ameaças ou infortúnios que somam seus efeitos.”⁴⁰² No caso em estudo, a ameaça tem por base a insegurança associada ao modo como eram representados os marginais (criminoso, vadios, boêmios, mendigos, prostitutas, entre outros), vistos como elementos desestabilizadores da ordem e da segurança da sociedade.⁴⁰³ A instrumentalização do rumor produzia um efeito perverso na medida em que forjava uma ponte entre o medo e a imaginação coletiva, não apenas entre as classes populares, mas também entre os poderes repressivos, contribuindo desta forma para a imposição dos valores e interesses da ordem dominante.⁴⁰⁴

Entrando na análise fina dos relatos jornalísticos produzidos sobre *o Papa Assucar e a sua quadrilha*, constata-se que a incidência de notícias não se apresenta constante ou sistemática. Regra geral, o acompanhamento das *façanhas* do bando encontra-se condicionado pela presença do seu chefe. Quando este se encontra preso, verifica-se uma quebra em termos de cobertura jornalística, nomeadamente entre 1885 e 1886.

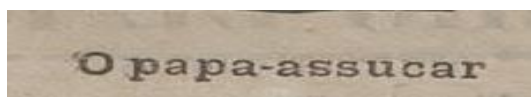
Os títulos das notícias eram, regra geral, sumários. Utilizavam, na sua maioria, a alcunha do chefe da quadrilha “Papa Assucar” ou “A quadrilha do Papa Assucar”, denotando a intenção de criar um vínculo de familiaridade entre o jornalista, o leitor e o criminoso. As únicas exceções à primazia do líder, acontecem apenas com o *Garracho*, o *Lourenço* e a *Bicha Brava* que tiveram honras de figurarem nos títulos da notícia, como se comprova na figura 11. Num segundo plano, são registadas outras expressões como “Julgamento”, “Prisão”, “Captura”, “Audiências Gerais”, que se reportam às ações promovidas pelos poderes; e títulos sugestivos das suas práticas criminosas como “Roubo”, “Furto” e “Assalto”.

⁴⁰¹ FAGGION, Lucien – “Brigands imaginés”. In GARNOT, Benoît (dir.) – *Être Brigand du XVII^e Siècle à nos Jours*. Armand Colin. Paris, 2013, pp. 15-29.

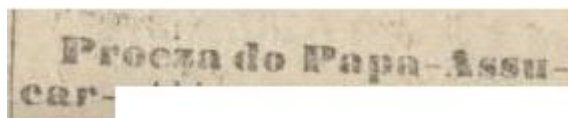
⁴⁰² DELUMEAU, Jean – *História do Medo no Ocidente 1300-1800. uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009, p. 269.

⁴⁰³ DELUMEAU, Jean – *História do Medo no Ocidente...*, pp. 292-300.

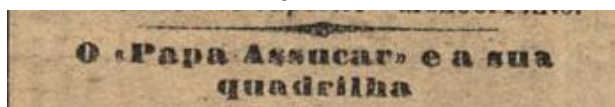
⁴⁰⁴ OTTONI, Ana Vasconcelos – *“O Paraíso dos Ladrões”: Crime e Criminosos nas Reportagens Policiais da Imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012, pp. 86-149. Tese de doutoramento.



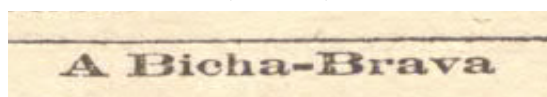
Fonte: SMS, Imparcial, 26-06-1883



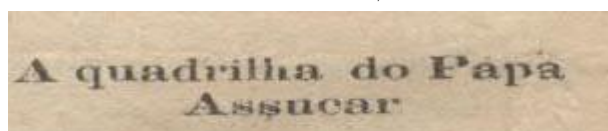
Fonte: Religião e Pátria, 20-08-1884



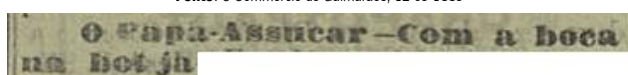
Fonte: BND, *Jornal do Porto*, 09-09-1888



Fonte: O Commercio de Guimarães, 05-11-1888



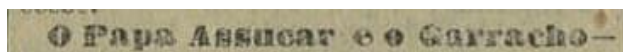
Fonte: O Commercio de Guimarães, 12-09-1889



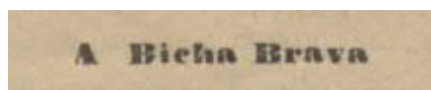
Fonte: BND, *A Republica*, 01-06-1890



Fonte: BND, *Jornal do Porto*, 20-08-1890



Fonte: BND, *A Republica*, 18-04-1891



Fonte: Vimaranesense, 29-09-1893

Figura 11 - Alguns exemplos de títulos de notícias sobre a *Quadrilha do Papa Assucar*

O corpo da notícia é geralmente curto e pouco detalhado, associando, frequentemente, uma forte componente crítica em relação à aparente ou alegada passividade das forças de segurança. No entanto, o crescente interesse pela informação objetiva, sensacionalista e com propósitos económicos,⁴⁰⁵ faz com que a linguagem utilizada vá ao encontro desse gosto, com o objetivo de atrair maior público. Como vimos no segundo capítulo, alguns acontecimentos da quadrilha suscitavam um maior interesse e eram objeto de uma exploração mais densa, acompanhada de uma longa componente descritiva, como é exemplo a notícia sobre a fuga do *Papa Assucar* da cadeia de

⁴⁰⁵ TENGARRINHA, José - *História da Imprensa...*, p. 219.

Guimarães em 1883, ou o julgamento do *Lourenço* em 1887, em Santo Tirso. Nestes casos, o processo de escrita é caracterizado pela riqueza e abundância de vocabulário através dos quais a quadrilha é apresentada aos leitores, ponto que passo a analisar mais pormenorizadamente.

Como se sabe, a linguagem jornalística da época, no seu propósito de captar a atenção e o interesse dos leitores, era orientada no sentido de suscitar *mais a emoção do que as subtilezas da literatura*, repousando nas premissas da escrita romântica, expressa, particularmente, na utilização de vocabulário com elevado valor simbólico e sugestivo.⁴⁰⁶

Neste contexto, para efeitos de análise, selecionei uma lista temática de palavras e de expressões de acordo com o critério da sua recorrência no que respeita à organização e caracterização da quadrilha; às práticas criminosas; e às impressões que provocavam na população.

Assim, no que respeita ao primeiro grupo temático, a terminologia adotada é muito variada: são denominados como *bando, quadrilha, salteadores, malfeitores, malta, sociedade, companhia, companheiros, camaradas e colegas*. Com pendor mais popular e referindo-se à sua atividade criminosa, eram utilizados os vocábulos *gatunos, ratoneiros, malandros, ladrões e vadios*.

Deste conjunto lexical, destaco os termos “Quadrilha” e “Salteadores”, palavras com que eram mais frequentemente designados. Quanto ao primeiro termo, à luz da época, e segundo o dicionário de Caldas Aulete, o vocábulo designava um grupo de ladrões que obedeciam a um chefe e cujo fim era o roubo.⁴⁰⁷ Como sinónimos deste termo eram usadas palavras como “bando”, “malta” ou “malfeitores”, como já referido atrás. Quanto ao segundo vocábulo, “Salteadores”, este apresentava um sentido mais específico: significava ladrões de estrada cuja característica particular era o assalto de surpresa.⁴⁰⁸ O uso destes conceitos concatenados por parte da imprensa, “Quadrilha de Salteadores”, sugeria a hiperbolização do grau de perigosidade e de violência destes indivíduos. Efeito semelhante suscitava a associação das palavras “bando de ladrões” que contribuía para suscitar e potenciar o sentimento de medo das populações, perante um o retrato de indivíduos tidos por mais perigosos do que eram na realidade,⁴⁰⁹ salientando-se, em particular, o retrato do *Papa Assucar* descrito como o *terror dos habitantes*. Ao mesmo tempo, a imprensa reclamava uma ação energética por parte das autoridades, no sentido de promover a caça ao *tão falado larápio*, única

⁴⁰⁶ SOUSA, Jorge Pedro – “Um inovador no jornalismo português oitocentista – Eduardo Coelho e *O Diário de Notícias*”. 2011, pp. 1-44 [Consultado em 28 de fevereiro de 2018][Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-um-inovador-no-jornalismo-portugues-oitocentista.pdf>].

⁴⁰⁷ *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa*. Vol. II. 2.^a edição. Lisboa: Typographia da Parceria António Maria Pereira, 1925, p. 647.

⁴⁰⁸ *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa*. Vol. II..., p. 823.

⁴⁰⁹ Vejam-se exemplos semelhantes na imprensa brasileira e no Uruguai – Cf. PORTO, Ana Gomes – “Pedro Hespanhol: um bandido célebre no império brasileiro”. *História: Questões & Debates*. Curitiba. Vol. 64, n.º 1 (2016), pp. 103-133; Cf. - DUFFAU, Nicolás - *Armar al Bandido*....

forma de eliminar o sobressalto em que viviam as comunidades mais afetadas pelas ações da quadrilha, as freguesias em torno da serra da Falperra.

Como contraponto à análise traçada, aponte-se o tratamento jornalístico dado a uma série de furtos e de roubos ocorridos em freguesias localizadas entre os concelhos de Guimarães e Felgueiras, atribuídos supostamente à quadrilha, em que era dito que apesar de *impressionarem os seus habitantes*, os crimes registados não eram de grande importância, levando, pois a imprensa a desvalorizar essas ocorrências, fazendo, no entanto, crer que não seriam obra do *Papa Assucar*.⁴¹⁰

Ao universo terminológico recenseado associavam-se outros termos que metaforicamente adjetivavam as suas ações, tais como: *proezas, gentilezas, espectáculo, industria, trabalhos e façanhas*. Era ainda reconhecido que os indivíduos do bando tinham qualidades especiais no exercício das suas práticas criminosas, ainda que reputadas como fortemente condenáveis à luz dos valores sociais imperantes, como serem *audaciosos, atrevidos e destemidos*.

No seu conjunto, o vocabulário utilizado pretendia exponenciar a perigosidade do grupo. Efeito idêntico era atingido através do recurso a verbos e advérbios que sugeriam a persistência e a continuidade das atividades criminosas do bando, como o sugerem os títulos: “Ainda os Ratoneiros”, ou observações como “continuam a fazer das suas os amigos do alheio”. Igual função tinha o recurso a advérbios de modo terminados em –mente, como *ultimamente, habitualmente, recentemente, regularmente, infelizmente, descaradamente*, entre outros.⁴¹¹

Note-se, porém, que a linguagem que vestia as ações e as personalidades dos membros da quadrilha nada tinha de singular. Antes correspondia a um padrão de escrita utilizada para descrever os criminosos, especialmente os reincidentes, que diariamente preenchiam as páginas dos jornais. A obra *Galeria de Criminosos Célebres* constitui, neste âmbito, uma ilustração exemplar ao fazer sobressair os atributos e práticas de um conjunto de criminosos famosos, pela pena de jornalistas.⁴¹² A finalidade desta escrita formatada era assim comum: alertar *os cidadãos honestos e dignos* sobre a perigosidade que constituíam os ladrões e vadios, ao mesmo tempo que apresentavam uma espécie de manual para os agentes das autoridades mais facilmente os identificarem.⁴¹³

Da análise da matéria noticiosa apreende-se ainda um outro conjunto de termos relativos ao líder da quadrilha, classificado, desde logo, de *Bandido*. A palavra remete para um tipo de criminoso reputado como perigoso, que chefiava um grupo organizado de indivíduos que viviam à margem da

⁴¹⁰ BAMF, *O Felgueirense*, n.º 218, 12 de novembro de 1889.

⁴¹¹ SOUSA, Jorge Pedro – “Um inovador no jornalismo português oitocentista...”, pp. 521-522.

⁴¹² SANTOS, José Maria dos (dir.) - *Galeria de Criminosos Célebres em Portugal: história da criminologia contemporânea*. Lisboa: Empresa Editora do Almanach Palhares. 7 Volumes, 1896-1908.

⁴¹³ SANTOS, José Maria dos (dir.) - *Galeria de Criminosos Célebres em Portugal...* Vol. II, 1896-1908, pp. 71-72.

lei, e que praticavam assaltos violentos, sendo suscetíveis, inclusive, de matar.⁴¹⁴ Daí resulta, a constante utilização de termos com conotações militares como *chefe* ou *comandante* da quadrilha, associados a atributos superiores como inteligência – “fino como uma raposa” – ou a atributos mais temíveis e cruéis como *fajardo* e *facínora*. Ironicamente, a imprensa não deixava de lamentar o mau uso dado a semelhante inteligência, passível de *ser bem útil á sociedade, se empregasse as suas faculdades n’uma causa justa*.⁴¹⁵

Contudo, Bernardo José Dinis, considerava-se ser uma vítima da imprensa, culpando os jornalistas de serem os responsáveis pela sua captura em agosto de 1890, ao denunciarem *as suas façanhas e o seu paradeiro*, provocando-lhe, por isso, *muito mal*! Disso dá conta o episódio que aqui se reproduz: na sequência dessa sua última captura, foi enviado para a Cadeia da Relação do Porto, e durante o período em que lá esteve, recebeu a visita de um polícia que o queria interrogar, sobre o facto de constar que era refratário da marinha. Como o polícia se apresentou vestido à paisana, o *Papa Assucar* perguntou-lhe se era jornalista, pois se o fosse *nem as orelhas lhe deixaria*! No entanto respondeu ao agente da autoridade que fora apurado para a marinha *mas que se havia livrado*.⁴¹⁶

As alcunhas dos membros dos grupo encerravam, analogamente, significados e representações que convergiam para o estatuto de criminosos temidos. As alcunhas além de os identificar, na linha de uma prática corrente entre as comunidades rurais, refletem também características particulares sobre os seus possuidores, frequentemente com sentido pejorativo, incidindo sobre aspetos de personalidade, sinais físicos, ocupações, etc.⁴¹⁷

Das alcunhas patenteadas por elementos da quadrilha em análise, é possível reconstituir algumas evidências sobre a sua origem. Assim, a alcunha *Carapuceira* advém, provavelmente, do ofício de tecedeira (fabrigo de carapuças); já *Santa Marinha* reportava-se, plausivelmente, ao local de naturalidade e de residência, freguesia de Santa Marinha de Mogege; *Lourenço*, por seu turno, faz referência ao seu próprio apelido, António da Cunha Lourenço; as alcunhas do *Catarino* e do *Carolino* poderão ter origem no nome de um familiar; o mesmo poderá indiciar a alcunha *Conca*, ou em alternativa uma característica física (forma redonda). Contudo, sou levado a admitir que estas alcunhas não terão necessariamente um sentido pejorativo, filiando-se a prática no hábito corrente no

⁴¹⁴ BARRIENTOS, Joaquín Alvarez; MOUTON, Pilar Garcia – “Bandolero y Bandido. Ensayo de Interpretación”. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*. Madrid. Tomo XLI (1986), pp. 7-58.

⁴¹⁵ BND, *O Jornal do Porto*, n.º 214, 9 de setembro de 1888, não paginado.

⁴¹⁶ SMS, *Religião e Patria*, n.º 25, 13 de setembro de 1890, não paginado. Efetivamente no dia 8 de setembro de 1890, o comissariado da polícia do Porto informa o administrador do concelho de Vila Nova de Famalicão de que, Bernardo José Dinis fora inspecionado em Braga e ficara livre “por doença de peito” - AMAS, Administração do Concelho de Vila Nova de Famalicão, Registo da Correspondência da Administração do Concelho de Vila Nova de Famalicão, 1890, não numerado.

⁴¹⁷ TEIXEIRA, José – “Metonímias e metáforas no processo de referência por alcunhas do Norte de Portugal”. *Diacrítica Série Ciências da Linguagem*. Braga. N.º 21/1 (2007), pp. 207-239.

mundo rural. Contrariamente, as alcunhas *Garracho* (derivação de garrancho – ramo torto); *Pissarro* (sinónimo de calhau, remete da rudeza) e *Bicha Brava* (pessoa feia e de mau feitio), são claramente depreciativas.

Por último, sobre o apodo do chefe da quadrilha – o *Papa Assucar*. Segundo a imprensa, os populares comentavam que o famoso ladrão não gostava da sua alcunha, preferindo que lhe chamassem “Sr. Pereirinha”, fazendo alusão ao patronímico que também usava – Bernardo José Pereira Dinis - e sabendo que alguém se referia a ele por *Papa Assucar*, ele esperava-a, roubava-a e ameaçava-a... e os pacíficos camponeses assim procediam.⁴¹⁸

Em termos simbólicos, essa alcunha carregava um lado obscuro e sugestivo, sendo disso exemplo também as palavras derivadas com sentido pejorativo que utilizavam para o caracterizar, como “papão” e “assucarado ladrão”. Estes termos faziam lembrar o “bicho-papão”, um ser sobrenatural ou uma entidade demoníaca,⁴¹⁹ que personificava o medo e simbolizava tudo o que era vago, desconhecido e assustador. Esta figura era também originária dos contos infantis⁴²⁰ e tinha uma aplicação prática na tradição popular no âmbito da educação infantil, ao estabelecer uma ligação entre o termo papar (comer) e o termo papão (aquele que papa os meninos), com que se metia medo às crianças.⁴²¹ Isto mesmo é evidenciado na imprensa nos seguintes exemplos: “Este famigerado malandrim que de *Papa-assucar* passou a ser um verdadeiro *papão* para os povos de muitas freguesias d'este concelho”;⁴²² o “celebrado «Papa-Assucar», é um papão com que até já agora as mães mettem susto às crianças para as calarem”;⁴²³ “é o papão com que se amedrontam as creanças, o seu nome é pronunciado com terror no Minho, e nas ruas, ao grito de – ahi vem o *Papa Assucar* – os rapazes fogem espavoridos”.⁴²⁴

Também o etnólogo vimaranense Alberto Vieira Braga, umas décadas depois o recorda desta forma:

⁴¹⁸ BPB, *Comercio do Minho*, n.º 2456, 31 de agosto de 1889, não paginado.

⁴¹⁹ BRAGA, Teófilo - *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*. Vol. II. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994, p. 122.

⁴²⁰ BELANGER, Jeff; DALLEY, Kirsten - *The Nightmare Encyclopedia: your darkest dreams interpreted*. Franklin Lakes (New Jersey): New Page Books, 2005, pp. 62-63.

⁴²¹ VASCONCELLOS, J. Leite de - *Tradições Populares de Portugal*. Porto: Livraria Portuense de Clavel & C.ª Editores, 1882, pp. 295-297.

⁴²² SMS, *17 de Julho*, n.º 65, 24 de março de 1887.

⁴²³ BND. *O Jornal do Porto*, n.º 214, 09 de setembro de 1888, não paginado.

Alguns bandidos marcavam a imaginação dos seus contemporâneos e das gerações seguintes, veja-se o seguinte exemplo de uma famosa chefe de uma quadrilha de ladrões em França do século XVIII, e em que nos finais do século XIX ainda permanecia na memória coletiva e utilizado o seu nome com a mesma intenção de amedrontar as crianças: “Marionnic Finefont es allée au diable, voulez-vous aller avec elle?” – GARNOT, Benoît – *Être Brigand du XVII^e Siècle à nos Jours*. Paris: Armand Colin, 2013, p. 28.

⁴²⁴ AHMST, *Jornal de Santo Thyrsso*, n.º 465, 02 de abril de 1891.

*O seu nome é ainda hoje falado, porque sendo a sua alcunha de efeito temeroso (papa, papão, papar), era com ele que se intimidavam as crianças, como no-lo recordam criaturas idosas. As mães, para meterem medo aos filhos, diziam: Fugi, que aí vem o Papa-Açucar papar os nininhos...*⁴²⁵

Com efeito, o emprego destas palavras no discurso jornalístico, pela sua força e conotações, assumiam um propósito específico: empolar as notícias, com a finalidade de influenciar a opinião pública e a justiça criminal, no sentido de obter uma condenação.⁴²⁶ Assim, apesar de se registarem notícias sobre a atuação de outras quadrilhas, no Minho,⁴²⁷ a presença do *Papa Assucar e da sua quadrilha* nos jornais era muito frequente e sem paralelo no período em estudo. Facto que contribuiu para que se formasse uma imagem mitificada sobre o grupo, envolta em mistério, como o sugerem palavras como *célebre, notável, lendário e famoso*. No mesmo sentido, o uso do adjetivo “herói” realça esse imaginário. Ainda que seja maioritariamente utilizado em sentido irónico, este termo associado ao contexto criminoso, remete o leitor para as histórias de bandidos, elevados a heróis, popularizados pela literatura romântica e muito apreciadas na época, cujo tema é desenvolvido no ponto seguinte.

Todavia, a imagem veiculada na imprensa do *Papa Assucar* era ambígua, assentando tanto na reprovação e condenação da sua conduta como na sua admiração.

A presença quase constante das suas “aventuras” nas páginas dos jornais, atraía imitadores que usurpavam a sua identidade para cometerem crimes, como atesta o exemplo seguinte: um indivíduo, aproveitando a fama e o efeito de terror que o *Papa Assucar* causava na população, fez-se passar por ele *e assim ia arranjando a sua vida, aureolado por aquelle nome... d’emprestimo*. A 11 de julho de 1890, a polícia de Guimarães recebeu uma denúncia de que o *Papa Assucar* estaria escondido numa taberna, na rua Donães. Dirigiram-se então para lá com o intuito de o prender e desfazer *a lenda* e reduzi-lo à condição *de qualquer larapio a quem a justiça pede contas dos seus actos*. Chegados lá, *os policias olhavam-se mutuamente, e como que mutuamente se interrogavam com cara de desapontamento [...] aquelle malandrim não era o verdadeiro, o authentic Papa assucar*. Este imitador foi preso, julgado e condenado a 4 meses de prisão.⁴²⁸

⁴²⁵ BRAGA, Alberto Vieira - “Curiosidades de Guimarães II: Maltas de Salteadores...”, p. 82.

⁴²⁶ Veja-se um exemplo semelhante no Brasil, onde o discurso jornalístico tentava influenciar o julgamento de associação criminosa com intuito de obter uma condenação - CONCEIÇÃO, Silvano da; LEME, Alessandro André. – “Imprensa e criminalidade: O Banditismo segundo as representações colectivas”. *Saberes em Perspectiva*. Jequié (Baia). Vol. 1, n.º 1 (2011), pp. 79-96. [Consultado em].[Disponível em philarchive.org/archive/DACIEC-2].

⁴²⁷ Os jornais referiam a existência de quadrilhas de ladrões e salteadores na região de Guimarães, Braga, Felgueiras, Barcelos, Amarante – Cf. SMS, *Religião e Patria*, n.º 16, 6 de agosto de 1881, não paginado; SMS, *Religião e Patria*, n.º 27, 26 de setembro de 1883, não paginado; SMS, *Religião e Patria*, n.º 12, 8 de agosto de 1885, não paginado; SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 243, 14 de janeiro de 1887, não paginado; BAMF, *O Felgueirense*, n.º 71, 2 de janeiro de 1887, não paginado; *O Felgueirense*, n.º 111, 9 de outubro de 1887, não paginado; BPB, *Comercio do Minho*, 27 de junho de 1891, não paginado.

⁴²⁸ SMS, *Religião e Patria*, n.º 7, 12 de julho de 1890, não paginado.

No mesmo sentido, um outro caso, relativo à figura de António da Cunha Lourenço. Gozando de fama semelhante, foi um exemplo e uma inspiração para um rapaz de 9 anos.⁴²⁹ Este chamava-se Casimiro da Cunha Granja, sendo natural e residente da freguesia de Moreira de Cónegos (concelho de Guimarães) e apresentou-se às autoridades policiais como cúmplice daquele famoso ladrão, no assalto ao museu da Sociedade Martins Sarmento. O correspondente vimaranense para o jornal *O Seculo* fala-nos assim do *rapazito*:

*Já conta com aquella idade ter praticado uns quatorze ou quinze roubos, entre os quaes o que foi feito na sociedade; isto conta elle mostrando-se muito satisfeito por ter tomado parte n'essa "importante empresa". [...] e como é muito fino e, esperto até demais, apanhou tudo, e foi ao local estudar a maneira de fazer convencer a policia de que tomara parte n'esse roubo, por lhe parecer "deitar figura" com mais esse "acto de heroicidade". [...] contava d'uma maneira que parecia ter assistido e tomado parte no crime, mas depois averiguou-se que dormira na noite do roubo em casa d'uma tal rendeira moradora na rua da Caldeiroa, e que se deitára às 8 e meia da noite e se levantara depois das sete da manhã. Portanto nada tinha visto, e só por ouvir contar é que elle fez obra.*⁴³⁰

Compreende-se, nestes termos, o papel duplo atribuído por contemporâneos a este importante canal de formação de opinião e de veículo de difusão de valores e costumes. Segundo alguns especialistas médicos e outros,⁴³¹ a imprensa ao dar grande destaque a notícias e a descrições sobre os crimes e seus protagonistas concorria para incentivar outros para ingressar no mundo da criminalidade. Outras opiniões iam em sentido oposto, admitindo que a frequência dessas notícias funcionavam como exemplos a não seguir.⁴³²

Em suma, o papel da imprensa ia ao encontro das preocupações das autoridades no sentido de concorrer para a manutenção da ordem e da paz social, veiculando normas e valores de uma sociedade burguesa em afirmação. Contudo, esses objetivos eram acompanhados de ingredientes do gosto popular, apoiados na narração sensacionalista, o que por vezes desaguava na diluição da fronteira entre o real e o ficcional.

⁴²⁹ Entre outros fatores como os familiares, Mendes Correia via na imitação um sinal da criminalidade precoce – Cf. CORREIA, António Mendes – *Crianças delinquentes subsídios para o estudo da criminalidade infantil em Portugal*. Coimbra: F. França Amado Editores, 1915, p. 62. Para Caeiro da Mata, as Associações de Malfeitores exerciam uma fascinação para alguns delinquentes – MATA, Caeiro – *Direito Criminal Português...*, p. 144.

⁴³⁰ BPMP, *O Seculo*, 28 de dezembro de 1898.

⁴³¹ FRIAS, Roberto – *O Crime...*, pp. 77-80; CORREIA, António Mendes – *Os Criminosos Portugueses...*, pp. 209-211; Veja-se críticas semelhantes na Alemanha - ASCHAFFENBURG, G. – *Crime e Repressão...*, pp. 256-257.

⁴³² SANTOS, Maria José Moutinho - *A Sombra e a Luz...*, p. 101.

2. CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DAS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO A PARTIR DOS PROCESSOS JUDICIAIS

A testemunha era a pessoa chamada a juízo para declarar, sob juramento “dos santos Evangelhos”, a verdade sobre os factos que tinha presenciado ou tivesse conhecimento anterior ou posterior sobre os mesmos. A natureza particular do testemunho justifica, como espero, a inclusão deste material no quadro da análise das representações sobre o banditismo e o crime.

A lei impunha certas limitações sobre quem podia ser testemunha - por *incapacidade natural* ou por *disposição da lei*. Assim, eram excluídos de testemunhar: os *desassisados* (sem siso), os cegos e surdos (se desses sentidos dependesse o conhecimento dos factos), os menores de 14 anos,⁴³³ os que tinham interesse direto na causa, os ascendentes e descendentes, sogros, genros, noras, irmãos e cônjuge dos arguidos e os que tinham de guardar segredo pela natureza da sua profissão (por exemplo, médicos, confessores, advogados).⁴³⁴

O apuramento das testemunhas num processo judicial resultava primeiramente da indicação por parte do queixoso sobre quem podia testemunhar e corroborar os factos declarados por ele. E, durante o processo de investigação, promovido pelas autoridades competentes, seriam ou não apuradas novas testemunhas, num máximo de 20, e os depoentes eram identificados, segundo a lei, com os seus *nomes, sobrenomes, alcunhas, estado, idade, moradas e mesteres*.⁴³⁵

Nos quadros que se seguem, apresenta-se um breve perfil do universo de 104 testemunhas de acusação recenseadas⁴³⁶ - dada a exclusão do depoimento das testemunhas da defesa, nos processos consultados.

⁴³³ A legislação da época determinava a maioridade a partir dos 21 anos (Cf. Art.º 97.º do *Código Civil Portuguez Aprovado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867*. Porto: Livraria Internacional, 1879, p. 30) Contudo, permitia a participação de menores em diversas questões civis e criminais. Assim, apesar de apenas os maiores de 14 anos poderem ser apresentados como testemunhas, os indivíduos entre os 7 e os 14 anos podiam *ser perguntados como testemunhas, mas sem prestarem juramento* - NAZARETH, Francisco J. Duarte – *Elementos do Processo Criminal...*, p. 109.

⁴³⁴ VEIGA, Francisco Antonio - *O Direito ao Alcance de Todos ou o Advogado de Si Mesmo*. Porto: Livraria Internacional, 1878, pp. 514-518.

⁴³⁵ NAZARETH, Francisco J. Duarte – *Elementos do Processo Criminal...*, p. 113.

⁴³⁶ Ver Apêndice II.

Quadro 6 - Estado civil das testemunhas de acusação a partir dos processos judiciais

Estado Civil	Masculino	Feminino
Solteiro(a)	26	6
Casado(a)	54	12
Viúvo(a)	5	1
Total	85	19

Quadro 7 - Distribuição das testemunhas de acusação por grupos de idade, a partir dos processos judiciais

Facha Etária	Masculino	Feminino
15-24	19	4
25-34	16	6
35-44	18	4
45-54	16	5
+ de 55	11	0
Idade desconhecida	5	0
Total	85	19

A análise dos quadros n.º 6 e 7 permite constatar que o universo das testemunhas de acusação era composto maioritariamente por homens, de estado civil casados (respetivamente 85 e 54), a par da presença menor de solteiros (26) e menor ainda de viúvos (5). O leque de idades apresenta-se diversificado, compreendido entre o limite inferior de 15 anos e o limite superior de 74 anos. A distribuição por grupos etários não evidencia o predomínio de um grupo particular, atendendo à proximidade dos valores recenseados.

Por seu turno, a presença de mulheres como testemunhas de acusação reveste-se mais lateral e totaliza 18,3% (19) do universo. Verifica-se, ainda, o predomínio de mulheres casadas – pese embora a presença de solteiras (6) e uma viúva. As idades apresentam-se diversificadas, entre os 21 anos (limite inferior) e o máximo de 52 anos.

A discrepância constatada entre a presença desigual dos géneros afigura-se compreensível à luz da condição e da imagem das mulheres na época. Como é sabido, os valores liberais burgueses remetiam a mulher para o recato do lar, sendo-lhe atribuída pouca relevância no âmbito da intervenção cívica na esfera pública.

Quadro 8 - Ocupações profissionais das testemunhas de acusação

Ocupações	Masculino	Feminino
Agricultura	16	4
Funcionalismo Público	11	0
Membros do Clero	3	0
Ofício e Serviços	32	13
Proprietários	22	0
Desconhecida/Outra	1	2
Total	85	19

Por sua vez, a análise das profissões das testemunhas de acusação, contabilizando ambos os géneros, vai de encontro ao tecido socioprofissional de matriz urbano-rural do universo em estudo. Por um lado, denota a relevância do grupo “Proprietários” (21,1%), próximo do grupo que reúne as profissões relacionadas com a “Agricultura” (19,2%).⁴³⁷ Em termos de conjunto estes dois grupos representam mais de 2/5 do universo (40,3%). Por outro lado, a categoria “Ofícios e Serviços” evidencia-se preponderante ao agregar 43,3% da população, grupo que incluiu um conjunto diverso de ocupações, como são exemplo: tecelão, cocheiro, garfeiro, penteeiro, celeiro, pedreiro e outras. As demais categorias repartem-se entre as ocupações relacionadas com o “Funcionalismo Público” – forças de segurança e oficiais da administração e da justiça (10,6%) e membros do clero (2,9%) – a par com a presença residual de um mendigo e de dois indivíduos sem indicação de ocupação (2,9%).

2.1. Enunciados e conteúdos discursivos dos depoimentos das testemunhas de acusação

Como sublinha a literatura da especialidade, a produção dos depoimentos era resultado da interação entre os oficiais da justiça e as testemunhas. A lei estipulava que os depoimentos das testemunhas, depois de redigidos, fossem lidos e assinados, sendo previstas punições nos casos em que eram prestados falsos testemunhos.⁴³⁸

No caso em estudo, o universo dos testemunhos reporta-se exclusivamente a testemunhas da acusação. O mesmo é dizer, a produção de depoimento tinha por objetivo influir na condenação dos

⁴³⁷ Ocupações designadas por: Lavradores, jornaleiros e caseiros.

⁴³⁸ VEIGA, Francisco António - *O Direito ao Alcance de Todos...*, pp. 514-518.

réus, indo de encontro do teor da acusação formulada pelo Ministério Público. Registe-se também, que o testemunho era a principal base da decisão jurídica, uma vez que os meios e técnicas de investigação forense existentes, dificilmente permitiam identificar ou imputar a responsabilidade do crime a um indivíduo específico.

Assim, para além das testemunhas, os peritos e facultativos⁴³⁹ assumiam um papel fundamental no auxílio da investigação criminal, cuja a sua presença era obrigatória nos crimes onde existiam vestígios permanentes, como por exemplo nos casos de arrombamento, escalamento, fogo posto, roubo, uso de chaves falsas, ferimentos, ofensas corporais, entre outros.⁴⁴⁰ Contudo, essas análises cingiam-se ao aferimento do modo e dos meios utilizados pelos perpetradores no cometimento dos crimes, bem como avaliarem os danos causados e na existência de ferimentos, o seu grau de gravidade.⁴⁴¹ Porém, essas conclusões dependiam de conhecimentos específicos, como se comprova pela análise do Quadro 9, das profissões dos peritos intervenientes dos processos judiciais do caso em estudo. Ao longo deste texto foram referidos vários exemplos dos seus testemunhos, mas sem nunca concluírem com exatidão o autor do crime em julgamento.

⁴³⁹ Sobre a evolução das práticas de investigação médico-forenses veja-se GARNEL, Maria Rita Lino - *Vítimas e Violências...*, pp. 136-144.

⁴⁴⁰ COSTA, Affonso – *Os Peritos no Processo Criminal. Legislação Portuguesa – Críticas – Reformas*. Coimbra: Manuel de Almeida Cabral – Editor, 1895, pp. 47-55.

⁴⁴¹ NAZARETH, Francisco J. Duarte – *Elementos do Processo Criminal...*, pp. 73-78.

Quadro 9 - Peritos e facultativos presentes nos processos judiciais recenseados sobre o *Papa Assucar e a sua quadrilha*

Nome	Profissão
Daniel Lino do Sacramento	Alfaiate
Domingos da Silva Branco	Alfaiate
João Baptista Pimenta	Alfaiate
Manuel Dias de Oliveira	Alfaiate
Manuel José da Fonseca	Alfaiate
Anastácio da Silva Carneiro	Carpinteiro
António Fernandes	Carpinteiro
António José da Silva	Carpinteiro
Joaquim Pereira Baltar	Carpinteiro
João Fernandes	Carpinteiro
Manuel Alves Correia de Paiva	Carpinteiro
Manuel José de Oliveira	Carpinteiro
Alfredo José dos Reis	Espingardeiro
Custódio José Pinto Guimarães	Espingardeiro
Domingos Luís da Costa	Espingardeiro
Manuel Vieira de Sousa	Espingardeiro
Avelino Germano da Costa Freitas	Médico
Geraldo José Coelho Guimarães	Médico
Joaquim José de Meira	Médico
António de Oliveira Martins	Negociante
António José Moreira e Silva Guimarães	Negociante
Manuel António Carneiro Guimarães	Ourives
António José Pereira Lisboa	Serralheiro

Fonte: AMAP, TJCG, Crime, 3º Ofício, Polícia Correccional, Maço 62, n.º 5, 1880; AMAP, TJCG, Crime, 3º Ofício, Registo dos processos crimes, 1882-1890; AMAP, TJCG, Crime, 4.º Ofício, Livro do Registo Crime, 1882-1884; AMAP, TJCG, Crime, Registo dos corpos de delito do Ministério Público, 1876-1881; AMAP, TJCG, Crime, 1.º Ofício, Livro dos processos preparatórios crimes e outros, 1893-1898; ADB, Tribunal da Comarca de Braga, 3º Ofício, Registo Crime, 1885-1888; ADB, Tribunal da Comarca de Braga, 6.º Ofício, Processos Crime, 1887; ADP, TCST, Procedimento Crime de António Lourenço, 1881; ADP, TRP, Apelação Crime de António Lourenço da Cunha, 1887-1893; ADP, TRP, Apelação Cível de Bernardo José Dinis, 1890-1895; ADP, TRP, Apelação Crime de António Marcelino Gonçalves, 1891; ADP, TCSTS, Carta Precatória de João Dias, *o Santa Marinha*, 1888; ADP, TCSTS, Certidão de Apelação de João da Costa, *o Valença*, 1900.

Neste cenário, a perspetiva de análise adotada teve por base a apreensão das imagens e das representações tecidas pelas testemunhas de acusação no tocante aos membros da quadrilha, tomados individual e enquanto grupo.

Na generalidade, o conteúdo dos depoimentos permite caracterizá-los como sucintos e pouco detalhados, tendo por critério base o conhecimento direto ou indireto das testemunhas em relação aos factos e aos réus. É certo que algumas vezes são enriquecidos com expressões ou frases supostamente proferidas pelos depoentes, como o sugerem os exemplos abaixo assinalados. Não

obstante, a leitura e a análise dos testemunhos permitem constatar a existência de um discurso formatado pelos escrivães, como são exemplo as ilustrações que se seguem.

Assim, no registo do que as testemunhas tinham visto ou assistido, o depoimento iniciava-se, regra geral, da seguinte forma: “viu e presenciou”, “por ver e presenciar”, “sabe que”. Já no relato das informações sobre o que sabiam ou ouviram dizer o registo seguia a seguinte fórmula: “sabe que por ser publico e notório”, “ouviu dizer que”, “consta que”. Seguidamente, eram registadas impressões ou pormenores sobre os réus, a partir das declarações das testemunhas. Contudo, tendo por base o teor do material compulsado, afigura-se lícito concluir que o escrivão incutia no texto uma interpretação pessoal sobre os acontecimentos a relatar, na qualidade de responsável pela transcrição das declarações dos diversos intervenientes do processo. Com efeito, os testemunhos evidenciam um conjunto de perceções comuns relativas aos réus, não se detetando diferenças significativas no tocante ao género e ao estatuto socioprofissional das testemunhas. Vejamos alguns exemplos:

No depoimento sobre o *Papa Assucar*, a testemunha Manuel Carneiro (solteiro, lavrador, de 21 anos de idade) declarou que *tem ouvido dizer ser vadio e de maus costumes*; no mesmo processo, em 1882, o queixoso Jerónimo de Castro (solteiro, lavrador, de 19 anos de idade) afirmou que *é tido e havido como vadio, empregando-se só em abrir portas com chaves falsas, commettendo por este meio vários furtos*.⁴⁴²

Em relação a *Garracho e Pissarro*, a testemunha Arnaldo Ferreira (casado, jornaleiro, de 25 anos de idade), em 1886, disse que eram *peessoas de muito má reputação e vivem do roubo*.⁴⁴³ Contudo, relativamente ao segundo, a má fama já lhe era imputada desde pelo menos 1878, de acordo com as declarações de diversas testemunhas que se referiam a ele como indivíduo de má fama e ladrão.⁴⁴⁴

Declarações análogas foram tecidas a respeito de *Santa Marinha*, Francisco Pereira Duarte, *Lourenço* e o *Papa Assucar* pela testemunha Jerónimo Gomes da Costa Guimarães (casado, pedreiro, de 43 anos de idade) ao afirmar que *são tidos e havidos como ladrões, que lhe consta que tem feito varios roubos, tanto n'este concelho [Guimarães] como em outros, os quaes não se empregão ao trabalho*.⁴⁴⁵ Um quadro similar se encontra no testemunho de Manuel António Gomes de Lima (casado, proprietário), ao referir-se a *Garracho* e a *Catarino* e respectivas esposas, Carolina Augusta e

⁴⁴² AMAP, TJCG, Crime, 4.º Ofício, Registo dos Processos Crime, 1880-1899, não numerado.

⁴⁴³ ADB, Tribunal da Comarca de Braga, 3.º Ofício, Registo Crime, 1885-1888, fls. 38 a 44.

⁴⁴⁴ ADB, Tribunal da Comarca de Braga, 3.º Ofício, Registo Crime, 1871-1880, fls. 119-119v.

⁴⁴⁵ AMAP, TJCG, Crime, 4.º Ofício, Livro do Registo Crime, 1882-1884, não numerado.

Catarina Rosa da Silva, ao declarar que *só vivem de roubos*; e que *tem cometido diferentes furtos, mas não pode precisar quais*.⁴⁴⁶ E os exemplos podiam multiplicar-se.⁴⁴⁷

O testemunho de António Joaquim de Sá (padre, 32 anos de idade), no processo datado de 1890 apresenta declarações um pouco mais elaboradas ao declarar que Francisco Pereira Duarte, *o Conca, não tem modo de vida algum conhecido, [e que] traja mais decente de que os seus rendimentos o permitem*. No mesmo processo, Manuel José de Azevedo (casado, proprietário, de 64 anos de idade), acrescentou que *ainda não conversou com ninguém que lhe não dissesse que ele não era ladrão, apesar de que ele depoente não o conhece[r] senão de nome*.⁴⁴⁸

Já a respeito de Maria Joaquina Ferreira, os depoimentos esclarecem sobre as suas atividades ilícitas, acusando-a de autora, recetadora, encobridora e passadora de furtos, a par do seu péssimo comportamento. Assim, a testemunha Maria da Silva (solteira, dobadeira, de 40 anos de idade) refere que *é público e notório que a mesma arguida é receptadora de diferentes furtos pelos quais já tem sido punida*; acrescentando a testemunha Antónia Baptista Mendes (casada, tecedeira, de 48 anos de idade), no mesmo processo, que Maria Joaquina Ferreira *é de péssimo comportamento*.⁴⁴⁹

Como podemos verificar, o denominador comum às declarações das testemunhas sobre os réus tem por base a sua reputação como ladrões e vadios,⁴⁵⁰ bem como o facto de não serem conhecidas ocupações que os sustentassem. O teor das declarações é revelador do conhecimento genérico dos réus pelas testemunhas de acusação, facto a que não é estranho o local de realização dos furtos ser relativamente próximo aos sítios em que habitavam. Veja-se, a exemplo, o processo relativo ao assalto à casa do Dr. Bernardo da Fonseca e Castro, em Ruivães, no qual uma das testemunhas, concretamente José Rodrigues (casado, carpinteiro, de 25 anos de idade), relata um comportamento não habitual do réu Francisco Pereira Duarte, *o Conca*, ao afirmar que *o via passar amiudadas vezes à sua porta que é quasi em frente da casa roubada causando-lhe suspeita essa passagem por não ser costumada e notara essa desconfiança também sua mulher dizendo-lhe a ele [testemunha] “ó Conca passa aqui muitas vezes, anda para fazer alguma”*. Acrescentou ainda que o dito *Conca* morava muito distante da casa roubada e que o viu, ele e suas filhas Maria e Ana, vinte

⁴⁴⁶ AMAP, TJCG, Crime, 3.º Ofício, Livro do Registo dos Processos Crimes, 1882-1890, não numerado.

⁴⁴⁷ Veja-se o testemunho de Manuel Rodrigues da Silva (casado, tecelão, de 26 anos de idade) a respeito de *Carolino, Carapuçeira* e Francisco Pereira Duarte (*Conca*) que declara *são tidos e havidos como ladrões na freguesia* [Joane]; conteúdo semelhante encontra-se no testemunho de José António de Araújo (casado, proprietário, de 50 anos de idade): *são geralmente tidos e havidos como ladrões e gozando dessa fama* - ADP, TRP, Apelação Cível de Bernardo José Dinis, 1890-1895, fl. 69v. e 73v.

⁴⁴⁸ ADP, TRP, Apelação Cível de Bernardo José Dinis, 1890-1895, fl. 58v.

⁴⁴⁹ AMAP, TJCG, Crime, 4.º Ofício, Queixa Pública, 1894, Maço 117, n.º 3, fls. 25-27.

⁴⁵⁰ Conclusão semelhante foi verificada nos depoimentos das testemunhas no julgamento de uma quadrilha no Brasil - Cf. CONCEIÇÃO, Silvano da; MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo - “Solidariedade Ética, Poder Local e Banditismo...”, p. 86.

dias antes do assalto a *rodar* a casa, supondo que era para *tomar conhecimento* e ver como haviam de proceder ao roubo.⁴⁵¹

Refira-se ainda outro exemplo, desta vez, em relação a António Marcelino Gonçalves e a sua mulher, Catarina Rosa da Silva, quando a testemunha Manuel António Correia (casado, lavrador, de 31 anos de idade), da freguesia de São Lourenço de Sande (concelho de Guimarães), afirmou que quando eles estabeleceram residência naquela freguesia *não tinham meios de vida* e viviam em *continua vadiagem*, e desde então *aparece[ram] frequentes roubos*.⁴⁵² Outra testemunha, o carcereiro António Moreira (casado, de 49 anos de idade) classifica o réu como sendo um indivíduo de *maus costumes, insubordinado e incorrigível, tendo chegado ao excesso de proferir actos obscenos e indecorosos com as mulher e crianças*,⁴⁵³ quando se encontrava preso na cadeia de Guimarães.

Das linhas expostas, sublinhe-se que quando as testemunhas declaravam terem conhecimento de *voz publica* dos crimes praticados pelos acusados, afirmavam, porém, que *não pod[iam] determinar quais*. No entanto, em alguns casos, as testemunhas fundamentavam as suas acusações quando tinham conhecimento de como se realizou o crime. A título de ilustração refiram-se dois exemplos.

O assalto efetuado em Braga por Francisco de Oliveira e Francisco da Costa Sacramento. A testemunha José Ferreira (solteiro, jornaleiro, de 20 anos de idade), declarou que quando teve conhecimento do roubo, *suspeitou com bastante fundamento* que os acusados eram os autores do crime, porque uns dias antes ele tinha sido convidado por aqueles para o assalto. Como relatou, ao ter-se recusado participar, os réus pediram ao depoente para que guardasse segredo.⁴⁵⁴

Outro exemplo reporta-se ao assalto à igreja de Monte Córdova (concelho de Santo Tirso), perpetrado por João Dias e outro indivíduo. A testemunha Margarida Moreira (casada, jornaleira, de 26 anos de idade) afirmou que no dia anterior ao assalto viu os acusados observarem a igreja. No dia seguinte, quando teve conhecimento do roubo, *futuro* que aqueles eram os autores do assalto.⁴⁵⁵

Concluindo, os depoimentos das testemunhas de acusação quando têm por base conhecimentos indiretos, uma vez que não presenciaram os crimes, revelam um acentuado preconceito sobre os réus, tendo por fundamento, sobretudo, a opinião pública generalizada. As supostas declarações denotam um elevado grau de imprecisão e de especulação, alimentado, certamente, pelo teor do discurso da imprensa, como vimos anteriormente.

⁴⁵¹ ADP, TRP, Apelação Cível de Bernardo José Dinis, 1890-1895, fl. 68-69.

⁴⁵² ADP, TRP, Apelação Crime de António Marcelino Gonçalves, 1891, fl. 10.

⁴⁵³ ADP, TRP, Apelação Crime de António Marcelino Gonçalves, 1891, fls. 80 a 93.

⁴⁵⁴ ADB, Tribunal da Comarca de Braga, 3º Ofício, Livro do Registo Crime, 1885-1888, fl. 39.

⁴⁵⁵ ADP, TCSTS, Carta Precatória de João Dias, *o Santa Marinha*, 1888, fl. 5.

3. OUTRAS ACUSAÇÕES: OS CRIMES DE *VOZ PÚBLICA*

Para além do rol dos crimes analisados, de que os membros da quadrilha foram oficialmente acusados e julgados, existe ainda uma lista de crimes que lhes eram imputados, quer pela população quer pela imprensa, obtidos muitas vezes através de boatos e rumores e enumerados pelas testemunhas no âmbito dos processos judiciais, como já foi mencionado atrás. Essas acusações em tribunal eram frequentemente o resultado de atos de vingança para com os réus.⁴⁵⁶ Na opinião do médico e antropólogo Francisco Ferraz de Macedo, estes *falsos testemunhos* eram rapidamente difundidos pela massa popular e eram de fácil *vulgarização jornalística*.⁴⁵⁷

Com efeito, são referidos na imprensa e nos depoimentos das testemunhas de acusação que sabem de outros crimes por *ouvirem dizer*. Na sua maioria eram atribuídos ao próprio *Papa Assucar* ou ao bando. Contudo, a análise desses depoimentos não permitiu apurar as razões pelas quais essas queixas não foram oficializadas e/ou se esses delitos teriam ocorrido efetivamente.⁴⁵⁸

Destes alegados crimes, destacam-se alguns exemplos que passo a descrever.

Logo após a evasão do *Papa Assucar* da cadeia de Guimarães em junho de 1883, a imprensa relata uma série de crimes em que ele seria presumivelmente o autor. Desde logo, no dia da fuga furta ao carcereiro o relógio, uma corrente de prata e algumas libras e moedas de prata no valor de 52 mil reis, crime para o qual não foi pronunciado.

O *Imparcial* noticia que desde a sua fuga têm-se praticado alguns furtos em algumas freguesias do concelho de Guimarães e *é voz publica que o autor de tais partidas é o Papa Assucar*.⁴⁵⁹

No passado, aquando da sua associação à *quadrilha do Lourenço* há registo de denúncias semelhantes na imprensa de Santo Tirso. A dita quadrilha seria responsável por assaltos efetuados na freguesia de São Miguel das Aves, do concelho de Santo Tirso, e nas freguesias limítrofes com os concelhos de Guimarães e Vila Nova de Famalicão.⁴⁶⁰

Após a sua recaptura em 1884 e o cumprimento da pena - voltando à liberdade em 1888 - as alegadas ações criminosas continuavam a preencher as páginas dos jornais.

⁴⁵⁶ ANICA, Aurizia – *A Transformação da Violência...*, pp. 123-124.

⁴⁵⁷ Cf. MACEDO, Francisco Ferraz de – “O Testemunho”. In SANTOS, José Maria dos (dir.) - *Galeria de Criminosos Célebres em Portugal: historia da criminologia contemporânea*. Lisboa: Empreza Editora do Almanach Palhares. Vol. IV, 1896-1908, pp. 58-65.

⁴⁵⁸ A não denúncia de crimes pode resultar da insegurança e do medo, como aconteceu com a quadrilha do José do Telhado – Cf. BARREIRA, César – “Banditismo e Práticas Culturais: A Construção de uma Justiça Popular”. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza. Vol. 41, n.º 2 (2010), p. 80. [Consultado em 10 de setembro de 2014]. [Disponível em <http://www.periodicos.ufc.br/revciensio/index>].

⁴⁵⁹ SMS, *Imparcial*, n.º 979, 26 de junho de 1883, não paginado.

⁴⁶⁰ AHMST, *Jornal de Santo Thyrsa*, 17 de agosto de 1883, n.º 67, não paginado.

A partir desse regresso, atingiu o auge da sua popularidade, dando-se o caso em que o *Papa Assucar* padecia *sempre com todas as culpas, embora outros á sombra d'elle se encu[briam] para fazerem das suas*. São disso exemplo os episódios das cartas anónimas. Em setembro desse ano, um correspondente das Caldas das Taipas para o *Jornal do Porto*, enviava a seguinte informação:

*A um abastadissimo proprietario de S. Lourenço de Sande, ao prior de Santa Christina de Longos, e a mais dois individuos d'aquella freguezia, foram dirigidas cartas anonymas em que eram convidados a depositar em um lugar deserto, proximo da Falperra, avultadas quantias sob pena de atrozes vinganças da parte dos dirigentes, quando assim o não fizessem. Foram attribuidas estas missivas a alguns dos personagens que, segundo é voz publica, formam um notavel bando de gatunos, que recebe as inspirações do celebrado "Papa-Assucar" [...]*⁴⁶¹.

Em março de 1889 e janeiro de 1890 passaram-se outros casos de cartas anónimas semelhantes.

O primeiro reporta-se ao caso do envio de cartas anónimas ao pároco de Celeirós (concelho de Braga) *pedindo sob pena de morte, avultadas quantias* dando como autor o *Papa Assucar* ou *algum miserável da sua numerosa quadrilha*.⁴⁶²

No segundo caso, foi encontrado num *trem* um bilhete dirigido a Joaquim de Barros, um alquilador da rua do Carvalhal, da cidade de Braga, com o seguinte endereço e mensagem:

Endereço:

Ofício

Ex.mo Sr.

Quem pegar neste bilhete entregue-o ao patrão

Pinheiro da Gregória

Papa Assucar

Mensagem:

Amigo

Estimo que tenhas saúde; quero que me ponhas 12:000\$000 reis à porta da igreja de Santa Cruz ou à porta do tribunal, porque se esse dinheiro lá não estiver até ao dia 15 de Janeiro, serás morto com 3 amêndoas, mandando-te junto uma para amostra.

À meia noite em ponto, quero os 12:000\$000 reis; olha para essa amêndoa.

Somos sócios do Papa Assucar e assinamos-nos

Faca de Mato

Bandalhinho

Sousa

Cotinho

*Braga 5 de Janeiro.*⁴⁶³

⁴⁶¹ BND, *Jornal do Porto*, n.º 214, 9 de setembro de 1888, não paginado.

⁴⁶² BPB, *Comercio do Minho*, 28 de março de 1889, n.º 2392, não paginado.

⁴⁶³ BPB, *Comercio do Minho*, 18 de janeiro de 1890, n.º 2512, não paginado.

A estrutura desta carta obedece a alguns critérios que não são fruto do acaso. A missiva começa e termina de forma respeitosa, embora o conteúdo da mensagem seja altamente ameaçador. Era exigida uma quantia avultada e assinalado um local de entrega. Finalmente, a carta era assinada e mencionado o nome do *Papa Assucar* como mandatário. Obviamente, a prática de utilizar o nome de um bandido temido ou talvez com mais rigor, bastante conhecido, como ele, tinha como objetivo intimidar e atingir o seu fim: a extorsão. Trata-se de uma prática costumeira já documentada no passado por guerrilheiros, no contexto das lutas liberais em Portugal.⁴⁶⁴

Atente-se à segunda carta reproduzida. Dos indivíduos que assinam o bilhete, *Faca de Mato*, *Bandalhinho*, *Sousa* e *Cotinho*, é difícil avançar elementos relativos à identificação dos mesmos. Dos elementos reunidos posso avançar com algumas informações. Sei que, nessa época, existia um tal *Faca de Mato*, que seria um companheiro do *Lourenço* e também um conhecido criminoso da região da *Terra Negra* (concelho de Vila Nova de Famalicão). O *Bandalhinho* poderá referir-se a Vitorino Dias, o *Rei dos Bandalinhos*, pertencente a um grupo de *jogadores e criminosos* da zona de Braga.⁴⁶⁵ Quanto aos demais, não é possível avançar com uma identidade.

Vejase ainda um outro caso em que se regista alegadamente o envolvimento do *Papa Assucar*. Trata-se de um assalto à relojoaria de José Clemente Jácome, no largo do Toural em Guimarães, ocorrido no dia 11 de novembro de 1888. Desse estabelecimento foram roubados três relógios de ouro no valor de 100 mil reis, sendo pronunciado como autor do crime José Florêncio,⁴⁶⁶ jornalista da freguesia de Maximinos, da comarca de Braga, onde foi preso dias depois por andar a vender um dos relógios roubados. O relojoeiro dirigiu-se à cadeia de Braga afim de saber o paradeiro dos objetos, afirmando aquele que naquele dia *indo a passar na ocasião do roubo, parou e observou. Os larapios chegaram-se a elle, deram-lhe um relógio pediram-lhe para os não descobrir, e desapareceram*,⁴⁶⁷ identificando um dos indivíduos como sendo o *Papa Assucar*.

Finalmente, apresentam-se alguns exemplos em que foram imputadas acusações de furto ou tentativas de assalto à quadrilha, no ano de 1889.

⁴⁶⁴ ALBINO, Cristina; MARQUILHAS, Rita. "Escribir «Cartas Aterradoras» en el Palacio do Limoeiro (Portugal, 1822-1825)". *Hispania*. Madrid. Vol. LX/3, n.º 221 (2005), pp. 991-1020; CARDOSO, António Manuel Monteiro - *A Revolução Liberal em Trás-os-Montes (1820-1834)*..., p. 455. A extorsão de dinheiro mediante ameaça era também uma técnica utilizada pelos bandidos da Calábria (Itália) – Cf. CONCEIÇÃO, Silvano da; MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo – "Solidariedade Ética, Poder Local e Banditismo...", p. 78. Verificou-se essa técnica também em bandidos em Cuba – Cf. NAVARRO, Imilcy Balboa – "Entre lo real y lo imaginario: el bandolerismo rural en Cuba en la segunda mitad del siglo XIX". *Contrastes: Revista de historia moderna*. Universidad de Murcia. N.º 12 (2001-2003), p. 51. [Consultado em 5 de novembro de 2018]. [Disponível em revistas.um.es/contrastes].; e também em Espanha – Cf. FERNÁNDEZ, Francisco Montoro – "El bandoleirismo en la comarca malagueña de la Axarquía durante el siglo XIX". *Isla de Arriarán: revista cultural y científica*. Málaga. N.º 16 (2000), pp. 165-178. [Consultado em 28 de maio de 2018]. [Disponível em dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=7860].

⁴⁶⁵ BPB, *Comercio do Minho*, 4 de janeiro de 1890, n.º 2507, não paginado.

⁴⁶⁶ A 26 de novembro de 1889 foi julgado e condenado a 4 meses de prisão – Cf. AMAP, TJCG, Crime, Registo das querelas publicas do magistrado do Ministério Público, 1888-1893, fls. 16-24.

⁴⁶⁷ SMS, *Religião e Patria*, n.º 44, 27 de novembro de 1889, não paginado.

O primeiro caso ocorreu na noite de 5 de março, quando foi assaltado o botequim do hotel *Villas*, nas Caldas das Taipas, levando os ladrões algum dinheiro, tabacos e garrafas de bebidas no valor de 50 mil reis. Apesar de não se saber os autores do assalto, a imprensa interrogava-se se seria a quadrilha que por ali vagueava.⁴⁶⁸ Recorde-se que António Marcelino Gonçalves confessou a sua participação na realização de um assalto a um botequim nesta freguesia, ao qual desmentiu em audiência no seu julgamento em 1890.

Cerca de 5 meses depois, pelas 8 horas da manhã do dia 27 de agosto de 1889, Joaquim de Freitas, serralheiro da freguesia de Caldas das Taipas, ao passar pelo lugar de Santa Marta, na Serra da Falperra, foi surpreendido pelo *temível salteador* que apontando-lhe um revolver lhe exigiu *a bolsa ou a vida*. O homem entregou ao *faccinora* o dinheiro que levava, cerca de 3000 mil reis.⁴⁶⁹

Logo no mês seguinte, em setembro de 1889, Manuel Gonçalves Vieira Porim, um alquilador da cidade de Braga, queixou-se que lhe furtaram a mala da correspondência das Taipas do carro do correio entre Braga e Guimarães. Suspeitou-se que fora um indivíduo que entrou no carro em São João de Ponte (concelho de Guimarães), e talvez como forma de distração, durante o percurso *fez grande fiasco com o cocheiro, por causa do preço, e saiu próximo a Sande*. Supõe-se que o autor do roubo seria António Marcelino Gonçalves que *está filiado na quadrilha do Papa Assucar*.⁴⁷⁰

Pouco tempo depois, um outro caso ocorreu no domingo 24 de novembro de 1889, pelas 10 horas da noite, quando seguia numa carruagem de Guimarães em direção a Braga, o deputado por Fafe, Dr. João Monteiro Vieira de Castro. Quando chegou à freguesia de Esporões (concelho de Braga) foi vítima de uma tentativa de assalto por 6 indivíduos que se travessaram em frente da carruagem. O cocheiro fustigando os cavalos *que seguiram á desfilada*, disparou alguns tiros de revolver e conseguiu evitar o assalto. Contudo, alguns dos bandidos tentaram novamente junto ao Pinheiro da Gregória, tendo avançado por atalhos. Mas o cocheiro *chicoteou novamente a parelha, ficando assim livre dos salteadores*. Supôs-se que os autores pertenciam à quadrilha do *célebre Papa-assucar*.⁴⁷¹

Frustrada a tentativa de assalto, os autores, terão tentado novo assalto ao carro das 4 e meia da manhã, enviando um deles a Guimarães para apanhar a carruagem, armado com dois revólveres. Este, foi reconhecido por dois *cavalheiros* de Felgueiras obstruindo a sua ação, pois ao chegar à

⁴⁶⁸ SMS, *Religião e Patria*, n.º 19, 6 de março de 1889, não paginado.

⁴⁶⁹ BPB, *Comercio do Minho*, 29 de agosto de 1889, n.º 2455, não paginado; BND, *Jornal do Porto*, n.º 204, 29 de agosto de 1889, não paginado.

⁴⁷⁰ BPB, *Comercio do Minho*, 17 de setembro de 1889, n.º 2463, não paginado; BND, *Jornal do Porto*, n.º 222, 19 de setembro de 1889, não paginado.

⁴⁷¹ BPB, *Comercio do Minho*, 28 de novembro de 1889, n.º 2493, não paginado.

Falperia o dito *espia* ao tentar dar *a senha para fora do carro ao Papa Assucar e companhia* para procederem ao assalto, foram todos vistos pelos passageiros.⁴⁷²

O Quadro 10 sintetiza esses e outros crimes que lhes foram atribuídos pela imprensa ou testemunhas nos processos judiciais. A classificação do crime de roubo e furto reproduz a que foi expressa pelos autores responsáveis pelas acusações.

Quadro 10 - Os crimes de voz pública atribuídos à quadrilha ou aos seus elementos entre 1879 e 1890

Ano	Autores	Comarca	Suposto Crime	Observações
c. de 1879	Francisco da Costa Sacramento	Braga	Furto	1 vaca
1883	Bernardo José Dinis	Guimarães	Furto	Um relógio, uma corrente de prata, algumas moedas de prata no valor de 52 mil reis
1883	Bernardo José Dinis	Guimarães	Furto	Vários furtos
1883	A Quadrilha	Santo Tirso	Furto	Vários furtos
1883	A Quadrilha	Vila Nova de Famalicão	Furto	Vários furtos
1888	Bernardo José Dinis	Guimarães	Ameaça de Agressão (chantagem)	Avultada quantia
1888	Bernardo José Dinis	Guimarães	Ameaça de Agressão (chantagem)	Avultada quantia
1889	A Quadrilha	Braga	Ameaça de Agressão (chantagem)	12 000 reis
1889	A Quadrilha	Guimarães	Roubo	Algum dinheiro, tabacos e garrafas de bebidas no valor de 50 mil reis num botequim
1889	Bernardo José Dinis	Guimarães	Furto	3000 reis
1889	Antônio Marcelino Gonçalves	Guimarães	Furto	Mala da correspondência
1889	A Quadrilha	Braga	Tentativa de assalto	Uma diligência
1890	A Quadrilha	Póvoa de Lanhoso	Roubo	40 500 reis
1890	Antônio Marcelino Gonçalves	Guimarães	Roubo	2 peças de carne de porco e 3 mil reis em prata
1890	Antônio Marcelino Gonçalves	Guimarães	Roubo	Carne de porco
1890	Antônio Marcelino Gonçalves	Guimarães	Roubo	15 mantas de lã
1890	Antônio Marcelino Gonçalves	Guimarães	Roubo	Um barbeiro
1890	Antônio Marcelino Gonçalves	Guimarães	Roubo	Diferentes peças de pano de lino e um metro
1890	Antônio Marcelino Gonçalves	Guimarães	Roubo	2 quintais de bacalhau
1890	Antônio Marcelino Gonçalves	Guimarães	Roubo	1 porco morto
1890	A Quadrilha	Póvoa de Lanhoso	Furto e Roubo	Vários furtos e roubos
1890	Francisco de Oliveira Carolina Augusta Antônio Marcelino Gonçalves Catarina Rosa da Silva	Guimarães	Furto	Milho, feijão, roupa e outros objetos no valor de 30 mil reis
1890	Francisco Pereira Duarte	Famalicão	Furto	Azeite e outros objetos de uma mercearia
1890	Bernardo José Dinis/José da Silva, o Quelhas	Fafe	Furto	Caixas das esmolas do convento da Cruz
1890	Bernardo José Dinis/José da Silva, o Quelhas	Felgueiras	Furto	Milho e utensílios de roupas de um alpendre
1890	Bernardo José Dinis/José da Silva, o Quelhas	Felgueiras	Roubo	Farinha e Milho de um moinho

Fonte: SMS, *Imparcial*, 19 de junho de 1883, n.º 977; AHMST, *Jornal de Santo Thyrsó*, 17 de agosto de 1883, n.º 67; SMS, *O Imparcial*, 21 de agosto de 1883, n.º 994; SMS, *Religião e Pátria*, 15 de setembro de 1888, n.º 23; SMS, *Commercio de Guimarães*, 4 de março de 1889, n.º 444;

⁴⁷² BAMF, *O Felgueirense*, 10 de dezembro de 1889, n.º 222.

BPB, *Comercio do Minho*, 31 de agosto de 1889, n.º 2456; BPB, *Comercio do Minho*, 17 de Setembro de 1889, n.º 2463; BPB, *Comercio do Minho*, 28 de novembro de 1889, n.º 2493; BPB, *Comercio do Minho*, 18 de janeiro de 1890, n.º 2512; BAMF, *O Felgueirense*, 4 de fevereiro de 1890, n.º 230; SMS, *Commercio de Guimarães*, 10 de fevereiro de 1890, n.º 533; BAMF, *O Felgueirense*, 11 de fevereiro de 1890, n.º 231; ADB, Tribunal da Comarca de Braga, 3º Ofício, Registo crime, 1879, fls. 119-122v; AMAP, TJCG, Crime, 3º Ofício, Registo dos processos crimes, 1890, fls. 117-123.

Em confronto com a análise efetuada no capítulo anterior, relativo aos crimes de que foram formalmente acusados (Cf. Quadro 3), verifica-se que as áreas de atuação se concentravam nos concelhos de Guimarães, Vila Nova de Famalicão e de Braga. A análise do Quadro 10 permite constatar que as áreas de atuação se estendem também aos concelhos vizinhos de Fafe, Felgueiras e de Póvoa de Lanhoso.

No que respeita às principais práticas criminosas alegadas, contam-se 26 ocorrências. São apontados os crimes de furtos (12) e roubos (11) como os mais frequentes, registando-se três casos de ameaças de agressão e uma tentativa de assalto. Em conformidade com a análise anterior, são também apontados como os principais produtos dos assaltos, objetos de vestuário e roupa de casa, peças de ouro e prata, produtos alimentares e dinheiro.

Bernardo José Dinis e António Marcelino Gonçalves encontram-se entre os indivíduos mais referenciados. Sobre o primeiro, como comandante da quadrilha e o facto de ser presença assídua na imprensa, não restam dúvidas sobre a sua reputação e um alvo fácil ou “bode expiatório” para diversos crimes que afligiam a população. Quanto ao segundo, estando associado ao primeiro, os crimes de que foi oficialmente acusado, por si só, não o colocariam numa posição tão ameaçadora. Porém, como vimos anteriormente, sendo um estranho na região, seria alvo de maior atenção e de um sentimento de desconfiança, quer por parte da população quer por parte dos responsáveis pela vigilância local, como os regedores. Igualmente a sua condição de ex-militar é apontada para o caracterizar como um indivíduo perigoso, apresentando-se frequentemente *armado de bacamarte e de grande navalha de ponta e não raras vezes aberta e atravessada nos dentes para meter medo*.⁴⁷³ Ele próprio afirma ser vítima dessa condição, ao declarar num interrogatório que em relação a ele, o povo da região onde vivia não lhe tolerar nenhuma falta, enquanto o *Papa Assucar*, por ser da localidade, era protegido.⁴⁷⁴

Em suma, dos relatos expostos, em especial veiculados pela imprensa, é lícito admitir-se estes teriam contribuído para a consolidação da imagem de se tratarem de criminosos perigosos.

⁴⁷³ HDB, *O Economista*, n.º 2532, 12 de fevereiro de 1890, p. 3.

⁴⁷⁴ ADP, TRP, *Apelação Crime de António Marcelino Gonçalves*, 1891, fl.36.

4. O PAPA ASSUCARE O ARQUÉTIPO DO “HERÓI-BANDIDO”

Em meados do século XIX, a literatura e a imprensa deram grande destaque a figuras marginais que extrapolavam o comportamento normativo da sociedade. Uma dessas figuras era o criminoso. Como comentava o criminologista italiano Enrico Ferri: *é que desgraçadamente, os criminosos despertam mais interesse do que as pessoas de bem.*⁴⁷⁵

O crescente interesse pelo crime e pelo criminoso, durante esse período, deu azo ao desenvolvimento do romance policial, um dos inúmeros subgêneros literários desenvolvidos pelo movimento romântico. Geralmente publicados nos jornais, quer em forma de folhetins, quer em forma de romances. Este tipo de literatura tinha grande receptividade no público, pois explorava e despertava emoções fortes nos leitores e com isso crescia a venda dessas publicações, facilitada pela crescente alfabetização e os baixos custos de edição, transformando este fenómeno numa cultura de massas. Porém, a obsessão pela temática da criminalidade e os discursos fantasistas produzidos por este tipo de literatura e pela imprensa, desvirtuavam a realidade, contribuindo para a construção de imaginários sobre o crime e o criminoso.⁴⁷⁶ No caso dos romances-folhetim, estes eram publicados parceladamente, ocupando o rodapé do jornal, deixando assim em suspense o leitor até à próxima publicação, que poderia ser feita de forma intercalar. A partilha de um espaço entre as diferentes secções do jornal: noticiário, *fait-divers* e ficção, criariam no leitor menos letrado uma sensação de continuidade entre a realidade e o imaginário.⁴⁷⁷

Em Portugal, um dos romancistas consagrados que mais recorreu à figura do criminoso foi o escritor Camilo Castelo Branco. É sabido que se serviu diversas vezes de exemplos de figuras reais para construir as suas personagens.⁴⁷⁸ Gorada a esperança de encontrar alguma referência nos seus romances ao nosso *herói*, uma vez que foram contemporâneos, para minha surpresa, outro escritor, um admirador confesso de Camilo, pegou neste *lendário salteador* e deu-lhe vida num dos seus romances. Refiro-me a António José do Couto Sá de Albergaria e à obra *A Irmã Dorothea*.⁴⁷⁹

⁴⁷⁵ FERRI, Enrico - *Os criminosos na Arte e na Litteratura*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1913, p. 24.

⁴⁷⁶ KALIFA, Dominique – *Crime et Culture au XIXe siècle*. Paris: Perrin, 2005.

⁴⁷⁷ MOLLIER, Jean-Yves – “As Origens do Romance-Folhetim: do espaço textual ao recorte de uma obra de ficção”. ALEA. Rio de Janeiro. Vol. 20/3 (2018), pp. 17-36.

⁴⁷⁸ Veja-se uma pequena galeria destas personagens em FARIA, Jorge - *Criminosos e degenerados em Camilo*. Coimbra: Imprensa Académica, 1910.

⁴⁷⁹ Em 3 volumes, ALBERGARIA, Sá de - *A Irmã Dorothea*. Porto: Livraria Chardron, 1902.

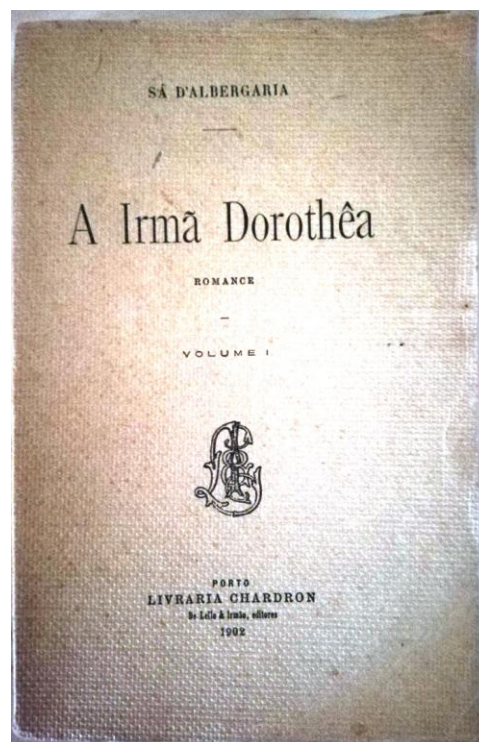


Figura 12 - Capa do livro *A Irmã Dorothea*

Este romance foi publicado originalmente em folhetim no *Jornal de Notícias*, onde o autor também colaborava como jornalista.⁴⁸⁰ A ação da narrativa desenrola-se em finais do século XIX, nas regiões de Braga e do Porto. Narra-nos a história do rapto de uma jovem, Helena de Noronha, filha única de um abastado fidalgo da zona da Póvoa de Lanhoso, Norberto de Noronha, por um padre jesuíta do Porto, o Padre Anselmo. O propósito do padre era apoderar-se da herança da jovem, ao fazê-la ingressar num convento, adotando o nome de *Irmã Dorothea*. Porém, seu pai, Norberto de Noronha, juntamente com um primo da rapariga, Álvaro de Noronha, tentam resgatá-la, adivinhando-se uma série de peripécias e revezes nessa tentativa, encaminhando-se a história para um final trágico, com a morte da jovem e do padre. Contudo, Helena tinha sido violada pelo padre e deu à luz um filho.⁴⁸¹ O autor dá continuidade a esta história numa outra publicação intitulada *Os Filhos do Padre Anselmo*.⁴⁸²

⁴⁸⁰ Veja-se uma resenha biográfica sobre o escritor em PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme – *Portugal: diccionario historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico*. Vol. 6. Lisboa: João Romano Torres & C.ª Editores, 1912, pp. 437-438.

⁴⁸¹ Na imprensa encontrei notícias de jovens mulheres, com posses económicas, que foram aliciadas por padres jesuítas a ingressarem num dos seus colégios, legando para a Companhia de Jesus todos os seus bens. Estes relatos terão servido de inspiração e guião para o romancista. Vejam-se dois casos ocorridos em Vila Nova de Famalicão e em Guimarães – Cf. SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 73, 05 de março de 1885, não paginado; SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 300, 22 de agosto de 1887, não paginado.

Ao longo de todo o romance, o autor tece fortes críticas à religião, especialmente contra os jesuítas, utilizando uma linguagem violenta e mordaz contra a Companhia de Jesus, culpando-a de todos os males da sociedade e da decadência do país.

Em finais do século XIX, os jesuítas eram acusados pelos liberais e republicanos de controlar “a nobreza e a burguesia através da educação nos colégios, enquanto que o povo era iludido através das missões e do temor a Deus” – Cf. ROMEIRAS, Francisco Malta; LEITÃO, Henrique – “Jesuítas e Ciência em Portugal V: Os Colégios de Campolide e de São Fiel e a implantação da República”. *Brotéria*. Lisboa. Vol. 174 (maio/junho 2012), p. 431.

No primeiro romance, *A Irmã Dorothea*, o padre tivera outro filho com uma senhora casada com um agiota da cidade de Braga, que possuída pelos ciúmes, pensando que o padre tinha outra amante (a jovem) também o perseguiu para se vingar. Não cabe aqui desenvolver o enredo, mas apenas cingir-mo-nos ao papel do *Papa Assucar* nesta trama, que se centra numa cena de um assalto.

Para a construção da personagem, o autor, também jornalista como referi, socorreu-se das informações que circulavam nos jornais,⁴⁸³ nomeadamente os locais por onde se movimentava o criminoso, as suas vítimas, o modo de atuação e a descrição física e da personalidade do *Papa Assucar*, bem como dos seus companheiros. Vejamos então esses reflexos no romance.

Logo no primeiro capítulo, o cenário escolhido pelo autor é a serra do Carvalho, situada entre Póvoa de Lanhoso e Braga. Descreve-a como sendo *arida e deserta*, confrontando-a, desde logo, com a *lendária* serra da Falperra por onde o verdadeiro *Papa Assucar* se movimentava, como vimos anteriormente. Na descrição do autor, a serra do Carvalho também *era, ao tempo em que se passam os acontecimentos, mal frequentada, principalmente de noite, em que os carros da carreira entre Lanhoso e Braga sofriam repetidos assaltos de malfeteiros que, á mão armada, exigiam dos viandantes a bolsa ou a vida*.⁴⁸⁴

Tradicionalmente, a Falperra era identificada como palco de várias narrativas povoadas de superstições e de lendas. Terão contribuído para essa imagem os anos conturbados dos inícios do século XIX. Durante as invasões francesas e o ciclo das lutas *constitucionais versus realistas*, as quadrilhas tiveram uma forte presença na região de Guimarães,⁴⁸⁵ realidade verificada noutras zonas de montanha do país, como são exemplo a serra do Marão, na região do Douro, a serra da Estrela e áreas das Beiras, locais onde as guerrilhas se acoitavam e faziam dessas serras o palco das suas investidas político-criminosas.⁴⁸⁶

Alexandre Herculano, numa visita que fez à serra da Falperra, em 1854, descreve-a como um local aprazível e bucólico, com *outeirinhos mal distintos*, um *manto de xistos quebrados*, *precipícios*

O jornal vimaranense *O Commercio de Guimarães* (*periodico liberal, commercial, industrial e agricola*), frequentemente insurge-se contra os jesuitas na tentativa de influenciar a opinião pública sobre os mesmos. Registe-se que em Guimarães existia um Colégio de Jesuitas (Doroteias) – Cf. SMS, *O Commercio de Guimarães*, n.º 43, 03 de novembro de 1884, não paginado.

⁴⁸² ALBERGARIA, Sá de - *Os Filhos do Padre Anselmo*. Porto: Livraria Chardron, 1904.

⁴⁸³ Como referimos anteriormente, não foi possível consultar o *Jornal de Noticias* na Biblioteca Pública Municipal do Porto devido ao mau estado de conservação em que se encontrava.

⁴⁸⁴ ALBERGARIA, Sá de - *A Irmã Dorothea*. Vol. I. Porto: Livraria Chardron, 1902, p. 2.

⁴⁸⁵ BRAGA, Alberto Vieira - "Curiosidades de Guimarães II: Maltas de Salteadores – Uma Quadrilha de Nomeada". *Revista de Guimarães*. Guimarães. N.º 38 (1928), p. 222.

⁴⁸⁶ Cf. BRAGA, Alberto Vieira - "Curiosidades de Guimarães II: Maltas de Salteadores...", 1928, pp. 225-226; NUNES, António – "Banditismo e criminalidade em meados do século XIX na região de Penafiel...", pp. 66-67; SILVA, Célia Taborda – "Guerrilheiros e bandidos no Douro na 1ª metade do século XIX". *Douro-Estudos & Documentos*. Porto. Vol. II, n.º 3, (1997), pp. 111-122; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo - *Rebeldes e Insubmissos. Resistências Populares ao Liberalismo...*, pp. 205-207.

aprumados, fojos e matos. Do topo, via-se um vale *coberto de milheirais*, castanheiros e *choupas enredados de videiras*. A descrição de Herculano contrasta com a imagem que se tem vindo a tecer sobre a serra da Falperra como *sombria* e *carrancuda*, povoada por *tradições dos terrores dantescos*, *lugar de romagem para os pios crentes das lendas de salteadores*. Herculano interpretava estas imagens no quadro de tradições que sugeriam sintomas de decadência nacional, desmoralizando ou desvalorizando a imagem do *salteador poético*, transformado pela política num ser antissocial e cheio de vícios.⁴⁸⁷

Igualmente o escritor minhoto José Augusto Vieira se referiu à serra como um local de *tradições sinistras [...] amiga dos contos aterradores e phantásticos, reproduzidos de lar em lar nas aldeias de todo o norte*. No entanto, na passagem que efetuou pela serra da Falperra relata com algum desalento não se ter deparado *nem [com] um assalto á mão armada, nem [com] um indício sequer de uma quadrilha de ladrões, para que a gente pensasse atravessar de pistola no arção da sella e clavina aperrada, prompto a desfechar com o primeiro bandido*.⁴⁸⁸

Em meados do século XIX, a Câmara Municipal de Guimarães advertia o governo para a necessidade de construir uma estrada que atravessasse a serra da Falperra, pois ela era apenas servida por “diferentes carreiros feitos pelas patas das bestas dos Almocreves que ali transita[va]m [...] aonde todos os dias acontec[iam] desgraças devidas à falta daquela estrada, e aos assaltos dos ladrões que de propósito procuram aquele sítio que por isso acham mais cómodo para os ditos assaltos”.⁴⁸⁹ Porém, com a constituição de uma *Comissão de Melhoramentos*, em 1869, deu-se início a um conjunto de trabalhos que impulsionaram a construção de estradas, que, paulatinamente, foram substituindo ou melhorando as já existentes, tornando-as mais facilmente transitáveis.⁴⁹⁰ Neste processo, foi construída a estrada que atravessa a serra da Falperra, contribuindo para facilitar e promover o movimento de pessoas a transitar na serra. Esta nova realidade poderá contribuir para explicar a diluição da tradição relativa à imagem da serra como lugar perigoso, como decorre dos registos dos autores atrás referidos, Alexandre Herculano e José Augusto Vieira, que concorreram em prol da desmistificação dessas tradições de outrora, ao descreverem uma imagem alternativa da serra como espaço tranquilo e agradável.

⁴⁸⁷ HERCULANO, Alexandre – “Viagens no Minho (Fragmento) – A Falperra”. *O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo*. Lisboa. Vol. XII (1855), pp. 322-323.

⁴⁸⁸ VIEIRA, José Augusto - *O Minho Pittoresco*. Tomo II. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira Editor, 1887, p.62.

⁴⁸⁹ AMAP, Câmara Municipal de Guimarães, Copiador de Correspondência, 2.ª Repartição, 1845, fl. 81.

⁴⁹⁰ Sobre a dinâmica da política de melhoramentos da cidade e do concelho ocorridas durante o século XIX veja-se MEIRELES, Maria José Marinho de Queirós – *O património urbano de Guimarães no contexto da idade contemporânea (Séc. XIX-XX): permanências e alterações*. Vol. I. Braga: Universidade do Minho, 2000. Dissertação de Mestrado.

Na esteira da captura definitiva de Bernardo José Dinis, um jornalista lisboeta tece o seguinte comentário, ao enfatizar os efeitos dos avanços do progresso material e cultural, contribuindo para o esmorecimento progressivo de personagens e locais, popularmente construídos a partir de memórias mitificadas, mais ou menos ancestrais:

Com Papa Assucar sumiu-se, supomos, o derradeiro salteador da Falperra, aquela serrania minhota que por séculos acoitou gerações de bandidos, que chegaram a ser lendárias e a tornar também lendária a serra da Falperra.

Este bello seculo dezanove, com a viação accelerada, o telegrapho e o telefone, vae dando cabo de tudo o que é lendário, até dos salteadores de grandes barbas postiças, bacamarte sempre apertado e pistolas à cinta, que pela noite alta assaltavam as casas dos lavradores ricos, ou no espesso dos matagaes assaltavam os viandantes.

*Como tudo passa!*⁴⁹¹

Outros escritores, mais tardios, também deixaram registo dessa memória antiga. Assim aconteceu, nomeadamente com João de Castro, que, na passagem pela região, em 1893, não deixou de avivar a memória da serra da Falperra tida por *calvário de tanto viajante incauto e dinheiroso de antigas eras*.⁴⁹² Similarmente, Ferreira Deusdado deixou registo sobre a fama da Falperra como *coito de ladrões, salteadores e de moedeiros falsos*.⁴⁹³

Também no panorama internacional, se encontram narrativas de viajantes que desmistificam zonas que gozavam de uma reputação análoga. Assim, no México, ao longo do século XIX, foi criada uma imagem de um país de bandidos, fruto das convulsões políticas vividas aí, a partir dos relatos de estrangeiros letrados.⁴⁹⁴ No entanto, quando alguns aventureiros e viajantes percorriam o território mexicano, *pareciam mais fascinados do que assustados* com a figura do bandido, e mostravam-se *dececionados se terminassem a viagem sem um encontro com os facínoras*.⁴⁹⁵ Semelhante cenário era descrito por alguns viajantes franceses que, durante o século XIX, percorreram diversas zonas de Espanha. Os seus relatos, de forte inspiração romântica, disseminavam a ideia de que a Espanha era um país de bandidos generosos que assaltavam os ricos para socorrer os pobres. Contudo, não deixavam de registar desapontamento perante a ausência de encontros com os tão afamados bandidos.⁴⁹⁶

⁴⁹¹ HDB, O Economista, n.º 2691, 26 de agosto de 1890, p. 2.

⁴⁹² CASTRO, João de - *Jornadas do Minho Impressões aventuras e travessuras de dois excursionistas meridionais*. Lisboa: Ferreira&Oliveira L.da Editores, 1906, p. 56.

⁴⁹³ FERREIRA-DEUSDADO, Manuel António - *A Anthropologia Criminal...*, pp. 104-105.

⁴⁹⁴ FRAZER, Chris - *Bandit Nation: A History of Outlaws and Cultural Struggle in Mexico, 1810-1920*. University of Nebraska Press: Lincoln & London, 2006, pp. 207-208.

⁴⁹⁵ VANDERWOOD, Paul - "El Bandidaje en el siglo XIX: una forma de subsistir". *El Colegio de México*. Ciudad de México. Vol. 34, n.º 1/133 (1984), p. 41. [Consultado em 26 de novembro de 2018]. [Disponível em historiamexicana.colmex.mx].

⁴⁹⁶ PASCUAL, Emilio Soler - "El trabuco romántico. Viajeros franceses y bandoleros españoles en la Andalucía del siglo XIX". In CUEVAS, Manuel Bruña [et. Al.] - *La Cultura del Otro: español en Francia, francés en España*. Universidad de Sevilla, 2006, pp. 687-699.

Em comum, estas regiões montanhosas apresentavam algumas características análogas; eram zonas de difícil acesso, por vezes, povoadas por áreas inóspitas, propícias aos desenvolvimento do banditismo, onde os criminosos facilmente se podiam refugiar e escapar às forças policiais.⁴⁹⁷ Na historiografia sobre o banditismo, são inúmeros os exemplos ao fenómeno associados a esse tipo de locais acompanhados pela proliferação de lendas e relatos mitificados associados a grupos de bandidos. As serras da Calábria, em Itália, a serra Morena, em Espanha, os Andes, na América Latina, são alguns desses exemplos clássicos.⁴⁹⁸

As florestas densas partilhavam de reputação semelhante, como acontecia com *A Terra Negra*, uma zona de bosque, localizada na freguesia de Ribeirão, no concelho de Vila Nova de Famalicão. O local era conhecido como um espaço *povoado de tradições sinistras de salteadores* e revestia-se como um *pesadelo para os passageiros mais tímidos*.⁴⁹⁹ Também aqui, se acoitava outro dos nossos protagonistas, o *Lourenço* e os seus associados. Outra das quadrilhas que também ganhou fama por atuar nessa zona foi a de Luís Meirinho, mencionada por Camilo Castelo Branco, numa das suas *Novelas do Minho*,⁵⁰⁰ e pelo escritor José Augusto Vieira no seu *Minho Pittoresco*. Segundo a descrição de Vieira, a *Terra Negra* era pintada como uma paisagem preparada para os cenários dos *dramas lendários do assassinato e do roubo [...], uma mis-en-scene digna de salteadores à mão armada*.⁵⁰¹ A popularização desta região recebeu ainda o contributo do jornal famalicense *O Porvir*, através da publicação de um folhetim,⁵⁰² intitulado, justamente, “Os Mistérios da Terra Negra”,⁵⁰³ em 1895. Uns anos mais tarde, o escritor Antero de Figueiredo, na sua passagem pela região, recordava a reputação da Terra Negra, como um local *espesso de lendas de crimes, de roubos e mortes [...] moradia de bandidos [...] refratários, desertores, foragidos das cadeias, antigos condenados vindos do degredo, salteadores de profissão e criminosos de toda a espécie*.⁵⁰⁴

Regressando à análise do romance *A Irmã Dorothea*, vale a pena mencionar um outro dos palcos da ação da narrativa, que se reporta a uma taberna situada no meio da serra do Carvalho,

⁴⁹⁷ LINS, Daniel – “Cartografia do Bandido Social: O Acaso e a Necessidade”. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza. Vol. 29, n.º 1-2 (1998), pp. 169-179.

⁴⁹⁸ LOZANO, Jesus Carlos Urda – *El Bandolerismo en los Montes de Toledo...*; RAFART, Gabriel – “Violência rural e Bandoleirismo na Patagónia...”, pp. 118; AGUIRRE, Carlos; WALKER, Charles, eds. – *Bandoleros, abigeos e montoneros...*

⁴⁹⁹ PIMENTEL, Alberto - *Santo Thyrsos de Riba d’Ave...*, p. 319.

⁵⁰⁰ BRANCO, Camilo Castelo - *Novelas do Minho – A Morgada de Romariz*. Vol. IV. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & C.ª, 1876.

⁵⁰¹ VIEIRA, José Augusto - *O Minho Pittoresco...*, p.106.

⁵⁰² Os romances e folhetins que faziam do crime o seu tema principal, *desempenhavam um papel decisivo na transmissão da memória dos lugares* e potenciavam uma apropriação cultural do espaço – KALIFA, Dominique – “Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX”. *Topoi*. Rio de Janeiro. Vol. 15, n.º 28 (2014), p. 289. [Consultado em 27 de março de 2019] [Disponível em <http://revistatopoi.org/site/atopoi/>].

⁵⁰³ VASCONCELOS, Álvaro Rocha - *A Rua Direita – Acheegas para a História de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Editorial Novembro, 2009, p. 30.

⁵⁰⁴ FIGUEIREDO, Antero de – *Jornadas em Portugal*. 3.ª edição. Lisboa: Livraria Aillaude&Bertrand, 1919, pp. 321-337.

onde amiudadas vezes, o *Papa Assucar* aparecia. Esta alusão à taberna entre o registo literário, encontra expressão nos relatos jornalísticos.

No romance, é também mencionada a zona de maior atividade e onde a *Quadrilha do Papa Assucar* se reunia, Caldelas: “anda lá p’ras Caldas, que p’ra lá é que é a força no negocio”; refere ainda os seus movimentos esquivos: “Elle nunca pára n’um sitio muito tempo”,⁵⁰⁵ “Quem é que sabe lá por onde andas? Quando te dá a mosca somes-te que não tornas mais a apparecer”.⁵⁰⁶

Da mesma forma, o romancista descreve as principais vítimas do bando: pessoas abastadas como *brasileiros*: “aquelle assalto ao brasileiro de Villa Verde”, “Então este anno não vieram brasileiros p’ras Caldas?”; e lavradores abastados: “dois lavradoraços que sempre teem deixado pr’a pinga”.⁵⁰⁷

Quanto ao modo de atuação, o escritor refere o modo como os membros do grupo planeavam os assaltos: “ficaram alli no Pinheiro, na venda do Gonçalves a tomar alturas”;⁵⁰⁸ assim como se refere às relações com recetores dos produtos dos assaltos, tratando com eles alguns “negócios” ilícitos, ilustrando isso com a seguinte cena entre os taberneiros:

- Mas mais dia, menos dia, está por ahi a tugar-nos á porta com fazenda de lei.
- Se fosse como aquelle relógio e corrente de ouro que elle trouxe da ultima vez que cá vêo, era bem bom...
- Foram dez libras bem ganhas, isso foram [...] Quem dera cá mais!⁵⁰⁹

Outro exemplo sobre essas relações é descrito pelo autor na sequência do rapto da jovem da casa dos pais, pelo padre. Este, ao passar de noite pela serra pára na taberna, onde pede ao casal de taberneiros, a troco de uma boa quantia em dinheiro e do seu silêncio, que deixem lá ficar a rapariga uns dias, voltando depois para a levar consigo para o Porto. Neste interregno, os taberneiros propõem um trato com o *Papa Assucar* e os seus companheiros, para que eles assaltem a carruagem do padre, na perspectiva de obterem bom dinheiro e reparti-lo com eles. Pois, segundo a taberneira, o tal homem (o padre) *trazia dinheiro na carteira que chegava para comprar Lanhoso em pezo!* Aguçando assim *a cobiça do bandido*.⁵¹⁰

No entanto, o que os taberneiros desejavam não era apenas apoderar-se do dinheiro do assalto mas também desejavam a morte do padre, pois só assim é que ficavam *descaçados*. Contudo, o *célebre* salteador era apresentado como um homem de moral, dizendo “Lá roubar...sim,

⁵⁰⁵ ALBERGARIA, Sá de - *A Irmã Dorothéa...*, pp. 3-4.

⁵⁰⁶ ALBERGARIA, Sá de - *A Irmã Dorothéa...*, p. 138.

⁵⁰⁷ ALBERGARIA, Sá de - *A Irmã Dorothéa...*, pp. 135-136.

⁵⁰⁸ ALBERGARIA, Sá de - *A Irmã Dorothéa...*, p. 139.

⁵⁰⁹ ALBERGARIA, Sá de - *A Irmã Dorothéa...*, p. 4.

⁵¹⁰ ALBERGARIA, Sá de - *A Irmã Dorothéa...*, p. 138.

senhor! Agora, matar, só Deus! Fui creado co'este moral e d'aqui é que não me arredo!"⁵¹¹ Perante a honestidade do *capitão dos bandidos*, os taberneiros resolveram então propor esse pacto com os seus *sicarios*. O padre voltou nesse dia, às duas da madrugada, e levou a jovem em direção a Braga. Dois quilómetros depois aparecem na estrada três homens *com os varapaus no ar...* eis o que se passou:

O cocheiro parou surpreendido. O padre Anselmo, suspeitando de um assalto, informou-se do que era, abriu a portinhola, saltou lesto á estrada e, de revolver em punho, perguntou:

- Quem é que se atreve a mandar fazer alto?!

- Não se agonie, fidalgo, que nós semos gente de paz... - disse o Papa-Assucar, que se achava á frente dos dois companheiros.

- O que é que querem?

- Cá p'ra nós, nada. Mas p'ra vinte homes, que estão alli em riba, na serra, espalhados por essa beira da estrada adiente e que foram os que nos cá mandaram, sempre queríamos que o fidalgo dêsse alguma coisinha...

O padre serenou. Tinha de haver-se com ladrões que apenas exigiam dinheiro, o que era diferente de uma emboscada, preparada por Norberto de Noronha e pelo sobrinho, em que houvessem de exigir-lhe a vida e com ella a restituição de Helena.

- Muito bem! - disse elle. - É uma esmola que pedem?

- Pois já se sabe - voltou irónico o Papa-Assucar. - Quem é probe não tem remedio senão pedir esmola, de chapéu na cabeça!

- É porque tinha a quem pedir de dia... Vamos, fidalgo, que os homes estão lá á espera... - rematou o bandido n'um tom de ameaça.

- Ahi vae! - disse o padre, atirando á estrada a sua bolsa de prata - Vão ahi dez libras. Repartam-n'as como bons irmãos e deixem-se d'este officio, que nem sempre apparece gente boa pelas estradas...

O jesuita esperava por esta forma vê-se livre do mau encontro. Preferia deixar-se roubar n'uma quantia para elle insignificante, a provocar com a resistencia um conflicto que pudesse pôr-lhe a vida em risco e impedir-lhe a segurança de Helena.

O Papa-Assucar apanhou avidamente a bolsa. Depois, examinando-a observou:

- Dez libras é pouco, fidalgo... Não chega para tanta gente.

- Cada qual dá o que tem. Não posso dar-lhe mais... Vão com Deus!

- Tenha paciencia, fidalgo, mas isto é pouco.

- Não posso dar-lhe mais, já disse! - repetiu o padre, impaciente.

O Bota-Carvão, em cima, na boleia do carro, tinha tirado do bolso uma comprida navalha sevilhana, sua companheira inseparavel, e muito calado, com os olhos nos bandidos, para o que dêsse e viesse, observava-os:

- Vá! - disse elle por fim - Quem muito pede muito fede... Vão com Deus, que a vida custa a todos...

- Olá, ó seu pica-burros! cale-se ahi, que a coisa não é comsigo... - replicou-lhe um dos companheiros do Papa-Assucar, enviando-lhe uma paulada, que foi perder-se com estrondo no tejadilho do carro.

Ao mesmo tempo o outro bandido, tirando do bolso uma pistola, apontou-a ao padre e disparou.

O Bota-Carvão, homem arrojado e valente, saltou da boleia, de navalha em punho, levando no braço enrolada a manta com que costumava agasalhar as pernas, e correu sobre o aggressor, enquanto que o jesuita fazia fogo sobre os dois outros salteadores, disparando repetidas vezes o revolver. [...]

N'isto, ouviu-se um grito e o adversario do Bota-Carvão cahiu alvejado no peito por uma bala do revolver de padre Anselmo.

*O Papa-Assucar e o outro sobrevivente, ao verem cair o companheiro, saltaram de um pulo o parapeito da estrada e sumiram-se de rastos na espessura do mato. [...]*⁵¹²

⁵¹¹ ALBERGARIA, Sá de - *A Irmã Dorothéa...*, p. 137.

⁵¹² ALBERGARIA, Sá de - *A Irmã Dorothéa...*, pp. 147-150.

A cena aqui descrita pelo romancista desenrola-se em território de salteadores (a serra), que ao abrigo do isolamento e da escuridão, permite que estes apareçam armados de surpresa perante as vítimas, tentando assim amedrontá-las. O chefe do bando assume a posição de comando, numa atitude frontal, tentando intimidar a vítima, alertando o padre para reforços que se encontravam espalhados pela serra. Além do tom ameaçador, figuram ainda as qualidades de ousadia e valentia do *capitão dos bandidos*. No entanto, subjacente a esta cena, deparamo-nos com o verdadeiro vilão do romance (o padre). No final da cena, perante a derrota, o *Papa Assucar* e os seus companheiros, poem-se em fuga. Desta forma, através do desenlace deste episódio, o escritor dissipa e desconstrói a imagem do salteador corajoso, evidenciando a cobardia demonstrada perante o perigo.

Porém, essa descrição é inspirada, muito provavelmente, nas notícias sobre a quadrilha que surgiam na imprensa, como analisadas anteriormente. A par das informações factuais sobre o *Papa Assucar*, o autor socorreu-se também da construção de um imaginário popular em torno da sua figura, baseado num discurso antagónico presente também na imprensa. Esta, se por um lado relatava essa informação do real, por outro lado veiculava uma imagem ficcional, através do registo de histórias e aventuras, supostamente protagonizadas pelo *Papa Assucar*. Essas narrativas partilham alguns traços do arquétipo “herói-bandido” explorado no romance *gótico* ou *negro*. Este subgénero da literatura romântica difundiu-se entre os finais do século XVIII e meados do século XIX, e numa das suas expressões literárias a figura do salteador revestia-se central.⁵¹³

Em Portugal, a influência deste género de literatura encontrava eco na imprensa, sob a forma de folhetim, sobretudo a partir de traduções e adaptações de romances franceses, contribuindo para o desenvolvimento do gosto do leitor pelas temáticas relacionadas com o terror, o mistério e o crime. Este género de literatura também exerceu influência em alguns escritores portugueses tais como, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Arnaldo Gama, entre outros, esteira do estudo de Ana Maria Marques.⁵¹⁴

Um dos aspetos tipificados relativos à figura do salteador consistia na sua imagem física. Na obra em análise, o *Papa Assucar* é descrito como um “homem alto, espadaúdo, de proporções hercúleas”, associando-se à descrição de apontamentos relativos ao vestuário que caracterizavam o homem rural na época: “trazia um grosso pau ferrado na mão [...] a jaqueta de panno azul ao hombro [...]e largo chapeu braguez [...] e collete”.⁵¹⁵

⁵¹³ SOUSA, Maria Leonor Machado de – *O «horror» na literatura portuguesa*. 1ª edição. Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979, p.7.

⁵¹⁴ MARQUES, Ana Maria dos Santos - *O Anacronismo no Romance Histórico Português Oitocentista*. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012, pp. 55-64.

⁵¹⁵ ALBERGARIA, Sá de – *A Irmã Dorothea...*, pp. 134-139.

Se percorrermos algumas imagens populares de bandidos veiculadas na literatura e, em outras modalidades de expressão artísticas, no curso da primeira metade do século XIX, deparamo-nos com um retrato estereotipado. Norma geral, figuram armados, vestidos de maneira rústica e pitoresca, dotados de uma fisionomia robusta e intimidatória, descrições que se alimentam do imaginário romântico, como podemos observar na figura 13.⁵¹⁶

Foquemo-nos na figura do “herói-bandido”, personagem que mais se aproxima da descrição ficcional do *Papa Assucar* divulgada na imprensa.⁵¹⁷

Nessas narrações, a personagem do salteador assenta na inspiração em figuras reais. Contudo, a imaginação do autor sobrepunha-se, por norma, ao rigor factual.⁵¹⁸ Na definição do autor a personagem apresentava certas qualidades próprias da sua condição, nomeadamente a coragem, a valentia, a generosidade, a honra, o altruísmo e a liderança. Estas características positivas coexistiam em detrimento das qualidades negativas, contribuindo para forjar o mito do “bom criminoso”. Contudo, é certo que eram apresentados como homens que viviam à margem da lei, como criminosos temidos que agiam com violência alimentando o vício e a ambição.

Em Portugal são raros os exemplos de romances deste género, uma vez que, na opinião de Camilo Castelo Branco, no nosso país não existiam essas figuras dignas de romance, à exceção de José do Telhado, *o mais afamado salteador* do século XIX português.⁵¹⁹ Opinião contrária era sustentada por Arnaldo Gama que defendia a existência da figura do salteador português. No entanto, ambos os escritores exploraram e desenvolveram este tipo de personagens, embora a partir de visões distintas quanto à construção da personagem.

Tanto a figura de José do Telhado, descrita por Camilo nas “Memórias do Cárcere”,⁵²⁰ como a personagem de *Paulo, o Montanhês*, no romance de Arnaldo Gama, “Paulo, o Salteador”,⁵²¹ partilham da imagem de bandido construído nos moldes do “herói-bandido”. São assim apresentados como

⁵¹⁶ Cf. PADIGLIONE, Vincenzo – “O corpo maravilhoso do brigante italiano: quando sensibilidades artísticas encarnam fantasias populares”. *ArtCultura*. Uberlândia. Vol. 5, n.º 26 (2013), pp. 107-120.

⁵¹⁷ Algumas dessas características coincidem com as que Hobsbawm definiu para caracterizar a categoria de bandido “Ladrão Nobre”, cujo principal exemplo é Robin Hood: 1.ª – “o ladrão nobre inicia a sua carreira de fora da lei não pelo crime, mas como vítima de injustiça, ou pela perseguição pelas autoridades, devido a algum ato que consideram criminoso, mas que é aceite pelo costume local”; 2.ª – “corrige os abusos”; 3.ª – “tira ao rico para dar dá ao pobre”; 4.ª – “nunca mata, a não ser em legítima defesa ou vingança justa”; 5.ª – “se sobrevive, se reintegra na sua comunidade como cidadão honrado. Na verdade, ele nunca abandonou a comunidade”; 6.ª – “é admirado, ajudado e apoiado pelo seu povo”; 7.ª – “morre apenas por traição, uma vez que nenhum membro decente da comunidade auxiliaria as autoridades contra ele”; 8.ª – “é, pelo menos em teoria, invisível e invulnerável”; 9.ª – “não é inimigo do rei ou imperador, fonte da justiça, mas apenas da nobreza local, do clero e de outros opressores” – Cf. HOBBSAWM, Eric – *Bandidos...*, p. 59.

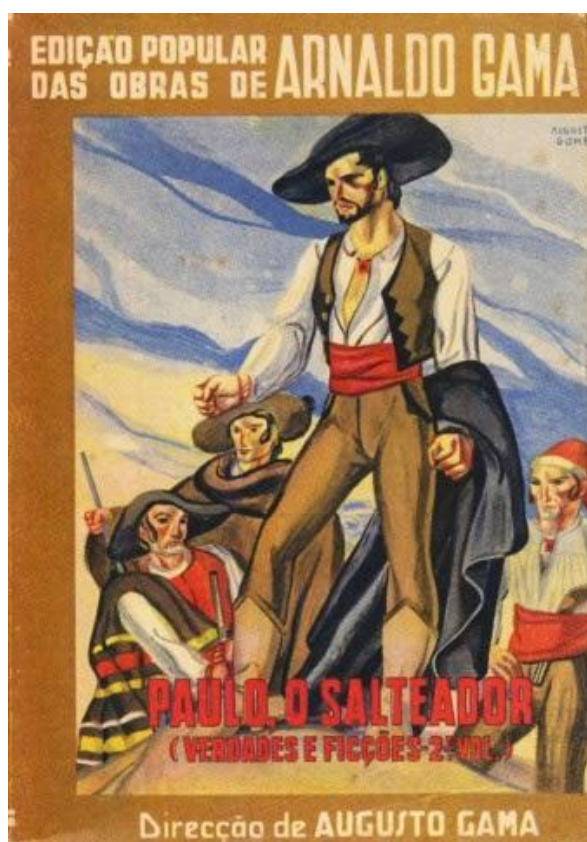
⁵¹⁸ MARQUES, Ana Maria dos Santos - *O Anacronismo no Romance Histórico...*, pp. 55-72.

⁵¹⁹ BRANCO; Camilo Castelo - *Memórias do Cárcere*. Porto: Porto Editora, 2005, p. 312.

⁵²⁰ BRANCO, Camilo Castelo - *Memórias do Cárcere...*, pp. 310-333.

⁵²¹ GAMA, Arnaldo - *Paulo, o Salteador (verdades e ficções – 2.º vol.)*. Porto: A. Figueiredo L.da, 1936.

vítimas de uma sociedade corrupta, defensores dos fracos e que se regem por elevados códigos de honra.⁵²²



Fonte: Capa do romance "Paulo, o salteador" de Arnaldo Gama.

Figura 13 - Imagem ilustrativa do salteador oitocentista

De facto, esta conceção romântica da personagem do bandido está presente na construção da imagem do *Papa Assucar* expressa no romance *A Irmã Dorothea* e entre a imprensa. Esta construção tinha por base as comparações e semelhanças que o relato jornalístico fazia entre o *Papa Assucar* e José do Telhado. Esta aproximação contribuiu certamente para a permanência do *Papa Assucar* na memória coletiva, ao apelidarem-no de *o novo José do Telhado*.⁵²³

Os métodos e o comportamento do *Papa Assucar* eram equiparados com os da *escola* desse famoso bandido, na forma de atuação e nas modalidades de contato com a população. Uma das

⁵²² MARINHO, Maria de Fátima - "A Figura do Bandido no Romantismo Paulo, o Montanhês de Arnaldo Gama". *Intercambio*. Porto. N.º 4 (1993), pp. 97-98.

⁵²³ À época, finais do século XIX, a memória deste bandido estava ainda muito presente na sociedade, e continuava a alimentar as páginas dos jornais com as suas façanhas passadas, como podemos verificar nesta passagem: *José do Telhado era um celebre bandido, que falleceu em 1875 em Mellange. Tinha rasgos de virtude e generosidade no meio do crime. Fôra elle soldado de cavallaria, e depois de se fazer salteador roubava ás vezes os ricos para dar aos pobres [...] - SMS, Religião e Patria, n.º 17, 27 de fevereiro de 1886, não paginado.*

premissas de *herói* desta natureza era o altruísmo. Com isso, conseguia-se conquistar a simpatia de todos, inclusive das vítimas. Daí a prática de distribuição de dinheiro pelos pobres e o socorro prestado àqueles que caíam em desgraça, como acontece no episódio descrito no *Jornal do Porto* a respeito do *Papa Assucar*:

Caminhava elle um dia vagarosamente pela estrada que das Taypas conduz á Morreira – lugar muito da sua predilecção – quando se lhe deparou um pobre homem chorando e lamentando a sua sorte.

- Que diabo tens tu?

- Que hei de ter, senhor? Vinha em direitura para casa, muito sossegado e tranquillo, quando, pouco adiante de Esporões, me appareceu um malvado que não só me roubou quatorze vintens que trazia, como me quebrou uma loucinha que eu tinha comprado na feira, e o que peor é – as costas tambem.

- Toma, lhe disse elle, tirando dez tostões do bolso e entregando os ao misero, que por tal preço se não importaria de apanhar sustos iguaes.

Apartaram-se.

Pouco depois chegava junto do nosso homem um outro, para que lhe arrecadasse quatorze vintens que tinha encontrado na estrada.

*- Guarda lá, lhe disse elle, assentando lhe no lombo o comprido varapau que sempre o acompanhava, e por tal forma, que ao miseravel e porco ladrão lhe foram necessarios mais de quinze dias de cama para se refazer da tormenta!*⁵²⁴

Outras das *histórias* narradas contribuíam para a *comprovação do espírito justiceiro e caritativo do cavalheiro de industria*, em defesa de mulheres desprotegidas, também uma das prerrogativas românticas dessa personagem:

Ha tempos vagueava elle, como de costume, por uma das freguesias do concelho, quando lhe succedeu encontrar duas mulheres que clamavam indignadas contra o parochio da freguesia, por este se ter recusado a baptisar uma creancinha de tenra idade, que uma d'ellas conduzia.

Pela conversa que ouviu ás mulheres compreendeu elle que o padre tal havia feito por falta do padrinho, e que os paes da creança eram tão pobres e miseraveis que não tinham encontrado quem a isso se quizesse prestar.

Dirigiu-se então ás mulheres, dizendo-lhes que por falta de padrinho não havia a creança de ficar por baptizar; que voltassem para a igreja, porque o padrinho havia elle de o ser.

As mulhersinhas agradeceram-lhe commovidas e foram novamente apresentar-se ao parochio, que, vendo o padrinho e reconhecendo-o, se prestou, sem observações e sem delongas, a ministrar o sacramento á creança.

Finda a cerimonia, e depois de feito o competente registo, puchou o “Papa Assucar” pela bolsa para pagar o que em taes occasiões é de costume dar-se ao parochio, paga que este se recusou a aceitar, dizendo que, por ser o sr. “Pereirinha”, nada lhe custava.

Elle, porém, forçou o parochio a receber o dinheiro, depois do que acompanhou até fóra da igreja, as duas mulheres, ás quaes ordenou que o esperassem no mesmo lugar onde o tinham encontrado.

Feito isto, voltou á igreja, e, chegando-se ao padre disse-lhe:

- Preciso já de dez libras e sei que o senhor m’as póde arranjar com facilidade.

O padre respondeu-lhe que sentia não poder satisfazer-lhe tal pedido, por não ter em seu poder a quantia exigida.

Elle retrucou-lhe:

- Se a não tem mande-a pedir emprestada, porque sem ella não sahrei d’aqui.

O padre, vendo que não havia meio de se vêr livred’elle, chegou-se então á porta da sachristia e chamou por um criado, a quem encarregou de ir buscar cinco libras que tinha em casa e de pedir emprestadas outras cinco a um visinho.

⁵²⁴ BND, *Jornal do Porto*, n.º 196, 20 de agosto de 1890, não paginado.

Pouco depois voltou o criado com o dinheiro.

Recebeu o “Papa-Assucar” as dez libras, e depois de as ter examinado uma por uma, disse ao padre:

- Desnecessario é dizer-lhe que o que entre nós se acaba de passar de ninguém deve ser conhecido. Não se esqueça d’este aviso. Passe muito bem, snr. abbade.

Saiu, e encontrando-se novamente com as mulheres, no local que lhes tinha aprazado, disse-lhes:

- Aqui estão dez libras. Cinco são para a minha comadre se tratar; as outras cinco são para o enxoval do meu afilhado.

Vão com Deus.⁵²⁵

Contudo, o respeito e a convivência demonstrados pela população em relação ao *Papa Assucar*, tanto em contatos diretos como em espaços públicos, eram ditados por medo ou por desejo de proteção, impondo, contudo, limites, no sentido de não tolerarem excessos, ainda que à luz de gestos demonstrativos de bondade ou generosidade, como o ilustra, o relato transcrito:

Ha tempos estive aqui nas Taipas; entrou em um botequim e principiou a pagar café e vinho a todos quantos a curiosidade levava para observar um tão celebre personagem; por ultimo travou uma grande desordem, sendo-lhe preciso fugir apressadamente perseguido por aquelles mesmo que lhe tinham tomado o café e bebido o vinho⁵²⁶.

Outros apanágios do “herói-bandido” romântico sobressaíam em outras narrativas, como podemos comprovar através dos registos que se seguem. Neles é transmitida a imagem de um chefe justo, honrado, e protetor que exigia dos seus companheiros de bando os mesmos códigos de comportamento e de moral:

Certa noite os seus subordinados apresentaram-lhe os cobres, furtados a uns burriqueiros que iam para o mercado das Taipas.

- Tratantes, aos pobres não se furta, e fel-os ir correndo, restituir o dinheiro aos roubados.

Um amigo increpa-o por lhe ter mandado pedir tantas libras por carta, levada por um bandido da quadrilha, quando pouco antes lhe havia espontaneamente dado algum dinheiro:

- Deixe vêr a carta, isso é uma infâmia.

Era letra falsificada pelo bandido, em nome do chefe, e este applicou-lhe logo a devida sova.

Um cocheiro da carreira entre Guimarães e Braga, fez despeza n’uma venda da Morreira, e quando a vendeira lhe pedia o dinheiro respondeu-lhe:

- Espere; eu não sou o papa-assucar.

Mal acabou de dizer isto, aparece-lhe o verdadeiro papa-assucar, que o ouviu, e dá uma “tareia” no cocheiro.⁵²⁷

⁵²⁵ BND, *Jornal do Porto*, n.º 197, 21 de agosto de 1890, não paginado.

⁵²⁶ BND, *Jornal do Porto*, n.º 214, 09 de setembro de 1888, não paginado.

⁵²⁷ AHMST, *Jornal de Santo Thyrsa*, 02 de abril de 1891, n.º 465, não paginado.

Assim, estas narrações literárias, postas em confronto com a realidade dos factos descritos no segundo capítulo, traçam uma visão diferenciada sobre a mesma personagem. Permite-nos, desta forma, evidenciar a presença de uma visão romanceada e de uma visão realista. Esta dupla visão encontra-se associada à construção camiliana do José do Telhado em contraste com o retrato realista desse bandido.⁵²⁸ A criação ambígua do personagem por Camilo, que se situa entre o criminoso e o *herói*, em que o segundo termo se sobrepõe ao primeiro, contribui, certamente, para estabelecer uma fronteira ténue entre a lenda e a realidade, dimensão que influenciou e perpetuou a representação romântica da vida de José do Telhado⁵²⁹ que ainda hoje perdura no campo da memória coletiva e patrimonial em torno da sua figura.⁵³⁰

O fenómeno de assimilação de famosos bandidos pela cultura popular é confirmado por inúmeros estudos, referentes a diferentes geografias. A título de ilustração exemplar mencione-se o caso dos bandidos do oeste americano que se converteram em símbolos e heróis na cultura nacional, pese embora a coexistência de outras imagens. O retrato-tipo destes homens assente na ideia de serem homens fortes que vingavam e corrigiam o mal exerceu uma atração profunda, entre a respetiva sociedade.⁵³¹ Outra ilustração exemplar consiste no famoso bandido brasileiro, o *Lampião*, explorado massivamente pela literatura de cordel, na qual o personagem é retratado como herói e defensor dos mais fracos, tornando-se o principal símbolo do cangaço.⁵³²

Em suma, os folhetins, os romances, e, a seu modo, os jornais, foram os principais veículos de difusão de visões diferenciadas construídas em torno do *Papa Assucar* e da sua aproximação aos cânones do arquétipo do herói-bandido. A conclusão a que cheguei igualmente se verifica em estudos sobre bandidos que atingiram fama local ou nacional, como são exemplo os casos de João Brandão e do *Remexido*.⁵³³

⁵²⁸ Cf. GARCIA, José Luís Lima – “Campos Monteiro e a saga camiliana de «José do Telhado»”. *Revista CEPIHS*. Coimbra. N.º 2 (2012), pp. 89-113. Outros exercícios de análise têm sido realizados sobre essa dupla visão, entre este *herói*, e outros bandidos, veja-se ANDRADE, Silvana Bento; GONÇALVES, Henriqueta Maria – “José do Telhado e Antônio Silvino: As Ambiguidades do Herói-Bandido”. *Revista Eletônica de Estudos Literários*. Vitória. N.º 13 (2013), p. 1-15. [Consultado em 22 de maio de 2016]. [Disponível em <http://periodicos.ufes.br/reel>].

⁵²⁹ Veja-se os romances de NORONHA, Eduardo - *José do Telhado*. Porto: Primeiro de Janeiro, 1923; NORONHA, Eduardo - *José do Telhado em África*. Porto: Primeiro de Janeiro, 1924.

⁵³⁰ BARREIRA, César - “Banditismo e Práticas Culturais...”, pp. 73-82.

⁵³¹ WHITE, Richard – “Outlaw gangs of the middle border: American Social Bandits”. *The Western Historical Quarterly*. Oxford University. Vol 12, n.º 4 (1981), pp. 387-408. [Consultado em 6 de novembro de 2018]. [Disponível em www.jstor.org].

⁵³² MILITÃO, Marcello André – *Por que Virgulino Tornou-se Lampião: Uma Análise das Relações de Poder no Noroeste Brasileiro Durante a Primeira República*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007. Monografia de Estágio.

⁵³³ Num estudo sobre João Brandão e o *Remexido*, o autor foca o contributo da imprensa e de obras de autores locais para a construção de uma imagem ambígua sobre essas figuras – Cf. MESTRE, Helder da Conceição – *João Brandão e Remexido: Bandidos ou heróis? Culpados ou inocentes?*. Universidade Aberta, 2017. Dissertação de Mestrado.

5.A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA COLETIVA EM TORNO DA FIGURA DO *PAPA ASSUCAR*

Tendo presente a história reproduzida a partir da narração da minha mãe, registada na introdução deste trabalho, vale a pena atender ao desfecho da narrativa que culmina com a seguinte frase: “Ele [*Papa Assucar*] é um grande ladrão, rouba, mata e esfolia!” Neste contexto, e tendo presente a época em que a narrativa lhe foi transmitida, cerca dos anos 50 ou 60 do século XX, e tendo em conta igualmente o que até aqui descrevi e analisei, é pertinente levantar a questão: o que permanecerá atualmente na memória coletiva sobre o *Papa Assucar*?

Não pretendo aqui responder a essa questão, apenas pretendo concorrer para essa análise através de algumas impressões que me foram chegando até ao presente, deixando a questão em aberto para um futuro trabalho.

A colagem do nosso “herói” à imagem do José do Telhado é um dos elementos perpetuado até hoje, a pretexto do *Papa Assucar*. Na referida conversa com a minha mãe, essa associação era expressa e ditada pelo facto dos dois bandidos terem sido (supostamente) contemporâneos e frequentadores da serra da Falperra, local onde perpetravam os assaltos, causando medo à população, quando esta necessitava de a atravessar com destino à cidade de Braga. Essa ideia está presente na *história* que nos narrou, e que terá tido origem no seguinte relato registado num periódico vimaranense:

*Uma mulher que ia na estrada de Braga, queixou-se a um individuo que lhe appareceu e que lhe fez algumas perguntas, que ia com muito medo ao papa assucar. O individuo, que era o proprio papa assucar, depois de a escutar deu-lhe 500 reis e disse-lhe: - Ora vá e não tenha medo. O papa-assucar sou eu, e quando lhe falarem n'elle diga que em logar de a roubar lhe deu dinheiro*⁵³⁴.

Neste texto é transmitida uma imagem mais humanizada do tão temido quadrilheiro, corroborando a ideia do bom criminoso que protege os fracos. No entanto, em outro exemplo semelhante, é revelada a outra faceta de salteador que surge inesperadamente ao viajante desprevenido:

⁵³⁴ SMS, *Religião e Patria*, n.º 36, 04 de maio de 1889, não paginado.

No caminho da feira de Braga, encontra de noite um lavrador, que disse que ia comprar uns bois por 36 libras, e estimava ter alli encontrado uma companhia, porque temia ser roubado pelo Papa Assucar. Foram conversando... Lá para deante diz lhe de repente:

- O Papa Assucar sou eu, passe para cá oito libras, e faça o seu negocio com o resto.

Com efeito, a impressão ambígua sobre a figura do *Papa Assucar* que foi sendo transmitida ao longo do tempo, deve-se sobretudo à imprensa. Todavia, na equiparação entre ele e outros bandidos portugueses famosos, não consta só o nome de José do Telhado. Nessa galeria surgem também as figuras de João Brandão e Diogo Alves. No entanto, a utilização que posteriormente foi feita da imagem destes criminosos teve um propósito político. Veja-se cronologicamente como surgiu e em que contextos.

A primeira referência surge ainda no período áureo de atividade da *Quadrilha do Papa Assucar*, em 1889. Um autor, designado como Zinão, num artigo intitulado “Transferências”, critica a política e o caciquismo local. O artigo descreve as vicissitudes das transferências de cargos no funcionalismo público como forma de afastamento dos opositores políticos. A crítica incide ainda sobre os prejuízos financeiros e a cobardia demonstrada pelos detentores do poder. Assim, neste contexto, o autor vê em três famosos bandidos portugueses, entre eles o *Papa Assucar*, mais honra e coragem, do que os que usam o poder em seu benefício.

*João Brandão, Zé do Telhado e Papa-Assucar, na classe dos ladrões são ladrões honrados e dignos. Apresentam-se na estrada, de peito descoberto, fronte erguida, expondo a vida e arriscando a liberdade.*⁵³⁵

Contudo, esta equiparação com estes “grandes ladrões” não é corroborada por Alberto Vieira Braga, que classifica o *Papa Assucar* como um imitador do Zé do Telhado, mas *menos habilidoso e de insignificante esperteza*. Desta forma, subentende-se que o etnólogo vimaranense tinha presente que a fama atingida pelo célebre ladrão fora exponenciada. Uma visão já anteriormente expressa por um jornalista lisboeta, em 1890, aquando da prisão do *Papa Assucar*.

*Em volta d’este pobre diabo do Papa Assucar que se deixou prender como qualquer gatuno vulgar, já se ia formando uma lenda de astucia e finura, por vezes até de audácia, com que elle sabia praticar os roubos e fugir à tropa e à policia que por annos o perseguia tenazmente*⁵³⁶.

Como já foi referido, as questões de segurança faziam parte da crítica quase diária nos jornais. Numa destas críticas, um periódico aveirense em 1890, noticia um roubo ocorrido na própria

⁵³⁵ Zinão – *Sinapismos*. Valença do Minho: [s. n.], 1889, p. 318.

⁵³⁶ HDB, *O Economista*, n.º 2691, 26 de agosto de 1890, p. 2.

esquadra de polícia de Aveiro, que havia sido efetuado por um indivíduo candidato a agente de polícia. Nesse relato, o jornalista manifestava preocupação pelo carácter dos agentes e da segurança da esquadra de polícia local, ironicamente retratados como sendo mais perigosos do que ser vítima do *Papa Assucar*.

*Aquillo não parece esquadra, mas uma caverna. É menos perigoso transitar pelos domínios do Papa-assucar, do que cair sob as garras de tal polícia.*⁵³⁷

Esta observação indicia o conhecimento na região de Aveiro da existência deste criminoso e da fama de que gozava, pois da consulta deste jornal no período de atividade da quadrilha, não resultou a existência de qualquer notícia sobre ele ou qualquer dos elementos da associação criminosa.

Em outro contexto político, durante a Primeira República, a imprensa, tanto monárquica como republicana, recorrem a essas figuras no quadro do jogo que marca o combate político. Utilizando uma linguagem metafórica e agressiva, ambas as partes acusam-se, mutuamente, do uso dos métodos que utilizam no exercício do poder. Por exemplo, em 1913, o jornal monárquico *O Thalassa*, discorre duras críticas sobre uma organização armada, apelidada de *formiga branca*, criada pelo partido democrático no governo (republicano), que para garantir a segurança dos seus dirigentes, estabelecem um sistema de informadores e denunciante.

*Agora, para coroar a sua obra terrorífica, que deixa a perder de vista as obras terroríficas de João Brandão, José do Thelhado, Papa Assucar e Diogo Alves, a quadrilha da formiga branca assassina em Alcabideche, povoação próxima dos Estoris, Cascaes e Parede, pontos muito frequentados por estrangeiros endinheirados, um homem que militava em um campo político adverso ao da referida quadrilha.*⁵³⁸

Do lado oposto, em 1915, um jornal local republicano da Póvoa de Varzim, num artigo de crítica ao regime monárquico, utiliza metaforicamente a personagem do *Papa Assucar* para ilustrar a atuação governativa daquele regime em Portugal. Segundo a opinião do jornal, *a monarquia constitucional que por largos anos administrou este infeliz país, fez do Estado o que o Papa Assucar não fez da Falperra*.⁵³⁹

⁵³⁷ *O Povo de Aveiro*, n.º 451, 24 de Agosto de 1890, p. 3. [Consultado em 10 de agosto de 2017]. [Disponível em www.asw.pt].

⁵³⁸ *O Thalassa*, n.º 58, 1 de maio de 1914, p.4. [Consultado em 5 de novembro de 2014]. [Disponível em <https://archive.org>].

⁵³⁹ BND, *O Futuro*, n.º 1, 16 de maio de 1915, não paginado.

Tal como sucedeu em Aveiro, a referência ao *Papa Assucar* indicia o conhecimento da existência deste criminoso na região da Póvoa de Varzim.

Por fim, recentemente, em 2012, a figura do *Papa Assucar* reaparece⁵⁴⁰ enquadrada na crítica política nacional. O contexto é a declamação pública de um texto satírico em verso, o “Pregão”, durante as festas “Nicolinas” na cidade de Guimarães, realizadas anualmente em finais de novembro. Entre os diferentes elementos que constituem a estrutura do “Pregão” está a crítica política.⁵⁴¹ Vejamos os versos onde se faz alusão ao nosso bandido, enquadrado na crítica à situação política vivida então, com a intervenção da ajuda financeira externa a Portugal:

*O medo e a mentira, de mão dada
no escuro atacaram, ao de leve
fazem-no agora à descarada,
a hora do saque já não vai breve.
Eterno Rei da Terra Portuguesa
quanta volta já deste na tua tumba...
A teu povo roubam o que há na mesa
quererão pô-lo a viver na rua?*

*De início, ocorreu-me a questão:
“Terá o Lombela⁵⁴² ao Mundo voltado
trazendo o Papa-Açucar pela mão?
Longe não estava de tal cozinhado.
A Bicho entregue? Bicho não ordena
outra “espécie” é, paranóica
aos teus, Rei, sentencia, como pena
alimentar a farta gula da Troika[...].”⁵⁴³*

Os exemplos aqui expostos, evidenciam também que o discurso da imprensa política contribuiu para o processo de mitificação da *Quadrilha do Papa Assucar* e de outras aqui referidas.

Esta apropriação da figura de bandidos pela retórica política e as formas romantizadas como eram descritos na imprensa e na literatura folhetinesca, garantia-lhes uma presença permanente no espaço público, transcendendo desta forma o espaço local, tornando-se figuras nacionais.⁵⁴⁴ Note-se que em Portugal, ainda nos início do século XX, eram publicados folhetins sobre bandidos famosos,

⁵⁴⁰ Os nomes e a fama de *Papa Assucar* (*o Celerado de Mogege*) e de *Lourenço* (*Lourenço Ladrão*), como temíveis ladrões são lembrados ainda por Vasco César de Carvalho em 1947, quando consulta os livros de registo dos presos da cadeia de Vila Nova de Famalicão (Este livros, como já referimos na introdução, terão sido destruídos num incêndio em 1952) – Cf. CARVALHO, Vasco César – *Aspectos de Vila Nova II. A Justiça*. V. N. de Famalicão: Tip. Minerva, 1947, p. 109.

⁵⁴¹ Sobre as festas *Nicolinas* em Guimarães veja-se SILVA, Lino Moreira da - *Guimarães e as Festas Nicolinas*. Guimarães: Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães, 1991.

⁵⁴² O *Lombela* foi um famoso guerrilheiro de Guimarães do início do século XIX – Cf. BRAGA, Alberto Vieira - “Curiosidades de Guimarães...”, pp. 144-168.

⁵⁴³ Pregão da Academia Vimaranesense, 2012 [Consultado em 14 de abril de 2017]. [Disponível em www.slideshare.net/josejoaoferreira/prego-2012-de-paulinho-csar-gonaves].

⁵⁴⁴ CASSIA, Paul Saint – “«Better Occasional Murders...”, p. 72.

como o romance/folhetim *A Irmã Dorothea*, que contribuíam para o prolongamento dos processos de mitificação.⁵⁴⁵

Já na fase final de escrita deste trabalho, tive conhecimento de uma expressão popular ainda hoje proferida envolvendo a figura do *Papa Assucar*, cujo teor é o seguinte: “Sabes mais que o *Papa Assucar*”,⁵⁴⁶ e por essa razão não foi possível aprofundar esta questão. No entanto, como em geral, este tipo de expressões, como igualmente os adágios populares, assumem frequentemente um carácter local ou regional, sendo *produto de tradições orais, através do qual são transmitidos juízos de valor e normas comportamentais*, tendo como principais fontes de difusão a literatura e a imprensa.⁵⁴⁷

Assim, a expressão aqui reproduzida, reporta-se a uma das características evidenciadas nos registos analisados a respeito da esperteza do *Papa Assucar*. Contudo, a entoação dada pela pessoa que a profere incute-lhe um sentido irónico. Como verificamos, a esperteza ou a habilidade do criminoso foi exponencialmente exagerada, concluindo-se que era apenas mais uma das incontáveis figuras tipificadas como larápios.

⁵⁴⁵ SAMPAIO, Maria de Lurdes Rodrigues Morgado – “Memórias de Polícias em Portugal: a utopia de um novo herói”. *Cadernos de Literatura Comparada*. Porto. N.º 19 (2008), pp. 306-307.

⁵⁴⁶ Expressão transmitida pelo Sr. Carlos Sousa, natural e residente em Guimarães.

⁵⁴⁷ REIS, Sónia Margarida Moreira – *A Correspondência entre Provérbios e Expressões Fixas no Português Europeu*. Faro: Universidade do Algarve, 2014, p. 15. Dissertação de Mestrado.

CONCLUSÃO

Do estudo realizado em torno do *Papa Assucar e da sua quadrilha* conclui-se que o grupo correspondia a uma associação de malfeitores, motivo que justifica a longa lista de condenações a que foram sujeitos os seus elementos, em resultado de roubos e pequenos assaltos, preenchendo assim a condição fixada no Código Penal.

O estudo mostra ainda que o leque alargado de práticas de delito realizadas se inscreve, por um lado, no horizonte da pequena criminalidade, típica e mais comum no contexto da época. Evidencia, por outro lado, o retrato fortemente ambíguo tecido sobre os seus elementos e o grupo, que os aproxima da imagem de bandidos perigosos e figuras ameaçadores da sociedade. Estas descrições difundidas, em larga medida, pela imprensa, mostram a coexistência entre a componente real e factual e a componente ficcional, alimentada pelo imaginário popular ficcional.

Os registos e testemunhos recenseados encontram semelhanças com os produzidos relativamente a outras associações criminosas, tanto no território nacional como em outras geografias, no curso ao longo do século XIX. Na base destas descrições estará a convivência, o gosto e a influência da sensibilidade da literatura romântica expressa nos jornais, também em forma de folhetim, indo ao encontro do gosto popular sobre a temática do crime. Nesta linha, a relação próxima entre o registo jornalístico e o registo literário, em versão popular, concorria para a coexistência de imagens valorizadas e de imagens depreciadas, a respeito dos pequenos criminosos e da pequena criminalidade, amplamente reprimidas.

Desta forma, compreende-se que toda esta ambiência se expressasse no quadro dos depoimentos das testemunhas de acusação, dos respetivos processos judiciais. Aqui, sob a pressão e o efeito modelador dos agentes da autoridade, as visões mais frequentes realçavam a natureza altamente perturbadora e criminosa dos atos praticados. É certo, porém, que estes depoimentos repousavam num tipo de conhecimento fortemente especulativo e impreciso sobre as atividades e os membros da quadrilha. Neste sentido, iam ao encontro do fim imediato visado pela acusação como alimentavam o gosto do espetáculo, explorado por uma imprensa ávida de sensacionalismo e, que através deste meio, encontrava novas histórias, atualizando e convertendo a ficção em realidade.

Assinale-se, por último, a recetividade que as populações das comunidades rurais e semiurbanas expressava a estas narrativas, uma espécie de misto de realidade e de imaginário, encontrando nelas não só um meio de contar e de transmitir histórias, mas encontrando sobretudo a

possibilidade de alimentar e de afugentar o combate necessário travado contra o medo, sentimento necessário e presente em todo o ser humano.

FONTES

1. Fontes manuscritas

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta – Guimarães (AMAP)

Tribunal Judicial da Comarca de Guimarães

Correspondência para a Presidência da Relação e para diversas autoridades, 1884-1889;

Crime, Borrão dos processos do Delegado do Procurador Régio e conclusos ao Juiz de Direito da comarca, 1880-1883;

Cível, 2.º Ofício, Livro dos articulados e sentenças, 1882-1884;

Crime, Livro da Porta, 1887-1888;

Crime, Registo dos corpos de delito do Ministério Público, 1876-1881;

Crime, Registo das querelas publicas do magistrado do Ministério Publico, 1888-1893;

Crime, Registos de corpos de delito, audiências gerais, querelas e polícia correcional, 1890-1898;

Crime, 1.º Ofício, Livro dos processos preparatórios crimes e outros, 1893-1898;

Crime, 1.º Ofício, Polícia Correcional, maço 87, n.º 3, 1886;

Crime, 1.º Ofício, Registo dos Processos Crimes, 1882-1890;

Crime, 2.º Ofício, Preparatório Crime, maço 170, n.º 173, 1894;

Crime, 3º Ofício, Policia Correcional, maço 62, n.º 5, 1880;

Crime, 3º Ofício, Polícia Correcional, maço 61, n.º 27, 1881;

Crime, 3º Ofício, Policia Correcional, maço 38, n.º 1, 1890;

Crime, 3º Ofício, Registo dos Processos Crimes, 1882-1890;

Crime, 3º Ofício, Registo Crime, 1885-1888;

Crime, 3º Ofício, Registo dos Processos Crimes, 1890;

Crime, 4.º Ofício, Polícia Correcional, maço 49, n.º 81, 1878;

Crime, 4.º Ofício, Participação Crime, maço 4, n.º 93, 1886;

Crime, 4.º Ofício, Polícia Correcional, maço 3, n.º 24, 1881;

Crime, 4.º Ofício, Queixa Pública, maço 117, n.º 3, 1894;

Crime, 4.º Ofício, Querela Publica, maço 13, n.º 17, 1883;

Crime, 4.º Ofício, Registo Crime, 1882-1884;

Crime, 4.º Ofício, Registo Processos Crimes, 1880-1899;

Crime, 4.º Ofício, Registo Crime, 1882-1883.

Câmara Municipal de Guimarães:

Atas das Sessões da Câmara Municipal de Guimarães, 1865-1867;

Atas das Sessões da Câmara Municipal de Guimarães, 1880-1882;

Atas das Sessões da Câmara Municipal de Guimarães, 1882-1885;

Copiador de Correspondência, 2.ª Repartição, 1843-1850;

Comissão Municipal, Copiador da Correspondência, 2ª Repartição, 1890;

Comissão Municipal, Livro do Extrato dos Ofícios, 1890;

Licenças para Carros, 1882;

Livro do extrato de ofícios entrados na secretaria da câmara, 1882-1888;

Postura acerca do transito de carros pela rua de Vila Flor para a estação do caminho de ferro, 1884;

Recenseamento Eleitoral, 1879-1890;

Recenseamento Militar, 1885;

Registo de Licenças, 1888-1916;

Registo das licenças passadas a donos de trens, 1877.

Administração do Concelho de Guimarães:

Copiador de Correspondência, 1ª Repartição, 1894-1895;

Copiador de Correspondência para o Juiz e Delegado, 1878-1881;

Mapa Estatístico, 1870;

Mapa Estatístico, 1871;

Registo de Testamentos, Livro n.º 81, 1886.

Notarial:

Julgado de Caldelas, Livro de Notas n.º 3, 1878-1879;

Julgado de Caldelas, Livro de Notas n.º 18, 1889-1890;

Julgado de Caldelas, Livro de Notas n.º 25, 1894.

Paroquial:

Paróquia de Azurém, Livro de Óbitos (Hospital), 1882-1889;

Paróquia de Balazar, Livro de Baptismos, 1830-1886;

Paróquia de Balazar, Livro de Casamentos, 1862-1887;
Paróquia de Balazar, Livro de Óbitos, 1861-1899;
Paróquia de Gandarela, Livro Misto, 1808-1878;
Paróquia de Oliveira do Castelo (Santa Maria), Livro de Óbitos de 1894;
Paróquia de São Clemente de Sande, Livro de Baptismos, 1784-1853;
Paróquia de São Clemente de Sande, Livro de Casamentos, 1744-1865;
Paróquia de São Tiago de Candoso, Livro de Baptismos, 1821-1898.

Arquivo Distrital de Braga (ADB)

Governo Civil de Braga:

Livro de Registo de Passaportes n.º 9, 1896-1899;
Mapa Estatístico Comparativo nos anos de 1878 a 1880, 1880, folha avulsa, sem numeração;
Processo de Passaporte de António José Dinis, 1906;
Processo de Passaporte de João Rebelo de Sousa, 1899.

Tribunal da Comarca de Braga:

Crime, 1.º Ofício, Registo dos Processos Crimes, 1883-1886;
Crime, 3º Ofício, Registo Crime, 1871-1880;
Crime, 3º Ofício, Registo Crime, 1885-1888;
Crime, 6.º Ofício, Multas impostas por lei ou preceito a favor da Fazenda Nacional, 1892-1918;
Crime, 6.º Ofício, Processos Crime, 1887.

Paroquial:

Braga, Paróquia de Esporões, Livro de Nascimentos n.º 3, 1811-1853;
Braga, Paróquia de Esporões, Livro de Casamentos, 1811-1877;
Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Carreira, Livro de Nascimentos, 1811-1874;
Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Delães, Livro de Nascimentos n.º 2, 1835-1855;
Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Joane, Livro de Casamentos n.º 2, 1780-1872;
Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Joane, Livro de Casamentos n.º 3, 1873-1896;
Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Mogege, Livro de Nascimentos n.º 3, 1809-1867;
Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Ruivães, Livro de Nascimentos n.º 3, 1860-1884;
Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Ruivães, Livro de Óbitos n.º 3, 1896-1901;

Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Ruivães, Livro de Casamentos n.º 1, 1840-1883;

Vila Nova de Famalicão, Paróquia de São Cosme do Vale, Livro de Nascimentos, 1840-1871;

Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Santa Maria de Oliveira, Livro de Nascimentos n.º 6, 1829-1860;

Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Santa Maria de Oliveira, Livro de Casamentos n.º 1, 1826-1890;

Arquivo Distrital de Bragança (ADBRG)

Paroquial:

Mogadouro, Paróquia de Saldanha, Livro de Baptismos, 1860-1865.

Arquivo Distrital do Porto (ADP)

Tribunal da Relação do Porto:

Agravo Crime de António da Cunha Lourenço, 1886;

Apelação Cível de Bernardo José Dinis, 1890-1895;

Apelação Crime de António Lourenço da Cunha, 1887-1893;

Apelação Crime de António Marcelino Gonçalves, 1891;

Tribunal da Comarca de Santo Tirso:

Certidão de Apelação de João da Costa, *o Valença*, 1900;

Carta Precatória de João Dias, *o Santa Marinha*, 1888;

Polícia Correccional, maço 2, n.º 29, 1902-1905;

Procedimento Crime de António Lourenço, 1881.

Governo Civil do Porto:

Correspondência do Governo Civil do Porto para Militares, 1891.

Paroquial:

Paróquia de Jagueiros, Registos de Baptismos, 1837-1866.

Arquivo dos Serviços Prisionais – Norte (ASPN)

Cadeia Civil do Porto [Cadeia da Relação do Porto]:

Registo dos Presos da Cadeia da Relação do Porto, 1883-1885;

Registo dos Presos da Cadeia da Relação do Porto, 1885-1886;
Registo dos Presos da Cadeia da Relação do Porto, 1887-1888;
Registo dos Presos da Cadeia da Relação do Porto, 1890-1899;
Registo dos Presos da Cadeia da Relação do Porto, 1899-1919.

Cadeia Civil de Braga/Cadeia da Comarca de Braga:

Registo dos Presos da Cadeia de Braga, 1888-1891;
Registo dos Presos Soltos e Removidos, 1882-1892.

Cadeia de Guimarães:

Mandados de Soltura, 1892, (folhas avulsas, sem numeração).
Registo dos Presos da Cadeia de Guimarães, 1878-1883;
Registo dos Presos da Cadeia de Guimarães, 1886-1890
Registo dos Presos da Cadeia de Guimarães, 1890-1891;
Registo dos Presos da Cadeia de Guimarães, 1891-1893;
Registo dos Presos da Cadeia de Guimarães, 1897-1905.

Arquivo dos Serviços Prisionais – Sul (ASPS)

Cadeia Penitenciária de Lisboa / Estabelecimento Prisional de Lisboa:

Registo dos Presos da Cadeia Penitenciária de Lisboa, 1887;
Registo dos Presos da Cadeia Penitenciária de Lisboa, 1888-1907.

Cadeia Civil Central de Lisboa [Cadeia do Limoeiro]:

Registo dos Degredados da Cadeia do Limoeiro, 1879-1893.

Arquivo Municipal Alberto Sampaio - Vila Nova de Famalicão (AMAS)

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão:

Recenseamento Eleitoral, 1855-1898;
Recenseamento Eleitoral, 1856;
Recenseamento Eleitoral, 1860-1883;
Recenseamento Eleitoral, 1882-1883;
Recenseamento Militar, 1873-1890.

Administração do Concelho de Vila Nova de Famalicão:

Livro dos Autos de Posse e Juramento, 1873-1888;

Registo da Correspondência Recebida, 1887-1889;

Registo da Correspondência Recebida, 1889-1891;

Registo da Correspondência Recebida, 1890;

Registo da Correspondência Recebida, 1898-1899.

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Famalicão

Registo de Incêndio n.º 1210, 26-05-1952.

Notarial:

Vila Nova de Famalicão, Livro 730, 1859;

Vila Nova de Famalicão, Livro 731, 1859.

Arquivo Histórico Municipal de Santo Tirso – (AHMST)**Administração do Concelho de Santo Tirso:**

Copiador da Correspondência, 1885-1892.

Biblioteca e Arquivo Municipal de Felgueiras – (BAMF)**Administração do Concelho de Felgueiras:**

Copiador de Ofícios para Diversas Autoridades, 1891.

Arquivo Municipal de Braga (AMB)**Câmara Municipal de Braga:**

Recenseamento Militar (1855).

Arquivo Histórico Militar (AHM)

Regimento de Infantaria n.º 18, Registo das Praças de Pret de 1884, Livro n.º 59;

Regimento de Infantaria n.º 20, 3.º Batalhão, Registo das Praças de Pret de 1897, Livro n.º 33;

Regimento de Infantaria n.º 20, 2.º Batalhão, Registo das Praças de Pret de 1897, Livro n.º 34;

Regimento de Infantaria n.º 21, 2.º Batalhão, Registo das Praças de Pret de 1884, Livro n.º 16.

Arquivo Nacional do Brasil

Relação de Passageiros em Vapores, Porto do Rio de Janeiro, Vapor Orissa, 1898.

2. Fontes impressas

Arquivo Histórico Municipal de Santo Tirso – (AHMST)

Periódico:

- *Jornal de Santo Thyrso*: semanal (1882-1900).

Arquivo Municipal da Póvoa de Lanhoso

Periódico:

- *Maria da Fonte*: semanal (1886-1899).

Biblioteca e Arquivo Municipal de Felgueiras – (BAMF)

Periódico:

- *O Felgueirense*: semanal (1885-1900);

Biblioteca Pública de Braga – (BPB)

Periódicos:

- *Comércio do Minho*: Braga, trissemanal (1883-1891).

Biblioteca Publica Municipal do Porto – (BPMP)

Periódicos do Porto:

- *Primeiro de Janeiro*: diário (1889-1891).

Periódico de Lisboa:

- *O Século*: diário (1889-1890).

Biblioteca Nacional Digital – (BND) - <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>

Periódicos do Porto:

- *O Jornal do Porto*: diário (1888-1892);
- *A Republica*: diário (1890-1891);
- *A Voz Publica*: diário (1891-1902) – substituiu A Republica.

Periódicos de Lisboa:

- *Os Debates*: diário (1888-1891);
- *Diario Illustrado*: diário (1880-1899);
- *A Lanterna*: diário (1898): substituiu O Paiz, suprimido por sentença judicial;
- *O Paiz*: diário (1895-1898);
- *O Thalassa*: semanal (1913-1915);
- *A Vanguarda*: diário (1891-1899).

Periódico de Braga:

- *A Gazeta de Braga*: semanal (1896).

Periódico da Póvoa de Varzim:

- *O Futuro*: quinzenal (1915).

Hemeroteca Digital Brasileira – (HDB) – [http:// hemerotecadigital.bn.br](http://hemerotecadigital.bn.br)

Periódicos do Rio de Janeiro:

- *Diario do Brazil*: diário (1881-1885);
- *Diario do Commercio*: diário (1888-1892);
- *Gazeta da Parahyba*: diário (1888-1890);
- *Gazeta de Noticias*: diário (1880-1900);
- *Jornal de Recife*: diário (1883-1890);
- *Jornal do Brasil*: diário (1891-1900);
- *A Nova Patria*: semanal (1882-1892).

Periódicos do Pará (Belém do Pará):

- *A Republica*: diário (1886-1900);
- *Diario de Belem*: diário (1883).

Periódico de Lisboa (Portugal):

- *O Economista*: diário (1883-1891).

Sociedade Martins Sarmento – Guimarães (SMS)

Periódicos de Guimarães:

- *17 de Julho*: bissetmanal (1886-1887);
- *Comércio de Guimarães*: bissetmanal (1884-1892);
- *O Enthusiasta*: semanal (1886-1887);
- *A Epocha*: semanal (1886);
- *O Espectador*: semanal (1883-1884);
- *O Futuro*: bissetmanal (1886);
- *Imparcial*: bissetmanal (1873-1889);
- *Jornal de Guimarães*: bissetmanal (1876);
- *A Penha*: semanal (1889-1890);
- *O Progresso*: semanal (1898-1899);
- *Religião e Pátria*: bissetmanal (1870-1895);
- *Vimaranense*: bissetmanal (1891).

Outras publicações periódicas:

HERCULANO, Alexandre – “Viagens no Minho (Fragmento) – A Falperra”. *O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo*. Lisboa. Vol. XII (1855), pp. 322-323.

Ilustração Portuguesa. Lisboa. II Série, n.º 13 (13/21 de Maio de 1906). [Consultado em 18 de junho de 2018]. [Disponível em hemerotecadigital.cm-lisboa.pt].

O Povo de Aveiro, 1890. [Consultado em 10 de agosto de 2017]. [Disponível em www.asw.pt].

O Thalassa, 1914. [Consultado em 5 de novembro de 2014]. [Disponível em archive.org].

Outras fontes impressas e fontes literárias

ALBERGARIA, Sá de - *A Irmã Dorothea*. Porto: Livraria Chardron, 1902. (3 Volumes).

ALBERGARIA, Sá de - *Os Filhos do Padre Anselmo*. Porto: Livraria Chardron, 1902.

BRANCO, Camilo Castelo - *Novelas do Minho – A Morgada de Romariz*. Vol. IV. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & C.ª, 1876.

BRANCO, Camilo Castelo - *Memórias do Cárcere*. Porto: Porto Editora, 2005.

CASTRO, João de - *Jornadas do Minho Impressões aventuras e travessuras de dois excursionistas meridionais*. Lisboa: Ferreira&Oliveira L.da Editores, 1906.

Código Administrativo Aprovado por Carta de Lei de 6 de Maio de 1878. Porto: Em Casa de A. R. da Cruz Coutinho, 1878.

Código Civil Portuguez Aprovado por carta de lei de 1 de Julho de 1867. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

Código Penal Aprovado por Decreto de 10 de Dezembro de 1852. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.

Código Penal Português. Nova Publicação Oficial Ordenada por Decreto de 16 de Setembro de 1886. 7ª Edição. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919.

Collecção Official da Legislação Portuguesa Legislação de 1842 em Diante. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842.

Collecção Official da Legislação Portuguesa Anno de 1855-1856. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856.

Collecção Official de Legislação Portuguesa Anno de 1872. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

Collecção Official da Legislação Portuguesa Anno de 1875. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876.

Collecção Official de Legislação Portuguesa Anno de 1876. Lisboa: Imprensa Nacional, 1877.

Collecção Official de Legislação Portuguesa Anno de 1879. Lisboa: Imprensa Nacional, 1879.

Collecção Official de Legislação Portuguesa Anno de 1894. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895.

Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa. Vol. II. 2.^a edição. Lisboa: Typographia da Parceria António Maria Pereira, 1925.

FIGUEIREDO, Antero de – *Jornadas em Portugal*. 3.^a edição. Lisboa: Livraria Aillaude&Bertrand, 1919.

GAMA, Arnaldo - *Paulo, o Salteador (verdades e ficções – 2.º vol.)*. Porto: A. Figueiredo L.da, 1936.

NORONHA, Eduardo - *José do Telhado*. Porto: Primeiro de Janeiro, 1923.

NORONHA, Eduardo - *José do Telhado em África*. Porto: Primeiro de Janeiro, 1924.

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme – *Portugal: diccionario historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico*. Vol. 6. Lisboa: João Romano Torres & C.^a Editores, 1912.

VIEIRA, José Augusto - *O Minho Pittoresco*. Tomo II. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira Editor, 1887.

Zinão – *Sinapismos*. Valença do Minho: [s. n.], 1889.

Outras fontes:

- *Pregão da Academia Vimaranesse no ano de 2012* [Consultado em 14 de abril de 2017]. [Disponível em www.slideshare.net/josejoaoferreira/prego-2012-de-paulinho-csar-gonalves].

Sítios na internet:

- portugal.veraki.pt

- pt.wikipedia.org

- www.wrecksite.eu

3. Fontes orais

- Maria de Lurdes Mendes Ribeiro, 70 anos, natural de Santa Cristina de Longos, do concelho de Guimarães;
- António de Oliveira e Silva, 72 anos, natural de Santa Cristina de Longos, do concelho de Guimarães.
- Carlos Sousa, natural e residente em Guimarães.

BIBLIOGRAFIA

ALBINO, Cristina; MARQUILHAS, Rita - "Escribir «Cartas Aterradoras» en el Palacio do Limoeiro (Portugal, 1822-1825)". *Hispania*. Madrid. Vol. LX/3, n.º 221 (2005), pp. 991-1020.

ALVES, Jorge Fernandes - "A Indústria Têxtil do Vale do Ave". In MENDES, José Amado, FERNANDES, Isabel (coord.) - *Património e Indústria no Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002, pp. 372-389.

ANDRADE, Silvana Bento; GONÇALVES, Henriqueta Maria - "José do Telhado e Antônio Silvino: As Ambiguidades do Herói-Bandido". *Revista Eletônica de Estudos Literários*. Vitória. N.º 13 (2013), p. 1-15. [Consultado em 22 de maio de 2016]. [Disponível em <http://periodicos.ufes.br/reel>].

ANICA, Aurízia - *A Transformação da Violência no Século XIX: o caso da comarca de Tavira*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.

ANICA, Aurízia - *As Mulheres, A Violência e a Justiça no Algarve de Oitocentos*. Lisboa: Edições Colibri, 2005.

AÑOVER, Óscar Bascuñán; LOZANO, Jesús Carlos Urda – "El lugar del bandolero en el conflicto rural. Una aproximación historiográfica desde la obra de Eric Hobsbawm". *Vínculos de Historia*. Ciudad Real. N.º 5 (2016), pp. 15-26.

ARAÚJO, Maria Marta; ESTEVES, Alexandra - "Cholera in the Portuguese region of Alto Minho in the second half of the nineteenth century: epidemic outbreaks, treatment and behaviours". *Hygiea Internationalis : An Interdisciplinary Journal for the History of Public Health*. Linköping University. Vol. 9 (2010), pp. 183-198.

ASCHAFFENBURG, G. – *Crime e Repressão*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1904.

BARREIRA, César – “Banditismo e Práticas Culturais: A Construção de uma Justiça Popular”. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza. Vol. 41, n.º 2 (2010), pp. 73-82. [Consultado em 10 de setembro de 2014]. [Disponível em <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/index>].

BARRIENTOS, Joaquín Alvarez; MOUTON, Pilar Garcia – “Bandolero y Bandido. Ensayo de Interpretación”. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*. Madrid. Tomo XLI (1986), pp. 7-58.

BELANGER, Jeff; DALLEY, Kirsten - *The Nightmare Encyclopedia: your darkest dreams interpreted*. Franklin Lakes (New Jersey): New Page Books, 2005.

BIGNON, Vincent; CAROLI, Eve; GALBIATI, Roberto – “Stealing to Survive? Crime and Income Shocks in the 19th Century France”. *IZA Discussion Paper*. Bonn. N.º 8531 (2014), pp. 19-49. [Consultado em 16 de julho de 2019]. [Disponível em <https://www.iza.org/publications/dp>].

BLOCH, Marc - *Introdução à História*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1993.

BLOK, Anton – *Honour and Violence*. Cambridge: Polity Press, 2001.

BRAGA, Alberto Vieira - “Curiosidades de Guimarães II: Maltas de Salteadores – Uma quadrilha de nomeada”. *Revista de Guimarães*. Guimarães. N.º 39 (1929), p. 82.

BRAGA, Teófilo – *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*. Vol. I. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

BRAGA, Teófilo - *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*. Vol. II. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

BRANCO, António de Azevedo Castelo - *Estudos Penitenciários e Criminais*. Lisboa: Typographia Casa Portuguesa, 1888.

BRAVO, Gutmaro Gómez – *Crimen y Castigo: Cárceles, Delito y Violencia en la España del Siglo XIX*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2004. Tese de doutoramento.

BRITO, Francisco – “Guimarães entre 1853 e 1901: um apontamento político e social”. *Boletim de Trabalhos Históricos*. Guimarães. Vol. III (2014), pp. 51-97.

CABETE, Susana Margarida Carvalheiro – *A narrativa de viagem em Portugal no século XIX: alteridade e identidade nacional*. Paris: Université de la Sorbonne – Paris III, 2010. Tese de doutoramento.

CAPELA, José Viriato (coord.) - *História de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi, 2005.

CARDOSO, António Manuel Monteiro - *A Revolução Liberal em Trás-os –Montes (1820-1834) O Povo e as Elites*. Lisboa: ISCTE, 2004. Tese de doutoramento.

CARVALHO, Vasco César – *Aspectos de Vila Nova II. A justiça*. Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva, 1947.

CASSIA, Paul Sant – “Banditry, Myth and Terror in Cyprus and Other Mediterranean Societies”. *Comparative Studies in Society and History*. Cambridge. Vol. 35, n.º 4 (1993), pp. 773-795. [Consultado em 19 de março de 2018]. [Disponível em www.cambridge.org].

CASSIA, Paul Saint – “«Better Occasional Murders than Frequent Adulteries». Banditry, Violence and Sacrifice in the Mediterranean”. *History and Anthropology*. London. Vol. 12, n.º 1 (2000), pp. 65-99. [Consultado em 19 de março de 2018]. [Disponível em www.tandfonline.com/toc/ghan20/current].

CASTÁN, José António Adell; RODRIGUEZ, Celedonio Garcia – “El bandoleirismo romántico en el Campo de Belchite”. In GONZÁLEZ, José Luis Ona; YAGO, Jaime Cinca (coord.) - *Comarca de Campo de Belchite*. Zaragoza: Gobierno de Aragon. 2010, pp. 301-312.

CATROGA, Fernando - “O poder paroquial como “polícia” no século XIX português”. In ALMEIDA, Pedro Tavares de; MARQUES, Tiago Pires (org.) - *Lei e Ordem. Justiça Penal, Criminalidade e Polícia – Séculos XIX-XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006, pp. 105-130.

CEREZALES, Diego Palacios - *Estado, Regimen y orden público en el Portugal Contemporáneo (1834-2000)*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2008. Tese de doutoramento.

CEREZALES, Diego Palacios – *Portugal à Coronhada Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta da China, 2011.

CHAMIZO, Andrés Toner - “Los Receptores y los Colaboradores de los Bandoleros”. In MERINO, Rafael (ed.) - *El bandolerismo en Andalucía*. Lucena: Ayuntamiento de Lucena. 2000, pp. 181-217.

CHARTIER, Roger – *A História Cultural Entre Práticas e Representações*. 2.ª edição. Lisboa: Difel, 2002.

COELHO, Sérgio Veludo – “As Forças Armadas”. In SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. Volume X. Lisboa: Editorial Presença, 2004, pp. 251-268.

CONCEIÇÃO, Silvano da; MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo – “Solidariedade Ética, Poder Local e Banditismo: uma quadrilha calabresa no Oeste Paulista, 1895-1898”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo. Vol. 18, n.º 53 (2003), pp. 71-96.

CONCEIÇÃO, Silvano da; LEME, Alessandro André. – “Imprensa e criminalidade: O Banditismo segundo as representações colectivas”. *Saberes em Perspectiva*. Jequié (Baía). Vol. 1, n.º1 (2011), pp. 79-96. [Consultado em].[Disponível em philarchive.org/archive/DACIEC-2].

CORREIA, António Mendes - *Os Criminosos Portugueses. Estudos de Anthropologia Criminal*, Coimbra: F. França Amado Editor, 1914.

CORREIA, António Mendes – *Crianças delinquentes subsídios para o estudo da criminalidade infantil em Portugal*. Coimbra: F. França Amado Editores, 1915.

CORREIA, Luís Miguel Tomé – *Bandas e Músicos Militares em Portugal Do século XIX ao XXI*. Universidade Nova de Lisboa, 2006. Dissertação de Mestrado.

COSTA, Affonso – *Os Peritos no Processo Criminal. Legislação Portuguesa – Críticas – Reformas*. Coimbra: Manuel de Almeida Cabral – Editor, 1895.

CUNHA, Anabela - “O quotidiano dos degredados enviados para Angola (1880-1932)”. *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*. Salvador, 7 a 10 de agosto de 2011. [Consultado em 24 de setembro de 2017]. [Disponível em <https://www.yumpu.com/pt/document/read/48806561/anabela-francisca-do-nascimento-cunha-xi-congresso-luso-afro->].

CUNHA, Anabela - “Degredo para Angola: sentença de morte lenta”. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora. V. 18, N.º 2 (2013), pp. 87-104.

DELUMEAU, Jean – *História do Medo no Ocidente 1300-1800. uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

DUFFAU, Nicolás - *Armar al Bandido Prensa, folletines y delincuentes en el Uruguay de la modernización: el caso de El Clinudo (1882-1886)*. Montevideo: Universidad de la Republica, 2014.

EMSLEY, Clive - “Crime and Punishment: 10 years of research (1)”. *Crime, Histoire & Sociétés/Crime, History & Societies*. Vol. 9, n.º1 (2005). [Consultado em 19 de Agosto de 2014]. [Disponível em <http://chs.revues.org/387>].

ESTEPA, Raquel Iglesias - “El Crimen Como Objeto de Investigacion Historica”. *Obradoiro de Historia Moderna*. Santiago de Compostela. N.º 14 (2005), pp. 297-318.

ESTEVES, Alexandra – “Da caridade à filantropia: o auxílio aos presos pobres da cadeia de Ponte de Lima no século XIX”. *Estudios Humanísticos. Historia*. Léon. N.º 7 (2008), pp. 221-236.

ESTEVES, Alexandra Patricia Lopes - *Entre o Crime e a Cadeia: Violência e Marginalidade no Alto Minho (1732-1870)*. Braga: Universidade do Minho, 2010. Tese de Doutoramento.

ESTEVES, Alexandra - “A duas palavras, três porradas: A violência verbal como expressão da conflituosidade social no Alto Minho de Oitocentos”. In FERREIRA, Fátima Moura; MENDES, Francisco

Azevedo; CAPELA, José Viriato (coord.) - *Justiça. Na res publica (sécs. XIX-XX)*. Vol. 2. Braga: CTICEM, 2011, pp. 125-155.

FAGGION, Lucien – “Brigands imaginés”. In GARNOT, Benoît (dir.) – *Être Brigand du XVII^e Siècle à nos Jours*. Paris: Armand Colin, 2013, pp. 15-29.

FARGE, Arlette – *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FARIA, Jorge - *Criminosos e degenerados em Camilo*. Coimbra: Imprensa Académica, 1910.

FATELA, João - “Para se lhe dar destino”. In RELVAS, Eunice (ed.) - *Exclusão na História Actas do Colóquio Internacional Sobre Exclusão Social*. Oeiras: Celta Editora, 2000, pp. 149-168.

FERNANDES, Joaquim (org.) - *Guimarães do Passado e do Presente*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1985.

FERNÁNDEZ, Francisco Montoro – “El bandoleirismo en la comarca malagueña de la Axarquía durante el siglo XIX”. *Isla de Arriarán: revista cultural y científica*. Málaga. N.º 16 (2000), pp. 165-178. [Consultado em 28 de maio de 2018]. [Disponível em dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=7860].

FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo - *Rebeldes e Insubmissos. Resistências Populares ao Liberalismo (1834-1844)*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

FERREIRA-DEUSDADO, Manuel António – *Estudos Sobre Criminalidade e Educação*. Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista Torres, 1889.

FERREIRA-DEUSDADO, Manuel António – *A Antropologia Criminal e o Congresso de Bruxelas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.

FERRERAS, Noberto O. - “Bandoleiros, cangaceiros e matreiros. Social Banditism historiography in Latin America reviewed”. *História*. São Paulo. Vol. 22, n.º 2 (2003), pp. 211-226.

FERRI, Enrico - *Os criminosos na Arte e na Litteratura*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1913.

FOUCAULT, Michel – *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*. 20.^a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FRAZER, Chris – *Bandit Nation: A History of Outlaws and Cultural Struggle in Mexico, 1810-1920*. University of Nebraska Press: Lincoln & London, 2006.

FRIAS, Roberto B. do R. - *O Crime (Apontamentos para a systematização da criminalidade)*. Porto: Typ. de Alexandre da Fonseca Vasconcellos, 1880.

GARCÍA, Huáscar Rodríguez – “Crimen y Mito: La (incipiente y desconocida) Historia del Bandolerismo en Bolivia”. *Decursos Revista de Ciencias Sociales*. Cochabamba. N.º 31 (2015), pp. 63-102. [Consultado em 25 de novembro de 2019]. [Disponível em www.academia.edu].

GARCIA, José Luís Lima – “Campos Monteiro e a saga camiliana de «José do Telhado»”. *Revista CEPIHS*. Coimbra. N.º 2 (2012), pp. 89-113.

GARNEL, Maria Rita Lino - *Vítimas e Violências na Lisboa da I República*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

GARNOT, Benoît – *Être Brigand du XVII^e Siècle à nos Jours*. Paris: Armand Colin, 2013.

GILBERT, Joseph – “On the Trail of Latin American Bandits: A Reexamination of Peasant Resistance”. *Latin American Research Review*. Pittsburgh. Vol. 25, n.º 3 (1990), pp. 7-53. [Consultado em 25 de novembro de 2019]. [Disponível em www.jstor.org].

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo - *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

GONÇALVES, Flávia Máira de Araújo – *Cadeia e Correção: Sistema Prisional e População Carcerária na Cidade de São Paulo (1830-1890)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado.

GOUVÊA, A. Ayres – *A Reforma das Cadeias em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1860.

GUTIÉRREZ, Carlos Naranjo – “Bandoleros Costarricenses del siglo XIX”. *Revista de la Facultad de Ciencias Sociales Universidad de Costa Rica*. San Pedro. Vol. 14, n.º 19-20 (1993), pp. 37-64. [Consultado em 25 de novembro de 2018]. [Disponível em www.revistas.una.ac.cr].

HART, David Montgomery – *Bandidismo en el Islam. Estudios de caso en Marruecos, Argelia y la frontera noroeste de Pakistán*. Barcelona: Editorial Anthropos, 2006.

HOBBSBAWM, Eric J. - *Primitive Rebels*. Manchester: The University Press, 1959.

HOBBSBAWN, Eric - *Bandidos*. Barcelona: Editorial Critica, 2003.

KALIFA, Dominique – *Crime et Culture au XIXe siècle*. Paris: Perrin, 2005.

KALIFA, Dominique – “Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX”. *Topoi*. Rio de Janeiro. Vol. 15, n.º 28 (2014), pp. 287-305. [Consultado em 27 de março de 2019] [Disponível em <http://revistatopoi.org/site/a-topoi/>].

LANGER, Erik D. – “Bandolerismo Andino y Organización Comunal Campesina, 1882-1930”. In AGUIRRE, Carlos; WALKER, Charles (eds.) - *Bandoleros, abigeos y montoneros. Criminalidade e Violencia en el Peru, siglos XVIII-XX*. Lima: Instituto de Apoyo Agrario, 1990, pp. 249-276.

LINS, Daniel – “Cartografia do Bandido Social: O Acaso e a Necessidade”. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza. Vol. 29, n.º 1-2 (1998), pp. 169-179.

LOZANO, Jesús Carlos Urda - *El Bandoleirismo en los Montes de Toledo Durante el Siglo XIX*. Ciudad Real: Universidad Castilla la Mancha, 2011. Dissertação de Mestrado.

MACEDO, Francisco Ferraz de – “O Testemunho”. In SANTOS, José Maria dos (dir.) - *Galeria de Criminosos Célebres em Portugal: historia da criminologia contemporânea*. Vol. IV. Lisboa: Empresa Editora do Almanach Palhares, 1896-1908, pp. 58-65.

MALDONADO, Mário Artur da Silva – *Alguns aspectos da história da criminologia em Portugal*. Coimbra: Instituto de Criminologia de Coimbra, 1960. [Consultado em 14 de março de 2018]. [Disponível em <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/2102.pdf>].

MATA, Caeiro – *Direito Criminal Português*. Vol. I. Coimbra: F. França Amado Editor, 1911.

MARINHO, Maria de Fátima - “A Figura do Bandido no Romantismo Paulo, o Montanhês de Arnaldo Gama”. *Intercambio*. Porto. N.º 4 (1993), pp. 94-105.

MARQUES, Ana Maria dos Santos - *O Anacronismo no Romance Histórico Português Oitocentista*. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012.

MARQUES, Tiago Pires - *Crime e Castigo no Liberalismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

MÁRQUEZ, Yvonne Pineda – *Castigo y Castigados en Michoacán, 1824-1881*. Mexico, D. F. : Universidad Iberoamericana, 2005. Dissertação de Mestrado.

MARQUÉZ, Jaime Valenzuela - *Bandidaje Rural en Chile Central Curicó, 1850-1900*. Santiago de Chile: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 1991.

MARRO, Antonio – *Os Encarcerados*. Lisboa: Henrique Azevedo Editor, 1889.

MEHLUM, Halvor; MIGUEL, Edward; TORVIK, Ragnar – “Poverty and Crime in 19th Century Germany”. *Journal of Urban Economics*. Amsterdam. N.º 59 (2006), pp. 370-388. [Consultado em 20 de outubro de 2017]. [Disponível em <https://www.journals.elsevier.com/journal-of-urban-economics>].

MEIRA, João de - *O Concelho de Guimarães*. Porto: Typographia a Vapor da Empresa Guedes, 1907.

MEIRELES, Maria José Marinho de Queirós – *O património urbano de Guimarães no contexto da idade contemporânea (Séc. XIX-XX): permanências e alterações*. Vol. I. Braga: Universidade do Minho, 2000. Dissertação de Mestrado.

MESTRE, Helder da Conceição – *João Brandão e Remexido: Bandidos ou heróis? Culpados ou inocentes?*. Universidade Aberta, 2017. Dissertação de Mestrado.

MILITÃO, Marcello André – *Por que Virgulino Tornou-se Lampião: Uma Análise das Relações de Poder no Noroeste Brasileiro Durante a Primeira República*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007. Monografia de Estágio.

NAVARRO, Imilcy Balboa – “Entre lo real y lo imaginario: el bandolerismo rural en Cuba en la segunda mitad del siglo XIX”. *Contrastes: Revista de historia moderna*. Universidad de Murcia. N.º 12 (2001-2003), pp.43-62. [Consultado em 5 de novembro de 2018]. [Disponível em revistas.um.es/contrastes].

NAZARETH, Francisco J. Duarte – *Elementos do Processo Criminal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1886.

NUNES, António – “Banditismo e Criminalidade em meados do século XIX na Região de Penafiel”. *Cadernos do Noroeste*. Braga. Vol. 11, n.º 1 (1998), pp. 5-47.

OLIVEIRA, Manuel Alves de - “Um motim de há 100 anos – Entre Braga e Guimarães”. *Boletim de Trabalhos Históricos*. Guimarães. Vol. XXXVI (1985), pp. 317-348.

OTTONI, Ana Vasconcelos – *“O Paraíso dos Ladrões”: Crime e Criminosos nas Reportagens Policiais da Imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012. Tese de doutoramento.

PADIGLIONE, Vincenzo – “O corpo maravilhoso do brigante italiano: quando sensibilidades artísticas encarnam fantasias populares”. *ArtCultura*. Uberlândia. Vol. 5, n.º 26 (2013), pp. 107-120.

PASCUAL, Emilio Soler – “El trabuco romántico. Viajeros franceses y bandoleros españoles en la Andalucía del siglo XIX”. In CUEVAS, Manuel Bruña [et. al] - *La Cultura del Outro: español en Francia, francés en España*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2006, pp. 687-699.

PÉREZ, Constancio Bernaldo de Quirós y - *Bandolerismo y delincuencia subversiva en la Baja Andalucía*. Madrid: Establecimiento Tipográfico de Fortanet, 1912.

PEYRARD, Jean – *Avec les Brigands et Bandits de Grand Chemin*. Saint-Étienne: Le hénaff éditeur, 1981.

PINHEIRO, José – “Boletim”. *Revista de Guimarães*. Guimarães. N.º16 (1899), pp. 52-53.

PIMENTEL, Alberto - *Santo Thyrsos de Riba d'Ave*. Santo Tirso: Club Thyrsense, 1902.

PINTO, Elisabete - *Curtidores e Surradores de S. Sebastião – Guimarães (1865-1923)*. Guimarães: Edição de Autor, 2012.

POMIECKO, Aleksandra – “Villains, Profiteers, and ‘Robin Hood’s’: Banditry in the North-Eastern Region of the Second Polish Republic in the 1920’s”. *The Journal of Belarusian Studies*. London. Vol. 8, n.º 1 (2016), pp. 5-31. [Consultado em 5 de julho de 2019]. [Disponível em Brill.com].

PORTO, Ana Gomes – “Pedro Hespanhol: um bandido célebre no império brasileiro”. *História: Questões & Debates*. Curitiba. Vol. 64, n.º 1 (2016), pp. 103-133.

PORTO, Ana - “Gaboriau e o romance judiciário no Brasil”. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 22 a 26 de Julho de 2013, pp. 1-8. [Consultado em 11 de agosto de 2016]. [Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371343211_ARQUIVO_anpuh-2013-textocompleto.pdf].

PULLICINO, Evelyn – “Theft in Ninetenth Century Malta”. *Jornal of Maltese History*. Msida. Vol. 5, n.º 1 (2016), pp. 28-47 [Consultado em 26 de março de 2019]. [Disponível em <https://www.um.edu.mt/library/oar/handle/123456789/26877>].

RAFART, Gabriel – “Violência rural e Bandoleirismo na Patagónia”. *Topoi*. Rio de Janeiro. Vol. 12, n.º 22 (2011), pp. 118-136. [Consultado em 27 de março de 2019]. [Disponível em <http://revistatopoi.org/site/a-topoi/>].

REIS, Sónia Margarida Moreira – *A Correspondência entre Provérbios e Expressões Fixas no Português Europeu*. Faro: Universidade do Algarve, 2014. Dissertação de Mestrado.

RIBEIRO, António Jorge - *A vida em Santo Tirso nos anos que antecederam a República*. Santo Tirso, 2010. [Consultado em 07 de maio de 2013]. [Disponível em www.orgalribeiro.net/ebooks.php].

RODRÍGUEZ, Juan José Iglesias – “ ¿Rebeldes primitivos? Los orígenes del bandoleirismo andaluz”. *Andalucía en la Historia*. Sevilla. N.º 56 (2017), p. 7.

ROMEIRAS, Francisco Malta; LEITÃO, Henrique – “Jesuítas e Ciência em Portugal V: Os Colégios de Campolide e de São Fiel e a implantação da República”. *Brotéria*. Lisboa. Vol. 174 (maio/junho 2012), pp. 425-440.

ROUSSEAU, Xavier - “Historiographie du crime et de la justice criminelle dans l’espace français (1990-2005)”. *Crime, Histoire & Sociétés/Crime, History & Societies*. Vol. 10, n.º2 (2014). [Consultado em 19 de Agosto de 2014]. [Disponível em <http://chs.revues.org/224>].

SALAZAR, Adolpho – “Boletim”. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Vol. I, n.º 4 (Out.- Dez. 1884), pp. 204-214.

SALINAS, Maximiliano A. – “El Bandolero Chileno del Siglo XIX. Su imagen en la Sabiduría Popular”. *Araucaria de Chile*. Madrid. N.º 36 (1986), p. 57-75. [Consultado em 25 de novembro de 2018]. [Disponível em www.memoriachilena.gob.cl].

SAMPAIO, Alberto - “Estudos d’Economia Rural do Minho. A terra, o clima, os homens e a administração publica”. *Revista de Guimarães*. Guimarães. N.º 2(4) (Out. – Dez. 1885), pp. 203-231.

SAMPAIO, Maria de Lurdes Rodrigues Morgado – “Memórias de Polícias em Portugal: a utopia de um novo herói”. *Cadernos de Literatura Comparada*. Porto. N.º 19 (2008), pp. 297-335.

SANTOS, Ary dos – *Como nascem, como vivem e como morrem os Criminosos*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1938.

SANTOS, Fernando da Veiga Cabral Belleza dos – *Breve Estudo Sobre a Criminalidade Precoce*. Porto: Imprensa Nacional, 1911.

SANTOS, José Maria dos (dir.) - *Galeria de Criminosos Célebres em Portugal: historia da criminologia contemporânea*. Lisboa: Empresa Editora do Almanach Palhares. 7 Volumes, 1896-1908.

SANTOS, Maria José Moutinho - “O ensino nas prisões: o exemplo da Cadeia da Relação do Porto no séc. XIX”. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto. Série II, Vol. 10 (1993), pp.289-300.

SANTOS, Maria José Moutinho - *A Sombra e a Luz: as Prisões do Liberalismo*. Porto: Afrontamento, 1999.

SANTOS, Maria José Moutinho – “Bonfim séc. XIX. A Regedoria na Segurança Urbana”. *Cadernos do Bonfim*. Porto. N.º 1 (2001), pp. 1-25.

SANTOS, Maria José Moutinho - “Pensar a História das Prisões em Portugal. Entre Resultados e Desafios”. *Revista Direito e Justiça*. Lisboa. Vol. Especial (2004), pp. 33-45.

SCOTT, Ana Silvia Volpi – “A Historiografia do Cambridge Group: contribuições ao estudo da população, da família e do grupo doméstico”. *Revista Estudos Amazônicos*. Manaus. Vol. IX, n.º 1 (2013), pp. 1-31.

SILVA, Célia Taborda – “Guerrilheiros e bandidos no Douro na 1ª metade do século XIX”. *Douro-Estudos & Documentos*. Porto. Vol. II, n.º 3 (1997), pp. 111-122.

SILVA, Lino Moreira da - *Guimarães e as Festas Nicolinas*. Guimarães: Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães, 1991.

SILVA, Susana Serpa - “Alcoolismo e Criminalidade no século XIX. O caso da ilha de S. Miguel (Açores)”. *Ler História*. Lisboa. N.º 53 (2007), pp. 93-111.

SILVA, Susana Serpa - *Violência, Desvio e Exclusão na Sociedade Micaelense Oitocentista (1842-1910)*. Ponta Delgada: CHAM/Universidade dos Açores, 2012.

SLATTA, Richard W. (ed.) – *Bandidos: The Varieties of Latin American Banditry*. New York: Greenwood Press, 1987.

SLATTA, Robert W. – “Eric J. Hobsbawm Social Bandit: a Critique and Revision”. *A Contracorrente*. Raleigh. Vol. 1, n.º 2 (2004), pp. 22-30. [Consultado em 25 de novembro de 2018]. [Disponível em www.researchgate.net/publication].

SOTTOCASA, Valérie (dir.) – *Les Brigands. Criminalité et protestation politique 1750-1850*. Rennes: Press Universitaire de Rennes, 2013.

SOUSA, Jorge Pedro – *Uma História Breve do Jornalismo no Ocidente*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. 2008.

SOUSA, Jorge Pedro – “Um inovador no jornalismo português oitocentista – Eduardo Coelho e *O Diário de Notícias*”. 2011, pp. 1-44 [Consultado em 28 de fevereiro de 2018] [Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-um-inovador-no-jornalismo-portugues-oitocentista.pdf>].

SOUSA, Maria Leonor Machado de – *O «horror» na literatura portuguesa*. 1ª edição. Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.

SUBTIL, José – “Criminalidade e Estado Nação”. *Ler História*. Lisboa. N.º 16 (1989), pp. 63-81.

TEIXEIRA, José – “Metonímias e metáforas no processo de referência por alcunhas do Norte de Portugal”. *Diacrítica Série Ciências da Linguagem*. Braga. N.º 21/1 (2007), pp. 207-239.

TENGARRINHA, José - *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2.ª edição. Lisboa: Caminho, 1989.

TRINDADE, Luís - *Primeiras páginas. O século XX nos jornais portugueses*. Lisboa: Tinta da China, 2007.

VANDERWOOD, Paul – “El Bandidaje en el siglo XIX: una forma de subsistir”. *El Colegio de México*. Ciudad de México. Vol. 34, n.º 1/133 (1984), pp. 41-73. [Consultado em 26 de novembro de 2018]. [Disponível em historiamexicana.colmex.mx].

VAQUINHAS, Irene Maria - *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os Campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*. Porto: Afrontamento, 1995.

VAQUINHAS, Irene - “Os processos judiciais e a História”. In FERREIRA, Fátima Moura; MENDES, Francisco Azevedo; CAPELA, José Viriato (Coord.) - *Justiça na Res Pública (Sécs. XIX-XX) Ordem, Direitos Individuais e Defesa da Sociedade*. Vol. 2. Braga: CITCEM, 2011, pp. 109-123.

VAQUINHAS, Irene - “A família, essa «prática em miniatura»”. In MATTOSO, José (dir.) - *História da Vida Privada em Portugal – A Época Contemporânea*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, pp. 118-151.

VASCONCELOS, Álvaro Rocha - *A Rua Direita – Achegas para a História de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Editorial Novembro, 2009.

VASCONCELLOS, J. Leite de - *Tradições Populares de Portugal*. Porto: Livraria Portuense de Clavel & C.ª Editores, 1882.

VAZ, Maria João - *Crime e Sociedade, Portugal na Segunda Metade do Século XIX*. Oeiras: Celta Editora, 1998.

VAZ, Maria João – “Ideais Penais e Prisões no Portugal Oitocentista”. *Actas do IV Congresso Português de Sociologia – Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*. Coimbra. 2000, (não paginado). [Disponível em: <https://aps.pt/pt/atas-iv-congresso>]. [Consultado em 9 de junho de 2016].

VAZ, Maria João - “Apresentação”. *Ler História*. Lisboa. N.º 53 (2007), p. 6-7.

VAZ, Maria João - “O povo como «classe criminosa»”. In NEVES, José (coord.) - *Como se Faz um Povo*. Lisboa: Tinta da China, 2010, pp. 277-292.

VAZ, Maria Josão – *O Crime em Lisboa 1850-1910*. Lisboa: Tinta da China, 2014.

VEIGA, Francisco Antonio - *O Direito ao Alcance de Todos ou o Advogado de Si Mesmo*. Porto: Livraria Internacional, 1878.

WHITE, Richard – “Outlaw gangs of the middle border: American Social Bandits”. *The Western Historical Quarterly*. Oxford University. Vol 12, n.º 4 (1981), pp. 387-408. [Consultado em 6 de novembro de 2018]. [Disponível em www.jstor.org].

WOOD, John Carter – “Crime news and the pass”. In KNEPPER, Paul; JOHANSEN, Anja (eds.) - *The Oxford Handbook of the History of Crime and Criminal Justice*. Oxford: Oxford University Press, 2016, pp. 301-319.

APÊNDICE I

Quadro 1 - Alguns dados biográficos dos elementos da quadrilha

Nome e alcunha	Datas: (nascimento/casamento/ óbito)	Filiação (naturalidade/ocupação)	Outros elementos do agregado familiar	Descrição física	Outras informações
Bernardo José Dinis, <i>o Papa Assucar</i>	Nascimento 11-01-1862 (Mogege, Vila Nova de Famalicão)	António José Dinis (Mogege, Vila Nova de Famalicão/Lavrador Proprietário) Joana Machado (Joane, Vila Nova de Famalicão/Proprietária)	Irmãos: José (04-12-1859); Mariana (09-06-1864); Pedro (03-02-1866); Francisco (22-03-1867); Maria (01-11-1869); Rosa (05-10-1872); Margarida (01-08-1875); José (03-04-1878); António (26-01-1883); Angelina (20-09-1885).	- Altura regular, cabelo e olhos castanhos, nariz e boca regular (Cadeia de Guimarães - 1880, 1881 e 1882); - Estatura: 1,75m; rosto redondo, nariz e boca regular, olhos e barba castanhos, cor natural (Cadeia da Relação do Porto-1884); - Estatura: 1,78m; rosto, nariz e boca regular, cor natural, barba e cabelo preto, olhos castanhos (Tribunal da Relação do Porto - 1890); - Estatura: 1,81m; rosto comprido, cabelo, sobrolhos, e olhos castanhos, nariz e boca regular, cor natural, uma verruga junto ao nariz do lado esquerdo, algumas marcas de bexigas no rosto e uma nas costas da mão esquerda (Registo de Passaporte - 1898).	Recenseamento Militar: 1882, solteiro, armada (ficou livre)
Maria Joaquina Ferreira, <i>a Bicha Brava</i>	Nascimento 17-09-1836 (São Clemente de Sande, Guimarães) Casamento 30-11-1865 (São Clemente de Sande, Guimarães) com Manuel Fernandes.	António Ferreira (São Clemente de Sande, Guimarães/Fuseiro) Domingas Francisca (Balazar, Guimarães/Jornaleira)	Não teve filhos.	s/i	

Francisco de Oliveira, <i>o Garracho</i>	Nascimento 23-11-1844 (Balazar, Guimarães); Casamento 20-03-1869 (Balazar, Guimarães) com Carolina Augusta; Óbito Entre 02-03-1892 e 17-04-1902.	António de Oliveira (Balazar/Jornaleiro) Francisca Teresa da Silva (Caldelas/Jornaleira)	Filhos: Júlia (15-07-1870); José (12-01-1873); Francisco (12-02-1873); José António (26-04-1875); João (02-04-1878); Rosa (07-04-1881); José António (07-01-1885); Libana (07-01-1885) Gaspar (12-05-1886)	- Estatura: 1,61m; rosto comprido, nariz e boca regular, olhos azuis, cabelo louro (Cadeia da Relação do Porto - 1891); - Estatura: 1,68m; rosto oval, nariz e boca regular, olhos castanhos, cabelo castanho, cor natural (Cadeia do Limoeiro - 1892).	Recenseamento Militar em 1865: solteiro; sombreireiro; escuso do serviço militar em 23-11-1866. Recenseamento Eleitoral de 1879 e 1880: casado; sombreireiro; residente no lugar do Penedo em Balazar, Guimarães; elegível para cargos municipais.
Carolina Augusta	Nascimento 24-10-1847 (São Cosme do Vale, Vila Nova de Famalicão)	Domingos da Silva Pinto (São Martinho do Vale, Vila Nova de Famalicão /Jornaleiro) Francisca Teresa Rebelo (São Cosme do Vale, Vila Nova de Famalicão/Jornaleira).		s/i	
António Marcelino Gonçalves, <i>o Catarino</i>	Nascimento 27-01-1862 (Saldanha, Mogadouro); Casamento 23-06-1883 (ignora-se o local)	Francisco Barata Gonçalves (Saldanha, Mogadouro/Jornaleiro) Maria Angélica Sebastiana (Saldanha, Mogadouro/Jornaleira)	Não se conhecem filhos.	- Estatura: 1,70m; olhos pretos, nariz e boca regular, cabelo preto, rosto comprido, barba preta, cor natural (Regimento de Caçadores n.º 3 – 1883); - Estatura: 1,70m; rosto comprido, nariz e boca regular, olhos castanhos, cabelo preto, bigode castanho, cor natural (Cadeia da Relação do Porto - 1887); - Estatura: 1,64m; rosto oval, nariz e boca regular, olhos castanhos, cabelo castanho, cor natural (Cadeia do Limoeiro - 1892).	Recenseamento Militar: 1883
Catarina Rosa da Silva	Nascimento 06-02-1847 (São Martinho de Sande, Guimarães).	Jerónimo Teixeira da Silva (Fermentões, Guimarães) Luísa Maria Ribeiro		s/i	
João Rebelo de Sousa, <i>o Carolino</i>	Nascimento 27-03-1861 (Ruivães, Vila Nova de Famalicão); Casamento 08-01-1885 (Joane, Vila Nova de Famalicão);	António Rebelo de Sousa (Novais, Vila Nova de Famalicão/Jornaleiro) Carolina Rosa de Paiva (Novais, Vila Nova de Famalicão)	Filhos: Adosinda (16-10-1885); Rosa (08-01-1888) Manuel (05-05-1889)	- Estatura: 1,59m; olhos castanhos, nariz e boca regular, cabelo preto, rosto comprido, barba preta, cor natural, uma cicatriz extensa junto à canela da perna direita (Regimento de Infantaria n.º 8 – 1885); - Estatura: 1,60m; rosto comprido, nariz e boca regular, olhos castanhos, cabelo preto (Cadeia da Relação do Porto -1890); - Estatura: 1,59m; rosto comprido, cabelo castanho, nariz e boca regular, cor natural, um sinal na face esquerda (Processo de Passaporte - 1899).	Recenseamento Militar em 1882: solteiro, infantaria. Recenseamento Eleitoral de 1890: casado; tecelão; residente no lugar de Cima de Pele em Joane, Vila Nova de Famalicão; chefe de família; sabe ler e escrever; elegível para cargos municipais; distritais e paroquiais.
Joana Maria Simões, <i>a</i>	Nascimento 28-09-1866	Rosa Simões, a Carapuqueira,		Estatura: 1,52m; rosto oval, nariz e boca regular,	

Carapuceira	(Joane, Vila Nova de Famalicão); Óbito Entre 01-06-1891 e 12-05-1899.	solteira (Joane, Vila Nova de Famalicão/Jornaleira).		olhos azeitonados (Cadeia da Relação do Porto - 1890).	
Francisco Pereira Duarte, o Conca	Nascimento 26-02-1852 (Santa Maria de Oliveira, Vila Nova de Famalicão); Casamento 12-05-1874 (Ruivães, Vila Nova de Famalicão) com Teresa de Carvalho (Jornaleira);	João Pereira Duarte (Ruivães, Vila Nova de Famalicão/Tecelão) Justina Rosa de Almeida (Santa Maria de Oliveira, Vila Nova de Famalicão/Fiadeira)	Filhos: José (22-09-1874); José (16-10-1875); António (26-02-1878); Narciso (22-09-1880); Antónia (21-04-1883); Florinda (24-12-1885); Manuel (26-09-1887).	- Estatura: 1,65m; Rosto Comprido, nariz e boca regular, olhos, cabelo e barba castanhos, cor natural (Cadeia da Relação do Porto - 1883); - Estatura: 1,56m; rosto comprido, nariz e boca regular, olhos azulados, cabelo e barba castanhos (Cadeia da Relação do Porto - 1890).	Recenseamento Militar em 1873: ficou livre por falta de altura. Recenseamento Eleitoral de 1889: casado; proprietário; residente no lugar do Calvário em Ruivães, Vila Nova de Famalicão; chefe de família; não sabe ler nem escrever; não é elegível para nenhum cargo. Recenseamento Eleitoral de 1890: casado; proprietário; residente no lugar do Calvário em Ruivães, Vila Nova de Famalicão; chefe de família; não sabe ler nem escrever; não é elegível para nenhum cargo.
Domingos Pereira Duarte, o Conca	Nascimento 07-07-1857 (Santa Maria de Oliveira, Vila Nova de Famalicão); Casamento 26-08-1880 (Santa Maria de Oliveira, Vila Nova de Famalicão) com Balbina Rosa Machado Ribeiro (Tecedeira)		Filhos: Antónia (11-01-1882); António (07-02-1884); Manuel (03-05-1886); Domingos (18-05-1888); João (21-02-1891); Ana (15-09-1893); Rosa (17-08-1896); Manuel (10-12-1898)		Recenseamento Eleitoral de 1889: casado; tecelão; residente no lugar da Casa Nova em Santa Maria de Oliveira, Vila Nova de Famalicão; chefe de família; não sabe ler nem escrever; não é elegível para nenhum cargo. Recenseamento Eleitoral de 1890: casado; tecelão; residente no lugar da Casa Nova em Santa Maria de Oliveira, Vila Nova de Famalicão; chefe de família; não sabe ler nem escrever; não é elegível para nenhum cargo.
João Dias, o Santa Marinha	Nascimento 19-02-1864 (Mogege, Vila Nova de Famalicão); Óbito 08-05-1890 (Cadeia Penitenciária de Lisboa);	António José Dias (Mogege, Vila Nova de Famalicão/Jornaleiro) Maria Genoveva ou Maria Isabel (Santa Maria dos Anjos, Vieira do Minho)		- Estatura: 1,58m; rosto redondo, cor natura, cabelo preto, olhos castanhos, boca e nariz regular (Cadeia de Guimarães - 1887); - Estatura: 1,57m; rosto redondo, nariz e boca regular, olhos castanhos, cabelos castanho escuros, barba loura, cor natural (Cadeia da Relação do Porto - 1888).	Recenseamento Militar em 1885: solteiro; criado de servir; contingente ativo.
Francisco da Costa Sacramento, o Pissarro	Nascimento 31-03-1834 (Esporões, Braga); 1.º Casamento 29-06-1863 (Esporões, Braga), com Maria da Luz (exposta da Roda de Braga/Jornaleira); 2.º Casamento 14-12-1885 (Balazar, Guimarães) com Maria Josefa; Óbito 18-03-1898 (Balazar,	José da Costa Sacramento (Esporões, Braga/Lavrador) Francisca Teresa (Esporões, Braga/Lavradeira)	Filhos: José (02-07-1864)	Estatura: 1,56m (Recenseamento Militar - 1855)	Recenseamento Militar em 1855: solteiro; criado de servir; reclamou e foi escuso do serviço militar em junta de revisão de 20-02-1862. Recenseamento Eleitoral de 1888: casado; cabreiro; residente no lugar do Penedo em Balazar, Guimarães.

	Guimarães)				
António da Cunha Lourenço, <i>o Lourenço</i>	Nascimento 12-12-1849 (Delães, Vila Nova de Famalicão)	Ana Joaquina da Cunha, solteira (Delães, Vila Nova de Famalicão).		Estatura: 1,73m; rosto comprido, nariz e boca regular, olhos, cabelo e barba castanhos, cor natural (Cadeia da Relação do Porto - 1883).	Recenseamento Militar em 1870: solteiro; tecelão; suplente em 11-09-1875.
António José de Abreu	Nascimento 25-12-1849 (São Tiago de Candoso, Guimarães); 1.º Casamento 22-01-1876 (Gandarela, Guimarães) com Maria da Conceição Areias.	Manuel de Abreu (Silvaes, Guimarães/Jornaleiro) Antónia Maria (Polvoreira, Guimarães/Jornaleira).	Filhos: Armindo (21-01-1877); António (07-01-1880); Joaquim (30-03-1882); Maria de Jesus (09-04-1889).	Alto, cabelo e olhos castanhos, barba preta e nariz e boca regular (Cadeia de Guimarães - 1882).	Recenseamento Militar: s/i. Recenseamento Eleitoral de 1880: casado; tecelão; residente no lugar do Valinho em Polvoreira, Guimarães; elegível para cargos municipais e paroquiais.

Legenda: s/i – sem informação.

Nota: *Devido à ocorrência de dois incêndios no Arquivo Municipal de Mogadouro, um no século XIX, e outro em 1927, só existe documentação a partir de 1928.

Fontes: AMAP Paróquia de Azurém, Livro de Óbitos (Hospital), 1882-1889; Paróquia de Balazar, Livro de Baptismos, 1830-1886; Paróquia de Balazar, Livro de Casamentos, 1862-1887; Paróquia de Balazar, Livro de Óbitos, 1861-1899; Paróquia de Gandarela, Livro Misto, 1808-1878; Paróquia de Oliveira do Castelo (Santa Maria), Livro de Óbitos de 1894; Paróquia de São Clemente de Sande, Livro de Baptismos, 1784-1853; Paróquia de São Clemente de Sande, Livro de Casamentos, 1744-1865; Paróquia de São Tiago de Candoso, Livro de Baptismos, 1821-1898; Câmara Municipal de Guimarães, Recenseamento Militar, 1885; Câmara Municipal de Guimarães, Recenseamento Eleitoral, 1879-1890; ADB, Braga, Paróquia de Esporões, Livro de Nascimentos n.º 3, 1811-1853; Braga, Paróquia de Esporões, Livro de Casamentos, 1811-1877; Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Carreira, Livro de Nascimentos, 1811-1874; Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Delães, Livro de Nascimentos n.º 2, 1835-1855; Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Joane, Livro de Casamentos n.º 2, 1780-1872; Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Joane, Livro de Casamentos n.º 3, 1873-1896; Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Mogege, Livro de Nascimentos n.º 3, 1809-1867; Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Ruivães, Livro de Nascimentos n.º 3, 1860-1884; Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Ruivães, Livro de Óbitos n.º 3, 1896-1901; Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Ruivães, Livro de Casamentos n.º 1, 1840-1883; Vila Nova de Famalicão, Paróquia de São Cosme do Vale, Livro de Nascimentos, 1840-1871; Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Santa Maria de Oliveira, Livro de Nascimentos n.º 6, 1829-1860; Vila Nova de Famalicão, Paróquia de Santa Maria de Oliveira, Livro de Casamentos n.º 1, 1826-1890; Processo de Passaporte de António José Dinis, 1906; Processo de Passaporte de João Rebelo de Sousa, 1899; ADBRG, Paroquial, Mogadouro, Paróquia de Saldanha, Livro de Baptismos, 1860-1865; AMAS, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Recenseamento Eleitoral, 1855-1898; Recenseamento Militar, 1855-1890; ASPN, Cadeia Civil do Porto, Registo dos Presos da Cadeia da Relação do Porto, 1883-1919; Cadeia Civil de Braga, Registo dos Presos da Cadeia de Braga, 1888-1891; Cadeia de Guimarães, Registo dos Presos da Cadeia de Guimarães, 1878-1905; ASPS, Cadeia Penitenciária de Lisboa, Registo dos Presos da Cadeia Penitenciária de Lisboa, 1887-1907; Cadeia do Limoeiro, Registo dos Degredados da Cadeia do Limoeiro, 1879-1893; AMB, Câmara Municipal de Braga, Recenseamento Militar, 1855.

APÊNDICE II

Universo das testemunhas de acusação nos processos judiciais compulsados sobre os elementos da quadrilha

Testemunhas	Idade	Estado civil	Ocupação
Águeda Maria	28	Solteira	Jornaleira
Ana de Azevedo	21	Casada	Tecedeira
Anastácio da Silva Carneiro	29	Casado	Carpinteiro
Antónia Baptista Mendes	48	Casada	Tecedeira
António de Azevedo	21	Solteiro	Alfaiate
António de Freitas Guimarães	33	Casado	Polícia Civil
António Dias	53	Casado	Proprietário
António Faria	27	Casado	Pedreiro
António Ferreira do Cabo	64	Casado	Mendigo
António Francisco Lopes de Freitas	43	Casado	Guarda Civil
António Gomes Trista Júnior	43	Casado	Oficial da Administração do Concelho (Braga)
António Gonçalo da Silva	50	Casado	Proprietário
António Joaquim de Araújo Monteiro	70	Casado	Proprietário
António Joaquim de Sá	32	Solteiro	Padre
António José Correia Barbosa	52	Solteiro	Proprietário
António José da Cunha	29	Casado	Lavrador Proprietário
António Manuel Marques	21	Solteiro	Jornaleiro
António Marques Ribeiro	33	Casado	Guarda Civil
António Martins Vilela	50	Casado	Lavrador
António Moreira	49	Casado	Carcereiro
António Pinheiro	50	Viúvo	Lavrador Caseiro
António Teixeira Barbosa	s/i	Solteiro	Padre
Arnaldo Ferreira	25	Casado	Jornaleiro
Bento Neto Ribeiro Guimarães	19	Solteiro	Caixeiro
Bento Pereira	23	Casado	Tecelão
Custódio de Sousa	52	Casado	Garfeiro
Custódio Fernandes Lopes	s/i	Casado	Celeiro
Estêvão Exposto	44	Casado	Guarda Civil
Estêvão da Costa Ribeiro da Cruz	59	Casado	Proprietário
Fernando da Cunha Souto Maior	42	Casado	Guarda Civil
Francisco Bento Sineiro	47	Casado	Proprietário
Francisco Joaquim	20	Solteiro	Tamanqueiro
Francisco José Monteiro Torres	70	Casado	Proprietário
Francisco Marques Guimarães	53	Casado	Proprietário
Gaspar da Silva	21	Solteiro	Garfeiro
Gregório Bernardo	39	Casado	Ferreiro
Guilherme Fernandes	19	Solteiro	Criado de Servir
Jerónimo da Silva	18	Solteiro	Pregueiro
Jerónimo de Sousa	40	Casado	Lavrador Proprietário
Jerónimo Gomes da Costa Guimarães	43	Casado	Pedreiro
Joana da Costa	45	Solteira	s/i
João Baptista Ferreira da Cruz	65	Casado	Proprietário
João Lopes de Araújo	50	Casado	Pedreiro
João Nogueira Soares	22	Solteiro	Cocheiro
Joaquim de Freitas Oliveira	57	Casado	Proprietário
Joaquim de Moraes	40	Casado	Jornaleiro
Joaquim do Vale Marto	51	Viúvo	Zelador Municipal
Joaquim Ferreira Dias	49	Solteiro	Proprietário
Joaquim José de Abreu Gaita	20	Solteiro	Cocheiro
Joaquim José de Oliveira	74	Viúvo	Proprietário

Joaquim Mendes	35	Casado	Garfeiro
Joaquim Pereira	40	Casado	Lavrador
Joaquina Baptista	24	Casada	Vendeira
Joaquina da Costa	45	Casada	Dobadeira
José Alves Correia	36	Casado	Oficial de Diligências
José António de Araújo	50	Casado	Proprietário
José António Marques	s/i	Solteiro	Padre
José da Silva Gomes	49	Solteiro	Jornaleiro
José de Araújo	s/i	Casado	Proprietário
José de Castro	43	Casado	Fabricante
José de Freitas	20	Solteiro	Caiador
José de Freitas	15	Solteiro	Pregueiro
José de Oliveira Meira	24	Casado	Comerciante de Drogas
José de Sousa Ribeiro	22	Solteiro	Cabo de Esquadra
José Ferreira	20	Solteiro	Jornaleiro
José Francisco Mexias	60	Viúvo	Carcereiro
José Lopes	36	Casado	Lavrador Caseiro
José Lopes	44	Casado	Lavrador
José Maria Pereira	42	Casado	Celeiro
José Marques de Freitas	57	Casado	Proprietário
José Ribeiro de Oliveira	25	Viúvo	Penteeiro
José Rodrigues	25	Casado	Carpinteiro
José Rodrigues de Freitas	32	Casado	Proprietário
José Romão	26	Casado	Guarda Civil
José Valentim Ferreira	27	Solteiro	Cocheiro
Justina Ferreira	52	Viúva	Jornaleira
Justina Neta	43	Casada	Jornaleira
Laura Rosa	18	Solteira	Costureira
Manuel António	21	Solteiro	Soldado de Infantaria
Manuel António Correia	31	Casado	Lavrador
Manuel António Gomes de Lima	s/i	Casado	Proprietário
Manuel Carneiro	21	Solteiro	Lavrador
Manuel da Silva	21	Solteiro	Garfeiro
Manuel de Oliveira	45	Casado	Jornaleiro
Manuel Ferreira da Costa	27	Casado	Polícia Civil
Manuel Ferreira Neto	42	Solteiro	Lavrador
Manuel José Carneiro	43	Casado	Lavrador Caseiro
Manuel José de Azevedo	64	Casado	Proprietário
Manuel José de Oliveira Nascimento	40	Casado	Proprietário
Manuel José Pereira Fernandes	61	Casado	Proprietário
Manuel Rodrigues da Silva	26	Casado	Tecelão
Margarida Moreira	26	Casada	Jornaleira
Maria Antónia	30	Solteira	Dobadeira
Maria da Silva	40	Solteira	Dobadeira
Maria Joana da Mota	33	Casada	s/i
Maria Joaquina de Freitas	40	Casada	Vendeira
Maria Teresa da Silva	40	Casada	Vive de seu trabalho
Maria Teresa da Silva	25	Casada	Tecedeira
Moisés José dos Santos	20	Solteiro	Cocheiro
Narciso Leite	48	Casado	Carpinteiro
Rosa Mendes	48	Solteira	Dobadeira
Silêncio da Costa Cancela	27	Solteiro	Caseiro de Terras
Teresa Baptista	22	Casada	Costureira
Teresa Peixoto	27	Casada	Vive de sua agência

Nota: s/i – sem informação.

Fonte: AMAP, TJCG, Crime, 3.º Ofício, Polícia Correccional, Maço 62, n.º 5, 1880; AMAP, TJCG, Crime, 3º Ofício, Polícia Correccional, Maço 61, n.º 27, 1880; AMAP, TJCG, Crime, 3º Ofício, Registo dos processos crimes, 1882-1890; AMAP, TJCG, Crime, 4.º Ofício, Livro do Registo Crime, 1882-1884; AMAP, TJCG, Crime, Registo dos corpos de delito do Ministério Público, 1876-1881; AMAP, TJCG, Crime, 1.º Ofício, Livro dos processos

preparatórios crimes e outros, 1893-1898; AMAP, TJCG, Crime, Registos de corpos de delito, audiências gerais, querelas e polícia correccional, 1890-1898; AMAP, Administração do Concelho, Copiador da Correspondência para o Juiz e Delegado, 1878-1881; ADB, Tribunal da Comarca de Braga, 3º Ofício, Registo Crime, 1871-1880; ADB, Tribunal da Comarca de Braga, 3º Ofício, Registo Crime, 1885-1888; ADP, TRP, Apelação Crime de António Lourenço da Cunha, 1887-1893; ADP, TRP, Apelação Cível de Bernardo José Dinis, 1890-1895; ADP, TRP, Apelação Crime de António Marcelino Gonçalves, 1891; ADP, TCSTS, Carta Precatória de João Dias, *o Santa Marinha*, 1888; ADP, TCSTS, Certidão de Apelação de João da Costa, *o Valença*, 1900; AMAP, TJCG, Crime, 4.º Ofício, Polícia Correccional, Maço 3, n.º 24, 1881.